



IFRS: 1º ano

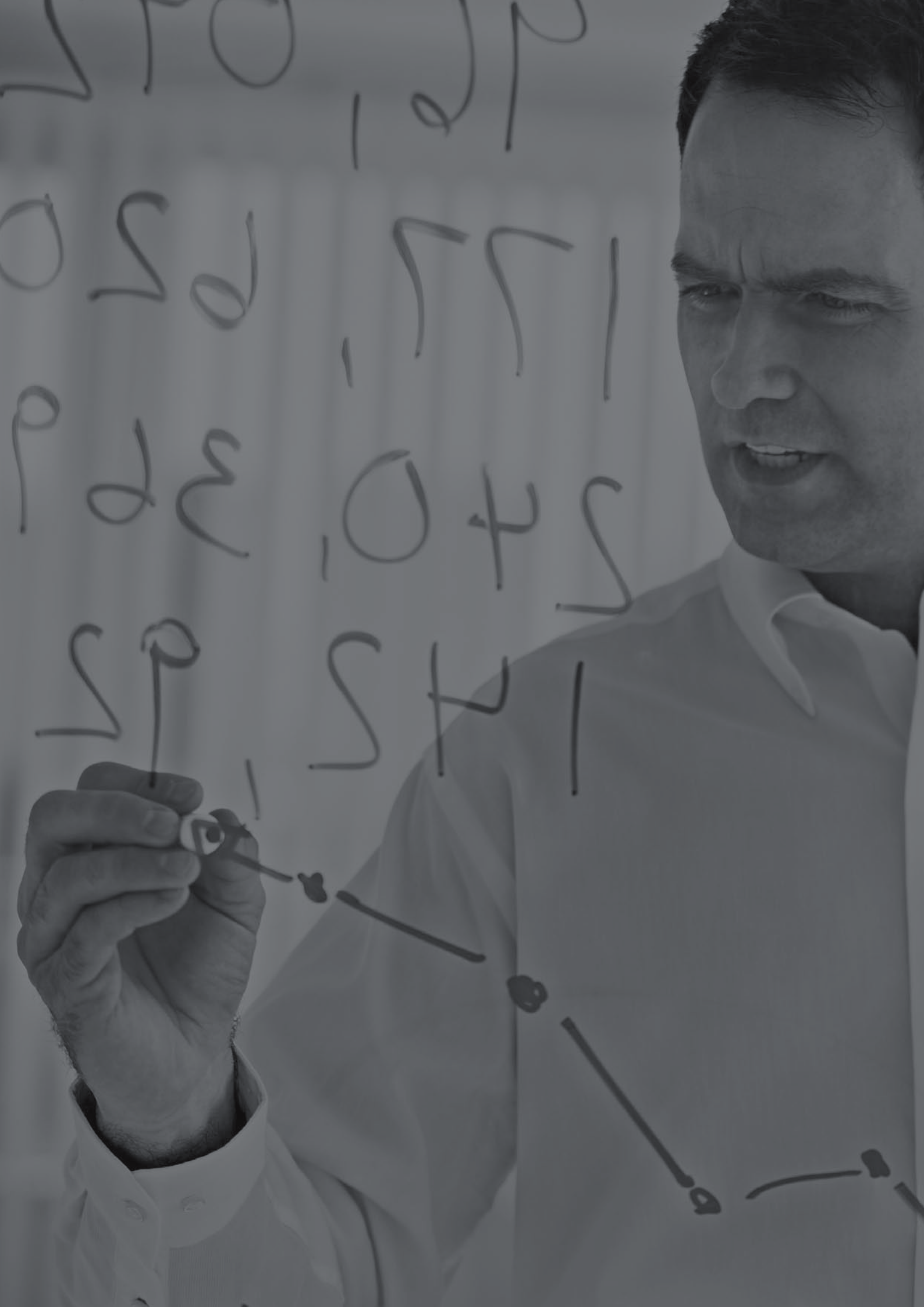
Análises sobre a Adoção Inicial do IFRS no Brasil



ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do



FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira



 **ERNST & YOUNG TERCO**
Quality In Everything We Do



FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

Introdução ▶ 2010: Ano da Adoção Inicial do IFRS no Brasil	6
Parte 1 ▶ Observações Gerais sobre a Adoção Inicial do IFRS no Brasil	10
Parte 2 ▶ Análises por Tópico	20
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)	21
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37)	29
CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8)	40
CPC 41 - Lucro por Ação (IAS 33)	51
CPC 17 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário (IFRIC 15)	57
CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)	65
CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16)	76
CPC 29 - Ativo Biológico (IAS 41)	86
CPC 04 - Ativos Intangíveis (IAS 38)	92
CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40)	101
CPC 38 - Instrumentos Financeiros (IAS 39)	109
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12)	145
CPC 15 - Combinações de Negócios (IFRS 3)	161
CPC 33 - Benefícios a Empregados (IAS 19)	170
CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2)	180
ICPC 01 - Concessões (IFRIC 12)	189
Apêndice	200
Análise de Ajustes	201
Abreviações Utilizadas	202
Amostra da Pesquisa	202

O IFRS: 1º Ano - Análises sobre a Adoção Inicial do IFRS no Brasil é uma publicação destinada a clientes e colaboradores da Ernst & Young Terco que aborda questões relevantes para as empresas na preparação de suas demonstrações financeiras. As opiniões aqui expressas não devem ser utilizadas de maneira isolada para a tomada de decisões, já que existem particularidades pertinentes a cada companhia que podem, eventualmente, alterar o enfoque transmitido na opinião. Antes da tomada de decisão, os executivos devem conversar sobre esses pontos de vista com seus consultores. Estamos à disposição para discutir nossas opiniões e sua aplicação em cada caso concreto.

Introdução

2010: Ano da Adoção Inicial do IFRS no Brasil

O ano de 2010 é um verdadeiro divisor de águas da contabilidade brasileira. O processo de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade, o padrão IFRS, é sem dúvida a maior mudança ocorrida na contabilidade nacional desde a publicação da Lei 6.404 no ano de 1976.

Nesse ano, concluímos o processo iniciado com a publicação da Lei 11.638/07, que determinou as primeiras alterações no sentido da harmonização da contabilidade brasileira. Entretanto, é fato que o ano de adoção inicial é apenas o início de toda uma mudança de filosofia na forma como as companhias elaboram e divulgam suas informações financeiras ao mercado.

Nesse cenário, não é surpreendente o fato de que contadores, auditores e investidores estejam confusos. Afinal, qualquer mudança, por mais trivial que seja, implica no processo de reaprendizagem de todas as partes envolvidas. Obviamente, não é neste primeiro momento que veremos demonstrações contábeis completamente aderentes às normas internacionais. Isso porque o processo de reaprendizagem leva tempo, especialmente quando tal processo implica numa mudança cultural.

Dentro desse contexto, a Ernst & Young Terco e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) analisaram as demonstrações contábeis consolidadas de uma amostra das maiores empresas presentes no mercado brasileiro com o objetivo de avaliar os resultados da adoção inicial do IFRS no cenário nacional. Nosso estudo objetiva, além de examinar o grau de adesão ao novo padrão contábil, apresentar, igualmente, oportunidades de melhoria para futuras empresas adotantes do IFRS. Algumas das reflexões e tendências provenientes das nossas análises foram:

O padrão IFRS é muito mais complexo do que as normas antigas, o que exigiu mais julgamento por parte das empresas

A mudança de uma contabilidade baseada em regras (*rules*) para uma contabilidade baseada em princípios (*principles*) aumentou o grau de julgamento exigido pelos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis. Consequentemente, tais profissionais possuem, a partir de agora, grande responsabilidade na seleção e aplicação das premissas e estimativas contábeis. Do mesmo modo, a exigência de divulgação completa e adequada das políticas e estimativas consideradas críticas tende a ser uma informação extremamente importante para os usuários das demonstrações. Nesse contexto, a subjetividade trazida por uma contabilidade baseada em princípios exige um *enforcement* ainda maior por parte dos reguladores do mercado brasileiro, a fim de se garantir a comparabilidade entre demonstrações contábeis.

O grau de detalhamento exigido pelo IFRS resultou no aumento da quantidade de informações divulgadas pelas empresas

Em razão dos requisitos de divulgação exigidos pelo IFRS, a quantidade de informações divulgadas pelas empresas brasileiras aumentou de forma considerável. As notas explicativas cresceram em número e tamanho. Isso poderia ser visto como um custo, seja pela necessidade de preparação e auditoria dessas informações, custos de publicação ou ainda custo de divulgação de uma informação estratégica. Entretanto, o aumento na quantidade e qualidade da informação contábil divulgada também se traduz nos benefícios de aumento da liquidez e redução do custo de capital, dado que esse esforço de divulgação reduz a assimetria existente entre a empresa e seus usuários externos.



As demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com o IFRS mantêm uma forte identidade brasileira

As demonstrações de uma empresa de varejo brasileira são mais parecidas com as demonstrações financeiras de uma mineradora brasileira do que de uma empresa de varejo britânica. De certa forma, isso indica que, apesar da utilização do IFRS, as empresas continuam apresentando algumas informações da maneira antiga.

A prática tradicional brasileira de seguir as taxas de depreciação admitidas pela legislação fiscal faz com que seja muito difícil a adoção generalizada de taxas com base numa avaliação gerencial adequada da vida útil para a empresa dos imobilizados e do seu valor residual. A verificação de que poucas empresas empreenderam modificação nessas taxas mostra a ainda forte identidade brasileira com a vinculação entre a contabilidade societária e a contabilidade fiscal.

A interpretação de algumas normas IFRS ainda não é consenso entre participantes do mercado, o que de certa forma levanta dúvidas sobre a consistência e a comparabilidade das demonstrações contábeis

As exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação do IFRS ainda geram questionamentos por parte dos participantes do mercado. De certa forma, isso parece natural na medida em que algumas das alterações trazidas por tais exigências têm impacto significativo em números contábeis que servem de base para uma vasta gama de contratos entre agentes econômicos. Portanto, mudar o *status quo* resulta inevitavelmente em questionamentos, que, em um segundo momento, poderão até mesmo ser levados ao IASB para fins de aprimoramento do IFRS.

Em suma, a adoção inicial do IFRS pelas companhias brasileiras no ano de 2010 foi um marco na contabilidade brasileira. O resultado disso são demonstrações contábeis que apresentam informações mais relevantes para a tomada de decisão econômica dos usuários. Os critérios de reconhecimento e mensuração do IFRS são mais consistentes e informativos, pois convergem de maneira mais próxima para o resultado econômico das empresas. Adicionalmente, os usuários das demonstrações contábeis são providos com mais informações, haja vista que as exigências de divulgação são maiores, o que torna as empresas mais transparentes e os seus papéis mais bem apreciados pelos investidores.

Entretanto, é importante enfatizar que 2010 é apenas o início de uma nova jornada, sendo que ainda existe um longo caminho a ser percorrido até que tenhamos total consistência e comparabilidade em todos os aspectos das demonstrações contábeis preparadas de acordo com o IFRS.

// A Pesquisa

Nossa pesquisa está dividida em duas partes:

Parte 1 ► Observações Gerais sobre a Adoção Inicial do IFRS no Brasil: Nossa análise das demonstrações contábeis consolidadas de 2010 evidenciou algumas tendências e reflexões.

Parte 2 ► Análises por Tópico: Nós analisamos como as 56 empresas da nossa amostra aplicaram as exigências relacionadas a 16 assuntos contábeis considerados complexos por envolverem estimativas e julgamentos.

Nossa pesquisa é baseada na análise das demonstrações contábeis consolidadas do ano de 2010, elaboradas de acordo com o IFRS de uma amostra de 56 companhias. A amostra é basicamente composta pelas empresas que fazem parte do Índice Ibovespa, composto pelas companhias abertas não financeiras com ações de maior liquidez na Bolsa de Valores de São Paulo. A nossa ideia era ter uma amostra das maiores empresas no Brasil, com representantes dos maiores setores, mas excluímos bancos e seguradoras da pesquisa, já que não apresentaram suas demonstrações de forma completa em IFRS, conforme autorização de seus respectivos órgãos reguladores. A lista completa das empresas incluídas na pesquisa é apresentada no Apêndice.

Embora nós façamos diversas observações acerca do IFRS e sua respectiva adoção nesta publicação, é importante mencionar que nosso objetivo com a análise das demonstrações contábeis de 2010 foi justamente apresentar as políticas e práticas contábeis adotadas pelas empresas, bem como suas respectivas divulgações. Portanto, nosso estudo não tem como objetivo realizar qualquer julgamento acerca das empresas.

Entretanto, a decisão do que deveria ser apresentado neste estudo, que diz respeito à maneira como determinada empresa tratou (ou não tratou) determinado assunto, inevitavelmente envolve certo grau de interpretação. Portanto, é possível que outros profissionais, analisando as mesmas demonstrações contábeis, possam, em determinados casos, possuir uma visão diferente da nossa.

Finalmente, é importante ressaltar que nem todos os desafios da aplicação do IFRS podem ser compreendidos por meio da análise detalhada das demonstrações contábeis, isto é, parte dos complexos detalhes que envolvem a aplicação prática desse padrão não fica tão evidente em uma análise da divulgação das demonstrações publicadas.



P a r t e 1

Observações Gerais sobre a Adoção Inicial do IFRS no Brasil

**Nesta seção, nós discutimos alguns
dos assuntos relevantes que
emergiram das análises realizadas nas
demonstrações contábeis consolidadas
de 2010 das 56 empresas que
compõem nossa amostra.**

De maneira geral, a adoção inicial do padrão IFRS no ano de 2010 foi concluída com êxito. Um dos reflexos dessa adoção foi justamente o aumento do grau de *disclosure* corporativo, isto é, as normas IFRS exigiram que as empresas divulgassem um volume maior de informações aos seus usuários externos.

Nossas análises igualmente evidenciaram que esse novo padrão contábil também exigiu um maior grau de julgamento por parte daqueles responsáveis pela elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Obviamente, isso decorreu da maior liberdade proporcionada por esse novo padrão, baseado em princípios gerais.

Dentro desse novo contexto de divulgação financeira, nós igualmente observamos que as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com o IFRS ainda mantêm uma forte identidade brasileira. Apesar de esperada, ao menos neste momento inicial de adoção, tal constatação levanta possíveis questionamentos acerca da consistência e comparabilidade prometidas por um padrão contábil global único.

Finalmente, nossos resultados evidenciaram que a aplicação de determinadas normas IFRS ainda não é consenso entre participantes do mercado. Tal constatação sugere que o processo de adoção dessa nova normatização também é influenciado por forças políticas e econômicas.

Todos esses assuntos são discutidos a seguir, nesta primeira parte da nossa pesquisa.

// A adoção inicial do IFRS no ano de 2010 foi conduzida com êxito pelas empresas

A adoção do IFRS no ano de 2010 representa o encerramento de um ciclo de mudanças que teve início com a aprovação da Lei nº 11.638 no ano de 2007. Essa referida lei, que alterou a Lei nº 6.404/76, pode ser considerada o marco inicial para a convergência às normas internacionais de contabilidade.

O texto da Lei nº 11.638/07, além de determinar a convergência, igualmente trouxe diversas alterações que impediam a adoção de várias das normas IFRS no Brasil. Entretanto, como partes do texto dessa lei encontravam-se desatualizadas, pois eram baseadas no Projeto de Lei nº 3.741 de 2000, fez-se necessária uma nova série de modificações na Legislação Societária. Assim, tivemos no ano de 2008 a Medida Provisória nº 449, que foi subsequentemente convertida na Lei nº 11.941/09. Essas legislações forneceram o arcabouço legal para a adoção das normas internacionais no Brasil.

O caminho da convergência da contabilidade brasileira para as normas internacionais também passou pela importante criação de um órgão único para a emissão de normas de contabilidade: o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Formado por seis entidades não governamentais, o CPC desempenhou papel fundamental nesse processo. Foi dele a tarefa de traduzir e adaptar as normas IFRS ao contexto brasileiro.

Nesse contexto, a primeira adoção do IFRS no ano de 2010 representa o fim desse ciclo inicial de mudanças rumo à harmonização da contabilidade brasileira. Obviamente, para que o encerramento desse ciclo fosse bem-sucedido, fez-se necessário um grande comprometimento por parte



das empresas no Brasil. De acordo com os nossos resultados, as empresas analisadas obtiveram êxito na adoção inicial do IFRS no ano de 2010.

Adoção Inicial do IFRS: Trabalho em Equipe

A adoção inicial do IFRS demandou grande dedicação por parte de todos aqueles envolvidos na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A complexidade inerente à implementação de um padrão contábil baseado em princípios demandou um esforço conjunto de várias áreas das empresas.

Com o IFRS, a preparação da informação contábil aumentou a necessidade de coordenar esforços de diferentes áreas. Afinal, a tarefa de definir taxas de depreciação, valor justo de derivativos, unidades geradoras de caixa, por exemplo, demandou a participação de administradores, economistas, engenheiros, advogados, entre outros.

Adicionalmente, a migração para um padrão contábil mais complexo também envolveu constante estudo e dedicação por parte dos envolvidos no processo. Isso porque, apesar de razoavelmente detalhadas, as normas IFRS não possuem a resposta para todas as dúvidas práticas. Ao contrário, o padrão global se preocupa muito mais em fornecer os princípios a serem seguidos.

Nesse sentido, tivemos aqui uma mudança nos conceitos utilizados na forma de enxergar o processo de reconhecimento, mensuração e divulgação das demonstrações contábeis. Até então, estávamos acostumados a uma contabilidade baseada em regras, principalmente pela influência de nosso sistema legal, baseado no Direito Romano.

Os esforços de todos os profissionais envolvidos na adoção inicial do IFRS estão refletidos nas demonstrações contábeis de 2010, que são justamente o resultado de todo esse esforço. De acordo com nossas análises, os profissionais envolvidos obtiveram êxito, na medida em que as empresas conseguiram se adequar ao novo padrão contábil.

Impacto das Mudanças da Adoção Inicial

O ano de 2010 representa para o Brasil o que o ano de 2005 representou para a União Europeia. Isso porque foi no ano de 2005 que mais de 8.000 companhias abertas presentes na União Europeia realizaram a adoção inicial do IFRS.

Contudo, temos aqui uma diferença importante, já que a adoção do IFRS na Europa foi realizada apenas para os balanços consolidados. Em outras palavras, existe ainda na maioria dos países europeus uma situação um pouco desconfortável: os balanços individuais locais ainda continuam sendo preparados de acordo com os GAAPs locais, enquanto que os balanços consolidados são preparados de acordo com o IFRS.

Por outro lado, nesse ano de 2010, o Brasil se torna um dos primeiros países do mundo a ter balanços individuais e consolidados conforme as normas internacionais. Portanto, aqui a convergência aconteceu de maneira completa. Isso porque, localmente, as normas brasileiras que são emitidas pelo CPC estão em harmonia com as normas internacionais.

De fato, temos no Brasil um único problema de divergência em relação às normas internacionais: as normas IFRS somente permitem que haja balanços individuais com investimento em controlada se o investimento estiver registrado usando custo ou valor justo, e vedam o uso de equivalência patrimonial no balanço individual. Por essa razão, as demonstrações individuais das empresas brasileiras com investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial não estão, unicamente por esse fato, totalmente alinhadas com as normas internacionais.

Sobre esse aspecto é igualmente importante ressaltar que o impacto da adoção inicial do IFRS no ano de 2010 foi sem dúvida menor do que na Europa. Isso porque a Lei das Sociedades por Ações de 1976 nos colocou, à época, num patamar de Primeiro Mundo, já que passamos a adotar o que de melhor tinha a contabilidade norte-americana da época. Passamos a aplicar, muito antes que as empresas da Europa Continental, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Equivalência Patrimonial, a Consolidação das Demonstrações Contábeis, um forte conceito de Regime de Competência, a Demonstração do Resultado na forma dedutiva, a classificação das contas do resultado e do balanço conforme aquele país etc.

E, mais ainda, a partir de 1990, com a criação da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM, predecessora do atual CPC, a CVM, o Ibracon e também o CFC passaram a emitir normas fundamentadas no IASB (e às vezes no FASB), no limite do que a Lei das S/A permitia, ou seja, sem adotar o conceito de valor justo (*fair value*). Assim, tivemos a implantação de muitas normas que agora, na convergência completa ao IASB, soaram como *déjà vu*. É o caso até mesmo de algumas normas complexas, como Benefícios a Empregados, Imposto de Renda Diferido, Correções de Erros, Mudanças de Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Provisões, Investimentos em Controladas em Conjunto e outras. E, mais recentemente, a partir da aprovação da Lei nº 11.638/07, estamos implantando, desde 2008, as normas internacionais de contabilidade por meio dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

O processo de implantação das normas internacionais realizado pelo CPC foi feito em duas grandes etapas. Primeiramente, o referido órgão emitiu as normas necessárias para atender às determinações contidas no texto da Lei nº 11.638/07. Até 31 de dezembro de 2008, foram emitidos



15 Pronunciamentos Técnicos pelo CPC e duas Orientações Técnicas (OCPC). Finalizado esse ciclo inicial, o CPC iniciou a emissão dos documentos restantes para a completa adoção das normas internacionais. Até o presente momento, o CPC já emitiu 43 Pronunciamentos Técnicos, 16 Interpretações Técnicas e cinco Orientações Técnicas.

Nesse contexto, como a grande maioria dos documentos emitidos pelo CPC na primeira etapa da convergência era exigida para o ano calendário de 2008, houve, nesse momento, uma “convergência parcial” às normas internacionais. Portanto, nos balanços de 2008 já era possível ver os primeiros impactos da adoção do IFRS. Já nesse exercício, houve, por exemplo, a necessidade de reconhecimento dos instrumentos financeiros derivativos, anteriormente tratados pelas empresas brasileiras como “itens fora do balanço”.

Ainda no ano calendário de 2008, tivemos igualmente outras alterações relevantes, como, por exemplo, a exigência de publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa, o reconhecimento das operações de *leasing* financeiro como vendas pelos arrendadores e compras pelos arrendatários, e a necessidade de ajuste a valor presente de recebíveis e empréstimos.

Apesar disso, conforme nossas análises, diversos itens patrimoniais sofreram impactos relevantes no ano de 2010, para fins da adoção inicial do IFRS. Os ativos públicos de infraestrutura das empresas sob o escopo da ICPC 01, por exemplo, foram todos transferidos do grupo do imobilizado para o intangível ou ativo financeiro. As vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis foram revisadas, o que alterou as despesas de depreciação. As bases de alguns itens patrimoniais, como os ativos biológicos, foram alteradas do custo para o valor justo e assim por diante. Os balanços igualmente apresentaram informações anteriormente não divulgadas, como, por exemplo, o lucro por ação diluído e as informações por segmento de negócios. Em suma, conforme evidencia nosso estudo, diversas são as alterações trazidas pelas normas internacionais.

// O padrão IFRS é muito mais complexo do que as normas antigas, o que exigiu mais julgamento por parte das empresas

É fato que as demonstrações contábeis elaboradas para fins societários sempre sofreram forte influência da Legislação do Imposto de Renda. Nesse contexto, a contabilidade societária possuía, em muitos casos, um forte viés fiscal. Em outras palavras, o julgamento dava lugar às regras estipuladas pelo Fisco. Um exemplo clássico dessa influência fiscal na contabilidade societária pode ser observado nos percentuais que eram utilizados pelas empresas para fins de depreciação dos ativos imobilizados.



Esse viés fiscal prejudicava, e muito, a relevância das informações contábeis para fins de tomada de decisão econômica. Afinal, sabia-se de antemão que muitas das premissas e critérios utilizados pelas empresas refletiam de forma limitada a realidade econômica dos negócios.

Com a aprovação das novas legislações societárias e igualmente a criação do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Receita Federal do Brasil, tivemos, finalmente, a completa separação das duas contabilidades. De fato, temos agora uma contabilidade para fins societários totalmente desvinculada da contabilidade fiscal.

Nessa nova maneira de se fazer contabilidade, que objetiva retratar de forma mais apropriada o resultado econômico das empresas, não existem mais as regras que norteavam até então a aplicação dos critérios e estimativas contábeis. Ao contrário, sem a vinculação com a legislação fiscal, e com normas mais complexas, o processo de julgamento por parte dos responsáveis pela elaboração e divulgação dos balanços corporativos ganha ainda mais importância.

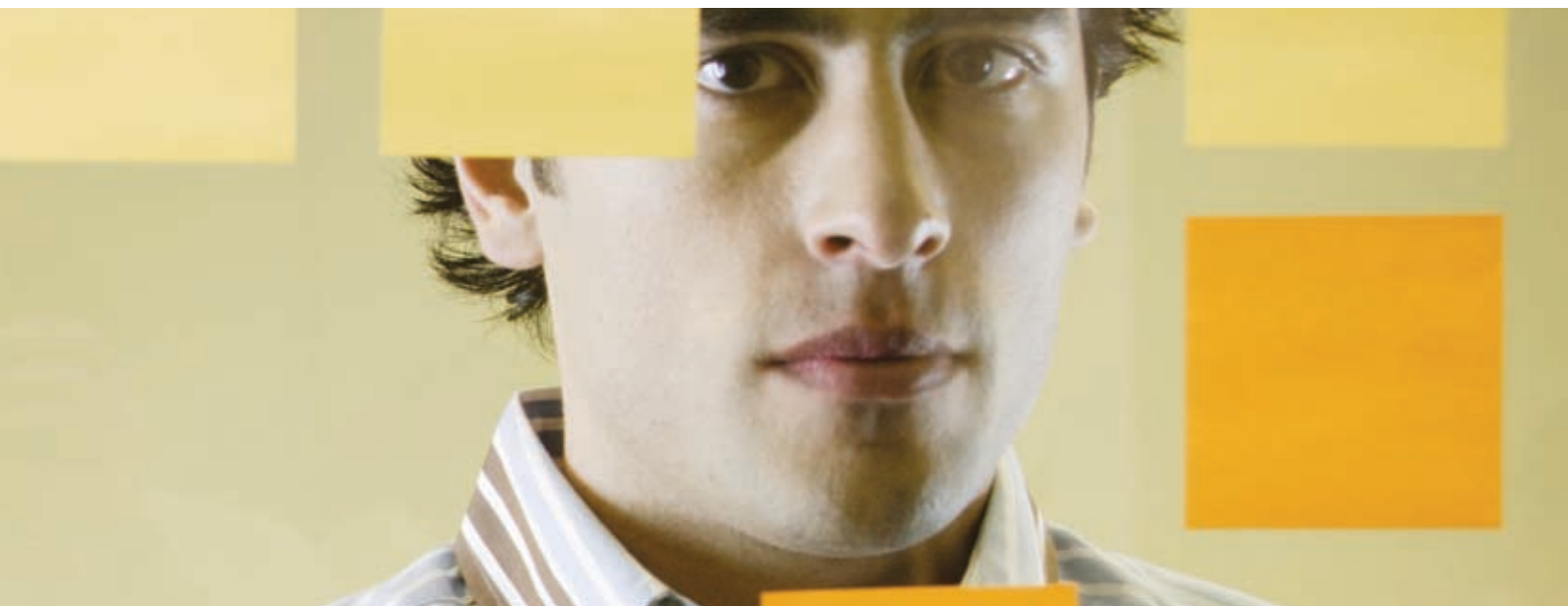
No caso de ativos financeiros, por exemplo, a combinação da técnica de estimativa contábil com a intenção da empresa é o fator determinante que impactará os processos de reconhecimento e mensuração. Nesse sentido, será justamente o julgamento dos profissionais que determinará a base de mensuração do referido instrumento, bem como onde serão reconhecidas as receitas e despesas subsequentes.

Já no que diz respeito às provisões, é necessária agora a determinação da probabilidade da perda que determina o reconhecimento dentro do Balanço Patrimonial ou apenas na Nota Explicativa. Nesse contexto, o julgamento adequado será extremamente importante, haja vista que o montante reconhecido no passivo da empresa é base para diversas cláusulas contratuais de dívida.

No que diz respeito às divulgações referentes às informações por segmento, tratadas pelo CPC 22, existe necessidade de a própria entidade definir seus segmentos operacionais. No referido caso, a norma internacional apenas menciona, em reformulação recente, que a determinação dos segmentos a serem reportados deve ser feita com base nos critérios utilizados para fins de tomada de decisão gerencial.

Portanto, as inerentes complexidades trazidas pelas normas internacionais, aliadas à grata e importante segregação da contabilidade para fins societários das informações prestadas ao Fisco, trouxeram mais valor ao processo contábil. Nesse contexto, torna-se ainda mais importante o papel dos profissionais envolvidos na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, os quais a partir de agora possuem mais responsabilidade perante os usuários externos.

Dentro desse contexto, torna-se extremamente importante a divulgação de uma nova informação, até então inexistente nas notas explicativas das demonstrações contábeis das empresas brasileiras: informações sobre as premissas e estimativas contábeis críticas.



Essas informações tratam dos itens patrimoniais e de resultado que envolvem julgamentos críticos por parte dos gestores da empresa, como, por exemplo, as premissas e modelos utilizados na mensuração do valor justo de determinados ativos, critério utilizado para cálculo das perdas com créditos de liquidação duvidosa, premissas utilizadas para contabilização de IR e CS diferidos, critérios utilizados para avaliação da probabilidade de perda de provisões passivas etc.

Tais informações serão de suma importância para analistas de investimentos, credores e demais usuários, já que identificam as estimativas contábeis que envolvem níveis significativos de subjetividade, relativos a itens sobre os quais exista incerteza no julgamento. A divulgação desses aspectos deve complementar (mas não duplicar) a descrição das políticas constantes nas notas explicativas às demonstrações contábeis e aumentar a compreensão sobre a qualidade e variabilidade que influenciam a condição financeira e o desempenho operacional.

// O grau de detalhamento exigido pelo IFRS resultou no aumento do volume de informações divulgadas pelas empresas

O conjunto completo das normas internacionais, comumente chamado de *Full IFRS*, exige, aproximadamente, cerca de 3.000 itens de divulgação. Obviamente, o número de itens a ser divulgado poderá ser menor em razão de a empresa não ter realizado determinada transação no período ou em períodos anteriores.

Por exemplo, caso a empresa não possua operações de arrendamento mercantil, ela naturalmente não precisará divulgar as informações exigidas pelo CPC 06. Por outro lado, determinadas normas são aplicáveis a praticamente todas as empresas, como, por exemplo, o CPC 30, que versa sobre Receitas, e o CPC 22, que exige divulgações específicas mesmo por empresas que operam num único segmento. Nesse contexto, o número de itens a ser divulgado por cada empresa tende a ser influenciado pela atividade operacional que desenvolve e igualmente pela complexidade de suas transações.

De maneira geral, o grau de detalhamento exigido pelo IFRS é bastante superior ao que tínhamos até então no Brasil. No caso de instrumentos financeiros, por exemplo, existe uma norma específica, o CPC 40, que trata apenas da divulgação, que exige a evidenciação de uma lista bastante exaustiva de informações. Nesse caso específico, os critérios de reconhecimento e mensuração são tratados em duas outras normas, o CPC 39 e o CPC 38.

Existem igualmente outras normas internacionais que tratam apenas das exigências de divulgação, sem qualquer menção aos critérios de reconhecimento e mensuração, como, por exemplo, o CPC 22, que aborda a informação por segmento, e a CPC 05, que dispõe acerca das divulgações sobre partes relacionadas.

Assim, em razão dessa vasta gama de exigências, houve um aumento do volume de informações divulgadas pelas empresas analisadas. Houve caso, por exemplo, de empresas com demonstrações financeiras de mais de 200 páginas.

Obviamente, para os usuários externos da empresa, que não possuem acesso privilegiado às informações por estarem do lado de fora da empresa, esse incremento no volume de dados divulgados pode ser visto como algo positivo. A ideia central é que mais informações diminuam as incertezas dos usuários, que conseguem tomar melhores decisões econômicas. Em outras palavras, o grau de assimetria informacional existente entre usuários internos e externos é reduzido à medida que as empresas divulgam mais dados ao mercado. Ao longo do tempo, a redução dessa assimetria tende a reduzir o risco do provedor de capital, seja ele acionista ou credor, o que acaba gerando um menor custo de capital para as empresas.

Contudo, é igualmente importante ressaltar que quantidade não significa necessariamente qualidade. Ao contrário, em determinados casos, o excesso de informação irrelevante pode até

confundir o usuário. Nesse sentido, é preciso que os responsáveis pela elaboração e divulgação das demonstrações contábeis se esforcem em efetivamente informar os usuários.

Nossas análises também evidenciaram a existência de notas explicativas “padronizadas”, isto é, informações que muitas vezes citavam de maneira literal determinada norma IFRS, mas sem efetivamente prover informações relevantes aos usuários. Em muitos casos, tinha-se a impressão de que se estava lendo um trecho de uma norma internacional.

Outro aspecto evidenciado por nossa pesquisa diz respeito à insuficiência de informação com respeito a determinados itens. De acordo com a pesquisa, por exemplo, poucas são as empresas que atendem por completo às exigências referentes a itens mais complexos, como *hedge accounting* e *impairment* de ativos.

Veja que não estamos falando necessariamente das informações apresentadas no corpo das demonstrações contábeis, mas sim nas notas explicativas. Infelizmente, no Brasil, poucas escolas de negócios e professores têm se preocupado em ensinar os profissionais a redigir notas explicativas, diferentemente do que acontece em países como Estados Unidos e Inglaterra.

Em suma, as exigências de divulgação presentes nas normas IFRS resultaram no aumento da quantidade de informações divulgadas pelas empresas. Isso é sem dúvida muito positivo. Contudo, para que as demonstrações contábeis atinjam seu objetivo principal, o de prover informações relevantes para a tomada de decisão econômica, devemos, fundamentalmente, melhorar a qualidade das informações nelas apresentadas.

Assim, a partir de agora, o foco deverá ser na qualidade dessa informação, devendo as empresas, portanto, melhorar suas práticas de divulgação, haja vista que, até agora, pouca atenção era dada às informações divulgadas como complemento às demonstrações contábeis propriamente ditas.





// As demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com o IFRS mantêm uma forte identidade brasileira

Um dos benefícios prometidos pela harmonização da contabilidade no mundo é a comparabilidade entre empresas de diferentes países. Isso porque demonstrações contábeis preparadas de acordo com GAAPs distintos dificilmente podem ser comparadas.

Acontece que, de maneira bastante pragmática, a contabilidade pode ser vista como uma exigência legal, assim como outras leis de direito. Nesse sentido, como qualquer exigência legal, sua aplicação na prática tende a ser influenciada por diversos fatores políticos, econômicos e sociais.

Logo, seria uma enorme pretensão da nossa parte esperar que as demonstrações contábeis preparadas de acordo com o IFRS não apresentassem qualquer resquício do que vínhamos fazendo até aquele momento no Brasil. Afinal, qualquer processo de mudança, especialmente quando existe a alteração de toda uma forma de pensar, leva tempo, e aqui estamos analisando apenas a adoção inicial.

De fato, essa não é apenas uma questão brasileira. Uma pesquisa similar, realizada pela Ernst & Young Terco com empresas europeias em 2005, ano da adoção inicial na União Europeia, também evidenciou a manutenção de uma forte identidade local nos balanços publicados em IFRS.

Especificamente no caso do Brasil, essa forte identidade local também é resultado de nossa Legislação Societária, que obriga o uso do balanço individual para fins societários. Nesse contexto, os balanços consolidados preparados em IFRS acabam sendo influenciados igualmente pela legislação local.

Exemplo disso é a apresentação, na demonstração do resultado, das despesas das empresas. No CPC 26, que trata da apresentação das demonstrações contábeis, é facultado à empresa apresentar as despesas por função ou por natureza. Contudo, como a Lei nº 6.404/76 requer que as despesas sejam apresentadas por função, esse é o procedimento realizado pelas empresas brasileiras, tanto no balanço individual quanto no balanço consolidado.

À parte a influência de nossa legislação societária local, notamos, igualmente, que as empresas buscaram minimizar possíveis alterações na forma antiga de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis ao mercado. Isso ficou evidente, por exemplo, no caso da mensuração dos ativos imobilizados na adoção inicial, em que grande parte das empresas por nós analisadas continuou mantendo o custo como base de avaliação, apesar de permitida a utilização do *deemed cost* nesse momento.

Quanto ao imobilizado, o maior traço da força da identidade brasileira está no fato de a maioria das empresas haver mantido, infelizmente, as mesmas taxas de depreciação fundamentadas na legislação fiscal que antes eram utilizadas. Essa prática está difícil de ser alterada, talvez um pouco por receio de eventual mudança futura no comportamento da Receita Federal.

Do mesmo modo, é importante ressaltar a influência que os órgãos reguladores setoriais possuem sobre a forma como as empresas reconhecem e divulgam informações ao mercado. Em outras



palavras, as agências reguladoras, à medida que fornecem manuais e outros documentos orientadores, acabam por engessar o formato das demonstrações contábeis publicadas para fins gerais, que são o escopo das normas IFRS.

Em suma, essa forte identidade brasileira presente nos balanços publicados de acordo com o IFRS no ano de 2010 de nenhuma maneira diminui o sucesso da adoção inicial. Contudo, em nossa opinião, isso sugere uma reflexão acerca das possíveis melhorias a serem realizadas para os próximos anos, com vistas a aumentar a comparabilidade dos balanços publicados pelas empresas brasileiras com as empresas de outros países.

// A interpretação de algumas normas IFRS ainda não é consenso entre participantes do mercado, o que de certa forma levanta dúvidas sobre a consistência e a comparabilidade das demonstrações contábeis

A interpretação de um padrão contábil que é elaborado primeiramente na língua inglesa e possui sua origem no sistema legal anglo-saxão, baseado na essência, despertou diversos questionamentos no ano de 2010. Nesse sentido, nossas análises igualmente evidenciaram que a aplicação de algumas normas internacionais ainda não é total consenso entre participantes do mercado.

No setor imobiliário, por exemplo, a aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias ainda possui visões divergentes. Alguns consideram que tais riscos e benefícios são reconhecidos apenas no momento da entrega das chaves. Já outros defendem que a transferência desses riscos acontece paulatinamente, ao longo do tempo. Nossas análises evidenciaram que o parecer de auditoria de todas as incorporadoras apresentou um parágrafo de ênfase sobre esse assunto.

Do mesmo modo, outros assuntos considerados menos polêmicos foram apresentados de maneira distinta pelas empresas. Exemplo disso foi a classificação de ativos financeiros como equivalentes de caixa, conforme a CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Nossas análises demonstraram que algumas empresas ainda não compreenderam o real significado dessa definição, haja vista que muitas classificaram elementos que não se enquadram nesses grupos, como, por exemplo, fundos exclusivos de ações e debêntures.

Em suma, a aplicação prática do IFRS ainda gera dúvida entre as empresas. Nossas constatações sugerem igualmente a necessidade de treinamento contínuo de todos os profissionais envolvidos no processo de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Afinal, será apenas com estudo, treinamento e discussão que chegaremos perto de um consenso de como efetivamente aplicar uma complexa normatização contábil no nosso País. Nesse novo contexto de divulgação financeira, caberá também à CVM um papel importante de *enforcement*, com vistas a exigir que as normas sejam integralmente cumpridas pelas empresas, a fim de que a adoção das normas internacionais no Brasil seja efetiva, e não apenas como um rótulo chamado IFRS.

P a r t e 2

Análises por Tópico

Nós analisamos como as 56 empresas da nossa amostra aplicaram as exigências relacionadas a 17 normas contábeis consideradas mais complexas por envolverem estimativas e julgamentos.

// CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)

O objetivo da estimativa de redução ao valor recuperável de ativos é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Se existirem evidências de que os ativos não são capazes de gerar benefícios futuros comparados ao valor pelo qual estão registrados e, portanto, estão contabilizados por valor não recuperável no futuro, a empresa deve reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O fundamento dessa estimativa deriva do conceito contido na Estrutura Conceitual do CPC, que estabelece o potencial em contribuir para o fluxo de caixa como o fundamento para a definição de ativo. Nesse contexto, quando os benefícios econômicos futuros provenientes do ativo não forem mais prováveis, as companhias deverão baixar o referido ativo, ou ao menos a parte não recuperável. Esses benefícios são a “melhor estimativa” dos administradores com base no conjunto de condições econômicas previstos para a vida útil remanescente do ativo.

A norma que aborda essas exigências é o CPC 01 *Redução ao Valor Recuperável de Ativos* (IAS 36 *Impairment*), cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado pelo seu uso nas operações da entidade, ou pela sua eventual venda.

Conforme a referida norma, as companhias deverão avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos, denominados de unidades geradoras de caixa, porventura perderam representatividade econômica considerada relevante.

Tais indicações poderão vir de fontes internas ou externas, como, por exemplo, a diminuição do valor de mercado do bem, existência de obsolescência tecnológica ou aumento de taxas de juros, entre outros. Se houver alguma indicação, as empresas deverão efetuar o teste de recuperabilidade e, quando comprovada a referida desvalorização, deverão reconhecer contabilmente as perdas por *impairment* no resultado.

Esse ajuste decorrente de perdas por não recuperabilidade deverá ser tratado como conta redutora do referido ativo. Isso é necessário, pois a CPC 01 (IAS 36) igualmente permite a reversão dessas perdas em períodos posteriores, desde que os fatores que levaram a empresa a registrar a referida perda não mais existam.

Sobre esse aspecto, é importante destacar que a reversão do *impairment* não poderá ser realizada para o *goodwill*, que é o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Não devemos igualmente confundir a reversão das perdas por *impairment* com a reavaliação de ativos, haja vista que são conceitos distintos.

Nesta seção, analisamos como as empresas aplicaram as exigências da IAS 36 nas suas demonstrações consolidadas de 2010. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Reconhecimento das perdas por *impairment*
- ▶ Métodos e premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável
- ▶ Divulgações sobre redução ao valor recuperável realizadas pelas empresas da nossa amostra

Divulgação

Para cada classe de ativos, a entidade deve divulgar:

- a) o valor da perda (reversão de perda) com desvalorizações reconhecidas no período, e eventuais reflexos em reservas de reavaliações;
- b) os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da desvalorização;
- c) a relação dos itens que compõem a unidade geradora de caixa e uma descrição das razões que justifiquem a maneira como foi identificada a unidade geradora de caixa; e
- d) se o valor recuperável é o valor líquido de venda, divulgar a base usada para determinar esse valor e, se o valor recuperável é o valor do ativo em uso, a taxa de desconto usada nessa estimativa.

As divulgações das estimativas envolvidas na redução do valor recuperável dos ativos devem ser feitas para cada unidade geradora de caixa - UGC, definida como "o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos".

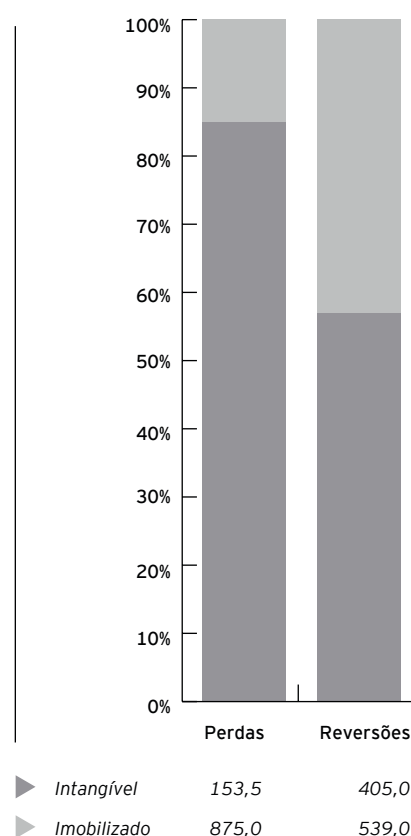
Reconhecimento das perdas por *impairment*

Dentre o conjunto de empresas analisadas, 48 (86%) fizeram alguma menção a testes de recuperabilidade. Em nove delas (16%) ocorreu o registro de perda ou reversão de perda em 2010. Já 39 (70%) delas não registraram quaisquer ajustes. Destaque-se igualmente que parte das empresas analisadas limitou-se a evidenciar um resumo da norma, produzindo uma divulgação com pouco conteúdo informativo.

Buscamos verificar quais foram os montantes das perdas e reversões referentes a *impairment* registradas pelas empresas analisadas no ano de 2010. De acordo com nossas análises, as empresas registraram perdas por *impairment* no montante total de R\$ 1.028,5 milhões, sendo 85% desse valor relativo a perdas em itens do Imobilizado e 15% a perdas em Intangíveis.

Já as reversões de perdas registradas em períodos anteriores atingiram o montante de R\$ 944 milhões, assim distribuídos: 57% decorrentes de reversões de perdas no Imobilizado e 43% no Intangível, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Dentre as empresas que reconheceram perdas por *impairment* no exercício de 2010, tem-se a Usiminas, conforme apresentado ao lado.



Demonstração Contábil da Usiminas, Nota Explicativa nº 4

a) Perda (*impairment*) estimativa do ágio

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 19).

Em 2010, foi reconhecida uma despesa de *impairment* referente ao ágio, no montante de R\$ 5.387, apurada na UGC Modal Terminal de Granéis Ltda.

A Gerdau, por sua vez, registrou tanto perdas quanto reversões no exercício findo de 2010.

Demonstração Contábil da Gerdau, Nota Explicativa nº 28.2

No quarto trimestre de 2010, em virtude da paralisação das atividades em uma de suas plantas e principalmente pela falta de expectativa de retomada de suas operações nesta unidade, os testes realizados identificaram perda pela não recuperabilidade para os ativos de imobilizado de uma unidade do segmento de Aços Especiais no montante de R\$ 68.008.

Adicionalmente, a Companhia também no segmento de Aços Especiais reverteu perdas pela não recuperabilidade de ativo imobilizado, em virtude da retomada de processo produtivo em uma unidade, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em 2009, no valor de R\$ 218.391. O valor recuperável do ativo imobilizado foi estabelecido com base no valor em uso, a uma taxa de desconto utilizada no teste de recuperabilidade de 12,50% (13,30% em dezembro de 2009), resultando no montante de R\$ 188.163. A contrapartida das perdas e reversão de perdas reconhecidas no imobilizado afetaram a linha de “Reversão (Perda) pela não recuperabilidade de ativos” na demonstração dos resultados consolidados.

No quarto trimestre de 2010, a Companhia também no segmento de Aços Especiais reverteu perdas pela não recuperabilidade de Outros Ativos Intangíveis, em virtude do reestabelecimento do valor de relacionamento com clientes devido à retomada da demanda oriunda da indústria automotiva, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em 2009, no valor de R\$ 304.425. Os testes de recuperabilidade de Outros Ativos Intangíveis identificaram a necessidade de reversão deste *impairment* no montante de R\$ 216.191, a qual está embasada na recuperação da sua carteira de clientes relacionados à indústria automotiva. O valor recuperável de outros ativos intangíveis é o seu valor em uso e a taxa de desconto utilizada no teste de recuperabilidade foi 12,50% (13,30% em dezembro de 2009). A contrapartida de reversão de perdas reconhecidas em outros ativos intangíveis afetou a linha de “Reversão (perda) pela não recuperabilidade de ativos” na demonstração dos resultados consolidados.

Apesar das circunstâncias consideradas no teste indicarem uma melhora no contexto econômico e siderúrgico, incertezas futuras no mercado ainda permanecem. Portanto, a Companhia acredita que os cenários utilizados nos testes de recuperabilidade de dezembro são a sua melhor estimativa para os resultados e geração de caixa futuros para cada um dos seus segmentos de negócio. A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2011, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

No que diz respeito à forma de apresentação dos valores referentes às perdas e/ou reversões decorrentes das perdas por *impairment*, as normas internacionais exigem que tais valores sejam apresentados em rubricas específicas na Demonstração do Resultado do Exercício.

Nesse contexto, no ano de 2010 a Braskem efetuou as referidas reclassificações.

Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 4.5

4.5 Reclassificações de BRGAAP

Nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao balanço de abertura e a 31 de dezembro de 2009, foram feitas algumas reclassificações nos saldos publicados em BR GAAP para melhor apresentação e manter a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010. As principais alterações são resumidas a seguir:

- ▶ No resultado do exercício das demonstrações financeiras individuais de 2009, saldos relativos à despesas com redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e com baixa de projetos descontinuados, que estavam registrados como “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, foram reclassificados para linhas próprias, nos montantes de R\$ 84.498 e R\$ 18.200, respectivamente.

- ▶ No resultado do exercício das demonstrações financeiras consolidadas de 2009, o saldo que havia sido publicado como “baixa de projetos descontinuados” foi reclassificado para a rubrica de “redução ao valor recuperável” de ativos imobilizados no montante de R\$ 60.387.

Métodos e premissas utilizadas no cômputo do valor recuperável

Devido à inerente complexidade da mensuração do valor recuperável de determinados ativos, especificamente porque grande parte dos ativos imobilizados e intangíveis das empresas não possui mercado ativo, o CPC 01 exige a divulgação dos respectivos métodos e premissas utilizados pela entidade.

Caso o valor recuperável do ativo (ou unidade geradora de caixa) tenha sido computado com base no seu valor em uso, a empresa deverá divulgar, por exemplo, o referido período de projeção, as taxas de desconto utilizadas e igualmente as taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções para além do período coberto pelas previsões.

Sobre esse aspecto, a Usiminas, que apurou perda no valor recuperável referente ao *goodwill*, apresentou as seguintes informações.

Demonstração Contábil da Usiminas, Nota Explicativa nº 19

b) Teste do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue o resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Mineração				37.898	43.284	43.284
Siderurgia	110.343	110.638	110.638	121.178	110.343	110.343
Transformação do aço				60.554	48.795	62.500
	110.343	110.638	110.638	219.630	202.422	216.127

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos.



As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2010 são as que seguem:

	Controladora					
	31/12/2010	31/12/2009				
Margem bruta (1)	16,1%	22,7%				
Taxa de crescimento (2)	10,1%	16,6%				
Taxa de desconto (3)	WACC	WACC				

	Consolidado					
	31/12/2010			31/12/2009		
	Mineração	Siderurgia	Transformação do aço	Mineração	Siderurgia	Transformação do aço
Margem bruta (1)	52,4%	16,1%	18,6%	47,3%	22,7%	48,6%
Taxa de crescimento (2)	29,4%	10,1%	26,0%	32,6%	16,6%	33,5%
Taxa de desconto (3)	WACC	WACC	WACC	WACC	WACC	WACC

(1) Margem bruta, média do período orçado de 5 anos

(2) Taxa de crescimento média da geração de caixa operacional, para o período orçado de 5 anos

(3) Taxa real de 13,03% a.a. antes do imposto de renda e contribuição Social e 8,6% a.a. após IR/CS (aproximado ao WACC praticado no mercado)

Essas premissas foram usadas para análise de cada UGC dos segmentos operacionais.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem ao custo de capital da Companhia e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

Acerca das premissas utilizadas para fins do cálculo do valor em uso, é recomendável que as empresas apresentem as referidas divulgações, mesmos nos casos em que não houve baixa dos ativos testados para fins de *impairment*, conforme realizado pela Fibria.

Demonstração Contábil da Fibria, Nota Explicativa nº 19.1

Teste do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2010 a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado, também conhecido como *Discounted Cash Flow* (DCF). O conceito básico desta metodologia resume-se na determinação dos fluxos de caixa livres em um período determinado, em função:

- ▶ do resultado operacional;
- ▶ do retorno ao resultado operacional da depreciação sobre o ativo imobilizado, apropriada ao resultado do exercício;
- ▶ da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em função do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (*Weighted Average Cost of Capital (WACC)*). Esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades. O custo do capital próprio da Fibria foi calculado pelo método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*).

Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco anos de acordo com as projeções da Companhia, acrescidos do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ano, descontado ao valor presente pelo WACC diminuído da expectativa de crescimento do PIB.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2010, para a UGC, são as que seguem:

	2010
Resultado operacional - % ⁽ⁱ⁾	29,8
Perpetuidade - "g" - % ⁽ⁱⁱ⁾	0,74
Taxa de desconto - WACC - % ⁽ⁱⁱⁱ⁾	8,38

(i) Margem bruta, média do período orçado de cinco anos.

(ii) Taxa de crescimento do fluxo de caixa em perpetuidade

(iii) A taxa de desconto foi calculada antes dos impostos

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

Nos casos em que a base para cômputo do valor recuperável tenha sido o valor justo líquido das despesas de venda, a empresa deverá divulgar as premissas-chaves utilizadas pela administração para cômputo de tais valores, que incluem, por exemplo, a determinação do valor de mercado do referido ativo.

Contudo, dado que a maioria dos ativos de longo prazo sujeitos a *impairment* não são destinados a venda e igualmente não possuem preços em mercados cotados, o cálculo do valor recuperável é na maior parte dos casos baseado no valor em uso do referido ativo ou unidade geradora de caixa. Entretanto, preços de mercado podem eventualmente ser utilizados como premissas pelas empresas.

Sobre esse aspecto, a MMX divulgou que considerou o preço do minério de ferro, além da taxa de desconto, como premissa na estimação do valor recuperável, apresentando igualmente possíveis impactos nas mudanças desses valores.

Demonstração Contábil da MMX, Nota Explicativa nº 20

Análise de sensibilidade das premissas

A administração identificou duas premissas principais as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável: a taxa de desconto adotada e o preço de minério de ferro de longo prazo. A análise de sensibilidade indica que seria necessária uma queda muito brusca de preços de minério de ferro no longo prazo do preço atual de US\$ 130/t (Sinter Feed 64,5% FOB Brasil, dmt) para valor abaixo de US\$ 50/t, e um aumento significativo da percepção de risco para efeitos do cálculo da taxa de desconto dos atuais 10% para > 30% na MMX Sudeste e > 100% na MMX Corumbá para que o valor recuperável se iguale ao valor contábil.

Resultado do teste de valor recuperável dos ativos

Como consequência do teste de valor recuperável dos ativos da Companhia, o valor recuperável é superior ao valor contábil dos ativos, não acarretando em perdas.

Divulgações sobre redução ao valor recuperável realizadas pelas empresas da nossa amostra

Dentre as diversas divulgações requeridas pelo CPC 01, encontram-se as informações acerca das perdas reconhecidas, que devem ser segregadas por classes de ativos. Essas informações podem ser incluídas na reconciliação do valor contábil do imobilizado ou intangível, conforme realizado pela Ambev.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 14**Consolidado**

	2010			2009		
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	3.152.182	10.081.410	2.020.653	612.086	15.886.331	16.043.073
Efeito de variação cambial	(112.067)	(471.018)	(50.721)	(11.489)	(645.295)	(1.687.726)
Aquisições por meio de combinações de negócios	-	-	-	-	-	17.025
Aquisições	3.969	139.683	44.098	2.037.053	2.224.803	1.307.122
Baixa de subsidiária	(98.128)	(477.011)	(33.540)	(1.890)	(610.569)	-
Alienações	(4.836)	(140.714)	(147.932)	(502)	(293.984)	(245.168)
Transferência para outras categorias de ativos	49.072	511.501	471.800	(1.235.466)	(203.093)	(216.973)
Outros ⁽ⁱ⁾	17.107	85.045	6.156	1.579	109.887	648.978
Saldo final	3.007.299	9.728.896	2.310.514	1.401.371	16.448.080	15.866.331
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(1.380.603)	(6.597.237)	(1.293.419)	-	(9.271.259)	(8.738.473)
Efeito de variação cambial	54.081	352.939	25.340	-	432.360	767.773
Depreciação	(100.687)	(869.560)	(293.509)	-	(1.263.756)	(1.108.984)
Perdas de redução ao valor de recuperação ⁽ⁱⁱ⁾	-	(150.289)	(2.603)	-	(152.892)	(100.888)
Baixa de subsidiária	65.906	408.651	12.794	-	487.351	-
Alienações	1.518	75.342	159.957	-	236.817	184.218
Transferências para outras categorias de ativos	8.487	405.209	(231.070)	-	182.626	200.726
Outros ⁽ⁱ⁾	(12.705)	(58.402)	4.078	-	(67.029)	(475.631)
Saldo final	(1.364.003)	(6.433.347)	(1.618.432)	-	(9.415.782)	(9.271.259)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2009	1.771.579	3.484.173	727.234	612.086	6.595.072	6.595.072
31 de dezembro de 2010	1.643.296	3.295.549	692.082	1.401.371	7.032.298	-

(i) Inclui correção monetária proveniente da aplicação do IAS 29 em nossas operações na Venezuela, no montante líquido de R\$ 4.390 (R\$123.782 em 31 de dezembro de 2009), sendo R\$ 17.707 (R\$ 551.265 em 31 de dezembro de 2009) correspondente ao custo de aquisição e R\$ (12.717) e (R\$427.483) em 31 de dezembro de 2009) correspondente a depreciação, respectivamente.

(ii) R\$ 33.916 refere-se a perdas com *impairment* dos ativos da fábrica Hamilton Brewery nas operações da Labatt e o restante refere-se principalmente a perdas com embalagens retornáveis.

Outra informação importante para os usuários e igualmente exigida pelo CPC 01 diz respeito à análise de sensibilidade acerca da principal premissa utilizada pela empresa na determinação do valor recuperável. Nossas análises evidenciaram que apenas cinco das empresas analisadas divulgaram tal informação. A Braskem foi uma dessas empresas.

Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 15

O teste do *impairment* para as UN's e UGC que têm ágio alocado, conforme a seguir demonstrado, é realizado em dezembro ou em outros meses caso eventos ou circunstâncias indiquem essa necessidade.

Em dezembro de 2010, a Companhia avaliou a recuperabilidade dos ágios através do método de valor em uso existentes e não identificou perda, conforme a seguir demonstrado:

UGC e UN's	Ágios alocados	Fluxo de caixa (FC)	Valor contábil (inclui ágio)	% FC / Valor contábil
UGC - Unib - RS	1.007.433	6.604.427	1.537.206	330
UN - Poliolefinas	863.921	12.241.079	5.293.953	131
UN - Vinílicos	192.353	2.826.600	2.340.541	21
Total	2.063.707	21.672.106	9.171.700	136

A UGC Unib-RS pertence à UN Petroquímicos Básicos que é dividida em duas UGC's. A outra UGC, denominada UNIB-Bahia não tem ágio. Por outro lado, a UN Poliolefinas é dividida em duas UGC's: Polietilenos e Polipropileno. Apesar desta divisão, não é possível identificar o ágio existente entre as UGC's: razão porque, o teste de *impairment* é efetuado considerando a UN como um todo. A UN Vinílicos não é dividida em UGC's.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2010 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas dos negócios para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto baseadas no Custo de Capital Médio (WACC) e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade com base na inflação anual do IPCA. A taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 4,6% a.a. e a taxa de desconto (WACC) foi de 10,69% a.a.

Análise de sensibilidade

Dado o impacto potencial nos fluxos de caixa da "taxa de desconto" e da "taxa de crescimento para perpetuidade" a Companhia efetuou análise de sensibilidade com mudanças nessas variáveis, cujos novos fluxos de caixa estão demonstrados na tabela abaixo:

UGC e UN's	+0,5% na taxa de desconto	- 0,5% na taxa de desconto
UGC - Unib - RS	6.307.744	6.553.038
UN - Poliolefinas	11.610.637	12.173.872
UN - Vinílicos	2.681.144	2.808.478
Total	20.599.525	21.535.388



// CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37)

Esta seção apresenta as análises referentes às demonstrações contábeis das 56 empresas da nossa amostra no que diz respeito aos assuntos tratados pelo CPC 25 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* (IAS 37). Tal norma internacional estabelece os conceitos e os respectivos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Acerca desses conceitos, é necessário, antes de apresentarmos as referidas análises, fazermos algumas considerações.

Primeiramente, de acordo com as normas internacionais, só devem ser denominados de provisões os passivos de prazo ou valor incerto. Em outras palavras, *accruals*, que na verdade são passivos decorrentes de apropriações por competência, não devem ser chamados de provisões. Nesse contexto, as provisões para férias, provisões para IR e CS devem a partir de agora ser chamadas de férias a pagar, IR a pagar, e assim por diante.

Do mesmo modo, há necessidade de se diferenciar as provisões dos passivos contingentes. De fato, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço das empresas, seja porque não se pode computar o valor referente a tal obrigação com confiabilidade, ou ainda porque não é provável que haja a referida saída dos recursos.

De acordo com o CPC 25, as contingências possíveis devem apenas ser divulgadas em nota explicativa. Portanto, para fins de IFRS, não deverá haver passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial das entidades com o nome de contingências passivas ou ainda provisões para contingências.

Sobre esse aspecto, nossas análises evidenciaram que algumas empresas ainda continuam utilizando o nome contingência de maneira equivocada. Por outro lado, reconhecemos que, neste primeiro momento, isso é de certa forma aceitável tendo em vista a grande mudança cultural trazida pela adoção do IFRS no Brasil.

Contudo, recomendamos fortemente que os profissionais de contabilidade se habituem às novas nomenclaturas. Isso facilitará a vida do usuário da informação contábil, que poderá efetivamente identificar de maneira separada os valores que são referentes aos passivos derivados de *accruals*, as provisões e passivos contingentes apresentados nas demonstrações contábeis das empresas.

Nesta seção, os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Empresas que possuem provisões, passivos e ativos contingentes
- ▶ Divulgações apresentadas pelas empresas sobre provisões
- ▶ Divulgações apresentadas pelas empresas sobre passivos contingentes
- ▶ Divulgações apresentadas pelas empresas sobre ativos contingentes

Divulgação

Os itens do pronunciamento CPC 25.84-92 tratam, em resumo, da obrigação de divulgar:

- a)** a movimentação dessa rubrica ocorrida no período; **b)** a descrição da natureza;
- c)** cronograma e incertezas associados às obrigações; e **d)** o valor de reembolsos esperados.

Preveem também para os passivos contingentes a divulgação uma breve descrição de sua natureza e, quando praticável, as estimativas, incertezas e possibilidades de reembolso.

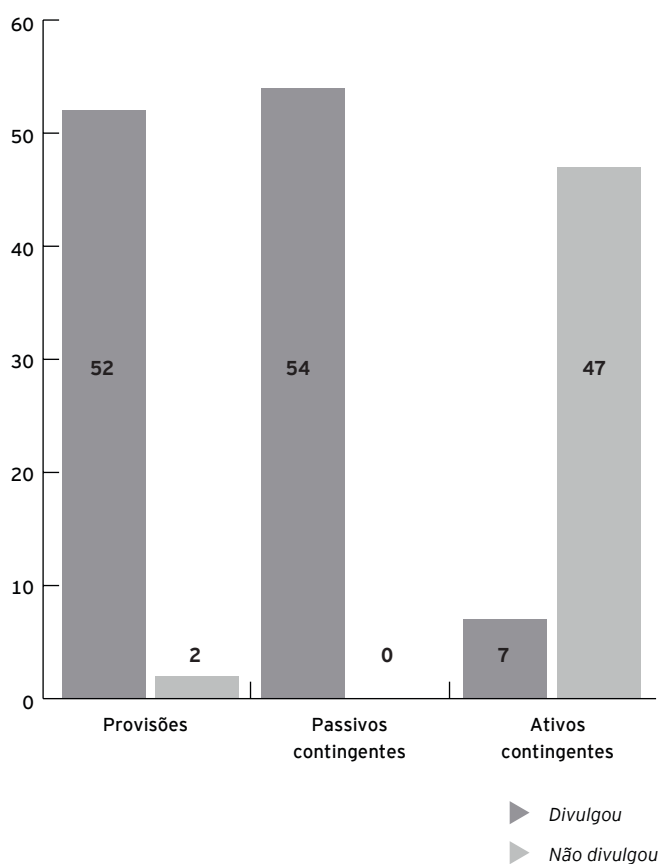
A existência de uma forte presença de obrigações legais oriundas de conflitos fiscais e trabalhistas predomina no conteúdo das empresas selecionadas, conforme comentado mais adiante.

Empresas que possuem provisões, passivos e ativos contingentes

Dentre as empresas pesquisadas, 52 (93% da amostra) fizeram algum tipo de divulgação a respeito de provisões, 54 (97%) divulgaram a respeito de passivos contingentes e sete (13%) forneceram informações acerca de ativos contingentes. O gráfico ao lado ilustra esses resultados.

Divulgações apresentadas pelas empresas sobre provisões

Nossas análises evidenciaram que a maior parte das provisões reconhecidas pelas empresas da nossa amostra é oriunda de obrigações legais decorrentes de processos judiciais. Uma das empresas que apresentaram uma divulgação detalhada acerca de seus processos judiciais e dos respectivos valores das provisões foi a Gol.



Demonstração Contábil da Gol, Nota Explicativa nº 21**Processos judiciais**

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas contratadas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos, na totalidade de 15.947 conforme a seguinte distribuição: 8.756 processos cíveis judiciais, 1.379 procedimentos cíveis administrativos e 5.747 processos judiciais trabalhistas, sendo 65 trabalhistas administrativos.

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente à ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos de voos, cancelamentos de voos, extravios de bagagens e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente em discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os processos judiciais são classificados em Operação (aqueles que decorrem de curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.). Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue a seguinte distribuição:

	Operação	Sucessão	Total
Cíveis judiciais	8.087	669	8.756
Cíveis administrativos	1.347	32	1.379
Trabalhistas judiciais	1.391	4.356	5.747
Trabalhistas administrativos	63	2	65
Total	10.888	5.059	15.947

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Cíveis	29.786	35.524	20.898
Trabalhistas	40.850	34.815	51.425
	70.636	70.339	72.323



É importante ressaltar que uma provisão pode ser ainda decorrente de uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). Tais obrigações decorrem de a empresa haver indicado que aceitará certas responsabilidades, que consequentemente geraram expectativas nas contrapartes. Por exemplo, quando forem causados danos ambientais, pode haver uma obrigação não formalizada para remediar as consequências, mesmo que não exista ainda uma obrigação legal.

De acordo com o CPC 25, os gastos futuros com reestruturação poderão gerar uma obrigação não formalizada, desde que a entidade tenha um plano formal detalhado tratando do assunto e indicando, por exemplo, os desembolsos que serão efetuados, a parte da empresa que será afetada, o número de funcionários que serão incentivados a se demitir etc.

Na amostra analisada, a Ambev foi uma das empresas que reconheceram uma provisão para reestruturação e igualmente informaram as respectivas expectativas de vencimento.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 28

A expectativa de vencimentos das provisões está demonstrada abaixo:

Consolidado					
Em milhares de reais	Total	1 ano ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais de 5 anos
Reestruturação					
Reorganização não corrente	18.111	13.246	4.865	-	-
Total	18.111	13.246	4.865	-	-

Já a Brookfield reconheceu provisões referentes às garantias prestadas acerca de imóveis vendidos, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Brookfield, Nota Explicativa nº 17

17. Provisões

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Provisões relacionadas a processos judiciais e obrigações legais (a)	60.690	58.512	70.113
Provisão de garantia	12.701	5.832	2.300
	73.391	64.344	72.413
Circulante	4.404	2.800	-
Não circulante	68.987	61.544	72.413
	73.391	64.344	72.413

- b) As provisões para garantia referem-se à estimativa de gastos a serem incorridos pela Sociedade e suas controladas com as garantias existentes relativas ao período posterior à entrega das chaves das unidades imobiliárias. O prazo de garantia oferecido é de 5 anos a partir da entrega do empreendimento. A provisão para garantia é calculada com base em uma média de gastos realizados nos últimos 5 anos, sendo essa a melhor estimativa da Administração, a qual considera o valor presente das saídas de benefícios econômicos futuros, que será exigida de acordo com as obrigações da Sociedade e suas controladas de prestação de garantia prevista na legislação comercial local. A estimativa foi feita com base em tendências históricas de garantias e pode variar em consequência do uso de novos materiais, processos de construções alterados e outros eventos que afetem a qualidade das unidades construídas.

De acordo com o CPC 25, as empresas devem divulgar, para cada classe de provisão, as respectivas movimentações do período, incluindo utilizações, aumentos, reversões e alterações referentes a ajustes a valor presente. Notamos que algumas empresas analisadas não atendem por completo a essas exigências de divulgação presentes no CPC 25. Uma das empresas que atenderam às referidas exigências foi a BR Foods.

Demonstração Contábil da BR Foods, Nota Explicativa nº 26

(BR GAAP e IFRS)
Consolidado

	Saldo 01/01/09	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo 31/12/09	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo 31/12/10
Tributárias	153.219	33.992	(89.135)	(7.833)	11.867	204.818	105.817	(25.978)	(12.022)	8.819	281.454
Trabalhistas	51.623	44.572	(20.113)	(28.284)	4.563	98.667	82.533	(14.304)	(68.442)	11.698	110.152
Cíveis, comerciais e outras	14.300	23.565	(20.404)	(2.810)	3.055	97.865	48.165	(41.884)	(10.885)	3.753	97.014
Passivos contingentes	-	-	-	-	-	630.258	-	-	-	-	630.258
	219.142	102.129	(129.652)	(38.927)	19.485	1.031.608	236.515	(82.166)	(91.349)	24.270	1.118.878
Total circulante	38.927					91.349					65.138
Total não circulante	180.215					940.259					1.053.740

Para cada classe de provisão devem ser divulgadas, entre outras informações, uma breve descrição da natureza da obrigação. No caso de processos judiciais, por exemplo, é recomendável que a empresa informe o usuário acerca do referido assunto, de modo que ele possa avaliar os possíveis riscos judiciais da empresa.



A maioria das empresas analisadas apresentou tais informações. Contudo, notamos que algumas das divulgações não são claras e efetivamente não reduzem as incertezas dos usuários. Dentre as empresas que apresentaram divulgações relativamente detalhadas e claras acerca de seus processos judiciais, encontra-se a Telemar Norte Leste.

Demonstração Contábil da Telemar Norte Leste, Nota Explicativa nº 24

2) Trabalhistas:

- I) Horas extras** - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
- II) Diferenças salariais** - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/ reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- III) Adicionais diversos** - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
- IV) Indenizações** - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio crèche e produtividade previstos em acordo coletivo.
- V) Verbas rescisórias** - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.
- VI) Complemento de aposentadoria** - Reclamações referentes as diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
- VII) Subsidiariedade** - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
- VIII) Estabilidade/reintegração** - refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial de emprego, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- IX) FGTS** - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
- X) Multas trabalhistas** - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

XI) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.

XII) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

XIII) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Ainda sobre provisões, o CPC 25 exige que as empresas divulguem as referidas garantias concedidas em processos judiciais, conforme realizado pela Vivo.

Demonstração Contábil da Vivo, Nota Explicativa nº 21

19.4) Garantias

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora		
	Depósitos judiciais	Cartas Fiança	Total
Cíveis e trabalhistas	6.140	1.470	7.610
Tributários	617.305	23.838	641.143
Total	623.445	25.308	648.753

	Consolidado			
	Imóveis e Equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas Fiança	Total
Cíveis e trabalhistas	15.593	122.833	9.903	148.329
Tributários	50.601	958.298	427.974	1.436.873
Total	66.194	1.081.131	437.877	1.585.202

Além das garantias citadas no quadro anterior, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e controlada possuíam valores em garantia a processos judiciais (contas correntes bancárias e/ou aplicações financeiras bloqueadas judicialmente) no montante de R\$ 58.845 (R\$ 53.979 em 31 de dezembro de 2009), conforme divulgado na nota 7.

Divulgações apresentadas pelas empresas sobre passivos contingentes

Conforme discutido no início desta seção, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos no balanço das empresas. Isso não implica, contudo, que a empresa não deva divulgá-los em nota explicativa. De acordo com o CPC 25, apenas os passivos contingentes cuja probabilidade de perda é remota não necessitam ser divulgados pela empresa.

Uma das empresas que apresentaram uma lista completa de seus passivos contingentes foi a Natura, conforme apresentado a seguir.



Demonstração Contábil da Natura, Nota Explicativa nº 17

Contingências passivas - risco possível

A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributárias:				
Ação Declaratória - ICMS - ST (a)	53.809	29.162	53.809	29.162
Compensação de 1/3 da COFINS - Lei nº 9.718/98 (b)	5.121	4.925	5.121	4.925
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (c)	4.567	4.456	4.567	4.456
Auto de infração IPI (d)	5.178	-	5.178	-
Processo administrativo - auto de infração ICMS - ST - DF (e)	25.077	7.720	25.077	7.720
Processo administrativo - débito fiscal - ICMS - ST - RS (f)	15.919	7.255	15.919	7.255
Auto de infração - SeFaz de SP - fiscalização do ICMS (g)	9.837	-	9.837	-
Auto de infração - preço de transferência em contratos de mútuo com empresa ligada ao exterior (h)	1.779	1.716	1.779	1.716
Notificação fiscal de lançamento de débito - GFIP (i)	974	902	974	902
Auto de infração de ICMS - ST (j)	440	529	440	529
Pedido de compensação de tributos de mesma espécie - IRPJ e IRRF (k)	568	532	568	532
Outras	44.051	23.619	52.373	28.849
	167.320	80.816	175.642	86.047

Já outras empresas, como, por exemplo, a Cesp, optaram por apresentar um quadro de seus processos judiciais segregados pela expectativa de perda, como demonstrado a seguir.

Demonstração Contábil da Cesp, Nota Explicativa nº 23

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Natureza	31/12/2010			
	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas	152.610	41.003	117.832	311.445
Ações cíveis diversas	18.847	13.084	6.890	38.821
Ações tributárias	27.654	8.524	1.420	37.598
Ações e riscos ambientais	301.957	7.493	2.339.624	2.649.074
Ações cíveis - usinas CESP	759.434	1.558.114	1.490.193	3.807.741
Ações de desapropriações	124.861	54.187	1.813	180.861
Ações cíveis / desapropriações - empresas cindidas	203.235	235	377	203.847
Total	1.588.598	1.682.640	3.958.149	7.229.387

A Brasil Telecom, por sua vez, apresentou um quadro incluindo tanto os valores de suas provisões quanto de seus passivos contingentes.

Demonstração Contábil da Brasil Telecom, Nota Explicativa nº 24

Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

2010				
Risco	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Passivos contingentes	2.205.808	2.435.016	779.905	5.420.729
2009				
Risco	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	793.650	486.581	3.153.252	4.433.483
Passivos contingentes	1.128.980	1.778.465	661.727	3.569.172

Finalmente, é de suma importância que as empresas evidenciem os referidos detalhes sobre os processos judiciais que foram considerados como passivos contingentes, conforme realizado pela Petrobras.

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 29**29.2 Processos judiciais não provisionados****Descrição**

Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.

Natureza: Cível

A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o “prejuízo” causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovam o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.

Situação Atual

Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US\$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios.

A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão, a Petrobras ofereceu Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF.

Em dezembro de 2009 foi julgado e improvido o recurso de Agravo Regimental oferecido pela Porto Seguro, que buscava obstar o processamento do recurso especial da Petrobras. Foram então, opostos Embargos de Declaração pela Porto Seguro, que restaram improvidos em julgamento havido em dezembro de 2010.

Aguarda-se a publicação dessa decisão e julgamento do referido recurso especial por meio do qual a Petrobras busca reverter totalmente a condenação.

Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo.

Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 19.032, em 31 de dezembro de 2010. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R\$ 12.561, não representará um desembolso efetivo do sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R\$ 952 a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados R\$ 3.806 a título de honorários advocatícios.

Divulgações apresentadas pelas empresas sobre ativos contingentes

De acordo com o CPC 25, os ativos contingentes não devem ser reconhecidos no balanço da empresa. Isso porque se trata de um resultado que talvez nunca venha a ser realizado pela empresa. Nesse contexto, nota-se aqui a existência de conservadorismo contábil na referida norma internacional.

Isso não implica, contudo, que em períodos subsequentes esse ativo não venha a ser reconhecido. De fato, caso em exercício subsequente determinado evento ocorra e seja praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros que possam ser mensurados de maneira confiável, o referido ativo contingente se tornará de fato um ativo que atende às exigências de reconhecimento, podendo assim ser reconhecido no balanço das empresas.

Por essa razão, conforme a referida norma internacional, quando da provável entrada de benefícios econômicos futuros, os ativos contingentes deverão ser divulgados em nota explicativa, juntamente com os respectivos detalhamentos da sua natureza.

Das 56 empresas por nós analisadas, apenas sete informaram a existência de ativos contingentes. Tais ativos são, na maior parte dos casos, decorrentes de processos judiciais, como, por exemplo, no caso da Usiminas, apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Usiminas, Nota Explicativa nº 26

c) Contingências ativas

A seguir, estão demonstradas as contingências ativas da Companhia e da controlada em conjunto Unigal, cujos processos não transitaram em julgado e, portanto, não foram reconhecidas no balanço:

1) Contingências provenientes da controladora

Descrição	Posição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
		Saldo	Saldo	Saldo
Ação proposta pela Usiminas visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento dos embargos de divergência interpostos pela Eletrobrás no STJ.	528.461	442.000	400.000
Ação proposta pela Cosipa visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento de recurso da Eletrobrás no STF.	589.288		
Ação movida contra a União Federal na qual a Companhia busca a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo da COFINS e do PIS.	Processo com alteração da chance de êxito provável para chance de êxito possível.		110.500	100.000
Ação questionando a restrição do direito ao crédito de PIS e COFINS sobre máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos antes de 30/04/2004	Proferida decisão favorável à Usiminas. Aguardando julgamento do recurso interposto pela União.	119.870	110.500	
Ação pleiteando a exclusão das receitas da exportação da base de cálculo da CSLL.	Processo com alteração da chance de êxito provável para chance de êxito remoto.		221.000	200.000
Outras		99.521	72.716	65.806
		1.337.140	956.716	765.806

Outra empresa que divulgou a existência de ativos contingentes foi a Petrobras, que igualmente apresentou uma breve descrição do processo judicial e de suas referidas expectativas.

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 29

29.3 Contingências ativas

29.3.1 Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e suas controladas Gaspetro, Transpetro e Refap, ajuizaram ação ordinária contra a União perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, referente à recuperação, por meio de

compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 e janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 09 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado §1º do art. 3º da Lei 9.718/98. Em 09 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Petrobras ajuizou nova ação visando a recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2010, os valores de R\$ 2.302 da Petrobras, R\$ 75 da Gaspetro, R\$ 29 da Transpetro e R\$ 14 da Refap, relativo às citadas ações, não estão refletidos nestas demonstrações contábeis em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

// CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8)

Um dos principais objetivos da adoção das normas internacionais no Brasil é melhorar a qualidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas. A ideia é justamente aumentar a relevância das demonstrações contábeis de modo que suas informações auxiliem os usuários na tomada de decisão econômica.

Dentro desse contexto, a divulgação de informações por segmento acrescenta grande valor ao julgamento dos investidores através da compreensão da contribuição das partes do negócio ao todo constituído pela empresa. Embora seja possível avaliar a empresa de forma agregada através das demonstrações contábeis é mais difícil compreender o desempenho do negócio sem conhecer, por exemplo, a contribuição de produtos novos *versus* os produtos maduros, ou o crescimento das vendas por regiões geográficas.

No cenário nacional eram poucas as empresas que divulgavam tais informações de maneira voluntária. De fato, as empresas que divulgavam tais informações o faziam em razão de regulamentações setoriais específicas. Esse era o caso, por exemplo, das empresas do setor elétrico, que segregavam suas operações em geração, transmissão e distribuição, em razão das exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Portanto, a adoção das normas internacionais representa, sem dúvida, um avanço ao que vínhamos fazendo no Brasil, haja vista que exige a divulgação de informações até então não divulgadas pela grande maioria das empresas no cenário nacional.

Nesta seção, nós analisamos as divulgações realizadas pelas 56 empresas da nossa amostra no tocante às informações por segmento. Tal assunto está disposto no CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8). Essa norma internacional define os requisitos para a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais e igualmente aborda as divulgações acerca dos produtos e serviços da entidade, das suas áreas geográficas e de seus principais clientes.

Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Número e tipo de segmentos divulgados pelas empresas
- ▶ Políticas e estimativas contábeis sobre informações por segmento
- ▶ Itens de resultado e patrimônio divulgados por segmento
- ▶ Informações específicas acerca dos principais produtos, áreas geográficas, clientes e gestores das empresas

Número e tipo de segmentos divulgados pelas empresas

De acordo com o CPC 22, um segmento operacional é um componente do negócio da empresa que gera receitas e despesas sobre o qual haja informação financeira diferenciada, cujo resultado seja avaliado pelo principal gestor para fins de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Dentre as empresas analisadas, 53 divulgaram informação sobre segmentos. Das empresas que divulgaram algum tipo de informação, 23% divulgaram apenas um segmento, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quantidade de segmentos reportados	Quantidade de Empresas	% de Empresas
1 segmento	12	23%
2 segmentos	10	19%
3 segmentos	10	19%
4 segmentos	7	13%
5 segmentos	9	17%
6 a 9 segmentos	5	9%
Total	53	100%

O número máximo de segmentos divulgados foi de nove, reportados pela Embraer, que detalhou seus ativos tanto por produto quanto por área geográfica.

Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 44

c) Ativos consolidados da Companhia por segmentos em 31 de dezembro de 2010

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços Areronaúticos	Outros	Não Segmentado	Total
Contas a Receber	-	224.147	-	315.377	42.419	-	581.943
Ativo Imobilizado	734.458	71.379	221.585	382.699	590.953	-	2.001.074
Ativo Intangível	442.591	3.104	686.427	-	3.773	57.620	1.193.515
Total	1.177.049	298.630	908.012	698.076	637.145	57.620	3.776.532

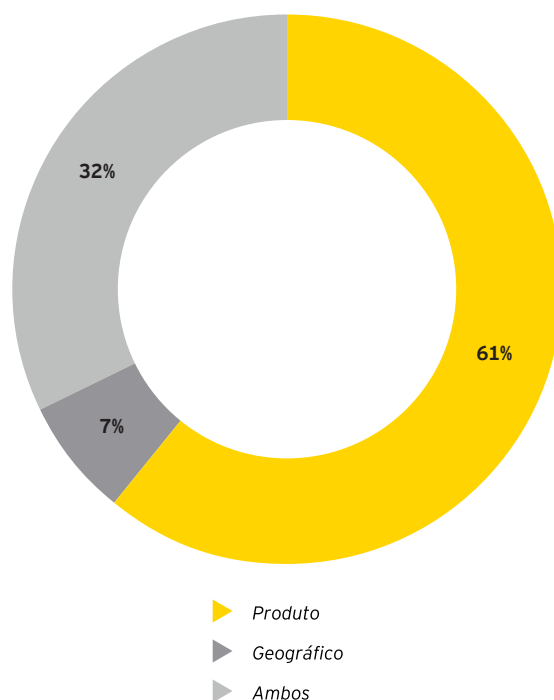
d) Ativos consolidados da Companhia por região em 31 de dezembro de 2010

	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil	Total
Contas a Receber	48.530	270.685	15.005	247.723	581.943
Ativo Imobilizado	300.076	692.836	72.217	935.945	2.001.074
Ativo Intangível	4.337	4.388	432	1.184.358	1.193.515
Total	352.943	967.909	87.654	2.368.026	3.776.532

É importante ressaltar que o CPC 22 não define como a entidade deve agregar seus segmentos operacionais. Em outras palavras, não existe uma regra específica. Ao contrário, tal norma internacional recomenda fortemente que a base para agregação dos segmentos operacionais seja justamente aquela utilizada para fins de tomada de decisão gerencial.

Sobre esse aspecto, nós buscamos avaliar qual foi o critério utilizado pelas empresas da nossa amostra que reportaram mais de um segmento, para agregar seus segmentos. Os resultados são apresentados no gráfico ao lado.

Conforme o gráfico ao lado, 61% das empresas segmentaram suas operações por produto, 7% por distribuição geográfica e 32% usaram ambos os critérios. Uma das empresas que segregaram suas operações por produtos foi a CCR.



Demonstração Contábil da CCR Rodovias, Nota Explicativa nº 9

Informações relativas a 31 de dezembro de 2010

	Concessões rodoviárias	Concessão metroferroviária	Serviços/ Holdings	Totais	Eliminações (*)	Consolidado
Receitas brutas externas	4.665.630	159.369	210.749	5.035.748	-	5.035.748
Receitas brutas entre segmentos	-	-	226.859	226.859	(218.898)	7.961
Receitas financeiras	237.440	59.988	223.760	521.188	(71.111)	450.077
Despesas financeiras	(891.542)	(59.500)	(198.085)	(1.149.127)	71.112	(1.078.015)
Depreciação e amortização	(289.129)	(3.354)	(48.976)	(341.459)	21.890	(319.569)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	686.641	(14.534)	680.636	1.352.743	(680.090)	672.653
Imposto de renda e contribuição social	(363.141)	7.669	(35.600)	(391.072)	(4.735)	(395.807)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	655.259	655.259	(655.259)	-
Ativos dos segmentos divulgáveis	10.805.708	413.393	5.784.499	17.003.600	(4.236.069)	12.767.531
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	(2.558.823)	(2.558.823)	2.558.823	-
CAPEX	(107.059)	-	-	(107.059)	-	(107.059)
Passivos dos segmentos divulgáveis	10.768.859	413.393	5.821.348	17.003.600	(4.236.069)	12.767.531

(*) A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Já a OGX, que atua no segmento de Óleo e Gás, agregou seus segmentos com base na distribuição geográfica, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da OGX, Nota Explicativa nº 24

Ativos e passivos por segmento

	Bacias						
Em 31/12/2010	Campos	Pará-Maranhão	Santos	Espírito Santo	Parnaíba	Corporativo	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	-	-	-	-	3.184	5.080.324	5.083.508
Ativo não circulante	19.338	-	2.240	1.725	40	264.641	287.984
Imobilizado	-	-	-	-	-	27.624	27.624
Intangível	2.798.435	18.562	1.522.233	47.248	53.999	148.941	4.589.418
Total do ativo	2.817.773	18.562	1.524.473	48.973	57.223	5.521.530	9.988.534
Passivo							
Passivo circulante	23.366	-	3.653	5.331	-	704.628	736.978
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	11.758	11.758
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	9.239.798	9.239.798
Total passivo e patrimônio líquido	23.366	-	3.653	5.331	-	9.956.184	9.988.534



Políticas e estimativas contábeis sobre informações por segmento

Para que o usuário consiga fazer uma análise detalhada das informações por segmento, é de suma importância que as empresas divulguem os respectivos critérios e estimativas utilizados nas referidas agregações. Sobre esse aspecto, a Ultrapar divulgou as seguintes informações:

Demonstrações Financeiras da Ultrapar, Nota Explicativa nº 19

19 Informações sobre segmento

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustível, químico e logística. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição de combustíveis claros, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional a partir da aquisição da Texaco em 1º abril de 2009. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus derivados, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, de tinta e vernizes, entre outros. O segmento de logística (Ultracargo) opera armazenagem, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócios estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

A Petrobras, por sua vez, informou que utiliza tanto os tipos de produtos quanto a segmentação geográfica para agregar seus segmentos.

Demonstrações Financeiras da Petrobras, Nota Explicativa nº 21

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização vigente, contendo as seguintes áreas:

- a) Exploração e Produção: abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (Líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.
- b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.
- c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL, de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.
- d) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora.
- e) Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados



aos aposentados e beneficiários. Estão também contemplados nesse grupo os negócios com biocombustíveis, representados, principalmente, pelas operações da Petrobras Biocombustível.

Nossas análises evidenciaram igualmente que algumas empresas não divulgaram informações por segmentos. Entretanto, algumas delas, como foi o caso da MRV, ressaltaram que seus segmentos não foram segregados, pois os critérios quantitativos mencionados na CPC 22 (IFRS 8) não foram atendidos.

Demonstrações Financeiras da MRV, Nota Explicativa nº 27

Foram identificados dois segmentos operacionais, os quais são gerenciados separadamente, como segue:

- I) Incorporação imobiliária: divisão responsável pela incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros. O desenvolvimento e a construção dos empreendimentos são realizados diretamente pela Companhia ou através de sociedades em conta de participação e sociedades com propósitos específicos estabelecidos junto a seus parceiros; e
- II) Propriedades para investimentos: divisão responsável pela construção e sublocação, mediante arrendamento operacional, de galpões industriais, lojas comerciais, escritórios, *shopping centers*, além de loteamento e vendas de terrenos industriais.

Conforme definido pelo CPC 22, deve-se evidenciar separadamente informações sobre cada segmento operacional que atenda aos critérios qualitativos descritos acima e que superem os parâmetros quantitativos descritos a seguir:

- I) Sua receita reconhecida, incluindo tanto as vendas para clientes externos quanto as vendas ou transferências intersegmentos, ser superior a 10% da receita combinada;
- II) Montante em termos absolutos do lucro ou prejuízo apurado, ser igual ou superior a 10% do maior:
 - a) Lucro apurado combinado de todos os segmentos operacionais que não apresentaram prejuízo; e
 - b) Prejuízo apurado combinado de todos os segmentos operacionais que apresentam prejuízo;
- III) Seus ativos são iguais ou superiores a 10% dos ativos combinados de todos os segmentos operacionais.

Por não atender a todos os critérios de relevância acima descritos, as informações do segmento de propriedades para investimentos não foram evidenciadas separadamente, neste relatório.

As informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas representam substancialmente as informações do segmento de incorporação imobiliária.

As propriedades para investimentos que são exclusivas do referido segmento estão divulgadas na nota explicativa 13.

Itens de resultado e patrimônio divulgados por segmento

De acordo com o CPC 22, as empresas devem divulgar os ativos e passivos por segmento e igualmente os principais itens de receita, despesa e o resultado por segmento. Nossas análises evidenciaram que das 41 empresas que reportaram mais de um segmento, apenas duas não evidenciaram o resultado por segmento, conforme apresentado a seguir.

Tipo de Informação	Quantidade de empresas que reportaram	Percentual das empresas com mais de 1 segmento
Resultado do segmento	39	95%
Itens relevantes de receitas e despesas	34	83%
Ativos do segmento	28	68%
Passivos do segmento	18	44%

Uma das empresas que apresentaram uma divulgação bastante completa acerca de seus segmentos foi o Pão de Açúcar.

Demonstrações Financeiras do Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 27

Descrição	2010						Total
	Varejo	Atacarejo	Eletrodomésticos	Comércio Eletrônico	Total	Eliminação	
Receita Líquida de Vendas	20.562.715	2.922.916	6.902.244	1.703.798	32.091.673		32.091.674
Lucro Bruto	5.524.067	422.368	1.625.719	278.044	7.850.198		7.850.198
Depreciação de Amortização	(349.324)	(24.302)	(64.294)	(2.219)	(440.139)	0	(440.139)
Despesas Financeiras	(651.443)	(53.647)	(376.142)	(73.467)	(1.154.699)	0	(1.154.699)
Receita Financeira	290.117	7.244	33.943	395	331.698	0	331.698
Lucro antes do IR e CS	904.220	21.538	(109.674)	(2.682)	813.403	0	813.403
Imposto e Renda e Contribuição Social	(125.155)	(7.951)	41.214	5.333	(86.558)	0	(86.558)
Ativo circulante	6.697.344	725.622	6.657.427	518.760	14.599.153	(175.752)	14.423.401
Ativo não circulante	11.701.748	365.627	3.054.059	16.328	15.137.762	(886.899)	14.250.863
Passivo circulante	5.214.029	629.463	4.559.849	594.368	10.997.709	(532.474)	10.465.235
Passivo não circulante	6.364.113	281.098	1.641.890	545.558	8.832.659	(77.602)	8.755.057

De acordo com o CPC 22, os segmentos operacionais que não atingirem nenhum dos limites quantitativos podem ser considerados como reportáveis e divulgados separadamente, se a administração acreditar que as informações sobre o segmento seriam úteis aos usuários das demonstrações financeiras. A Usiminas, apesar de possuir um segmento que não atende a tais limites, optou por incluí-lo nas suas divulgações de informação por segmento.

Demonstrações Financeiras da Usiminas, Nota Explicativa nº 30

Embora o segmento Mineração e Logística não atenda aos limites quantitativos exigidos pelo IFRS 8, a Administração concluiu que esse segmento deve ser apresentado, uma vez que ele é monitorado de perto pelo Conselho de Administração como negócio relevante, com potencial de crescimento e que deve contribuir de forma significativa para a receita das Empresas Usiminas, futuramente. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda principalmente da fabricação e comercialização de produtos siderúrgicos e serviços relacionados.

Informações sobre lucro líquido (prejuízo), ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2010						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	959.787	11.496.110	2.433.063	1.447.313	16.336.273	(3.373.878)	12.962.395
Custo das vendas	(288.011)	(10.047.953)	(2.189.638)	(1.260.056)	(13.785.658)	3.354.119	(10.431.539)
Lucro bruto	671.776	1.448.157	243.425	187.257	2.550.615	(19.759)	2.530.856
(Despesas)/receitas operacionais	(89.200)	(229.516)	(202.933)	(106.744)	(628.393)		(628.393)
Despesas com vendas	(60.691)	(195.479)	(97.128)	(20.956)	(374.254)		(374.254)
Despesas gerais e administrativas	(19.772)	(342.069)	(95.588)	(69.793)	(527.222)		(527.222)
Outras (despesas) e receitas	(8.737)	308.032	(10.217)	(15.995)	273.083		273.083
Lucro operacional	582.576	1.218.641	40.492	80.513	1.922.222	(19.759)	1.902.463
Depreciação/amortização	28.668	734.398	39.507	20.285	822.858		822.858
Outras adições/exclusões	26.948	(134.265)	21.636	10.575	(75.106)		(75.106)
EBITDA	638.192	1.818.774	101.635	111.373	2.669.974	(19.759)	2.650.215
Margem EBITDA	66,5%	15,8%	4,2%	7,7%			20,4%
Ativos							
O total do ativo inclui:	4.646.068	33.636.397	1.693.752	1.182.080	41.158.297	(9.338.738)	31.819.559
Investimentos em coligadas (exceto o ágio)	238.644	1.441.924			1.680.568		1.680.568
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	295.450	4.668.937	491.403	30.620	5.486.410	(2.125.153)	3.361.257
Passivos circulante e não circulante	283.169	13.828.380	422.058	516.255	15.049.862	(2.259.740)	12.790.122



A norma internacional sobre informações por segmento requer que sejam apresentadas conciliações das informações dos segmentos com relação aos seus totais para a entidade dos seguintes elementos: receitas, lucro ou prejuízo, ativos, passivos e quaisquer informações evidenciadas dos segmentos divulgáveis. De acordo com nossas análises, poucas empresas apresentaram nota de conciliação, e nenhuma apresentou nota suficientemente detalhada, o que evidencia a necessidade de melhorias.

Informações específicas acerca dos principais produtos, áreas geográficas, clientes e gestores das empresas

O CPC 22 também apresenta exigências de divulgações que devem ser feitas mesmo pelas empresas que apresentaram apenas um segmento. Os requisitos tratam da divulgação de informações sobre as receitas provenientes de produtos ou serviços (ou grupos de produtos e serviços similares), sobre os países em que a empresa obtém receitas e mantém ativos e sobre os principais clientes, independentemente de essas informações serem usadas pela administração ao tomar decisões operacionais.

Entretanto, tal norma internacional não exige que uma entidade apresente informações que não sejam preparadas para uso interno se as informações necessárias não estiverem disponíveis e o custo para desenvolvê-las for excessivo.

Sobre esse aspecto, a Gerdau, que divulgou receitas e ativos por área geográfica, deixou de informar a receita por produto por não utilizar esse tipo de informação e igualmente considerar excessivo o custo de produzi-la.

Demonstrações Financeiras da Gerdau, Nota Explicativa nº 26

A norma IFRS estabelece que a Companhia deve divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de ações e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

De maneira geral, os resultados das empresas exportadoras são influenciados pela condição econômica e política de seus clientes estrangeiros. Nesse contexto, a abertura das receitas por país, conforme apresentado pela Braskem, torna-se uma informação relevante para os usuários das demonstrações contábeis.

Demonstrações Financeiras da Braskem, Nota Explicativa nº 28**b) Vendas por país**

	Receita líquida de vendas	
	2010	2009
País sede - Brasil	19.206.273	12.711.161
Estados Unidos	1.218.768	848.346
Argentina	988.901	544.621
Suíça	999.932	347.811
Holanda	413.148	200.891
Cingapura	141.558	186.102
Reino Unido	376.652	165.925
México	284.985	196.660
Colômbia	304.466	108.149
Barbados	531.833	60.942
Uruguai	108.656	71.650
Chile	116.084	86.183
Espanha	50.435	50.897
China	40.598	65.435
Paraguai	62.592	49.221
Portugal	45.923	46.828
Itália	42.425	38.652
Bolívia	44.625	38.482
Bélgica		11.920
Alemanha	655	4.885
Outros	516.308	301.309
	25.494.817	16.136.070

É importante mencionar ainda que o CPC 22 - Informações por Segmento menciona, de modo complementar às exigências dispostas na norma, que informações por região geográfica dentro do Brasil, caso relevantes e igualmente utilizadas para fins de tomada de decisão gerencial, devem igualmente ser divulgadas com base nos mesmos parâmetros utilizados nas outras divulgações.

Uma das empresas que apresentaram tal divulgação foi a PDG Realty, a qual evidenciou receitas e ativos discriminados por área geográfica, detalhando sua operação no Brasil por Estado.

Demonstrações Financeiras da PDG Realty, Nota Explicativa nº 25**Receitas líquidas:**

	Consolidado	
Receitas líquidas	31/12/2010	31/12/2009
Amazonas	55.433	-
Bahia	286.611	26.228
Espírito Santo	53.204	27.865
Goiás	122.459	36.570
Maranhão	6.303	-
Mato Grosso	78.185	16.248
Mato Grosso do Sul	8.652	9.520
Minas Gerais	158.219	9.482
Pará	29.070	-
Paraná	120.807	24.880
Rio de Janeiro	987.531	564.423
Rio Grande do Norte	19.209	-
Rio Grande do Sul	43.941	3.760
Santa Catarina	12.210	-
São Paulo	3.247.961	1.257.558
Exterior - Argentina	20	7.285
Total	5.229.815	1.983.819

Ativos não circulantes:

	Consolidado	
Ativos não circulantes	31/12/2010	31/12/2009
Amazonas	33.084	-
Bahia	214.535	11.541
Distrito Federal	-	20.272
Espírito Santo	10.116	39.694
Goiás	61.408	86.632
Maranhão	11.127	-
Mato Grosso	58.020	49.977
Mato Grosso do Sul	20.905	26.361
Minas Gerais	49.572	2.803
Pará	10.011	-
Paraíba	5.285	-
Paraná	84.058	19.227
Pernambuco	8.463	-
Rio de Janeiro	8.888.175	3.280.591
Rio Grande do Norte	9.901	-
Rio Grande do Sul	88.916	29.679
São Paulo	1.413.855	981.811
Exterior	47.700	324
Eliminações	(7.149.568)	(2.316.164)
Total	3.865.563	2.232.748



O CPC 22 também exige que a empresa forneça informações sobre o grau de dependência de seus principais clientes, sem obrigação de identificar os nomes desses clientes. A MMX foi uma das empresas que fizeram tal divulgação.

Demonstrações Financeiras da MMX, Nota Explicativa nº 8

Principais Clientes

O segmento Sudeste apresentou três clientes com receita superior a 10% do total consolidado em 2010, conforme abaixo:

Cientes	2010	2009
Sojitz Corporation of America	22%	7%
Nacional Minérios S.A.	18%	9%
Vale S.A.	13%	2%

Para o segmento Corumbá, as vendas são pulverizadas, não apresentando clientes específicos que representem 10% ou mais das vendas do Grupo.

Os segmentos Chile e Corporativo não apresentam receitas de vendas nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Finalmente, é importante destacar que apenas 28 empresas informaram quem é o principal gestor das operações. Destas, 16 (57% das que forneceram essa informação) referiram-se a um grupo de gestores, tais como diretoria, comitê de investimentos ou conselho de administração. Para 12 empresas, a função de principal gestor das operações está concentrada em um único gestor, em geral o Diretor Presidente.

// CPC 41 - Lucro por Ação (IAS 33)

Os analistas de investimento, principalmente aqueles interessados em encontrar o valor intrínseco da firma, utilizam informações presentes nas demonstrações contábeis para fazer projeções futuras. Nesse contexto, um dos principais indicadores utilizados por esses analistas é o lucro ou resultado por ação (*earnings per share*).

No primeiro momento, o cálculo desse indicador pode parecer relativamente simples. Em outras palavras, para encontrá-lo, em um cálculo simplificado, bastaria apenas dividir o lucro ou prejuízo do período pelo número de ações em circulação.

Contudo, devido à existência de diferentes tipos de ações, mais precisamente ordinárias e preferenciais, e ainda opções de ações concedidas pela empresa, instrumentos de dívidas conversíveis e outros instrumentos que afetam o número de ações em circulação, conhecidos como instrumentos diluidores, o cálculo desse indicador torna-se mais complexo. Com o objetivo de aumentar a consistência dos



referidos cálculos e igualmente permitir comparabilidade entre diferentes empresas e ao longo do tempo, o IASB emitiu a IAS 33 - Lucro por Ação (CPC 41). O objetivo dessa norma internacional é justamente estabelecer os princípios para o cálculo e a divulgação do lucro por ação.

Sobre esse aspecto é importante destacar que as exigências presentes no CPC 41 são um assunto novo para a maioria das empresas brasileiras. De fato, a Legislação Societária brasileira fazia menção à divulgação desse indicador, mas não havia no cenário nacional uma norma que determinasse os critérios para esse cálculo. Nesse contexto, grande parte das empresas brasileiras não evidenciava, por exemplo, o efeito de possíveis instrumentos diluidores sobre esse indicador.

Nesta seção, nós analisamos como as 56 empresas da nossa amostra aplicaram as exigências do CPC 41. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Principais diferenças encontradas entre o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído;
- ▶ Divulgações adicionais realizadas pelas empresas da nossa amostra sobre lucro por ação.

Principais diferenças encontradas entre o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído

De acordo com o CPC 41, as empresas devem divulgar tanto o lucro ou prejuízo por ação básico do período quanto o lucro ou prejuízo por ação diluído.

O primeiro é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício (trimestre ou anual).

Já o segundo é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e também a média ponderada da quantidade de ações, levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são todos os instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis, incluindo igualmente as opções de compra de ações concedidas a colaboradores da empresa.

Algumas empresas da nossa amostra, como, por exemplo, a Embraer, ressaltaram em nota explicativa essa nova forma de contabilização do lucro por ação, conforme as exigências do CPC 41.

Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 31

5.2.1 Explicação dos efeitos de transição para IFRS

f) Lucro por ação

De acordo com a norma brasileira, o lucro (perda) líquido por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro (perda) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

Nós buscamos analisar se havia diferenças entre esses dois indicadores nas empresas da nossa amostra. Das 56 empresas analisadas, 31 delas, o que corresponde a 55% da nossa amostra, apresentaram o mesmo valor tanto para o lucro por ação básico quanto para o lucro por ação diluído no ano de 2010.

Dentre as empresas que apresentaram o mesmo valor tanto para o lucro por ação básico quanto para o lucro por ação diluído, tem-se a Sabesp, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Sabesp, Nota Explicativa nº 19**19 Lucro por ação****a) Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.630.447	1.507.747
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	227.836.623	227.836.623
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	7,156	6.618

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

Por outro lado, nossas análises evidenciaram que 25 empresas apresentaram valores distintos para os referidos indicadores no exercício findo em 2010, como, por exemplo, a MMX.

Demonstração Contábil da MMX, Nota Explicativa nº 5.2**31. Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação**

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

	Consolidado	
	2010	2009
Básico		
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas	46.580	(185.138)
Média ponderada por ações (mil)	411.812	304.972
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em R\$) - Básico	0,11311	(0,60707)
		Consolidado
		2010
Diluído		
Lucro líquido atribuível aos acionistas		46.580
Média ponderada por ações (mil)		411.812
Potencial incremento nas ações em função do plano de opção de ações (mil)		595
Potencial incremento nas ações em função de aporte de capital (mil)		112.892
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído		0,08867

Em 31 de dezembro de 2009, 813.200 opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2009 não há diferenças entre o prejuízo por ação básico e diluído.

Note-se que, conforme informado pela MMX, as 813.200 opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada de ações ordinárias em 2009, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Em outras palavras, como a empresa teve prejuízo nesse período, a inclusão dessas opções reduziria o prejuízo por ação.

Sobre esse aspecto, o CPC 41 enfatiza que o cálculo do lucro por ação diluído não deve levar em conta o exercício ou a emissão de ações potenciais ordinárias que tenham efeito antidilutivo no resultado por ação.

Já no exercício de 2010, a MMX considerou as referidas opções de ações no cálculo do lucro por ação diluído. De acordo com o CPC 41, isso é correto, haja vista que, como a empresa teve lucro no período, tais opções devem ser consideradas, pois possuem efeito dilutivo. Portanto, nota-se aqui o viés conservador dessa norma internacional na medida em que lucros devem ser diluídos, mas os prejuízos não.

Nós buscamos igualmente analisar a magnitude das diferenças entre o lucro por ação básico e diluído para as empresas da nossa amostra. Conforme nossas análises, a diferença média entre o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído no ano de 2010 foi de 2,2%. Destaca-se que 15 (60%) das empresas que declararam diferenças entre o lucro básico e diluído apresentaram diferenças menores que 1%.

Conforme nossas análises, as empresas com as maiores diferenças entre resultado básico e diluído foram a PDG Realty e a MMX. Especificamente no caso da PDG Realty, essa diferença foi de aproximadamente 25% no ano de 2010, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da PDG Realty, Nota Explicativa nº 20

d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, nas tabelas a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído da controladora e do consolidado:

► Lucro por ação básico

	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	789.552	338.132
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	823.470	638.725
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico	0,9588	0,5294

► Lucro por ação diluído

	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	789.552	338.132
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	823.470	638.725
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	273.463	4.409
Total (em milhares)	1.096.933	643.134
Lucro líquido por ação (em Reais) - diluído	0,7198	0,5258



Também analisamos quais foram os principais fatores que ocasionaram diferenças entre o lucro por ação básico e diluído. O principal motivo, mencionado por 24 das 25 empresas que apresentaram essa diferença, foram as opções de ações (*stock options*) concedidas aos administradores das empresas sob a forma de pagamento baseado em ações.

Especificamente no caso da Hipermercados, o lucro por ação diluído também foi impactado por um título de dívida atrelado a um bônus de subscrição, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Hipermercados, Nota Explicativa nº 30

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem duas categorias de ações ordinárias potenciais diluídas: debênture simples atrelada a um bônus de subscrição e opções de compra de ações. Pressupõe-se que o bônus de subscrição foi convertido em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações utilizou-se a quantidade total de opções outorgadas mas ainda não exercidas. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das ações de compra das ações.

	2010	2009
Lucro		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	261.902	292.106
Despesa financeira sobre a dívida atrelada a bônus de subscrição (líquida de imposto)	14.764	
Subtotal	276.666	292.106
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	528.173	419.992
Ajustes de:		
Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)	18.657	
Opções de compra de ações (milhares)	14.278	13.402
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	561.108	433.394
Lucro diluído por ação	0,4931	0,6740



Divulgações adicionais realizadas pelas empresas da nossa amostra sobre lucro por ação

O CPC 41 exige ainda que a entidade divulgue nota sobre instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação básicos no futuro, mas que não foram incluídos no cálculo do resultado por ação diluído, porque são antidiluidores para os períodos apresentados.

Somente seis empresas declararam possuir tais instrumentos e divulgaram informações sobre esse item, entre elas a Mafrig, conforme destacado a seguir.

Demonstração Contábil da Marfrig, Nota Explicativa 25

25 Resultado por Ação

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares, exceto quando mencionado):

	2010	2009
Lucro Líquido atribuível aos acionistas	146.094	534.435
Média ponderada da quantidade de ações do período (em unidades)	346.984	278.702
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria (em unidades)	4.727	668
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	346.511	278.034
Lucro Básico e Diluído por ação (em R\$)	0,4216	1,9222

A Companhia possui debêntures conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado por ação diluído por ter efeito antidilutivo. Apresentam-se as principais características desse instrumento: as debêntures são mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias. A Marfrig Alimentos realizou em 15/07/2010 uma emissão de 250.000 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações em 15/07/2015, no valor de R\$ 2.500.000, cujos detalhes estão apresentados na nota explicativa nº 21, item 2. Conforme definido na referida Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens:

- I) R\$ 21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e
- II) o maior valor entre o preço de mercado e R\$ 24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

Note-se que, no caso da Marfrig, apesar de as debêntures conversíveis aumentarem o denominador, que é a quantidade média de ações, elas igualmente aumentam o numerador, que é o lucro atribuível aos acionistas.

Isso porque, quando se admite que as debêntures serão conversíveis, é necessário fazer a adição dos encargos financeiros desse instrumento de dívida. Por essa razão, a referida empresa não considerou tais instrumentos no cálculo do lucro por ação diluído, haja vista que seu efeito seria antidilutivo.

// CPC 17 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário (IFRIC 15)

Conforme discutido na introdução deste trabalho, a adoção inicial das normas internacionais no Brasil no ano de 2010 levantou diversos questionamentos entre participantes do mercado. Um dos aspectos que mais geraram discussões entre empresas, auditores e órgãos reguladores foi, sem dúvida, a contabilização dos contratos de construção do setor imobiliário.

De fato, antes mesmo da adoção inicial das normas internacionais, esse assunto nunca foi consenso no cenário nacional. Por exemplo, até pouco tempo atrás, em razão da legislação tributária brasileira, a contabilização dessas transações esteve, em grande parte dos casos, atrelada ao grupo de Resultados de Exercícios Futuros.

No âmbito das normas internacionais, os aspectos contábeis acerca desses contratos são tratados pela interpretação IFRIC 15 - Contratos de Construção do Setor Imobiliário (*Agreements for the Construction of Real Estate*), que aborda a contabilização das receitas e dos correspondentes custos das empresas que realizam a incorporação e/ou construção de imóveis.

De acordo com essa norma, na contabilização das receitas e das respectivas despesas de incorporação ou venda, existe sempre a necessidade de se avaliar o tipo de contrato de construção e consequentemente a norma internacional a ser aplicada. Em outras palavras, as empresas devem aplicar o CPC 30 - Receitas ou o CPC 17 - Contratos de Construção, dependendo do referido enquadramento.

O fundamental, o coração dessa norma, é a transferência de riscos e benefícios ao adquirente. Se essa transferência se der durante a construção, a receita deve ser reconhecida durante essa construção. Se a transferência se der apenas na entrega das chaves, a receita também só pode ser reconhecida nesse momento.

Uma das situações mostradas na norma para análise dessa situação é o caso em que o comprador é capaz de especificar os principais elementos estruturais do projeto do imóvel antes de se começar a construção e/ou especificar mudanças estruturais significativas após o início da construção; nesse caso, os resultados da empresa devem ser contabilizados de acordo com o CPC 17. Isso porque, nesse caso, trata-se de um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo. Logo, as receitas e as despesas desse contrato de longo prazo passam a ser reconhecidas ao longo do tempo de maneira proporcional, de acordo com o método da porcentagem completada (*percentage of completion method*).

Por outro lado, segundo a norma, quando os compradores têm apenas uma possibilidade limitada de influenciar no projeto do imóvel, o contrato de construção passa a ser visto como um contrato convencional de venda de bens. Nesse contexto, de acordo com o CPC 30, as respectivas receitas e despesas somente devem ser reconhecidas no momento da transferência dos riscos e benefícios ao comprador, o que frequentemente só acontece no momento da entrega das chaves do imóvel.



Ocorre que essa capacidade de influenciar no projeto na verdade existe, no Brasil, tanto do lado da incorporadora, da construtora e dos adquirentes, apenas antes do registro de toda a documentação para lançamento do projeto no caso das habitações em condomínio, principalmente na forma vertical. Depois do registro, ninguém mais tem o poder de introduzir modificações significativas no Brasil, por força inclusive de lei.

Nota-se assim a razão da grande polêmica que a aplicação da IFRIC 15 tem causado no cenário nacional. Isso porque, como ela é baseada na essência e não na forma, questionamentos têm sido levantados sobre o momento em que as incorporadoras brasileiras devem reconhecer seus resultados: ao longo da construção do empreendimento, conforme o CPC 17, ou apenas na entrega das chaves, conforme o CPC 30. Nesse sentido, é importante ressaltar que não existe consenso entre participantes do mercado, sendo que devemos, portanto, aguardar novos esclarecimentos tanto por parte do IASB e do IFRIC, que estão analisando a existência ou não de transferência contínua de riscos e benefícios ao comprador, quanto por parte da CVM e do CPC acerca do desfecho desse dilema.

A própria Orientação OCPC 4, que foi emitida com o objetivo de auxiliar as companhias na implementação da Interpretação Técnica ICPC-02, correlata à norma internacional IFRIC 15, diz que a determinação do momento em que um contrato de construção de um imóvel se enquadra no alcance do Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção ou do Pronunciamento Técnico CPC 30 - Receitas depende dos termos do contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionados.

Dentro desse contexto, nós buscamos analisar os balanços das incorporadoras presentes na nossa amostra com vistas a identificar os procedimentos contábeis por elas aplicados na adoção inicial do ICPC 02. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Como foram enquadrados os contratos de construção do setor imobiliário pelas empresas analisadas
- ▶ Divulgações realizadas pelas empresas incorporadoras acerca das operações referentes aos contratos de construção do setor imobiliário

Como foram enquadrados os contratos de construção do setor imobiliário pelas empresas analisadas

Todas as seis empresas de construção e incorporação da nossa amostra (Cyrela, PDG Realty, Gafisa, MRV, Brookfield e Rossi) enquadraram suas operações dentro do escopo do CPC 17, reconhecendo, portanto, suas receitas e despesas ao longo dos contratos de construção.

Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que o parecer de auditoria de todas essas seis empresas apresentou parágrafo de ênfase, ressaltando que as análises a serem feitas pelo IFRIC, e consequentemente pelo IASB, poderão fazer com que essas empresas tenham de revisar suas práticas contábeis. Adicionalmente, a nota explicativa de práticas contábeis e a opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas não fazem citação ao IFRS conforme emitido pelo IASB, mas citam as normas IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pela Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A seguir, a referida ênfase no parecer de auditoria da Cyrela, que é bastante similar ao das outras cinco empresas incorporadoras por nós analisadas.

Demonstração Contábil da Cyrela, Nota Explicativa nº 2

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária, consideram adicionalmente a Orientação OCP 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos



Contábeis, que trata do reconhecimento da receita desse setor, conforme descrito em maiores detalhes na Nota 2.2.4.

Determinados assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias serão analisados pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC). Os resultados dessa análise podem fazer com que as incorporadoras imobiliárias tenham que revisar suas práticas contábeis relacionadas ao reconhecimento de receitas.

Sobre esse aspecto é importante ressaltar que essa mesma empresa tratou de apresentar essa mesma informação na sua nota explicativa número 2, que trata, entre outras coisas, da base de elaboração e apresentação das suas demonstrações contábeis.

Demonstração Contábil da Cyrela, Nota Explicativa nº 2

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1 - Apresentação e base de preparação

As Demonstrações Financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo a Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileira - no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada - POC).

Determinados assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias serão analisados pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC). Os resultados dessa análise podem fazer com que a Companhia tenha que revisar suas práticas contábeis relacionadas ao reconhecimento de receitas.

De acordo com as seis empresas analisadas, o reconhecimento das receitas conforme os critérios presentes na IAS 11 é tecnicamente mais correto, haja vista que a transferência dos riscos e benefícios dos imóveis ocorre de maneira contínua, isto é, ao longo do contrato. Por essa razão, todas essas empresas reconhecem suas receitas de unidades não-concluídas de acordo com o método de percentual de conclusão, conforme pode ser observado na nota da MRV.



Demonstração Contábil da MRV, Nota Explicativa nº 2.7

2.7.1. Reconhecimento de receita

As práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos e orientações estabelecidas pela Orientação OCPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras, aprovada pela Deliberação CVM Nº 653/10, quais sejam:

Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado com base nos seguintes critérios:

- D)** As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado à medida que a construção avança, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de “POC”, “percentual de execução ou percentual de conclusão” de cada empreendimento, ou seja, o reconhecimento das receitas e custos ocorre à medida que a construção avança. O método “POC” é feito utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos sobre as vendas contratadas;

De acordo com o CPC 17, a fase de execução de um contrato que é contabilizada de acordo com o método do percentual de conclusão (POC) pode ser medida de várias maneiras, como, por exemplo, a proporção dos custos reais *versus* orçados, a medição do trabalho executado ou ainda a execução da proporção física do trabalho contratado.

De acordo com nossas análises, todas as seis empresas incorporadoras mensuraram a fase de execução dos seus respectivos empreendimentos conforme a proporção dos custos reais *versus* orçados. Sobre esse aspecto, apresentamos a seguir as informações extraídas das demonstrações contábeis da PDG Realty.

Demonstração Contábil da PDG Realty, Nota Explicativa nº 2.11

- II)** Nas vendas de unidades não concluídas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CFC nº 963/03 e alterações introduzidas pela OCPC - 01 - Entidades de Incorporação Imobiliária emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Deliberação da CVM nº 561 de 17 de dezembro de 2008, como também pela OCPC - 04 - Interpretação da Orientação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras emitida pelo CPC, aprovada pela Deliberação da CVM nº 653 de 16 de dezembro de 2010 a saber:

- *As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido contratado em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos, incluindo os custos de projetos e terreno.*

- As receitas de vendas apuradas, conforme o item (I) acima, incluindo a atualização monetária, líquida das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber. Valores recebidos e superiores às receitas contabilizadas são registrados como adiantamento de clientes e os juros pré-fixados, incidentes após a entrega das chaves, são apropriados ao resultado observando o regime de competência, independente de seu recebimento.

Nós notamos igualmente que as referidas empresas mencionaram que as premissas relativas à determinação dos custos orçados dos empreendimentos foram consideradas estimativas contábeis significativas, por envolverem julgamento por parte da gestão da empresa, conforme informado pela Gafisa.

Demonstração Contábil da Gafisa, Nota Explicativa nº 2.1

2. Políticas contábeis - Continuação

2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis - Continuação

II) Estimativas e premissas - Continuação

e) Custos orçados dos empreendimentos

Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia, os quais são base para o cálculo do percentual para o reconhecimento de receita, conforme Nota 2.4.

Divulgações realizadas pelas empresas incorporadoras acerca das operações referentes aos contratos de construção do setor imobiliário

Dentre as informações que são importantes para os usuários de demonstrações contábeis de empresas do setor imobiliário, tem-se, por exemplo, a abertura do contas a receber, conforme divulgado pela Brookfield.

Demonstração Contábil da Brookfield, Nota Explicativa nº 7

7. Contas a Receber de Clientes

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contas a receber de clientes			
Construções em curso (a)	2.118.748	1.117.554	645.657
Unidades concluídas (b)	918.740	588.871	538.363
Serviços medidos (c)	85.168	105.945	85.254
Ajuste a valor presente (d)	(55.633)	(29.789)	(20.981)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(34.943)	(32.627)	(18.974)
	3.032.080	1.749.954	1.229.319
Circulante	1.103.084	886.352	787.315
Não circulante	1.928.996	863.602	442.004
	3.032.080	1.749.954	1.229.319

Do mesmo modo, como grande parte dos recebíveis dessas empresas é de longo prazo, torna-se igualmente importante a divulgação dos respectivos prazos de vencimento e igualmente das referidas premissas utilizadas para cômputo do ajuste a valor presente, conforme realizado pela PDG Realty a seguir.

Demonstração Contábil da PDG Realty, Nota Explicativa nº 5

Os saldos de títulos a receber de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	-	3.304	-	-	375.259
2111	-	34.815	4.756	-	623.073	191.611
2012	3.809	5.146	2.553	340.843	163.126	48.588
2013	2.499	129	-	223.648	91.789	26.572
2014	1.392	591	-	124.560	339.368	105.458
2014 em diante	4.760	-	-	425.969	-	-
Total	12.460	40.681	10.613	1.115.020	1.217.356	747.488

Conforme critério de contabilização mencionado na Nota 2.11, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas, conforme demonstrado na Nota 18.

O ajuste a valor presente de contas a receber financeiro para unidades não concluídas apropriados proporcionalmente pelo critério descrito na Nota 2.11 é calculado utilizando uma taxa de desconto média de 6,35% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (7,82% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

Em razão do descasamento natural entre caixa e competência nos contratos de construção imobiliária, é comum as empresas possuírem igualmente valores referentes a adiantamento de clientes. Sobre esse



aspecto, a MRV foi uma das empresas por nós analisadas que apresentaram a composição desses adiantamentos conforme seus respectivos prazos.

Demonstração Contábil da MRV, Nota Explicativa nº 21

A composição dos adiantamentos de clientes, por vencimento, é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Período após a data do balanço						
12 meses	345.817	273.822	103.448	557.265	415.488	225.088
13 a 24 meses	86.717	152	20.830	121.154	629	41.632
Após 24 meses	914	18.263	865	1.304	34.028	946
Total	433.448	292.237	125.143	679.723	450.145	267.666
Circulante	345.817	273.822	103.448	557.265	415.488	225.088
Não Circulante	87.631	18.415	21.695	122.458	34.657	42.578

Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado de acordo com os procedimentos e orientações estabelecidas pela Orientação OCP 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras, aprovada pela Deliberação CVM Nº 653/10, para reconhecimento contábil dos resultados auferidos nas operações imobiliárias realizadas, conforme mencionado na nota explicativa 2.7.1. Os recebimentos superiores ao valor das receitas de vendas apropriadas são registrados na rubrica adiantamentos de clientes, classificados no passivo circulante e não circulante, conforme demonstrado acima, de acordo com a expectativa de execução da obra. Estes saldos são representados em moeda nacional e não têm incidência de encargos financeiros, tendo a Companhia o compromisso de construção do imóvel.

Nossas análises também evidenciaram que as empresas do setor imobiliário por nós analisadas, como, por exemplo, a Cyrela, divulgam as referidas aberturas de seus imóveis a comercializar.



Demonstração Contábil da Cyrela, Nota Explicativa nº 6**6. Imóveis a comercializar**

Representados pelos custos das unidades imobiliárias disponíveis para venda (imóveis prontos e em construção) e terrenos para futuras incorporações, além de adiantamentos a fornecedores de imóveis, como demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Imóveis em construção	11	-	-	1.194.874	951.476	727.228
Imóveis concluídos	422	1.584	1.894	242.856	142.576	32.521
Terrenos para futuras incorporações	52.368	87.040	107.191	2.209.964	2.205.144	2.117.299
Encargos capitalizados ao estoque	-	-	-	114.510	50.843	34.898
	52.801	88.624	109.085	3.762.204	3.350.039	2.911.946
Adiantamento a fornecedores	2.624	2.235	6.299	67.111	11.717	13.915
	55.425	90.859	115.384	3.829.315	3.361.756	2.925.861
Circulante	55.425	4.495	83.945	3.076.564	2.080.664	2.274.240
Não Circulante	-	86.364	31.439	752.751	1.281.092	651.621
	55.425	90.859	115.384	3.829.315	3.361.756	2.925.861

A apropriação dos encargos capitalizados ao resultado consolidado, na rubrica custo de imóveis vendidos, totalizou em 31 de dezembro de 2010 R\$ 96.195 (12/2009: R\$ 39.952).

A classificação dos imóveis a comercializar entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada por meio de expectativa de prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente pela administração.

Outra divulgação importante no que diz respeito à atividade de incorporação imobiliária refere-se às garantias prestadas pela empresa incorporadora. Sobre esse aspecto, a MRV apresentou os valores e os critérios contábeis utilizados para contabilizar a referida provisão.

Demonstração Contábil da MRV, Nota Explicativa nº 22**22. Provisão para Manutenção de Imóveis**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante	3.422	1.489	1.967	8.247	4.002	3.343
Não circulante	38.891	11.890	7.798	64.140	22.914	12.901
Total	42.313	13.379	9.765	72.387	26.916	16.244

A Companhia e controladas oferecem garantia limitada de cinco anos contra problemas na construção, em cumprimento à legislação brasileira. De forma a suportar este compromisso, sem impacto nos exercícios futuros e propiciar a adequada contraposição entre receitas e custos, para cada empreendimento em construção foram provisionados, em base estimadas, valores correspondentes a 2,25% do custo total de construção em 31 de dezembro de 2010 (2,00% em 31 de dezembro de 2009). Esta estimativa é baseada em médias históricas de acordo com análises do departamento de engenharia da Companhia, revisadas anualmente. A provisão é registrada à medida da evolução física da obra aplicando-se o percentual supracitado sobre os custos reais incorridos.

A movimentação das provisões para manutenção é como segue:

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
	31/12/2009				31/12/2010
Controladora:					
Circulante	1.489	36.619	(10.685)	(27.001)	3.422
Não circulante	11.890	-	-	27.001	38.891
Total	13.379	39.619	(10.685)	-	42.313
Consolidado:					
Circulante	4.002	63.328	(17.857)	(41.226)	8.247
Não circulante	22.914	-	-	41.226	64.140
Total	26.916	63.328	(17.857)	-	72.387

Finalmente, é de suma importância que as entidades do setor de construção imobiliária apresentem em nota explicativa a referida composição de suas receitas e seus respectivos custos, de tal modo que os usuários consigam analisar as referidas margens brutas das operações.

// CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)

As operações de arrendamento mercantil, frequentemente denominadas de *leasing*, são classificadas para fins de IFRS em dois grandes grupos: *leasing* operacional e *leasing* financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17), é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem.

Nos *leasings* financeiros, os riscos e benefícios são transferidos do arrendador para o arrendatário, enquanto que nos *leasings* operacionais, não. Note que não estamos tratando da transferência da propriedade do bem, e sim dos riscos e benefícios inerentes à propriedade. Tal conceito é importante, pois nos *leasings* financeiros, apesar de o arrendador reter a propriedade legal do bem, os riscos e benefícios são de fato transferidos para o arrendatário. Nesse contexto, quem deve reconhecer o referido ativo é o arrendatário, e não o arrendador, apesar de não possuir a propriedade legal do bem.

De maneira geral, os *leasings* classificados como operacionais são alugueis, enquanto que os financeiros são genuinamente compras financiadas e, portanto, devem ser contabilizados como tal. Dentro desse contexto, nós analisamos como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências presentes no CPC 06, nas suas demonstrações contábeis consolidadas do ano de 2010. Tal norma estabelece o tratamento contábil para as operações de *leasing* tanto para os arrendatários quanto para os arrendadores.



Os aspectos sobre *leasing* considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Quais das empresas da nossa amostra possuem operações de *leasing*?
- ▶ Contabilizações do *leasing* nos arrendatários
- ▶ Contabilizações do *leasing* nos arrendadores

Quais das empresas da nossa amostra possuem operações de *leasing*?

Neste primeiro item nós analisamos os balanços das empresas da nossa amostra com o objetivo de identificar quais empresas analisadas possuíam operações de *leasing*. Das 56 empresas por nós analisadas, 44 (79%) possuíam alguma operação de *leasing*, seja na posição de arrendadora ou de arrendatária. Dessas 44 empresas, oito eram tanto arrendatárias quanto arrendadoras como, por exemplo, a CTEEP, que informou suas políticas contábeis para ambas as operações.

Demonstração Contábil da CTEEP, Nota Explicativa nº 3.11

3.11 Arrendamentos

a) A Companhia como arrendatária

▶ *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

▶ *Arrendamentos financeiros*

No início do contrato, os arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil é a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil, se for praticável determinar essa taxa, se não for, é utilizada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

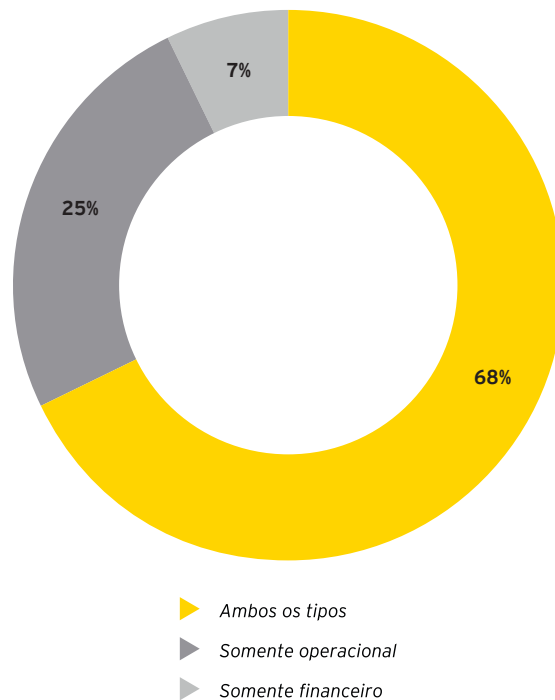
b) A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

Contabilizações do leasing nos arrendatários

Na amostra analisada, foram identificadas 44 companhias arrendatárias com operações de *leasing* operacional e/ou financeiro. Dentre essas 44 companhias, 11 apresentaram apenas arrendamentos operacionais, três apresentaram apenas arrendamentos financeiros e 30 apresentaram ambas as modalidades de arrendamento (operacional e financeiro), conforme demonstrado no gráfico ao lado.

A seguir nós apresentamos, de maneira segregada, nossas análises acerca das divulgações feitas pelas arrendatárias no que diz respeito a *leasings* financeiros e *leasings* operacionais.

**Leasing financeiro na arrendatária**

Para que os usuários compreendam as operações de *leasing* realizadas pela empresa, é de fundamental importância que as companhias divulguem uma descrição desses contratos. De fato, essa é uma exigência do CPC 06.

Sobre esse aspecto, das 33 arrendatárias que possuíam *leasing* financeiro, apenas dez apresentaram as referidas informações. Uma das empresas que apresentaram o referido detalhamento de suas operações de *leasing* financeiro foi a MRV.

Demonstração Contábil da MRV Engenharia, Nota Explicativa nº 17**17. Arrendamento Mercantil****a) Arrendamento financeiro**

A Companhia possui operações de arrendamento mercantil financeiro referentes a:

- ▶ Uma aeronave Cirrus, modelo SR22, S/N2952, utilizada a serviço da Administração da Companhia para acesso às filiais. O contrato foi efetuado com a empresa Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil com prazo de 48 meses, contados a partir da entrega do bem que ocorreu em junho de 2008 e possui cláusula de opção de compra. O valor residual está sendo pago em conjunto com o valor das prestações. A opção de compra somente pode ser exercida no final do contrato. A aeronave foi adquirida pela arrendadora de acordo com as especificações e fornecedores escolhidos pela Companhia;
- ▶ Parte de sua frota de automóveis utilizada na produção é representada por carros Fiat Uno, Fiat Palio e Fiat Fiorino. Os contratos foram efetuados com as empresas: Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, com prazo de 24 meses, contados a partir da entrega dos bens, e com cláusula de opção de compra com o valor residual

garantido de 70% do valor do bem definido em contrato. De acordo com cláusula do contrato todos os riscos e danos causados pelos bens e nos bens são de responsabilidade da Companhia;

- ▶ Cinquenta Mini Carregadeiras *New Holland*, modelo L175, utilizadas a serviço das obras da Companhia. A operação foi efetuada com o Banco Itaúleasing S.A. com prazo de 60 meses e possui cláusula de opção de compra. O valor residual será pago junto a última parcela do contrato. A opção de compra somente pode ser exercida no final do contrato. As Mini Carregadeiras foram adquiridas pela arrendadora de acordo com as especificações e fornecedores escolhidos pela Companhia.

Os contratos referentes às operações acima não possuem pagamentos contingentes previstos e não possuem cláusulas restritivas tais como, relativas a dividendos e juros sobre capital próprio ou dívida adicional. Além disso, parte dos contratos prevê reajustamento pelo CDI acrescido de *spread* entre 1,29% a 6,64% e parte dos contratos prevê reajustamento pela taxa prefixada entre 17,04% e 17,23% e termos de renovação pelo prazo e condições que as partes ajustarem antes do término do vencimento do contrato.

Conforme as exigências do CPC 06, no reconhecimento inicial do *leasing* financeiro, a empresa arrendatária deve reconhecer, além do valor contábil do ativo arrendado, o respectivo passivo decorrente da obrigação relativa aos pagamentos futuros do contrato. De acordo com essa norma internacional, os respectivos valores da obrigação decorrente do *leasing* financeiro devem ser igualmente apresentados em nota explicativa, conforme divulgado pela Ultrapar.

Demonstração Contábil da Ultrapar, Nota Explicativa nº 14

h) Contratos de arrendamento mercantil financeiro

As controladas IPP, Serma e DNP mantêm contratos de arrendamento mercantil financeiro, principalmente relacionados a equipamentos para distribuição de combustíveis, tais como tanques, bombas, compressores de GNV, equipamentos de informática e veículos para transporte de combustíveis. Esses contratos têm prazos entre 36 e 60 meses.

As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la. Não há quaisquer restrições impostas nestes acordos.

Os valores do imobilizado, líquido de depreciação, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, registrados em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1 de janeiro de 2009, estão abaixo demonstrados:

	31/12/2010		
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado líquido de depreciação	20.731	1.973	848
Financiamento	3.374	1.568	603
Circulante	3.374	618	265
Não circulante	-	950	338

	31/12/2009		01/01/2009	
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática e veículos	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática e veículos
Imobilizado líquido de depreciação	22.470	3.685	25.407	3.670
Financiamento	13.151	2.214	23.303	2.144
Circulante	10.079	649	11.335	1.246
Não circulante	3.072	1.565	11.968	898



Ainda sobre o passivo de *leasing* financeiro, as empresas devem divulgar o total de pagamentos mínimos do contrato de arrendamento e suas respectivas datas de vencimento. Sobre esse aspecto, a Gol apresentou os respectivos valores e igualmente o ajuste a valor presente decorrente das parcelas de longo prazo, necessário para fechar os valores divulgados com o saldo do balanço.

Demonstração Contábil da Gol, Nota Explicativa nº 16

Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestação dos contratos de arrendamento mercantil financeiro estão denominados em dólares norte-americanos e em 31 de dezembro de 2010 estão detalhados a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2009	-	-	222.222
2010	-	207.877	221.904
2011	227.174	206.823	220.906
2012	227.174	204.907	219.188
2013	227.174	204.053	219.188
2014	227.174	204.053	215.348
2015	219.576	204.053	215.348
Após 2015	935.450	771.817	555.178
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.063.722	2.003.583	2.089.282
Menos total de juros	(383.618)	(446.165)	(502.121)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	1.680.104	1.557.418	1.587.161
Menos parcela de curto prazo	(146.634)	(136.679)	(157.948)
Parcela de longo prazo	1.533.470	1.420.739	1.429.213

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,23% em dezembro de 2010 (6,64% em 31 de dezembro de 2009 e 7,92% em 1º de janeiro de 2009). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

Leasing operacional na arrendatária

O tipo de operação de *leasing* mais comum, entre as companhias arrendatárias analisadas, foi o operacional, sendo realizado por 44 companhias da nossa amostra. Da mesma maneira que no *leasing* financeiro, é fundamental que as empresas divulguem os referidos detalhes das suas obrigações de *leasing* operacional, como fez a TAM.

Demonstração Contábil da TAM, Nota Explicativa nº 35**a) Compromisso por arrendamentos operacionais**

A TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operação de arrendamento de aeronaves sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial. A TAM possui 70 aeronaves na modalidade de arrendamento operacional simples (2009 - 66 aeronaves e 1º de janeiro de 2009 - 65 aeronaves). Os contratos têm prazo médio de 96 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte-americano, acrescidos da *LIBOR*. O custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, R\$ 447.112 (2009 - R\$ 525.200) equivalentes a aproximadamente US\$ 268.342 mil (2009 - US\$ 263,3 mil).

Para a maioria das operações foram oferecidas cartas de fiança ou depósitos como garantia de emissão da Companhia.

Adicionalmente, de forma a atender o cronograma de pagamentos previsto em contrato, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizavam, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, R\$ 21.033 (2009 - R\$ 44.540 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 85.282).

Já a Hypermarchas divulgou, de forma sintética, uma descrição de todos os seus contratos de arrendamento operacionais, bem como as condições de atualização e as garantias vinculadas. Parte dessa divulgação segue abaixo:

Demonstração Contábil da Hypermarchas, Nota Explicativa nº 33

Planta/CD	Locadores	Tipo de locação	Reajuste
Escritório - Goiânia - GO	TV Serra Dourada Ltda	Para fins comerciais	IGPM/FGV - anualmente
CD - Maceió - SC	RS Empreendimentos e Participações Ltda	Para fins comerciais	INPC - anualmente
CD - Tamboré - SP	Goveg Edificações Ltda	Para fins comerciais	Não tem previsão no contrato
Escritório 9º andar - São Paulo - SP	Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	Para fins comerciais	IPCA/IBGE - anualmente
Escritório 5º andar - São Paulo - SP	Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	Para fins comerciais	IPCA/IBGE - anualmente
Escritório - São Paulo - SP	Solibem Participações Ltda	Para fins comerciais	IGPM/FGV - anualmente
CD bloco 7 - Cajamar - SP	LP Administradora de Bens Ltda	Para fins comerciais	IGPM/FGV - anualmente
CD bloco 6 - Cajamar - SP	LP Administradora de Bens Ltda	Para fins comerciais	IGPM/FGV - anualmente

O CPC 06 também exige que as empresas divulguem, no que diz respeito aos *leasings* operacionais, as parcelas e os respectivos prazos de vencimento, além da respectiva despesa do período. Uma das empresas que apresentaram essa informação em nota contábil específica foi a Ambev.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 30

30. Arrendamento Operacional

O vencimento das parcelas dos arrendamentos operacionais está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Menos de 1 ano	-	-	31.402	43.838
De 1 a 5 anos	-	-	131.971	130.304
Mais de 5 anos	-	-	79.004	93.694
	-	-	242.377	267.836

Em 2010, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$ 18.426 no resultado do exercício (R\$ 46.490 em 2009).

Outras exigências de divulgação do CPC 06 dizem respeito à segregação dos aluguéis mínimos dos contingentes e ainda eventuais aluguéis de subarrendamento. Uma das poucas empresas que divulgou tal informação foi o Pão de Açúcar, que igualmente apresentou os pagamentos contingentes que foram reconhecidos como despesa no período.

Atualização em caso de atraso dos pagamentos	Garantia	Valor mensal do contrato	Data inicial do contrato	Data final do contrato	nº de meses	Total custo/despesa 31/12/2010
Juros moratórios 1% ao mês e multa de 2%	Não tem previsão no contrato	30	28/02/10	Indeterminado	36	420
Variação INPC, juros de moratórios 1% a.m.	Não tem previsão no contrato	15	20/12/06	Indeterminado	36	199
Variação IGPM/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	150	01/04/09	31/05/10	14	157
Variação IGPM/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Doze vezes o valor do aluguel	42	26/10/09	25/10/12	36	504
Variação IGPM/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Doze vezes o valor do aluguel	37	25/05/09	24/05/12	36	444
Variação IGPM/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Seguro fiança no valor de R\$ 55.830,00 por 36 meses	41	01/05/09	30/04/12	36	492
Variação IGPM/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Fiança bancária no valor equivalente a três aluguéis	263	15/05/09	15/05/12	36	3.281
Variação IGPM/FGV, juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	277	01/09/09	15/09/12	36	3.596

Demonstração Contábil do Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 21

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	3.407	3.259	5.300	5.043

O prazo dos contratos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 varia entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de inquilinato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Aluguéis mínimos	298.118	272.524	395.309	415.771
Aluguéis contingentes	15.059	18.774	222.020	136.689
Aluguéis de subarrendamento	(120.942)	(83.998)	(120.942)	(83.998)
	192.235	207.300	496.387	468.462

Contabilizações do *leasing* nos arrendadores

Dentre as 56 empresas por nós analisadas, oito evidenciaram que atuavam como arrendadoras sob contratos de *leasing*. Dentre essas empresas, encontra-se a Embraer, que possui inclusive uma subsidiária cujas atividades envolvem o arrendamento e comercialização de aviões usados.

Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 2.1

- ▶ ECC Leasing Co. Ltd. - domiciliada na Irlanda, cujas atividades são arrendamento e comercialização de aeronaves usadas.

A seguir, apresentamos nossas análises acerca das operações de *leasing* financeiro e operacional na arrendadora.

***Leasing* financeiro na arrendadora**

De maneira geral, as exigências de divulgação de informações acerca de contratos de *leasing* financeiro para as empresas arrendadoras são similares, nos quesitos aplicáveis, às das empresas arrendatárias. Isso porque as arrendadoras são de fato a outra ponta da operação, isto é, são aquelas que fornecem os bens para as arrendatárias.

As arrendadoras sob contratos de *leasing* financeiro, por exemplo, devem divulgar o valor presente dos pagamentos mínimos a receber. A CPFL, que possui tais operações, apresentou o saldo dos referidos valores ajustados a valor presente, e igualmente o prazo de recebimento das prestações.

Demonstração Contábil da CPFL, Nota Explicativa nº 11**11) ARRENDAMENTO**

A controlada CPFL Brasil realiza atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para autoprodução de energia, nas quais é arrendadora, e cujos principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários.

Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas financeiras reconhecidas no resultado do exercício pelo prazo dos respectivos contratos.

Estes investimentos resultaram neste exercício uma receita financeira de R\$ 5.363 (R\$ 2.276 em 2009).



	Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	102.769	104.835	21.339	
Receita financeira não realizada	(71.701)	(80.643)	(14.950)	
Investimento bruto	31.068	24.192	6.389	
Circulante	4.754	2.949	1.133	
Não circulante	26.314	21.243	5.256	
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	13.591	48.495	40.683	102.769

A Petrobras, por sua vez, que atua tanto como arrendadora quanto arrendatária em contratos de *leasing* financeiro, optou por divulgar o valor dos recebimentos mínimos juntamente com o valor dos pagamentos mínimos desses contratos, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 19

19 Arrendamentos mercantis

19.1 Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro com transferência de benefícios, riscos e controles

	31/12/2010		
	Consolidado		Controladora
	Recebimentos Mínimos	Pagamentos Mínimos	Pagamentos Mínimos
2011	327	186	2.892
2012 - 2015	1.258	166	13.757
2016 em diante	4.203	107	8.641
Recebimentos/pagamentos de compromissos estimados	5.788	459	25.290
Menos montante dos juros anuais	(2.830)	(87)	(7.165)
Valor presente dos recebimentos/pagamentos mínimos	2.958	372	18.125
Circulante	131	176	3.149
Não circulante	2.827	196	14.976

Leasing operacional na arrendadora

Na modalidade de arrendamento operacional, a empresa arrendadora basicamente aluga seus bens para a arrendatária. Nessa modalidade de *leasing*, a arrendadora mantém o ativo no seu balanço e reconhece receitas de aluguel ao longo do período. Com o objetivo de esclarecer esse tratamento contábil dado ao *leasing* financeiro e ao operacional, a Embraer apresentou as seguintes informações na sua nota explicativa de políticas contábeis.

Demonstrações Financeiras da Embraer, Nota Explicativa nº 2.T

Arrendamentos

A determinação sobre se uma transação é, ou contém, arrendamento mercantil, é baseada na essência da transação e exige a avaliação se (i) o cumprimento do acordo depende do uso de ativo ou ativo específico e (ii) o acordo transfere o direito de usar o ativo.

1) Arrendamento de aeronaves

As aeronaves disponíveis para arrendamento ou arrendadas por meio de arrendamentos operacionais são registradas no balanço da Companhia como ativo imobilizado, sendo depreciadas ao longo da sua vida útil estimada. A receita de aluguel (líquida de qualquer incentivo dado aos arrendatários) é reconhecida pelo método linear pelo período do arrendamento. Aeronaves eventualmente arrendadas por meio de arrendamentos financeiros deixam de ser reconhecidas no ativo da Companhia após o início do arrendamento sendo a receita e o respectivo custo de venda reconhecidos na data da transação do arrendamento.

Já a Copel, que atua como arrendadora em contratos de arrendamento operacional, apresentou, além dos referidos valores acerca das receitas de aluguel, igualmente uma breve descrição desses contratos.

Demonstrações Financeiras da Copel, Nota Explicativa nº 35.2

35.2 O Grupo como arrendador

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Receita de arrendamentos e aluguéis		
Equipamentos e estruturas	52.134	55.571
Usina termelétrica de Araucária	50.000	40.583
Imóveis	816	818
Compartilhamento de instalações	736	724
	103.686	97.696

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade da Copel, o arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

Os arrendamentos de equipamentos e estruturas referem-se arrendamentos operacionais de cessão de pontos de fixação em espaço pré determinado nos postes para instalação de cabos, acessórios e equipamentos de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo o contido no Art. 73 da Lei nº 9472, de 16.07.1997 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001 de 24.11.1999 e na Resolução Aneel nº 581 de 29.10.2002. Objetiva

também a redução dos custos de implantação de infra-estrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).

O “Contrato de Locação e Outras Avenças” foi firmado em 28.12.2006, pela UEG Araucária com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sócia não controladora, para locação da planta da usina pelo prazo de um ano, findo em 31.12.2007, prorrogado em diversas etapas até 31.12.2008. A locação da usina foi renovada em 19.02.2009, pelo prazo de 3 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2011, com cláusulas que preveem a possibilidade de rescisão antecipada, pela UEG Araucária, caso esta participe de leilões de energia promovidos pela Aneel. Este contrato prevê a utilização, pela Petrobras, do complexo da usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à UEG Araucária receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente.

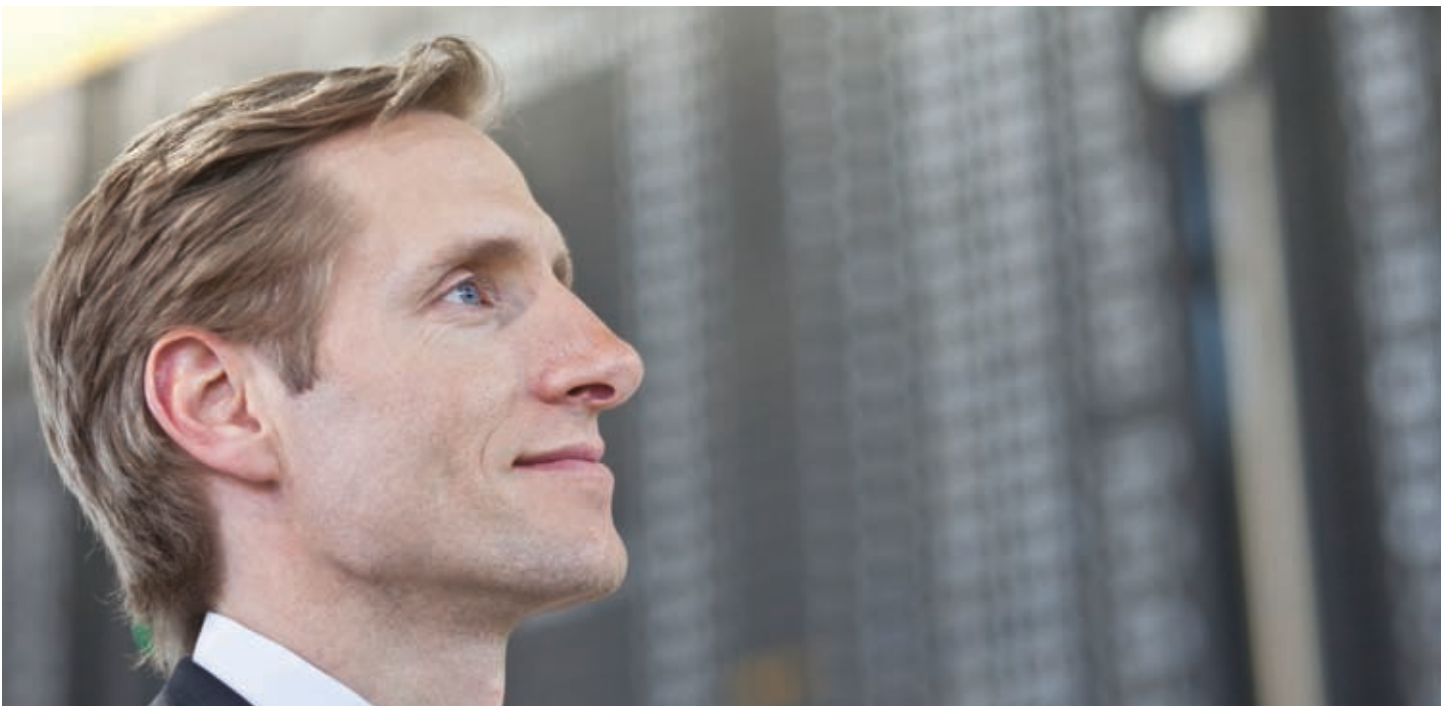
O CPC 06 também exige que as empresas divulguem o valor dos pagamentos mínimos previstos nos contratos de *leasing* operacionais não canceláveis, segregados pelos seus referidos prazos. Buscando atender a essa exigência da referida norma internacional, a BR Malls apresentou as seguintes informações em nota explicativa.

Demonstrações Financeiras da BR Malls, Nota Explicativa nº 7.3

7.3 Arrendamentos

A Companhia mantém contratos de arrendamentos como arrendadora, conforme mencionado na Nota 2.28. A tabela abaixo demonstra os valores nominais dos pagamentos mínimos (recebimentos) de arrendamentos não canceláveis, nos quais a Companhia é arrendadora:

	Consolidado	
	2010	2009
Até um ano	344.393	265.694
Entre dois e cinco anos	848.555	754.841
Mais de 5 anos	150.093	138.354
	1.343.041	1.158.889



// CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16)

Nesta seção, nós analisamos como as empresas aplicaram as exigências presentes no CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16) nas suas demonstrações contábeis consolidadas do ano de 2010. O CPC 27 aborda os aspectos relacionados ao reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos imobilizados.

De maneira geral, não existem diferenças significativas no que diz respeito ao reconhecimento e à mensuração de tais ativos, quando comparamos com a antiga norma brasileira - os bens imobilizados continuam a ser reconhecidos pelo valor de custo e são depreciados ao longo da vida útil. Contudo, a norma internacional exige um maior detalhamento em relação ao que vínhamos fazendo até então no Brasil, incluindo requisitos de depreciação por componente e revisão anual da vida útil. Adicionalmente, é requerido um maior nível de divulgação para permitir que os usuários consigam avaliar adequadamente os tipos de ativos imobilizados controlados pelas entidades e igualmente suas mutações ao longo do período.

Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Base de mensuração dos ativos imobilizados na adoção inicial: custo histórico original ou *deemed cost*
- ▶ Vidas úteis e taxas de depreciação de ativos imobilizados
- ▶ Apresentação das mutações do ativo imobilizado
- ▶ Estimativas contábeis críticas sobre ativos imobilizados
- ▶ Divulgações adicionais sobre ativos imobilizados realizadas pelas empresas

Base de mensuração dos ativos imobilizados na adoção inicial: custo histórico original ou *deemed cost*

Em razão da influência fiscal na elaboração das demonstrações contábeis para fins societários no cenário nacional, é fato que grande parte das empresas vinha, até o ano de 2009, depreciando seus ativos com base nas taxas admitidas pelo Fisco. Nesse contexto, tais empresas não faziam, por exemplo, a revisão da vida útil desses ativos ou ainda a determinação dos respectivos valores residuais.

De fato, tal prática acabava por reduzir a relevância da informação contábil para fins de tomada de decisão. Isso porque, ao longo do tempo, parte dos ativos totalmente depreciados, conforme critérios



fiscais, continuava gerando benefícios econômicos para as empresas. Dessa forma, o ativo e, por consequência, o patrimônio líquido ficam subavaliados e, em contrapartida, o resultado fica hiperavaliado, pois não reflete a depreciação dos ativos fixos.

Como forma de “corrigir” o valor dos ativos imobilizados, foi fortemente recomendado pelo CPC que, na adoção inicial das normas internacionais no Brasil, as empresas mensurassem tais ativos pelo *deemed cost* (custo atribuído), que seria o valor justo desses ativos nessa data.

Tal recomendação estava igualmente em linha com o que é preconizado pelo IASB, conforme a IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que, apesar de as normas internacionais permitirem que as empresas adotem a reavaliação como base de mensuração dos ativos imobilizados, tal prática foi abolida no Brasil com a Lei 11.638/07. Em outras palavras, a adoção do *deemed cost*, que pode ser vista como uma reavaliação, é permitida apenas para fins de adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

Note-se ainda que adoção do *deemed cost* para a mensuração de ativos imobilizados na adoção inicial é uma opção, e não obrigação. Dentro desse contexto, nós buscamos analisar quais das empresas da nossa amostra optaram por essa base de mensuração na adoção inicial. Nossos resultados evidenciaram que, das 56 companhias analisadas, 13 (23%) avaliaram algum ativo pelo custo atribuído.

Uma das exigências para as empresas que adotaram o *deemed cost* na adoção inicial foi justamente apresentar os respectivos ajustes decorrentes dessa alteração, de modo a reconciliar os valores anteriores com esses novos valores justos, conforme feito pela Cemig.

Demonstração Contábil da Cemig, Nota Explicativa nº 14

Controladora	Valores Contábeis na Adoção Inicial em 01/01/2009			Valor Atribuído na Adoção Inicial em 01/01/2009		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Intangível	19.205	(16.683)	2.522	31.057	(28.271)	2.786
Terrenos	202.182	-	202.182	359.479	-	359.479
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.859.044	(1.447.272)	2.411.772	7.478.875	(4.497.853)	2.981.022
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	917.505	(373.445)	544.060	1.994.630	(1.324.357)	670.273
Máquinas e equipamentos	2.268.914	(1.251.672)	1.017.242	6.961.853	(4.581.705)	2.380.148
Veículos	6.477	(4.630)	1.847	10.165	(8.121)	2.044
Móveis e Utensílios	5.299	(4.839)	460	11.072	(10.484)	588
Imobilizado Líquido	7.278.626	(3.098.541)	4.180.085	16.847.131	(10.450.791)	6.396.340

Conforme observado na tabela acima, a diferença entre o valor líquido decorrente da nova avaliação dos ativos na adoção inicial em relação ao valor contábil na mesma data foi de R\$ 2.214.254, sendo os efeitos registrados em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Em função desse aumento no valor dos ativos, ocorreu um aumento na despesa com depreciação no resultado dos exercícios de 2009 e 2010, nos valores de R\$ 230.970 e R\$ 203.289, respectivamente.

Conforme evidenciado por nossas análises, a maioria das empresas da nossa amostra não adotou o *deemed cost* na adoção inicial das normas internacionais. Um exemplo típico da divulgação dos motivos para a não adoção foi o do Pão de Açúcar.

Demonstração Contábil do Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 7**g) Não aplicação do custo atribuído para os itens de ativo imobilizado**

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme facultado pelo ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27,28, 37 e 43, considerando que:

- I)** o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado da Companhia;
- II)** o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;
- III)** os ativos representantes do ativo imobilizado da Companhia são substancialmente itens de baixo valor de revenda, com exceção à frota de veículos leves e caminhões, que são renovadas tempestivamente;
- IV)** existe a revisão frequente dos valores recuperáveis, valores residuais e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
- V)** a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Vidas úteis e taxas de depreciação de ativos imobilizados

Para que o usuário possa avaliar a efetiva utilização dos ativos imobilizados da entidade, o CPC 27 exige que as empresas divulguem as respectivas vidas úteis, valores residuais e taxas de depreciação de cada classe do ativo imobilizado. Nós buscamos avaliar tais itens de modo a verificar igualmente se houve mudanças significativas na adoção inicial do IFRS.

No que se refere aos métodos de depreciação utilizados, das 56 companhias analisadas, 54 utilizaram o método linear de depreciação para seus ativos imobilizados, duas companhias não informaram qual método utilizam e três companhias, além do método linear, utilizaram outros métodos, tais como unidades produzidas para algumas classes especiais de ativos. Ressalta-se ainda que nenhuma das companhias analisadas alterou o método de depreciação na adoção inicial das normas internacionais.

No que se refere às divulgações acerca das vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas, entre as companhias analisadas, 19% divulgaram o período de vida útil de seus ativos imobilizados, 70% divulgaram as taxas de depreciação adotadas e apenas 11% divulgaram ambas as informações.

Os resultados de nossas análises também evidenciaram que:

- ▶ 50 companhias (89% da amostra) demonstraram as taxas de depreciação com base nas médias anuais dos grupos de ativos imobilizados individuais;
- ▶ 12 companhias (21% da amostra) evidenciaram o efeito comparativo da adoção inicial do IFRS na taxa de depreciação;





- ▶ 34 companhias (61% da amostra) divulgaram que fizeram uma revisão da vida útil dos ativos imobilizados no último ano (2010); e
- ▶ 19 companhias (34% da amostra) demonstraram o impacto da revisão da vida útil do imobilizado na despesa com depreciação do período. Dentre essas 19 companhias, apenas uma teve um aumento insignificante nas suas taxas de depreciação. As demais tiveram uma redução, chegando, em alguns casos, até a mais de 20% da despesa com depreciação do ano anterior.

A MRV é um exemplo de companhia que fez a revisão das taxas de depreciação de seus imobilizados e evidenciou o impacto dessa revisão nos seus resultados.

Demonstração Contábil da MRV Engenharia, Nota Explicativa nº 14

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.7.13, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Em dezembro de 2010, foi realizada esta revisão e as taxas médias anuais de depreciação dos bens do ativo imobilizado são como segue:

	Taxa média anual de depreciação	
	Controladora e Consolidado	
	Anterior	Atual
Edificações	4,0%	4,0%
Aeronaves e veículo em uso	10,0%	9,0%
Máquinas e equipamentos	10,0%	11,2%
Móveis e utensílios	10,0%	10,0%
Equipamentos e instalações de informática	20,0%	20,0%
Plantão de vendas e apartamentos modelos	67,5%	67,5%

O efeito dessa revisão, considerando que os ativos sejam mantidos até o fim de sua vida útil, correspondeu a uma diminuição nas despesas de depreciação no exercício corrente e nos próximos três exercícios, nos seguintes valores:

Diminuição da despesa de depreciação	2010	2011	2012	2013
Controladora	(763)	(1.122)	(1.069)	(1.109)
Consolidado	(805)	(1.170)	(1.122)	(1.085)

Apresentação das mutações do ativo imobilizado

Conforme exigido pelo CPC 27, as empresas devem apresentar uma reconciliação dos saldos iniciais e finais de seus ativos imobilizados, evidenciando as respectivas movimentações ocorridas no período. Em outras palavras, as empresas devem apresentar as mutações do ativo imobilizado, que seria equivalente, por exemplo, às mutações do patrimônio líquido que são apresentadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A BR Foods foi uma das empresas que apresentaram tal reconciliação, evidenciando, por exemplo, as respectivas adições, baixas e transferências no exercício de 2010.

Demonstração Contábil da BR Foods, Nota Explicativa nº 18

BR GAAP e IFRS									
Consolidado									
	Taxa a.a. %	Saldo em 31/12/09	Aquisições	Baixas	Transferências	Transferências para mantidos para a venda	Transferências para mantidos para a venda	Variação cambial	Saldo em 31/12/10
Custo									
Terrenos		674.496	14.583	(12.627)	(252)	(58.701)	-	(65)	617.434
Edificações e Benfeitorias		4.381.906	7.665	(68.304)	313.760	(8.136)	43.935	(1.683)	4.669.143
Máquinas e equipamentos		5.068.605	22.594	(164.575)	319.404	(9.292)	-	(4.2)	5.232.486
Instalações		1.234.478	1.651	(30.347)	101.413	2.808	-	(104)	1.309.899
Móveis e utensílios		78.550	1.304	(4.976)	7.609	(318)	-	(677)	81.492
Veículos e aeronave		32.929	515	(7.112)	3.026	-	-	(815)	28.543
Outros		146.885	15.099	(3.615)	16.355	(169)	-	25	174.580
Imobilizações em andamento		424.784	593.745	(11.580)	(757.207)	-	-	(613)	249.129
Adiantamentos a fornecedores		24.682	40.670	(4.950)	(12.869)	-	-	-	47.533
		12.067.315	697.826	(308.086)	(8.761)	(73.808)	43.935	(8.182)	12.410.239
Depreciação									
Edificações e benfeitorias	3,00	(953.646)	(124.613)	43.007	(6.974)	4.144	-	1.797	(1.036.285)
Máquinas e equipamentos	5,17	(1.849.237)	(204.336)	135.951	5.036	5.876	-	3.788	(1.902.922)
Instalações	3,41	(315.407)	(34.687)	19.005	1.720	2.293	-	48	(327.028)
Móveis e utensílios	5,74	(38.666)	(2.615)	3.932	(486)	(914)	-	615	(38.134)
Veículos e aeronave	14,41	(17.262)	(6.774)	5.474	1.592	1.680	-	263	(15.027)
Outros		(18.911)	(7.181)	2.081	(1)	-	-	-	(24.012)
		(3.193.129)	(380.206)	209.450	887	13.079	-	6.511	(3.343.408)
Saldo líquido		8.874.186	317.620	(98.636)	(7.874)	(60.729)	43.935	(1.671)	9.066.831

A Petrobras, por sua vez, além da referida conciliação do imobilizado, apresentou igualmente a abertura de seus ativos imobilizados de acordo com a vida útil estimada.

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 15**15.1.1 Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado**

Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens			
Vida útil estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2010
Até 5 anos	6.712	(4.332)	2.380
6 - 10 anos	29.687	(13.839)	15.848
11 - 15 anos	3.158	(1.494)	1.664
16 - 20 anos	31.696	(14.130)	17.566
21 - 25 anos	22.496	(8.248)	14.248
25 - 30 anos	49.273	(7.453)	41.820
30 anos em diante	4.072	(2.760)	1.312
Método da Unidade Produzida	28.353	(16.324)	12.029
	175.447	(68.580)	106.867
Edificações e benfeitorias	11.881	(3.940)	7.941
Equipamentos e outros bens	163.566	(64.640)	98.926

Já a Copel, que adotou o *deemed cost* (custo atribuído) como base de mensuração na adoção inicial, evidenciou uma reconciliação dos valores anteriores, reconhecidos de acordo com o BR GAAP, com os novos valores, já em linha com o IFRS.

Demonstração Contábil da Copel, Nota Explicativa nº 4

A abertura por classe de ativos de geração da Copel Geração e Transmissão está apresentada no quadro abaixo:

	BR GAAP anterior	Custo Atribuído	IFRS
Custo			
Máquinas e equipamentos	1.291.931	1.825.501	3.117.432
Reservatórios, barragens e adutoras	2.668.134	4.128.844	6.796.978
Edificações	442.892	858.989	1.301.881
Terrenos	91.727	83.467	175.194
Veículos	17.575	7.184	24.759
Móveis e utensílios	3.345	2.618	5.963
	4.515.604	6.906.603	11.422.207
Depreciação Acumulada			
Máquinas e equipamentos	(517.723)	(969.722)	(1.487.445)
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.046.460)	(2.681.944)	(3.728.529)
Edificações	(229.501)	(605.512)	(835.013)
Veículos	(13.124)	(6.681)	(19.805)
Móveis e utensílios	(2.319)	(1.991)	(4.310)
	(1.809.127)	(4.265.850)	(6.075.102)
Imobilizado em serviço, líquido	2.706.477	2.640.753	5.347.105

A administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação nos exercícios futuros serão próximos aos realizados em 2009 e 2010.

Estimativas contábeis críticas sobre ativos imobilizados

Os principais julgamentos críticos que as entidades devem fazer no que se refere aos ativos imobilizados dizem respeito à estimativa da vida útil dos bens e taxas de depreciação e, para as optantes, à mensuração do *deemed cost*.

No que diz respeito à vida útil dos bens, 34 (61%) companhias revisaram suas estimativas, como, por exemplo, a Petrobras, que se baseou em laudos de avaliadores externos para fazer as novas estimativas.

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 5.6

A Companhia revisou a vida útil econômica dos equipamentos e outros bens, tendo como base laudos de avaliadores externos, conforme a seguir.

Classes de ativos	Tempo de vida útil médio	
	Antigo	Novo
Equipamentos de sistemas óticos	7 anos	20 anos
Equipamentos e instalações de distribuições	10 anos	14 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de refino	10 anos	20 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de fertilizantes	10 anos	22 anos
Tanques de armazenamento	10 anos	26 anos
Dutos	10 anos	31 anos
Plataformas	16 anos	17 anos
Plantas termoelétricas	20 anos	23 anos
Navios	20 anos	25 anos

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, portanto, a depreciação no exercício de 2010 foi reduzida em R\$ 1.273 (R\$ 847 na Controladora).



A Marfrig e a WEG, por sua vez, que optaram por mensurar seus ativos pelo *deemed cost*, apresentaram as seguintes informações acerca dos critérios utilizados para o cômputo desses valores.

Demonstração Contábil da Marfrig, Nota Explicativa nº 12

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por avaliadores independentes conforme abaixo indicado:

Companhias	Data base	Divisão	Empresa Avaliadora	Grupo Marfrig Valor do Laudo R\$
Marfrig Alimentos S/A - controladora	31/12/2008	Bovinos	Câmara de Consultores Associados Ltda - CCA	1.060.895
Masplen Ltd/Pampeano	31/12/2008	Bovinos	Câmara de Consultores Associados Ltda - CCA	82.896
Seara Holdings (Europe) B.V.	31/12/2009	Aves e Suínos	Câmara de Consultores Associados Ltda - CCA	1.431.196
Secculum Participações Ltda.	31/12/2009	Aves e Suínos	Mercato Assessoria e Avaliações Ltda.	10.952
União Frederiquense	31/12/2009	Aves e Suínos	Mercato Assessoria e Avaliações Ltda.	1.022.270
Marfrig Holding (Europe) - B.V. - Moy Park	NA	Aves e Suínos	Não aplicado (business combination)	255.555
Total laudo de valores brutos				3.863.764
(-) Depreciação de laudo - idade aparente				(2.318.169)
Total impacto "Deemed Cost"				1.545.595

O laudo foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NORMA NBR-14.653, especificamente, a saber: NBR-14.653-1, NBR-14.653-2 e NBR-14.653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e do IEL - Instituto de Engenharia Legal, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Considerações das inspeções técnicas:

- 1) Vistoria
- 2) Títulos de propriedade e outros documentos
- 3) Caracterização do local
- 4) Caracterização da unidade industrial avaliada
- 5) Avaliação da área de terra, benfeitorias e instalações
- 6) Valor total das benfeitorias, instalações e área de terra
- 7) Avaliação de máquinas, equipamentos, móveis e demais itens
- 8) Conclusão
- 9) Anexos

Demonstração Contábil da WEG, Nota Explicativa nº 12

d) Custo atribuído - Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através da empresa Amaral D'Ávila Engenharia de Avaliações Ltda. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR - 14.653-1, 14.653-2 e 14.653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Após o reconhecimento dos ativos foram efetuadas as inspeções técnicas considerando os seguintes itens:

- I) Condições de uso;
- II) Estado de conservação;
- III) Condição de manutenção;
- IV) Condição de operação;
- V) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Os bens que receberam o custo atribuído foram àqueles adquiridos até 31 de dezembro de 2009.

Divulgações adicionais sobre ativos imobilizados realizadas pelas empresas

Conforme o CPC 27, as empresas também deverão divulgar em notas explicativas informações acerca de restrições de seus imobilizados, relacionados a garantias que, porventura, não possam ser alienados. Nossas análises evidenciaram que 17 (30%) empresas divulgaram tais informações, como, por exemplo, a BR Foods.

Demonstração Contábil da BR Foods, Nota Explicativa nº 18

		BR GAAP e IFRS		
		Consolidado		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Tipo de garantia	Valor contábil de bens dados em garantia	Valor contábil de bens dados em garantia	Valor contábil de bens dados em garantia
Terrenos	Financeiro/Trabalhista/Fiscal/Civil	187.159	171.254	26.368
Edificações e benfeitorias	Financeiro/Trabalhista/Fiscal/Civil	1.926.292	1.708.222	78.966
Máquinas e equipamentos	Financeiro/Trabalhista/Fiscal	2.028.672	1.806.938	29.215
Instalações	Financeiro/Trabalhista/Fiscal	701.003	599.180	7.962
Móveis e utensílios	Financeiro/Trabalhista/Fiscal/Civil	17.458	14.153	1.319
Veículos e aeronave	Financeiro/Fiscal	1.297	1.443	661
Outros	Financeiro/Trabalhista/Fiscal/Civil	148.639	112.814	27.055
		5.010.520	4.414.004	171.547

Já no que diz respeito aos valores de futuros compromissos contratuais para a aquisição do imobilizado, apenas seis (11%) companhias, entre as analisadas, apresentaram tais informações. Dentre essas, a Gol informou os valores relativos a adiantamentos para aquisição de aeronaves referentes a contratos com a Boeing, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Gol, Nota Explicativa nº 14

O saldo corresponde aos adiantamentos para aquisição de aeronaves, referentes aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 100 aeronaves 737-800 Next Generation (90 aeronaves em 31 de dezembro de 2009 e 94 aeronaves em 1º de janeiro de 2009), no valor de R\$ 308.494 (R\$ 506.475 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 754.016 em 1º de janeiro de 2009). O saldo também é composto pelo direito sobre o valor residual das aeronaves no valor de R\$ 357.757 (R\$ 298.156 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 203.543 em 1º de janeiro de 2009) ambos realizados pela controladora GAC.

A Gerdau Metalúrgica, por sua vez, apresentou os valores referentes a seguros, bens oferecidos em garantia, encargos financeiros capitalizados e os valores que foram baixados em razão das perdas por *impairment*.

Demonstração Contábil da Gerdau Metalúrgica, Nota Explicativa nº 10

- b) Valores segurados** - os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia e as usinas das controladas na América do Norte, Espanha e América Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açominas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.
- c) Capitalização de juros e encargos financeiros** - durante o exercício de 2010, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 48.246 (R\$ 78.535 em 31/12/2009).
- d) Valores oferecidos em garantia** - foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 129.202 em 31/12/2010 (R\$ 218.833 em 31/12/2009).
- e) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado** - A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de imobilizado conforme apresentado na nota 28. Em 31/12/2010, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 34.622 para terrenos, prédios e construções e R\$ 13.089 para máquinas, equipamentos e instalações.

O CPC 27 também requer que as entidades divulguem informações acerca do valor contábil de qualquer imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em uso. Tal informação é, sem dúvida, relevante para os usuários da informação contábil, haja vista que algumas empresas tinham com prática utilizar taxas fiscais para depreciação, sem muitas vezes considerar o valor residual dos imobilizados ao final da vida útil econômica.

Sobre esse aspecto, verificamos que a CCR Rodovias e a WEG divulgaram informações sobre o valor contábil de qualquer imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em uso, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da CCR Rodovias, Nota Explicativa nº 12

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 25.996 (R\$ 25.945 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 25.212 em 1º de janeiro de 2009).

Demonstração Contábil da WEG, Nota Explicativa nº 12

c) Bens totalmente depreciados em uso no Brasil - Após a avaliação pelo custo atribuído, não foram apurados bens que estejam totalmente depreciados em uso no exercício de 2010.

Nossas análises evidenciaram que o impacto da adoção inicial das normas internacionais foi positivo no que diz respeito às divulgações acerca de ativos imobilizados.

Por outro lado, algumas empresas ainda têm de incluir algumas divulgações detalhadas. Também notamos que a grande maioria das empresas não optou pela utilização *deemed cost* na adoção inicial, o que de certa forma contribuiria para o incremento da relevância das demonstrações contábeis. Isso porque os usuários poderiam, pelo menos no ano de 2010, saber o valor justo dos ativos mantidos pelas empresas para fins de condução de seus negócios.

// CPC 29 - Ativo Biológico (IAS 41)

Nesta seção, nós analisamos como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências presentes no CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41), que prescreve o tratamento contábil para as empresas que possuem atividades agrícolas. Tais atividades envolvem, basicamente, o gerenciamento do processo de transformação de ativos biológicos, que são animais e plantas vivas, em produtos agrícolas para fins de comercialização.

Como exemplos, apresentados no CPC 29, de ativos biológicos, produtos agrícolas e produtos resultantes do processamento após a colheita, temos:

Ativos biológicos	Produtos agrícolas	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Árvores de uma plantação	Madeira	Madeira serrada, celulose
Plantas	Algodão, cana colhida, café	Fio de algodão, roupa, açúcar, álcool, café limpo em grão, moído, torrado
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Arbustos	Folhas	Chá, tabaco
Videiras	Uva	Vinho
Árvores frutíferas	Fruta colhida	Fruta processada

Os aspectos acerca de ativos biológicos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Quais empresas da nossa amostra estão sob o escopo do CPC 29?
- ▶ Estimativas contábeis críticas sobre ativos biológicos
- ▶ Bases de mensuração utilizadas pelas empresas de nossa amostra para mensurar os ativos biológicos
- ▶ Divulgações sobre ativos biológicos realizadas pelas empresas da nossa amostra

Quais empresas da nossa amostra estão sob o escopo do CPC 29?

Das 56 empresas analisadas, sete possuem atividades agrícolas e consequentemente aplicaram as exigências do CPC 29 para seus ativos biológicos e produtos agrícolas. O quadro a seguir apresenta essas empresas e seus referidos ativos biológicos.



Empresa	Tipo de Ativo Biológico
BR Foods	Aves, suínos e bovinos
Duratex	Reservas florestais de eucalipto e de pinus
Ecodiesel	Culturas de pinhão-mansão, algodão, soja, milho e cana-de-açúcar
Fibria	Florestas de eucalipto
JBS	Aves, suínos, bovinos, ovinos; culturas em formação de milho, soja e capim
Klabin	Florestas de pinus e eucalipto
Marfrig	Aves, suínos e bovinos

Estimativas contábeis críticas sobre ativos biológicos

O CPC 29 prescreve o tratamento contábil para os ativos biológicos durante o período de crescimento, degeneração, produção e procriação, e para a mensuração inicial dos produtos agrícolas no momento da colheita. A norma exige que os referidos ativos sejam mensurados pelo valor justo menos os custos para vender, desde o reconhecimento inicial até o momento da colheita, exceto quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável no reconhecimento inicial.

Dentro desse contexto, as estimativas contábeis críticas acerca de ativos biológicos dizem respeito justamente às premissas utilizadas para a mensuração dos valores justos desses ativos. Sobre esse aspecto, a Brasil Ecodiesel apresentou as seguintes informações:

Demonstração Contábil da Brasil Ecodiesel, Nota Explicativa nº 9

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da **I)** produção estimada, medida em kg para a cultura de pinhão-mansão, sacas de 60 kg para a soja e o milho, arrobas para o algodão em caroço e em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) para a Cana-de-açúcar; e **II)** do preço de mercado futuro de cada produto, quando disponível. Especificamente a cultura de pinhão-mansão, por se tratar de uma cultura ainda incipiente, não dispõe de fontes públicas de informação sobre preços para comercialização, sendo os valores utilizados obtidos localmente.
- b) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) foi obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commoditie*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos produtos (caroço e fibrilha).

- c) Saídas de caixa representadas pela estimativa de **I)** custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita; **II)** custos com a colheita/corte, carregamento e transporte - CCT; **III)** custo de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e **IV)** impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- d) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia e suas controladas determinam os fluxos de caixa futuros a serem gerados e trás os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contra partida a rubrica de "Variação no valor justo dos ativos biológicos" no resultado do período.
- e) O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A BR Foods, por sua vez, igualmente divulgou as referidas premissas utilizadas para cômputo dos valores justos. A empresa fez questão de ressaltar que, como não existem diferenças significativas entre o valor justo e o custo de seus ativos biológicos, manteve os referidos mensurados pelo custo.

Demonstração Contábil da BR Foods, Nota Explicativa nº 12

Na mensuração dos ativos biológicos ao valor justo a Companhia adotou o modelo do fluxo de caixa descontado. Primeiramente, a taxa de desconto utilizada foi o custo médio ponderado de capital ("WACC") que em seguida foi ajustada para refletir o risco específico do ativo em questão, através do modelo matemático retorno médio sobre ativos ("WARA"), conforme apresentado abaixo:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Custo do capital próprio nominal	11,10	11,54	12,37
Taxa de inflação projetada EUA	1,85	1,99	2,27
Custo do capital próprio real	9,08	9,37	9,88
WACC real	6,93	6,94	6,83
Taxa de desconto WARA:			
Animais para abate	6,00	5,75	6,10
Animais para produção	6,90	7,30	6,70

Na opinião da Administração, o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação principalmente devido ao curto ciclo de vida dos animais e pelo fato de que parte significativa da rentabilidade dos nossos produtos deriva do processo de industrialização e não da obtenção de carne in-natura (matéria-prima/ponto de abate). Essa opinião está suportada por um laudo de avaliação de valor justo elaborado por um especialista independente, onde apurou-se uma diferença imaterial entre as duas metodologias, dessa forma a Administração manteve o registro dos ativos biológicos por seu custo de formação.

Bases de mensuração utilizadas pelas empresas da nossa amostra para mensurar os ativos biológicos

Conforme já discutido, o CPC 29 recomenda que as empresas utilizem o valor justo para mensuração de seus ativos biológicos. Seguindo as mesmas exigências das outras normas internacionais que requerem

a mensuração pelo valor justo de certos ativos ou passivos, esse pronunciamento recomenda que as entidades utilizem os preços estabelecidos em um mercado ativo. Nos casos em que esse mercado não estiver disponível para os ativos biológicos da entidade, uma das alternativas é justamente computá-lo por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros atribuídos ao ativo.

Nossos resultados evidenciaram que as bases de mensuração utilizadas pelas empresas são distintas, dependendo basicamente do tipo e até da idade do ativo biológico, conforme apresentado no quadro a seguir:

Empresa	Tipo de Ativo Biológico	Base de mensuração adotada		
		Valor de Mercado	VP dos fluxos de caixa líquidos estimados	Custo
BR Foods	Aves, suínos e bovinos			Aves, suínos e bovinos
Duratex	Reservas florestais de eucalipto e de pinus	Madeira em ponto de colheita	Florestas em formação	Florestas de até dois anos de vida
Ecodiesel	Culturas de pinhão-manso, algodão, soja, milho e cana-de-açúcar		Demais lavouras	Lavouras plantadas em data próxima ao encerramento do exercício
Fibria	Florestas de eucalipto		Florestas de eucalipto em formação	
JBS	Aves, suínos, bovinos, ovinos. Culturas em formação de milho, soja e capim	Bovinos (exceto Austrália)		Aves, suínos, bovinos (Austrália) e ovinos. Culturas em formação
Klabin	Florestas de pinus e eucalipto		Eucalipto - após o 3º ano de plantio; pinus - após o 5º ano de plantio	Eucalipto - até o 3º ano de plantio; pinus - até o 5º ano de plantio
Marfrig	Aves, suínos e bovinos	Bovinos		Aves e suínos

Apesar de permitir que as empresas mensurem seus ativos biológicos pelo custo, o CPC 29 exige que as empresas que não utilizaram o valor justo divulguem explicações do motivo pelo qual tal base de mensuração não foi adotada.

Nós analisamos tais explicações, sendo os resultados apresentados a seguir:

Tipo de Ativo Biológico	Explicações apresentadas pelas empresas
Aves, bovinos, suínos e ovinos	Valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, principalmente devido ao curto ciclo de vida dos animais
	Ausência de mercado ativo
Florestas em início de formação	Custo histórico se aproxima do valor do custo
Culturas diversas em formação	Pequena transformação biológica que ocorre entre o período do plantio e a data-base das demonstrações financeiras e custos incorridos nesse período não serem significativos
	Valores imateriais

Divulgações sobre ativos biológicos realizadas pelas empresas da nossa amostra

Dada as especificidades dos ativos biológicos, é fundamental que as empresas divulguem a descrição dos referidos ativos e as respectivas segregações, de modo que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar adequadamente a composição e a relevância dos mesmos. Sobre esse aspecto, a BR Foods classificou os ativos em maduros e imaturos, de forma narrativa e quantificada, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da BR Foods, Nota Explicativa nº 12

O grupo de ativos biológicos da Companhia é composto por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Esses animais foram segregados entre consumíveis e de produção.

Os animais classificados no subgrupo de consumíveis são aqueles destinados ao abate para produção de carne in-natura e/ou produtos elaborados e processados, enquanto não atingem o peso adequado para abate são considerados imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros.

Os animais classificados no subgrupo de produção (matrizes) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos, enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos, quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros.

Outra informação considerada relevante para os interessados em avaliar o impacto dos valores justos dos ativos biológicos na situação econômico-financeira da entidade diz respeito à reconciliação desses valores e suas referidas mutações no período.

Sobre esse aspecto, a Brasil Ecodiesel apresentou a reconciliação dos saldos de abertura para fins de adoção de IFRS, que foi feita 1º de janeiro de 2009, com os saldos de 31 de dezembro de 2009 e 2010, evidenciando as variações decorrentes da variação do valor justo e de aumentos e reduções decorrentes de plantio e colheita.

Demonstração Contábil da Brasil Ecodiesel, Nota Explicativa nº 9

	Controladora		Consolidado	
	Pinhão	Manso	Pinhão Manso	Culturas Maeda (*) Total
Saldo de ativos biológicos a valor justo em 1º de janeiro de 2009		1.740	1.740	- 1.740
Transferência de lavoura em formação para lavoura formada		-	-	- -
Aumentos decorrentes de plantio e tratos		8.274	8.274	- 8.274
Reduções decorrentes de colheitas/perdas		(9.983)	(9.983)	- (9.983)
Variação no valor justo		2.024	1.934	- 1.934
Saldo de ativos biológicos a valor justo em 31 de dezembro de 2009		2.055	1.965	- 1.965
Aumentos decorrentes de plantio e tratos		3.563	6.161	- 6.161
Variação no valor justo		(732)	(2.646)	- (2.646)
Ativos biológicos oriundos da incorporação da Maeda a valor justo		-	-	100.504 100.504
Saldo de ativos biológicos a valor justo em 31 de dezembro de 2010		4.886	5.518	100.504 106.075

A Klabin também apresentou a referida conciliação, evidenciando de maneira segregada as parcelas na variação do valor justo dos ativos biológicos que são referentes ao crescimento e a alterações de preços.

Demonstração Contábil da Klabin, Nota Explicativa nº 14

b) Reconciliação das variações de valor justo

As movimentações dos períodos são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2009	1.428.320	2.667.454
Plantio	46.833	91.929
Exaustão	(149.390)	(332.791)
Variação de valor justo por:		
Preço	(100.327)	(152.336)
Crescimento	101.321	216.913
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.326.757	2.491.169
Plantio	65.084	119.108
Transferências	3.134	41.077
Exaustão	(220.647)	(337.100)
Variação de valor justo por:		
Preço	45.499	75.455
Crescimento	175.111	373.170
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.394.938	2.762.879



Já no que diz respeito aos riscos financeiros envolvidos na atividade agrícola, conforme requerido pela norma, a Duratex evidenciou os potenciais impactos referentes a reduções de preços e aumento de taxas de juros no valor justo de seus ativos biológicos, conforme pode ser observado a seguir.

Demonstração Contábil da Duratex, Nota Explicativa nº 3

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29/IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas por mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Nesse sentido uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 44.880, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 11.220, líquido dos efeitos tributários.

// CPC 04 - Ativos Intangíveis (IAS 38)

A rubrica dos ativos intangíveis expressa o montante dos recursos aplicados em ativos não monetários, identificáveis porque podem ser separados de outros ativos e independem de qualquer que seja a intenção de uso pela entidade, controlados e geradores de benefícios futuros. A esse respeito, a norma CPC 04 exemplifica que “a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações)” podem se constituir em ativos intangíveis.

Divulgação

Em um resumo extraído do pronunciamento CPC 04, podemos identificar os seguintes elementos principais na divulgação dos ativos intangíveis:

- a)** a distinção entre os gerados internamente e outros ativos intangíveis;
- b)** a vida útil (definida ou indefinida);
- c)** o método de amortização adotado;
- d)** o valor contábil, a amortização acumulada e a perda por *impairment* no início e no final do período;
- e)** a rubrica da demonstração de resultado onde a despesa de amortização foi reconhecida;
- f)** uma reconciliação dos valores contábeis no início e no final de cada período.

Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que tal norma não aborda, por exemplo, o reconhecimento e mensuração do *goodwill*, assunto esse que é tratado no CPC 15 - Combinação de Negócios. Entretanto, no que diz respeito a divulgação, é importante destacar que no balanço consolidado os valores referentes ao *goodwill* devem ser reclassificados para o grupo dos ativos intangíveis.

Os aspectos acerca de ativos intangíveis considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Principais ajustes e reclassificações decorrentes da adoção inicial do CPC 04
- ▶ Composição do grupo de ativos intangíveis
- ▶ Divulgações adicionais sobre ativos intangíveis realizadas pelas empresas



Principais ajustes e reclassificações decorrentes da adoção inicial do CPC 04

Assim como com outras normas internacionais, a adoção inicial do CPC 04 fez com que algumas companhias alterassem determinadas premissas contábeis acerca dos seus ativos intangíveis. Duas das principais alterações que puderam ser observadas foram a revisão da vida útil de alguns ativos intangíveis e a baixa de valores capitalizados, principalmente aqueles referentes a gastos com pesquisa. Foram verificadas, também, transferências de saldos de alguns intangíveis para o imobilizado e vice-versa. Tais resultados são apresentados a seguir.

Revisão da vida útil e nos critérios de amortização dos ativos intangíveis

Conforme exigido pelo CPC 04, as empresas devem estimar a vida útil de seus ativos intangíveis com base em fatores como a utilização prevista, o nível de obsolescência, ciclos de vida do produto, nível de manutenção exigida etc. Acerca desses aspectos, nós avaliamos se as empresas da nossa amostra fizeram eventuais revisões nas vidas úteis.

Dentre as 56 empresas por nós analisadas, seis fizeram uma revisão da vida útil dos seus ativos intangíveis e apenas uma companhia informou que revisou o método de amortização que ela utilizava. Uma das empresas que revisaram a vida útil de seus ativos intangíveis foi a B2W, conforme demonstrado a seguir.

Demonstração Contábil da B2W, Nota Explicativa nº 13

A Administração da Companhia revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativos intangíveis, tendo como base laudos de especialistas internos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	Antiga taxa de amortização	Nova taxa de amortização
Direito de uso de <i>software</i>	20%	12,72%
Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	20%	12,17%
Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online®	5,30%	5,26%

O que pode ser observado com a nota acima é que a B2W apresentou uma redução na sua despesa com amortização decorrente do aumento da vida útil de seus ativos intangíveis. De fato, essa redução da despesa de amortização dos intangíveis é igualmente apresentada pela controladora da B2W, mais especificamente as Lojas Americanas.

Demonstração Contábil das Lojas Americanas, Nota Explicativa nº 13

A Administração da controlada B2W revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativos intangíveis, tendo como base laudos de especialistas internos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	Antiga taxa de amortização	Nova taxa de amortização
Direito de uso de <i>software</i>	20%	13%
Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	20%	12%

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010, o efeito da revisão da vida útil dos ativos representou uma redução da amortização no momento de R\$ 20.575 na controlada e no consolidado da B2W, substancialmente reconhecidos na linha de despesa de depreciação e amortização das demonstrações do resultado do exercício da mesma.

Destaca-se que, das seis companhias que revisaram a vida útil de seus ativos intangíveis, apenas uma apresentou um aumento na sua despesa com amortização decorrente justamente da diminuição da vida útil dos intangíveis.

Reclassificação dos saldos contabilizados no intangível

Nossas análises também evidenciaram que algumas empresas baixaram valores anteriormente contabilizados no intangível na adoção inicial das normas internacionais. Sobre esse aspecto, a reclassificação mais frequente foi justamente a referente a gastos com pesquisa anteriormente contabilizados nessa conta de ativo.

Isso é necessário, pois de acordo com o CPC 04, apenas gastos com desenvolvimento podem, em determinados casos, ser ativados. Em contrapartida, os gastos com pesquisa deverão sempre ser reconhecidos como despesa. Nesse sentido, algumas empresas, como, por exemplo, a Braskem, tiveram de reclassificar os valores referentes a gastos com pesquisa.

Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 4.4**d) Reversão de gastos capitalizados com pesquisa**

Gastos com pesquisa são definidos pelo CPC 04 (RI) e IAS 38 como a investigação original com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico e, por isso, não se enquadram como ativo intangível, já que não se qualificam nos requisitos de um item identificável, controlado e gerador de benefícios econômicos futuros. Dessa forma, gastos com pesquisa devem ser registrados como despesas quando incorridos.

Na adoção dessa norma, a Companhia reverteu, em seu balanço de abertura, o saldo integral de gastos capitalizados com pesquisa contra lucros acumulados, no montante de R\$ 25.121. Sobre este montante, foi contabilizado imposto de renda diferido no valor de R\$ 6.280. Em 31 de dezembro de 2009, esse saldo de pesquisa encontrava-se integralmente amortizado e por isso não foi feito ajuste para aquela data.

O resultado do exercício de 2009 foi impactado pela reversão da amortização, registrada originalmente, no montante de R\$ 25.121, com impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 8.541.

Composição do grupo de ativos intangíveis

A IAS 38 recomenda que as companhias divulguem suas informações sobre ativos intangíveis segregadas em classes. Como exemplos de classes de intangíveis distintas que são mencionadas na

referida norma internacional, temos: marcas, títulos de periódicos, *softwares*, licenças e franquias, direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, e ainda os ativos intangíveis em desenvolvimento.

Nesse contexto, nós buscamos verificar quais eram as classes de ativos intangíveis mais comumente encontrados nas 56 demonstrações analisadas. Nossos resultados são apresentados a seguir.

Classes de Ativos Intangíveis	Observações
<i>Softwares</i>	42
Direitos Autorais e Outros Direitos de Propriedade Industrial e Serviço	17
Marcas e Patentes	14
Licenças e Franquias	10
Ativos Intangíveis em Desenvolvimento	9
Outros	13

O grupo de ativos intangíveis com maior destaque, na amostra analisada, foi o grupo dos *softwares*, apresentado por 75% das companhias analisadas. Todas essas companhias classificaram os *softwares* como ativo intangível de vida útil definida, sendo que a taxa de amortização utilizada, em quase todos os casos, foi de 20% ao ano, como no caso da MRV. Tal empresa evidenciou, além das taxas de amortização, as despesas de amortização projetadas para os próximos cinco anos.

Demonstração Contábil da MRV, Nota Explicativa nº 15

A taxa média anual de amortização para desenvolvimento de *software* e licença de uso de *software* é de 20%. A estimativa para as despesas de amortização para os próximos cinco anos é como segue:

	Controladora	Consolidado
2011	6.084	6.111
2012	6.896	6.915
2013	6.056	6.071
2014	4.330	4.347
2015	2.752	2.767
Total	26.118	26.211



As despesas com amortização do intangível são alocadas à rubrica de “Custo”, “Despesas comerciais” e “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado do exercício, conforme a natureza e alocação de cada item do intangível. Não há ativos intangíveis oferecidos como garantias a passivos. Não há ativos intangíveis relevantes totalmente amortizados e ainda em uso pela Companhia.

Conforme o CPC 04, os gastos com desenvolvimento podem ser ativados no intangível desde que a empresa demonstre determinados aspectos, como, por exemplo, viabilidade técnica para concluir o referido ativo, capacidade para vendê-lo, capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao respectivo intangível, entre outros.

A Embraer foi uma das empresas que atenderam aos critérios exigidos pelo CPC 04 e consequentemente registrou os gastos com desenvolvimento de novas aeronaves no seu ativo intangível. A seguir são apresentadas as referidas notas de política contábil sobre intangível e de mutação desse grupo patrimonial da empresa.

Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 18

p) Intangíveis

1) Pesquisas e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são reconhecidos com despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos, compostos principalmente por gastos com desenvolvimento de produtos, incluindo desenhos, projetos de engenharia, construção de protótipos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos irão gerar benefícios econômicos futuros, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros e somente se o custo puder ser medido de modo confiável.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados com base na entrega de aeronaves que se estima vender na implementação de cada projeto, sendo os montantes amortizados apropriados ao custo de produção.



Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 18**18. Intangível**

Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de programas para cada nova aeronave, incluindo serviços de suporte, mão de obra produtiva, material e mão de obra direta alocados para a construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos, bem como aplicações de tecnologias avançadas que visam tornar as aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes em consumo de energia e em emissões, além de projetadas e fabricadas em menos tempo e com otimização de recursos.

b) Consolidado

Custo do Intangível	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Comercial	Executiva	Defesa	Outros	Software	
Saldo em 31/12/2009	1.646.047	879.749	42.719	9.938	211.163	2.789.616
Adições	27.848	255.853	932	2.753	25.701	313.087
Adições de Contribuição de parceiros	(4.191)	(169.989)	-	-	-	(174.180)
Baixas	-	-	-	-	(15.350)	(15.350)
Efeito de conversão	(70.541)	(43.866)	(1.892)	(5.509)	(5.347)	(127.155)
Saldo em 31/12/2010	1.599.163	921.747	41.759	7.182	216.167	2.786.018
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2009	(1.153.005)	(169.626)	(35.266)	(3.385)	(165.176)	(1.526.458)
Amortizações	(91.254)	(93.459)	(5.248)	(503)	(13.312)	(203.776)
Amortizações de Contribuição parceiros	35.296	17.165	-	-	-	52.461
Baixas	-	-	-	-	6.976	6.976
Efeito de conversão	52.391	10.600	1.859	479	12.965	78.294
Saldo em 31/12/2010	(1.156.572)	(253.320)	(38.655)	(3.409)	(158.547)	(1.592.503)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2009	493.042	710.123	7.453	6.553	45.987	1.263.158
Saldo em 31/12/2010	442.591	686.427	3.104	3.773	57.620	1.193.515

Outra empresa que apresentou uma divulgação detalhada acerca das mutações do seu ativo intangível foi a Copel. É importante ressaltar que essa empresa possui também registrado no seu ativo intangível direitos de concessão decorrentes da exploração das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Tais valores eram anteriormente contabilizados como imobilizado. Contudo, com a adoção das normas internacionais de contabilidade, em especial a ICPC 01 - Concessões, parte desses valores passou a ser reconhecido como ativo intangível. Ressalta-se que assuntos referentes à concessão são tratados em outra seção desta publicação.

Demonstração Contábil da Copel, Nota Explicativa nº 18

	Direito de uso de softwares	Direito de concessão	Contrato concessão	Amortização acumulada	Outros	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
						31/12/2010
Em serviço						
Com vida útil definida						
Copel Geração e Transmissão	2.287	-	-	(1984) ⁽¹⁾	43	346
Copel Distribuição (18.1)	-	-	3.675.078	(2.675.783) ⁽²⁾	-	999.295
Copel Telecomunicações	4.067	-	-	(3.659) ⁽¹⁾	-	408
Compagas (18.2)	3.473	-	195.767	(64.199) ⁽²⁾	-	135.041
Elejor (18.3)	-	-	263.920	(43.812) ⁽²⁾	102	220.210
UEG Araucária	190	-	-	(72) ⁽¹⁾	-	118
Direito de concessão - Elejor (18.3)	-	22.626	-	(3.583) ⁽²⁾	-	19.043
Autorização - UEGA (18.4)	-	-	-	-	-	-
	10.017	22.626	4.134.765	(2.793.092)	145	1.374.461
Com vida útil indefinida						
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	20	20
	-	-	-	-	38	38
	10.017	22.626	4.134.765	(2.793.092)	183	1.374.499
Em curso						
Copel Geração e Transm. (18.5)	11.591	-	22.249	-	1.222	35.062
Copel Distribuição (18.1)	-	-	583.261	-	-	583.261
Copel Telecomunicações	12.476	-	-	-	3	12.479
Compagas	-	-	34.440	-	-	34.440
Elejor	-	-	-	-	2.790	2.790
	24.067	-	639.950	-	4.015	668.032
Obrigações Especiais						
Copel Distribuição (18.6)	-	-	(406.333)	112.756	-	(293.577)
	-	-	(406.333)	112.756	-	(293.577)
						1.748.954

(1) Taxa anual de amortização: 20%

(2) Amortização pelo período de concessão

Divulgações adicionais sobre ativos intangíveis realizadas pelas empresas

Com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis consigam avaliar a natureza e a relevância dos ativos intangíveis da entidade, o CPC 04 requer que as empresas apresentem certas informações acerca dessas transações, como, por exemplo, o valor do gasto com pesquisa e desenvolvimento reconhecido como despesa no período. A BR Foods foi uma das empresas por nós analisadas que apresentaram tal informação.

Demonstração Contábil da BR Foods, Nota Explicativa nº 31**31. Custo de pesquisa e desenvolvimento**

Consiste em gastos com pesquisas internas e desenvolvimento de novos produtos, reconhecidas quando incorridas nas demonstrações de resultados. O total de gastos com pesquisa e desenvolvimento no exercício findo em 31.12.10 é R\$ 14.696 na controladora e R\$ 20.694 no consolidado (R\$ 14.598 na controladora e R\$ 17.389 no consolidado em 31.12.09).

Outra informação igualmente relevante para os usuários e igualmente exigida pelo CPC 04 é a reconciliação da amortização acumulada no período. A empresa Lojas Renner foi uma das companhias que apresentaram essa informação.

Demonstração Contábil das Lojas Renner, Nota Explicativa nº 11**b) Intangível****Controladora - BR GAAP e Consolidado - IFRS e BR GAAP**

	Sistemas de informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Amortização Total
Amortização				
Saldo em 31/12/08	(35.922)	(22.755)	(23)	(58.700)
Adição	(11.840)	(3.530)	(1)	(15.371)
Transferências	55	-	-	55
Baixas	2	311	-	313
Saldo em 31/12/09	(47.705)	(25.974)	(24)	(73.703)
Adição	(14.065)	(1.757)	(5)	(15.827)
Transferências	(5.849)	185	-	(5.664)
Baixas	5.705	-	(5)	5.700
Saldo em 31/12/10	(61.914)	(27.546)	(34)	(89.494)



A OGX, por sua vez, evidenciou a existência de ativos intangíveis que ainda não possuem vida útil definida, haja vista que suas controladas ainda estão em fase pré-operacional. Consequentemente, de acordo com a empresa, tais ativos ainda não são amortizados.

Demonstração Contábil da OGX, Nota Explicativa nº 11

11. Intangível e despesas com exploração

	Consolidado				
	01/01/2009	Adições	Saldos em 31/12/2009	Adições	31/12/2010
Ativo intangível					
Gastos com perfuração exploratória	5.707	463.767	469.474	2.479.280	2.948.754
Intangível em progresso ^(a)	-	138.362	138.362	10.579	148.941
Bônus de assinatura de blocos exploratórios	1.479.723	12.000	1.491.723	-	1.491.723
	1.485.430	614.129	2.099.559	2.489.859	4.589.418

(a) Gastos incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 referentes à mobilização de sondas e equipamentos utilizados no processo de perfuração dos poços conforme cronograma da campanha exploratória.

Os ativos registrados neste grupo terão sua vida útil definida apenas quando as controladas OGX Ltda. e OGX Maranhão estiverem em sua fase de produção e serão amortizados pelo método das unidades a serem produzidas em relação às reservas totais a serem provadas. Consequentemente, a amortização ainda não foi iniciada em função do estágio da atividade pré-operacional.

Já a Hypermarchas divulgou na nota explicativa de intangível os valores referentes às marcas compradas no período.

Demonstração Contábil da Hypermarchas, Nota Explicativa nº 16

Marcas

- ▶ Em novembro de 2010, foi adquirida a marca de sabonetes infantis Pom Pom, pelo montante de R\$ 85.000.
- ▶ Em dezembro de 2010, foi adquirida a marca Perfex, Cross Hatch e derivadas pelo montante de US\$ 17.000 (R\$ 28.873).

Finalmente, houve ainda o caso da Petrobras, que contabilizou no ativo intangível os valores referentes ao contrato de cessão onerosa decorrentes do direito de exercer atividades e explorar o bloco de área do pré-sal.

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 16

Como contraprestação ao direito de exercer atividades de exploração e produção de petróleo, a Companhia pagou, com recursos oriundos da oferta pública de ações, cuja liquidação ocorreu em 29 de setembro de 2010, o montante de R\$ 67.816 com Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e R\$ 6.992 em moeda corrente, perfazendo o total do direito de exploração de R\$ 74.808, que será amortizado de acordo com as futuras unidades e estarão sujeitos a teste de *impairment*.

O valor inicial do Contrato de Cessão Onerosa foi determinado através de negociação entre a Petrobras e a União Federal, baseado em laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras independentes,

que foram contratadas pela Petrobras e pela ANP, nos termos da Lei nº 12.276/10, resultando em um preço médio ponderado de R\$ 14,96 (US\$ 8,51) por barril pelas áreas apresentadas a seguir:

Blocos	Volumes	
	Milhões de boe	Valor
Franco	3.058	48.621
Florim	467	7.400
Nordeste de Tupi	428	6.425
Em torno de Iara	600	6.137
Sul Guará	319	4.456
Sul de Tupi	128	1.769
	5.000	74.808

O contrato de concessão dos direitos estabelece que na época da declaração da comercialidade das reservas haverá revisão de volumes e preços, baseada em laudos técnicos independentes. Caso a revisão venha determinar que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União Federal, reconhecendo essa diferença como um ativo intangível ou reduzir o volume total adquirido nos termos do contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em um valor menor do que o inicialmente pago, a União Federal irá nos reembolsar a diferença, em moeda corrente ou Títulos, sujeitos às leis orçamentárias.

// CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40)

A convergência às normas internacionais também trouxe diferentes exigências de mensuração para os imóveis mantidos pelas empresas com a finalidade de se auferir renda. Note-se que não estamos falando aqui dos imóveis que a empresa possui para uso na sua atividade operacional, que eventualmente são vendidos no curso ordinário do negócio. Ao contrário, os imóveis em questão, denominados de propriedades para investimento, são mantidos com a finalidade exclusiva de se auferir renda com aluguéis e valorização de capital. Por essa razão, tais imóveis são classificados no subgrupo de investimentos, e não no ativo imobilizado.

Alguns exemplos de propriedade para investimento citados na norma internacional que trata desse assunto, o CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40), são:

- I) terrenos mantidos para valorização de capital a longo prazo, e não para venda a curto prazo no curso ordinário dos negócios;
- II) edifício que seja propriedade da entidade (ou mantido pela entidade em arrendamento financeiro) e que seja arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais;
- III) edifício que esteja desocupado, mas mantido para ser arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais;
- IV) propriedade que esteja sendo construída ou desenvolvida para futura utilização como propriedade para investimento.

Nesta seção, nós analisamos como as empresas da nossa amostra que possuem propriedade para investimento aplicaram as exigências do CPC 28. É importante ressaltar que tais exigências incluem igualmente a mensuração nas demonstrações contábeis do arrendatário de propriedades para investimento mantidas em arrendamento contabilizado como arrendamento financeiro e a mensuração nas demonstrações contábeis do arrendador de propriedades para investimento disponibilizadas ao arrendatário em arrendamento operacional.

Os aspectos sobre propriedades para investimento considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Quais empresas da nossa amostra estão sob o escopo do CPC 28?
- ▶ Estimativas contábeis críticas sobre propriedades para investimento
- ▶ Bases de mensuração utilizadas pelas empresas da nossa amostra para mensurar as propriedades para investimento
- ▶ Divulgações sobre propriedades para investimento realizadas pelas empresas da nossa amostra

Quais empresas da nossa amostra estão sob o escopo do CPC 28?

Dentre as 56 companhias analisadas, apenas três companhias possuem propriedades para investimento: BR Malls, MRV e PDG Realty.

As propriedades para investimento da MRV são referentes a ativos mantidos pela controlada MRV Logística e Participações S.A., e referem-se basicamente a galpões industriais, lojas comerciais e *shoppings*, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da MRV Engenharia, Nota Explicativa nº 13

13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

As propriedades para investimento (consolidado) são referentes aos ativos mantidos pela controlada MRV Logística e Participações S.A. com a finalidade de obter renda com aluguéis (vide nota explicativa 28) ou para valorização de capital, e são demonstrados conforme abaixo:

			31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações	25	7.648	(578)	7.070	6.815
Terrenos	-	125.597	-	125.597	16.972
Obras em andamento	-	23.038	-	23.038	307
Total		156.283	(578)	155.705	24.094

Segue abaixo quadro comparativo do custo e valor justo das propriedades para investimento. Os valores justos das propriedades para investimento foram estimados conforme com o descrito na nota explicativa 2.7.10.

		Consolidado
Descrição do empreendimento	Valor residual	Valor justo
Galpões industriais	109.294	148.155
Lojas comerciais/escritórios	28.124	30.617
Shopping Center	18.287	24.729
Total	155.705	203.501

Estimativas contábeis críticas sobre propriedades para investimento

Pode-se dizer que a principal estimativa crítica relacionada às propriedades para investimento diz respeito à mensuração pelo valor justo de tais ativos. Isso porque, como não existe mercado ativo para



muitas dessas propriedades, o cômputo desse valor é, na grande parte dos casos, realizado por meio de projeções de fluxo de caixa que invariavelmente envolvem premissas subjetivas. A PDG Realty fez questão de ressaltar que existe julgamento significativo no cômputo desses valores, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da PDG Realty, Nota Explicativa nº 2

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisões para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado e propriedade para investimentos, custo orçado dos empreendimentos em construção, percentual de andamento de obra, resultado de incorporação e venda de imóveis e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, estimativas do valor justo das propriedades para investimentos, avaliação da realização de crédito fiscal diferido ativo decorrente de prejuízo fiscal e base negativa acumulado de exercícios anteriores, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

A MRV, por sua vez, igualmente ressaltou que são utilizadas estimativas e premissas significativas na contabilização das propriedades para investimento, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da MRV Engenharia, Nota Explicativa nº 2.4

Estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da provisão para manutenção de imóveis (nota explicativa 22); da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado, das propriedades para investimentos e intangível (notas explicativas 13, 14 e 15); do imposto de renda (IRPJ), e da contribuição social (CSLL), (nota explicativa 11); de provisões (nota explicativa 23); do programa de opções de compra de ações (nota explicativa 25.d); do valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 31), de ágio na aquisição de investimentos (nota explicativa 15); e da receita que considera a estimativa do custo total orçado dos empreendimentos (nota explicativa 2.7.1).

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.



Bases de mensuração utilizadas pelas empresas da nossa amostra para mensurar as propriedades para investimento

O CPC 28 possibilita que as companhias reconheçam suas propriedades de investimento no balanço patrimonial tanto pelo custo quanto pelo valor justo, apesar de incentivar que as empresas adotem o modelo de valor justo para tais ativos.

Dentre as três empresas por nós analisadas, apenas a BR Malls optou por reconhecer suas propriedades para investimentos pelo valor justo, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da BR Malls, Nota Explicativa nº 13

13 Propriedades para investimento (consolidado)

De acordo com o pronunciamento CPC 28 as propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou para valorização do capital podem ser registradas como propriedades para investimento. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo seu custo. A administração da Companhia adotou o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio.

A PDG Realty, por sua vez, optou pelo custo como base de mensuração, conforme a nota a seguir.

Demonstração Contábil da PDG Realty, Nota Explicativa nº 2

2.12 Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridas. A recuperação das propriedades para investimento por

meio das operações futuras bem como as vidas úteis e o valor residual dos mesmos são acompanhadas periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

A Companhia contabiliza suas Propriedades para Investimento com base no Custo Contábil. A Companhia optou por não avaliar as suas propriedades para investimento pelo valor justo como custo atribuído.

Apesar de possibilitar que as empresas utilizem o custo para mensurar o valor justo das propriedades para investimento, o CPC 28 exige que as empresas divulguem o valor justo de tais ativos, a não ser que isso seja impraticável.

Buscando atender a essa exigência, a MRV Engenharia informou os critérios utilizados para fins de cálculo do valor justo, usados apenas para fins de divulgação em nota explicativa desses valores, haja vista que a empresa reconhece as propriedades para investimento pelo custo no seu balanço patrimonial.

Demonstração Contábil da MRV, Nota Explicativa nº 2.7.10

O valor justo das propriedades para investimento da Companhia, utilizado apenas para divulgação na nota explicativa 13, foi mensurado conforme segue:

- ▶ Terrenos: laudos de avaliadores independentes, com as qualificações requeridas e experiência recente na avaliação de propriedades em locais similares. As avaliações foram efetuadas utilizando como base o método comparativo direto de dados de mercado e estão fundamentadas na NBR - 14653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens;
- ▶ Edificações em operação (galpões industriais): projeções de fluxo de caixa descontado, utilizando a taxa referente ao custo médio ponderado de capital da controlada que atua nesta atividade de 11,0% ao ano;
- ▶ Obras em andamento: estes itens estão sendo mensurados ao custo, devido a impossibilidade de determinação do valor justo em bases confiáveis, em conformidade com o item 53 do CPC 28.

Divulgações sobre propriedades para investimento realizadas pelas empresas da nossa amostra

Dada a inerente complexidade da mensuração ao valor justo na inexistência de mercado ativo, uma das principais informações que devem ser divulgadas pelas empresas que possuem propriedade para investimento é justamente os métodos e premissas utilizadas para cálculo de tais valores.

A BR Malls buscou atender a tais exigências, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da BR Malls, Nota Explicativa nº 13

A administração da Companhia adotou o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio.

A avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada por método proprietário, suportado por taxa e evidências do mercado. Dessa forma, o valor justo das propriedades para investimento baseou-se em avaliação interna realizada por profissionais que possuem experiência nas propriedades que foram avaliadas.

As premissas utilizadas em 2010 e 2009 para avaliação do valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado dessas propriedades encontram-se descritas a seguir:

	Premissas da avaliação do valor justo
Inflação anual	4,50%
Crescimento na perpetuidade (real)	1,50%
CAPEX - manutenção/receita bruta	2,50%

A PDG igualmente informou os critérios utilizados na mensuração do valor justo e as respectivas alterações desses valores ao longo do exercício de 2010.

Demonstração Contábil da PDG, Nota Explicativa nº 8

Propriedades para investimento

Conforme mencionado na nota 2.15, a Companhia optou por manter suas propriedades para investimento pelo valor de custo. Conforme requerido pelo CPC 28, apresentamos a seguir o valor justo das propriedades para investimentos, considerando o percentual de participação da Companhia sobre os respectivos empreendimentos:

Descrição	REP DI		Av. Chile	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Saldo inicial em 1º de janeiro	40.619	34.852	15.279	14.820
Adições (gastos subsequentes)	-	-	-	-
Ganho/perda líquida de ajuste a valor justo	34.357	5.767	975	459
Saldo em 31 de dezembro - valor justo	74.976	40.619	16.254	15.279

O valor justo dos imóveis foi determinado de acordo com o método de fluxo de caixa descontado devido à natureza do imóvel e à ausência de dados comparáveis, tendo sido aplicado um método de avaliação segundo a recomendação do "International Valuation Standards Committee" (Comitê de Normas Internacionais de Avaliação).

Foram utilizados os seguintes dados principais:

Descrição	31/12/10	31/12/09
Taxa de desconto (a.a.)	11,0%	11,0%
Fator de capitalização	9,0%	9,0%
Taxa de desocupação de longo prazo (%)	3,0%	-

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a Propriedade para Investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico

futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Para que o usuário consiga efetivamente analisar a relevância das propriedades para investimento na situação econômico-financeira da empresa, é de suma importância a apresentação de uma reconciliação dos valores contabilizados nesse grupo, conforme realizado pela BR Malls.

Demonstração Contábil da BR Malls, Nota Explicativa nº 13

	Em operação	Projetos "Greenfield" em construção (iii)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	5.128.987	74.254	5.203.241
Aquisições (I)	473.924	38.927	512.851
Ajuste para valor justo (IV)	1.244.596		1.244.596
Saldos em 31 de janeiro de 2009	6.847.507	113.181	6.960.688
Aquisições (II)	1.811.089	336.413	2.147.502
Transferências	227.962	(227.962)	
Ajuste para valor justo (IV)	567.925		567.925
Saldos em 31 de dezembro de 2010	9.454.483	221.632	9.676.115

I) Referem-se, basicamente, à aquisição de participações imobiliárias no Shopping Campinas e Metrô Santa Cruz.

II) As aquisições de propriedades para investimento em operação referem-se, principalmente, à aquisição do Crystal Plaza Shopping, aumento da participação no Shopping ABC e no Minas Shopping, Shopping Center Uberlândia, Shopping Tijuca além de expansões dos Shoppings Centers Tamboré e Ilha Plaza.

III) Os projetos "Greenfield" em construção, referem-se à aquisição do terreno de São Bernardo do Campo, Via Brasil, Granja Viana, Estação BH, Shopping Moocca e Sete Lagoas. No quarto trimestre de 2010 os projetos Greenfields Sete Lagoas e Granja Vianna foram concluídos, e a partir dessa conclusão foram transferidos para a rubrica propriedade para investimento em operação.

IV) Montantes reconhecidos no resultado do exercício.



A PDG Realty, por outro lado, evidenciou os valores das propriedades para investimento como parte de seus investimentos em controladas, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da PDG Realty, Nota Explicativa nº 8

Investimentos em empresas controladas, coligadas, propriedades para investimentos e mantidos a custo de aquisição

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Investimentos em empresas controladas	4.620.620	1.480.991	1.010.753	46.866	35.788	38.117
Propriedades para investimento	29.276	17.418	15.550	-	-	-
REP DI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	22.902	11.675	10.493	-	-	-
Av. Chile 230 Investimentos Imobiliários S.A.	6.374	5.743	5.057	-	-	-
Outros investimentos - Mantidos a custo de aquisição	2.767	81.866	83.363	10.339	81.955	83.446
Lindencorp Desenvolvimento Imobiliário S.A.	-	49.396	30.396	-	49.396	30.396
Grupo TGLT	-	29.810	50.307	-	29.810	50.307
Brasil Brokers S.A.	1.714	2.660	2.660	1.714	2.660	2.660
Outros	1.053	-	-	8.625	89	83
Total	4.652.663	1.580.275	1.109.666	57.205	117.743	121.563

É igualmente importante que as empresas divulguem se existem eventuais restrições acerca da utilização das propriedades por investimento. No caso da BR Malls, essa exigência está evidenciada em nota explicativa sobre garantias, conforme demonstrado a seguir.

Demonstração Contábil da BR Malls, Nota Explicativa nº 17

Garantias

A Companhia possui os seguintes ativos dados em garantia de seus empréstimos e financiamentos:

I) Unibanco - CCB

Hipoteca de primeiro grau das frações detidas no Shopping Center Piracicaba, Amazonas Shopping e Shopping Center Iguatemi Caixas e cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos contra os lojistas do NorteShopping.

Ainda sobre divulgações acerca das propriedades para investimento, nossas análises evidenciaram que algumas empresas não divulgaram algumas informações importantes, como, por exemplo, as taxas de depreciação das propriedades para investimentos avaliadas pelo custo, *impairment* de propriedades de investimento mantidas pelo custo, e as informações sobre as receitas e despesas provenientes das propriedades por investimento.

Às vezes, essas divulgações não são relevantes, mas existem oportunidades de melhoria das informações prestadas pelas empresas no tocante as transações referentes às propriedades para investimento.

// CPC 38 - Instrumentos Financeiros (IAS 39)

Nesta seção, nós analisamos o impacto das exigências presentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação nas empresas de nossa amostra. Essas são consideradas não apenas as mais controversas entre as diversas normas IFRS, mas, igualmente, as mais difíceis para interpretação e aplicação. Em razão disso, as divulgações referentes aos instrumentos financeiros apresentaram um alto grau de heterogeneidade entre as empresas analisadas.

Os aspectos sobre instrumentos financeiros considerados nas nossas análises foram:

- a) Como as empresas aplicaram as normas IFRS referentes a instrumentos financeiros na adoção inicial e os respectivos efeitos em contas patrimoniais e de resultado
- b) Classificação dos ativos financeiros e passivos financeiros conforme apresentados nos balanços patrimoniais e nas notas explicativas das empresas
- c) Divulgações sobre instrumentos financeiros apresentadas pelas empresas relacionadas a:
 - ▶ Estimativas contábeis críticas
 - ▶ Descumprimento contratual de financiamentos e garantias
 - ▶ Informações qualitativas e quantitativas sobre riscos dos instrumentos financeiros
 - ▶ Aplicação do *hedge accounting*

a) Como as empresas aplicaram as normas IFRS referentes a instrumentos financeiros na adoção inicial e os respectivos efeitos em contas patrimoniais e de resultado

Em razão de as empresas brasileiras já haverem adotado parcialmente as exigências presentes nas normas internacionais no tocante aos instrumentos financeiros, em razão do primeiro ciclo de Pronunciamentos Técnicos do CPC e também de Deliberações específicas da CVM, não tivemos um alto impacto na adoção inicial do IFRS.

Contudo, ocorreram, sim, ajustes e reclassificações, relativos, por exemplo, a desreconhecimento de recebíveis, transferências entre os grupos equivalentes de caixa e aplicações financeiras e reconhecimento de ativos financeiros anteriormente classificados como imobilizado, no caso de concessões públicas, por exemplo. O quadro a seguir ilustra as principais contas que sofreram ajustes e reclassificações na adoção inicial do IFRS.

Itens	Empresas	Exemplo de Reclassificação/Ajuste Realizado
Empréstimos e Recebíveis	14	Duplicatas descontadas reclassificadas para o passivo
Financiamentos e Outros Passivos Financeiros	13	Reclassificação de derivativos passivos
Aplicações Financeiras	7	Fundos exclusivos, anteriormente classificados como equivalente de caixa, transferidos para aplicações financeiras
Caixa e Equivalente de Caixa	6	Contas correntes vinculadas transferidas para depósitos judiciais
Derivativos	4	Transferências para conta separada de derivativos tanto no ativo como no passivo
Ativos Financeiros - Concessão	2	Reclassificação de ativos imobilizados de empresas concessionárias para recebíveis
Hedge Accounting	2	Reconhecimento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa no PL

Em muitos casos, tais ajustes e reclassificações não foram apresentados de maneira clara nas demonstrações contábeis das empresas analisadas, o que impossibilitou análise minuciosa. Contudo, algumas empresas apresentaram divulgações mais detalhadas, informando, por exemplo, as contas afetadas, as razões das reclassificações e os respectivos valores ajustados, como, por exemplo, a Braskem.

Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 4

j) Reclassificações

As reclassificações a seguir foram efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia com o objetivo de adequá-las aos requerimentos dos pronunciamentos emitidos pelos CPC's e IFRS:

D) O CPC 39 e IAS 32 determinam que ativos e passivos financeiros só podem ser compensados quando legalmente ou contratualmente permitido. Desta forma, as duplicatas descontadas e os adiantamentos de contratos de exportação, que eram registrados como contas redutoras do grupo de contas a receber de clientes, foram reclassificadas para a linha de financiamentos, nos montantes de R\$ 1.138.972, em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 362.418 em 31 de dezembro de 2009.

IV) O CPC 03 (R2) e IAS 7 definem equivalentes de caixa como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Adotando essa premissa, a Companhia identificou títulos que compõem o fundo FIQ Sol que se qualificam como equivalentes de caixa e que foram reclassificados nas demonstrações financeiras de títulos e valores mobiliários para equivalentes de caixa, no montante de R\$ 31.320 em 31 de dezembro de 2009.

Algumas empresas buscaram apresentar, igualmente, os ajustes e reclassificações realizados no balanço de abertura para fins de IFRS, isto é, nos saldos de 1º de janeiro de 2009. Esse foi o caso da Brasil Telecom, que reclassificou os derivativos para uma conta separada, conforme divulgado nas suas notas explicativas.

Demonstração Contábil da Brasil Telecom, Nota Explicativa nº 3

Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o CPC 40 e IFRS 7, o valor contábil dos instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo por meio do resultado devem ser apresentados de forma segregada no balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos, anteriormente apresentados no grupo de empréstimos e financiamentos, foram reclassificados e apresentados em grupo separado no balanço patrimonial, sendo a parcela a receber reconhecida no ativo.



Consolidado							
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Reconhecimento de receitas (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC's	De acordo com os CPC's 1/1/2009
Passivo Circulante	4.759.943	313.735	48.898	18.921	(79.719)	301.835	5.061.778
Empréstimos e Financiamentos	760.627	(89.920)				(89.920)	(670.707)
Instrumentos financeiros derivativos		89.920				89.920	89.920

A Copel, por sua vez, também apresentou um quadro reconciliando os valores anteriores, com base no BR GAAP, com os novos valores de acordo com o IFRS. Nesse caso específico, a reclassificação envolveu a transferência do grupo de caixa e equivalentes de caixa para o grupo de aplicações financeiras.

Demonstração Contábil da Copel, Nota Explicativa nº 4.1.2

Os fundos exclusivos anteriormente apresentados em Caixa e equivalentes de caixa foram reclassificados para Aplicações financeiras (IAS 27, CPC 36);

Efeitos da adoção das IFRSs no balanço patrimonial consolidado

Ativo	Item	Adoção inicial IFRS				Adoção inicial IFRS			
		BR GAAP anterior	Reclassif.	Ajustes	IFRSs	BR GAAP anterior	Reclassif.	Ajustes	IFRSs
		01.01.2009			01.01.2009	31.12.2009			31.12.2009
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4.3.09	1.813.576	(164.095)		1.649.481	1.696.152	(177.629)		1.518.523
Aplicações financeiras - títulos e valores mob. e cauções de depósitos vinculados	4.3.09	150.796	164.105		314.901	192.660	177.630		370.290

O CPC 38 também trouxe implicações para as empresas que realizavam operações de desconto de duplicatas. Era prática contábil aceita no Brasil contabilizar tais operações como redutoras de recebíveis no ativo. Entretanto, a partir de agora, tais valores devem ser classificados no passivo, dentro do grupo de empréstimos e financiamentos. Nesse sentido, as empresas que ainda não tinham feito esse ajuste tiveram que efetuar a referida reclassificação, como foi o caso da Klabin.

Demonstração Contábil da Klabin, Nota Explicativa nº 4

h) CPC 38 (equivalente ao IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrados no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foram reclassificados para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

Balanco patrimonial de abertura - 1.1.2009

	Controladora				Consolidado		
	Nota 4	Apresentado	Ajustes	Ajustado	Apresentado	Ajustes	Ajustado
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários		1.487.420	-	1.487.420	1.702.698	-	1.702.698
Contas a receber de clientes	h)	384.994	-	348.994	633.080	17.832	650.912

De maneira geral, nossas análises evidenciaram que o impacto mais significativo da adoção inicial do IFRS no tocante aos instrumentos financeiros foi justamente nas exigências de divulgação. Isso porque as empresas já haviam adotado grande parte das exigências de reconhecimento e mensuração do CPC 38, em razão das normas locais emitidas pelo CPC e aprovadas igualmente pela CVM.

Nesse sentido, os ativos e passivos, por exemplo, já estavam segregados e mensurados conforme as exigências do CPC 38. Do mesmo modo, os derivativos já estavam igualmente contabilizados no balanço das empresas, coisa que não acontecia, por exemplo, antes da aprovação do CPC 14 - Reconhecimento, Mensuração e Divulgação (1ª Fase) em 2008, que foi subsequentemente revogado com a aprovação dos CPCs 38, 39 e 40 no ano de 2009.

Contudo, é importante ressaltar que já existem no presente momento duas outras normas internacionais acerca de instrumentos financeiros que podem eventualmente impactar as empresas brasileiras, conforme apresentado no quadro a seguir.

Norma	Aplicação	Principais Modificações
IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	Emitida em outubro de 2010, com aplicação a partir de exercícios iniciados em 01/01/2013 *	Alteração na classificação e mensuração de ativos financeiros
IFRIC 19 - <i>Extinguish Financial Liabilities with Equity Instruments</i>	A partir de exercícios iniciados em 01/07/2010	Extinção dos passivos financeiros com instrumentos de capital
* adoção anterior permitida		

No que diz respeito a essas novas normatizações, nenhuma empresa da nossa amostra adotou antecipadamente a IFRS 9, mesmo porque isso foi vedado pela CVM e pelo CFC. Nós igualmente verificamos se as referidas empresas divulgaram o impacto esperado da futura adoção. Nossos resultados evidenciaram que a maioria das empresas não informou nada sobre o assunto, sendo que, das que informaram, grande parte registrou não esperar que tais normatizações possuam efeitos relevantes.

Divulgações sobre os Efeitos Esperados	IFRS 9	IFRIC 19
Não esperam efeitos relevantes	21	18
Esperam efeitos relevantes	4	1
Efeitos sob avaliação	12	5
Não informaram nada sobre os efeitos	19	32
Total	56	56

Do mesmo modo, é importante ressaltar que o CPC 39 e o CPC 40 foram recentemente alterados, sendo que tais alterações poderão impactar futuramente algumas das empresas brasileiras. De fato, como as normas internacionais são constantemente revisadas e aprimoradas, as empresas deverão avaliar e divulgar constantemente os possíveis impactos aos usuários.

b) Classificação dos ativos financeiros e passivos financeiros conforme apresentados nos balanços patrimoniais e nas notas explicativas das empresas

De acordo com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgação, o objetivo da evidenciação é permitir que o usuário da demonstração contábil seja suprido com informações que permitam uma avaliação de dois pontos fundamentais:

- I) *a significância do instrumento financeiro para a posição patrimonial e financeira e para o desempenho da entidade e*
- II) *a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros a que a entidade está exposta durante o período e ao fim do período contábil, e como a entidade administra esses riscos.*

Para que esse objetivo seja atendido, a empresa deverá apresentar diversas informações acerca de suas operações com instrumentos financeiros, incluindo os derivativos. Uma das informações consideradas mais importantes é justamente a segregação de tais instrumentos.

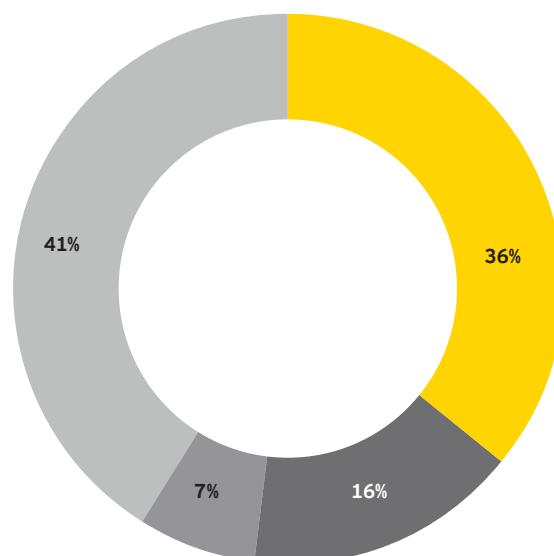
Sobre esse aspecto, o CPC 40 sugere que os instrumentos financeiros devem ser segregados por categoria, da seguinte maneira:

- ▶ Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado;
- ▶ Investimentos mantidos até o vencimento;
- ▶ Empréstimos e recebíveis;
- ▶ Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ▶ Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Contudo, a referida norma internacional, no seu guia de aplicação, igualmente permite que tais instrumentos sejam segregados por base de mensuração, isto é, segregados em duas categorias: custo amortizado ou valor justo. Portanto, quando uma empresa apresenta a segregação por categoria, está fazendo uma divulgação mais completa. Já quando ela segrega os instrumentos financeiros apenas por base de mensuração, está apenas atendendo ao mínimo exigido.

Nossas análises evidenciaram que a quantidade de empresas que aplicam a segregação por categoria é maior, mais especificamente, 43% das empresas por nós analisadas. Entretanto, é importante ressaltar que 41% das empresas não efetuaram uma segregação formal no que diz respeito aos instrumentos financeiros, conforme gráfico ao lado.

Note-se que 7% das empresas analisadas apresentaram seus instrumentos financeiros segregados tanto por categoria quanto por base de mensuração, como, por exemplo, a Embraer.



- ▶ Segrega por categoria
- ▶ Segrega por base de mensuração
- ▶ Segrega por categoria e por base de mensuração
- ▶ Não segrega



Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 6 e 19

II) Consolidado

		31.12.2010			
	Nota	Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Investimentos mantidos até o vencimento
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.321.199	-	-	-
Instrumentos financeiros ativos	8	-	-	1.207.270	101.716
Contas a receber de clientes, líquidas	9	-	581.943	-	-
Financiamento a clientes	10	-	117.459	-	-
Contas a receber vinculadas	11	-	896.814	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	40	-	-	37.107	-
		2.321.199	1.596.216	1.244.377	101.716
					5.263.508

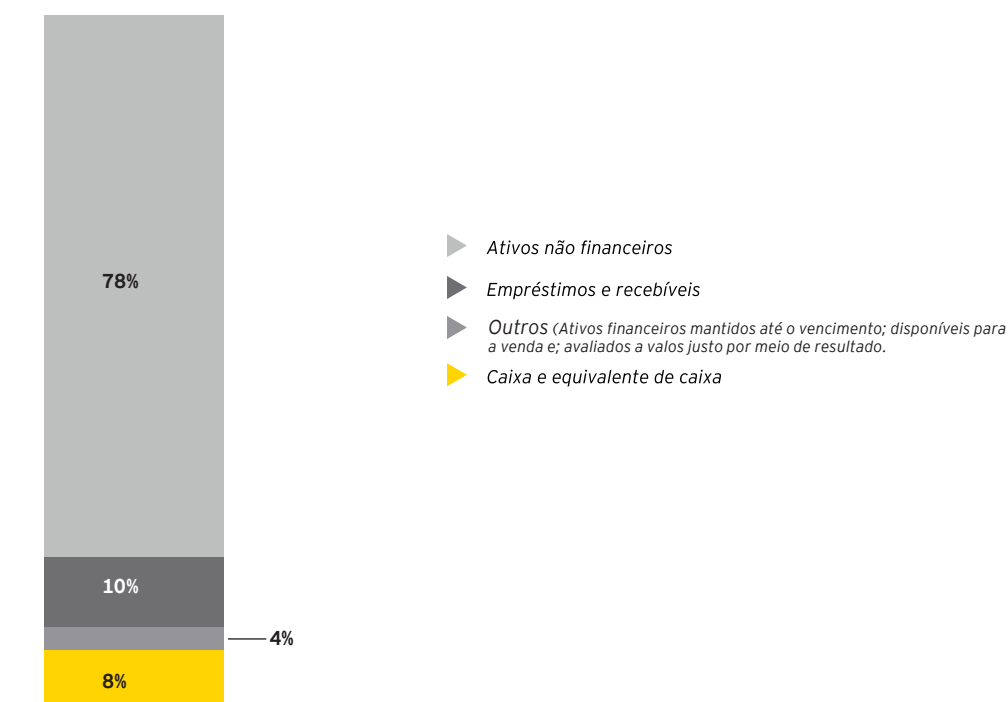
b) Consolidado

		31.12.2010	
	Nota	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado
Financiamentos	20	-	2.384.504
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	6.102
Instrumentos Derivativos	40	3.732	-
Garantias Financeiras RVG	39	18.466	-
Garantias Financeiras	39	-	220.531
Fornecedores e outras obrigações (i)		-	2.220.262
		22.198	4.831.399
			4.853.597

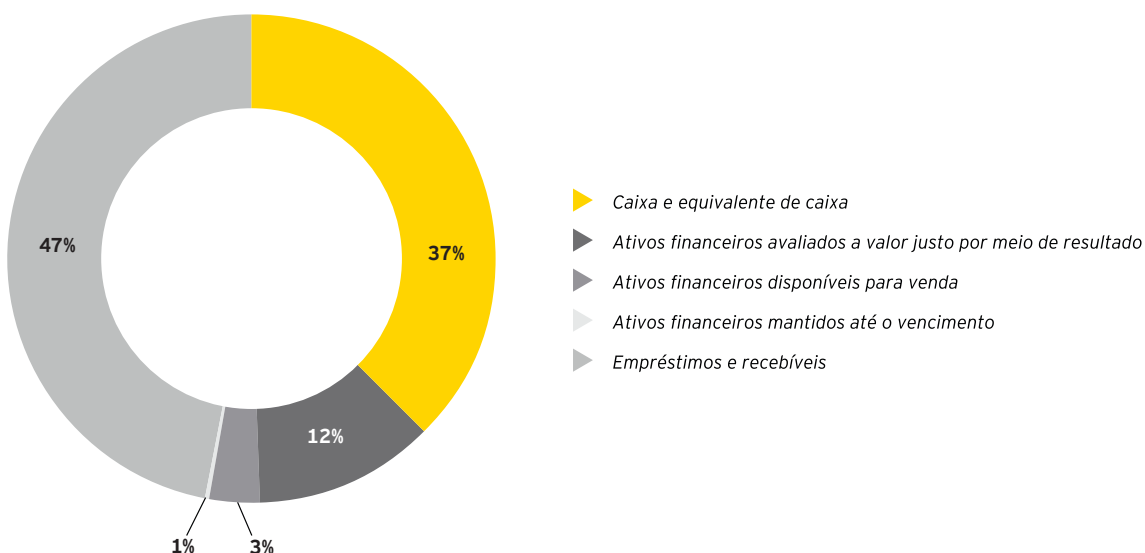
Ainda sobre a segregação dos instrumentos financeiros, nossas análises evidenciaram que algumas empresas apenas mencionaram as referidas classificações na nota de políticas contábeis, mas não apresentaram um quadro com as referidas segregações, conciliando os valores por categoria ou base de mensuração com os valores apresentados no Balanço Patrimonial, conforme realizado pela Embraer. Nesse sentido, ressaltamos que existem oportunidades de melhoria no que diz respeito à forma e conteúdo de apresentação da segregação de instrumentos financeiros.

Breakdown dos ativos financeiros

No que diz respeito à influência dos ativos financeiros na situação econômico-financeira das empresas, nós calculamos o percentual desses itens sobre o total do ativo, conforme gráfico a seguir.

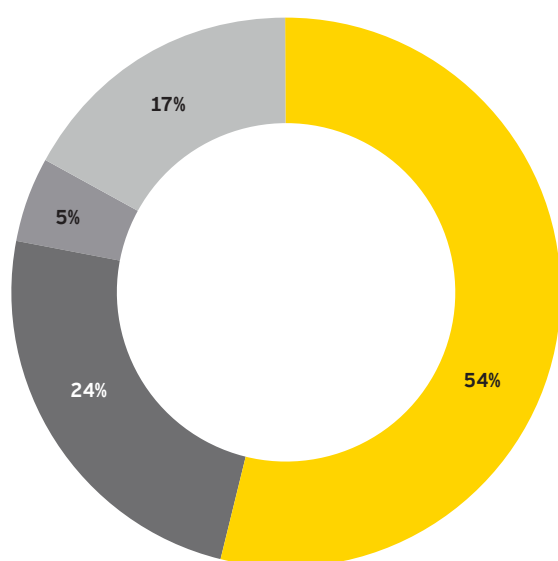


Nota-se que os ativos financeiros representam apenas 22% do total do ativo das empresas analisadas. Já entre ativos financeiros, o grupo com maior representatividade é o dos empréstimos e recebíveis. O *breakdown* dos ativos financeiros é igualmente apresentado no gráfico a seguir.





Conforme apresentado no gráfico acima, quase 85% dos ativos financeiros das empresas brasileiras são empréstimos e recebíveis, e caixa e equivalentes de caixa. A seguir, nós apresentamos as análises referentes a cada grupo de ativo financeiro.



- ▶ Classificou na categoria "empréstimos e recebíveis"
- ▶ Não classificou
- ▶ Classificou por base de mensuração
- ▶ Classificou na categoria "ativos avaliados ao valor justo por meio de resultado"

Caixa e equivalentes de caixa

Nossas análises evidenciaram que as empresas classificaram o caixa e equivalentes de caixa de maneira bastante heterogênea. A maior parte das companhias os classificou como empréstimos e recebíveis, conforme gráfico ao lado.

As normas internacionais definem os equivalentes de caixa como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Sobre esse aspecto, diversas empresas não apresentaram a adequada abertura desses itens. Das que apresentaram, as classificações foram diversas, o que evidencia possíveis problemas de interpretação das normas internacionais.

Aplicações financeiras classificadas como equivalente de caixa	Quantidade
CDBs	40
Moeda Estrangeira	12
Fundos de Investimentos	10
Operações Compromissadas	10
Fundos de Investimentos Exclusivos	8
Títulos Públicos	8
Fundos com títulos públicos	4
Debêntures	4
Outras	5
Total	101

Empréstimos e recebíveis

No grupo de empréstimos e recebíveis são classificados os ativos financeiros que possuem pagamentos fixos e determináveis que não estejam cotados em mercados ativos. Devem também ser excluídos desses grupos os derivativos, e igualmente aqueles que a entidade tenha a intenção de negociar no curto prazo.

Para a grande maioria das empresas de nossa amostra, tais valores correspondem basicamente a clientes e outras contas a receber. De acordo com o CPC 38, os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros.

Uma informação importante acerca desses ativos financeiros diz respeito à probabilidade de não recebimento, isto é, informações acerca do risco de *default*. Analistas de investimento têm particular interesse em avaliar o respectivo risco de crédito dos recebíveis da empresa. Sobre esse aspecto, a Usiminas apresenta uma divulgação bastante completa, segregando seus recebíveis por meio de classificações externas de crédito.

Demonstração Contábil da Usiminas, Nota Explicativa nº 8

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a receber de clientes						
Contrapartes com classificação externa de crédito						
AAA a AA	84.170	1.921		220.072	107.564	
BBB a B	189.052	3.800	1.914	189.052	3.098	979
Outros					2.623	36.992
	273.222	5.721	1.914	409.124	113.285	37.971
Contrapartes sem classificação externa de crédito						
Grupo 1	3.462	27.916	28.632	3.462	65.928	39.759
Grupo 2	1.035.647	1.134.837	145.386	1.328.482	1.110.277	1.155.727
Grupo 3	19.683	323.001	562.651	19.683	508.900	306.373
	1.058.792	1.485.754	736.669	1.351.627	1.685.105	1.501.859
Total de Contas a receber de clientes	1.332.014	1.491.475	738.583	1.760.751	1.798.390	1.539.830

Já a Braskem igualmente divulga a qualidade de seus recebíveis. Contudo, a referida empresa utiliza uma escala própria, haja vista que grande parte dos clientes da empresa não possui *rating* externo.

Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 8**Qualidade do contas a receber de clientes**

A quase totalidade dos clientes da Companhia não possui classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio para essa classificação que é baseada nos seguintes pontos:

- a) análise qualitativa efetuada pela área comercial e pela área de crédito, que aborda aspectos gerais do cliente e seu mercado de atuação, assim como seu histórico/comportamento junto à Braskem e outros fornecedores e bancos;
- b) análise das demonstrações financeiras; e
- c) utilização da classificação de risco da SERASA Experian como referência (a SERASA Experian é o maior bureau de crédito do mundo fora dos Estados Unidos, detendo o mais extenso banco de dados da América Latina sobre consumidores, empresas e grupos econômicos).

A combinação desses três pontos gera a classificação de risco, que está abaixo apresentada juntamente com a distribuição da carteira de títulos a receber em 31 de dezembro de 2010, referente aos clientes do Brasil. A Companhia não aplica essa avaliação para todos os clientes do exterior porque grande parte dos títulos a receber está garantida por apólice de seguro ou cartas de crédito emitidas por bancos.

▶ 1 Risco Mínimo	23,59%
▶ 2 Risco Baixo	27,73%
▶ 3 Risco Médio	36,66%
▶ 4 Risco Alto	1,35%
▶ 5 Risco Muito Alto (I)	10,66%

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
Descrição	Classificação	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento
LTN	Mantidas até o vencimento	10,45%	23/4/2009	3/1/2011
LTN	Mantidas até o vencimento	10,42%	29/4/2009	3/1/2011
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	14/7/2009	7/3/2012
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	7/8/2009	16/3/2011
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	30/11/2009	15/6/2011
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	13/7/2010	15/6/2011
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	2/9/2009	21/12/2011

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Pode-se dizer que as exigências presentes no CPC 38 são bem rigorosas no que diz respeito à classificação de títulos e valores mobiliários como ativos financeiros mantidos até o vencimento. Isso porque, de acordo com a referida norma internacional, a empresa deve ter tanto a intenção positiva quanto a capacidade de manter o instrumento até o vencimento.

Além disso, caso a entidade tenha, nos dois exercícios passados, reclassificado parte significativa dos ativos financeiros desse grupo para outro sem uma justificativa plausível, ela ficará impossibilitada de fazer novas classificações nesse grupo.

O objetivo da norma internacional com essas exigências foi justamente restringir a capacidade das empresas de gerenciar seus resultados por meio de reclassificações voluntárias de um grupo para outro. Isso porque as bases de mensuração e os respectivos efeitos no resultado são distintos, dependendo do tipo de classificação feita pela entidade.

Essas rigorosas exigências talvez expliquem a baixa representatividade desse grupo no total de ativos financeiros das entidades analisadas, apenas 0,51%. Outro fator que pode igualmente ter influenciado na baixa representatividade desse grupo talvez seja a alta volatilidade do ambiente de negócios no Brasil, que dificulta planejamentos de períodos mais longos. Nesse cenário, determinadas empresas poderiam optar em não classificar títulos e valores mobiliários nesse grupo, que exige a manutenção até o vencimento.

Por outro lado, empresas cujos fluxos de caixa são menos voláteis, como, por exemplo, as empresas do setor elétrico, teriam mais segurança no que diz respeito à manutenção desses títulos até o vencimento. Uma das empresas desse setor, a Copel, apresentou uma nota bastante detalhada acerca dos seus instrumentos financeiros mantidos até o vencimento.

Demonstração Contábil da Copel, Nota Explicativa nº 36.2

Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Tipo	Valor Justo			Valor Contábil Líquido
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Custo amortizado	1.183	1.071	1.183	1.071
Custo amortizado	4.957	4.487	4.957	4.491
Custo amortizado	5.303	4.831	5.306	4.836
Custo amortizado	22.651	20.636	22.654	20.650
Custo amortizado	9.949	9.064	9.946	9.055
Custo amortizado	22.044	-	22.037	-
Custo amortizado	720	-	719	-

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

O grupo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é formado basicamente pelos ativos mantidos para negociação e pelos designados pelo valor justo por meio do resultado (*fair value option*). Como o próprio nome já diz, a base de mensuração de tais ativos é o valor justo, sendo suas variações reconhecidas no resultado do exercício.

A divulgação dos itens que compõem os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é de suma importância para o usuário das informações contábeis, interessado em avaliar as políticas de tesouraria da empresa. Sobre esse aspecto, a TAM apresentou um quadro comparativo contendo a composição dos itens classificados nesse grupo.

Demonstração Contábil da TAM, Nota Explicativa nº 8

	Controladora				Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em moeda local						
Fundos de investimentos exclusivos						
Títulos públicos	96.064	256.651	209.189	812.515	740.209	683.779
Títulos privados	29.049	32.327	68.220	297.424	93.234	222.990
Outros	792	11	381	59.119	32	1.246
Títulos austríacos			84.124			84.124
Certificados de Depósito						
Bancário-CDB				34.199	46.696	11.164
	125.905	288.989	361.914	1.203.257	880.171	1.003.303
Em moeda estrangeira						
Notas bancárias						221.518
Outros depósitos bancários				254.721	130.851	17.450
				254.721	130.851	238.968
Total	125.905	288.989	361.914	1.457.978	1.011.022	1.242.271
Circulante				(1.407.698)	(1.011.022)	(1.242.271)
Não circulante				50.280		

As aplicações financeiras em sua totalidade são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação (trading).

Ativos financeiros disponíveis para a venda

De maneira simplificada, o fator determinante para a classificação de um ativo financeiro, conforme o CPC 38, é a intenção da empresa. Por isso, temos os grupos daqueles que são mantidos para negociação e os mantidos até o vencimento. Nesse contexto, caso a entidade, no reconhecimento inicial, não tenha certeza se pretende negociar imediatamente o instrumento ou mantê-lo até o vencimento, ela deverá classificá-lo no grupo do disponível para a venda.

De acordo com as normas internacionais, a variação no valor justo desses instrumentos deverá ser reconhecida no patrimônio líquido, numa conta de outros resultados abrangentes comumente denominada de ajustes de avaliação patrimonial. Já no momento da liquidação do instrumento, a parcela reconhecida nessa conta deverá ser transferida para o resultado, conforme evidenciado pela Braskem.

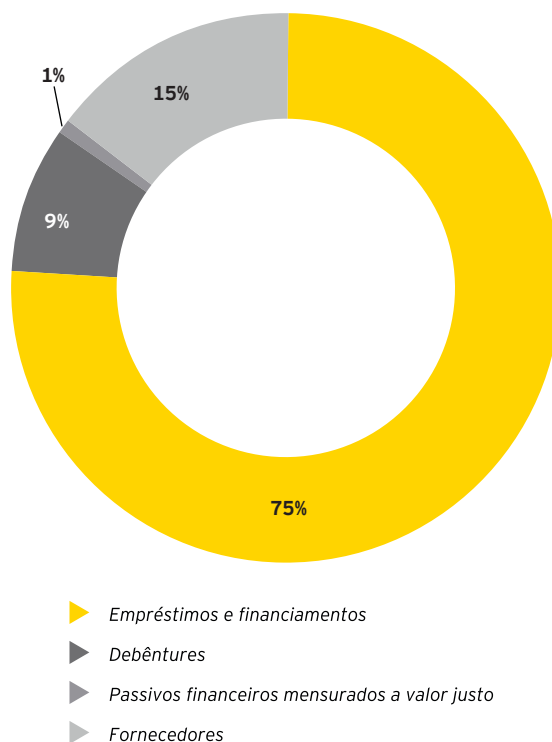
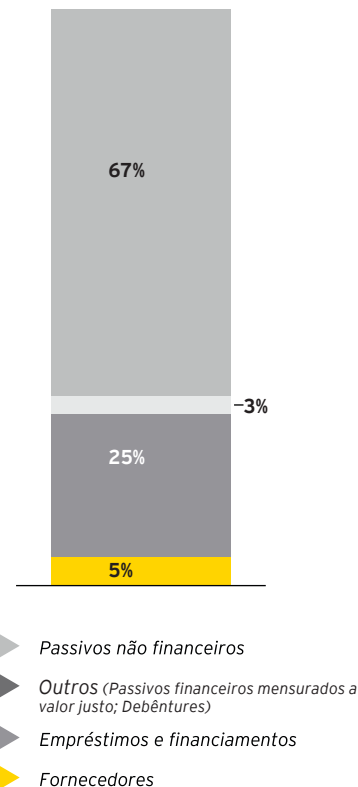
Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 7

Os títulos do tesouro americano foram classificados pela Companhia como “disponíveis para venda”, foram integralmente liquidados durante o exercício de 2010. A parcela correspondente à variação no valor justo, lançada anteriormente na conta “outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, foi reconhecida no resultado do exercício.

Passivos financeiros

Assim como com os ativos financeiros, nós buscamos analisar a influência dos passivos financeiros na situação econômico-financeira das empresas calculando o percentual desses itens sobre o total do passivo e patrimônio líquido, conforme gráfico no alto da página.

Nota-se que os passivos financeiros representam cerca de 33% do total do passivo e patrimônio líquido das empresas analisadas. O *breakdown* dos passivos financeiros é igualmente apresentado no gráfico ao lado.



Conforme apresentado no gráfico anterior, a maior parte dos passivos financeiros das empresas brasileiras são empréstimos e financiamentos, sendo que as debêntures representam apenas 8,85% do total desses itens. A seguir, nós apresentamos as análises referentes a cada grupo de passivo financeiro.

Fornecedores

As contas relacionadas aos fornecedores da empresa, apesar de terem relação direta com as operações da empresa, são, de acordo com as normas internacionais, classificadas no grupo dos passivos financeiros. Nesse sentido, sua base de mensuração é o custo amortizado, que deve ser calculado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Nesse sentido, as contas de fornecedores devem ser igualmente ajustadas a valor presente, conforme feito e divulgado pelas Lojas Americanas.

Demonstração Contábil das Lojas Americanas, Nota Explicativa nº 3

n) Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 11,33% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (11,76% a.a. e 13,08% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) sendo a mínima de 8,50% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (9,27% a.a. e 11,06% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) e máxima de 13,84% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (17,79% a.a. e 15,00% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente), base das captações para os respectivos períodos. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" na Nota 7 e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo das mercadorias vendidas".



Empréstimos e financiamentos

Conforme nossas análises acerca da composição dos passivos financeiros, o grupo dos empréstimos e financiamentos representa cerca de 75% dos passivos financeiros das empresas da nossa amostra.

Dada a representatividade desses itens na situação econômico-financeira das empresas, a divulgação completa e adequada é de suma importância para que as demonstrações contábeis atinjam seu objetivo fundamental: o de prover informações relevantes para a tomada de decisão econômica.

Nesse sentido, informações acerca dos tipos dos empréstimos e financiamentos, prazos de vencimento e respectivas taxas contratadas auxiliam os usuários na avaliação do risco de solvência e do custo de capital de terceiros. A Gol foi uma das empresas da nossa amostra que apresentaram tais informações nas suas demonstrações contábeis de 2010.

Demonstrações Contábeis da Gol, Nota Explicativa nº 16

		Taxa de juros média efetiva a.a.	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Vencimento		31/12/10	31/12/09	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:								
Moeda nacional								
Capital de giro	Ago, 2010	2,68%	-	-	-	-	160.000	50.000
Empréstimo BNDES	Jul, 2012	8,66%	-	-	-	14.352	14.352	14.181
Empréstimo BNDES								
Repasse Safra	Mar, 2014	11,46%	-	-	-	27.550	-	-
Empréstimo BDMG	Jan, 2014	8,05%	-	-	-	3.376	2.800	2.567
Juros			-	-	-	19.721	3.309	1.686
						64.999	180.461	68.434
Moeda estrangeira (em dólares norte-americanos)								
Capital de giro	Ago, 2010	2,68%	-	-	-	83.803	-	-
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves (PDPI)	Fev, 2010	-	-	111.585	697.719	-	111.585	697.719
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves (PDPII)	Dez, 2010	2,74%	-	131.836	-	-	131.836	-
Empréstimo IFC	Jul, 2013	4,15%	-	-	-	13.885	14.510	19.475
FINIMP	Jan, 2011	2,69%	-	-	-	2.718	-	-
Juros			34.229	16.570	21.401	33.969	16.624	23.876
			34.229	259.991	719.120	134.375	274.555	741.070
			34.229	259.991	719.120	199.374	455.016	809.504
Arredondamento								
Financeiro	Dez, 2021		-	-	-	146.634	136.679	157.948
Total Circulante			34.229	259.991	719.120	346.008	591.695	967.452

Debêntures

As debêntures, assim como os empréstimos e financiamentos, são fonte de captação de recursos das empresas. Nesse sentido, é igualmente recomendável que as empresas apresentem uma boa divulgação dessas operações em suas notas explicativas, como fez a Metalúrgica Gerdau, que apresentou, além dos prazos e taxas, os montantes relativos aos vencimentos de longo prazo.

Demonstrações Contábeis da Metalúrgica Gerdau, Nota Explicativa nº 15

Nota 15 - Debênture

Emissão	Assembléia Geral	Quantidade em 31/12/2010		Vencimento	Encargos anuais	2010	2009
		Emitida	Em carteira				
Metalúrgica Gerdau S.A.							
4ª	09/06/2008	131280		15/06/2011	0,75% + TJLP	3.788	
4ª	09/06/2008	131280		09/06/2013	0,75% + TJLP	1.302.803	1.115.744
Gerdau S.A.							
3ª A e B	27/05/1982	144.000	97.187	01/06/2011	CDI	115.069	115.844
7ª	14/07/1982	68.400	45.349	01/07/2012	CDI	40.717	33.838
8ª	11/11/1982	179.964	5.548	02/05/2013	CDI	463.656	313.986
9ª	10/06/1983	125.640	35.816	01/09/2014	CDI	14.452	42.380
11ª - A + B	29/06/1990	150.000	124.573	01/06/2020	CDI	98.077	94.931
Debêntures da Gerdau S.A. em poder da Empresa						731.971	600.979
Total Consolidado						(12.960)	(5.409)
						2.025.602	1.711.314
Parcela do Circulante						105.897	-
Parcela do Não-circulante						1.919.705	1.711.314

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2010	2009
2011	-	115.844
2012	40.717	33.838
2013	1.766.459	1.429.730
2014	14.452	42.380
2015 em diante	98.077	94.931
	1.919.705	1.711.314

Passivos financeiros mensurados pelo valor justo

De acordo com o *breakdown* de passivos financeiros apresentado anteriormente, os passivos mensurados pelo valor justo representam apenas 0,58% do total de passivos financeiros das empresas

da nossa amostra. Um fator que explica essa baixa representatividade talvez seja o fato de nosso País não possuir um mercado de dívida privada ativo, contrariamente ao que acontece nos Estados Unidos e na União Europeia. Consequentemente, a falta de um mercado ativo dificulta a mensuração a valor justo dos passivos financeiros. Nesse sentido, é muito mais prático para as empresas mensurarem suas debêntures, por exemplo, pelo custo amortizado.

Nossas análises evidenciaram que a vasta maioria dos passivos mensurados pelo valor justo são justamente instrumentos financeiros derivativos, que não foram designados como *hedge accounting*, como informado na nota explicativa da Embraer.

Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 2

1) Derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, em "Receitas (despesas) financeiras" exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge*.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, nenhum instrumento derivativo foi designado como *hedge accounting*.

Ainda sobre derivativos, nossas análises evidenciaram que apenas três empresas de nossa amostra possuem derivativos embutidos. Uma delas é Petrobras, que apresentou a seguinte divulgação em suas demonstrações contábeis de 2010:

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 32.2

Os derivativos embutidos identificados no exercício foram:

Venda de petróleo importado

Contratos de venda de petróleo importado celebrados entre a Petrobras Singapore Private Limited (PSPL), controlada da Petrobras International Finance Company (PIFCo), e a Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., controlada em conjunto pela Petrobras, consolidada na proporção da participação do capital social (33,20%).

A operação consiste em venda de petróleo, cujas principais características residem no fato de que os preços a serem pagos em data futura são definidos (fixados) no momento das assinaturas dos contratos, em contraste com outras operações de mesma natureza em que os preços de liquidação são observados nas datas de entrega dos produtos, o que caracteriza de forma incontestável a existência de posição vendida de um contrato a termo de petróleo.

	Valor de Referência (Nacional) em mil bbl*	Valor Justo	VAR	Vencimento
Contrato a Termo	400	3	1	2011
Posição vendida				

O derivado embutido identificado foi mensurado a valor justo por meio do resultado e classificado no nível 1 na hierarquia da mensuração do valor justo.

Estimativas contábeis críticas

Nosso modelo contábil antigo exigia a divulgação das políticas e estimativas contábeis utilizadas pela empresa na elaboração das demonstrações contábeis, mas não fazia, de maneira específica, qualquer menção a estimativas consideradas críticas.

A partir da convergência para as normas internacionais, as empresas deverão igualmente divulgar as estimativas consideradas críticas, isto é, aquelas que envolveram julgamento por parte da empresa em razão de sua inerente complexidade. Isso porque, como tais estimativas são subjetivas, outros profissionais, em face das mesmas decisões, poderiam optar por critérios distintos.

Nesse contexto, nós buscamos analisar quais foram as estimativas consideradas críticas pelas empresas acerca das operações com instrumentos financeiros. O quadro a seguir ilustra os resultados das análises.

Estimativa Crítica	Quantidade	%
Perdas com créditos de recebíveis	25	31%
Valor justo para instrumentos financeiros	23	28%
Valor justo para instrumentos financeiros derivativos	13	16%
Reconhecimento de receitas e contas a receber	7	9%
Valor justo para instrumentos financeiros sem mercado ativo	13	16%
Total	81	100%

É importante mencionar que algumas empresas não apresentaram as estimativas críticas referentes aos instrumentos financeiros, sendo que outras mencionaram mais do que uma estimativa crítica. Por isso, a quantidade apresentada é maior que o número de empresas da amostra.

Nota-se que o item mais citado pelas empresas foi a perda com créditos de recebíveis, anteriormente denominada no cenário nacional de “provisão com créditos de liquidação duvidosa”, ou ainda “provisão para devedores duvidosos”. Sobre esse aspecto, é importante mencionar que a partir de agora, de acordo com as normas internacionais, não deveríamos mais utilizar a nomenclatura “provisão” para as contas de ativo. O lasb não a utiliza nessa circunstância; ele diz expressamente que não veda isso, mas deveríamos seguir esse mesmo caminho para maior convergência.

Algumas empresas constituíram a referida perda com base nos recebíveis atrasados, como, por exemplo, a Brasil Telecom.

Demonstração Contábil da Brasil Telecom, Nota Explicativa nº 2

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber.

O critério adotado para a constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa considera as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionais a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas em atraso	% de perda provisionada
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 120 a 150 dias	80
Acima de 150 dias	100



Tivemos ainda na nossa amostra o caso da MRV, que não constituiu a referida perda com a justificativa de que os recebíveis estão garantidos e que não há histórico de perdas reais sobre os referidos valores.

Demonstração Contábil da MRV, Nota Explicativa nº 2.7.1

É constituída provisão para devedores duvidosos, com base na avaliação da Administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber. Não foi feita a provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, tendo em vista que os valores a receber são garantidos pelos próprios imóveis negociados e não há histórico de perdas reais sobre as referidas contas a receber.

Outra estimativa contábil considerada crítica pelas empresas analisadas, por envolver alto grau de julgamento, diz respeito à mensuração de ativos e passivos financeiros pelo valor justo. Tal subjetividade aumenta de maneira significativa quando não existem valores de mercado disponíveis para os referidos itens.

Uma forma de diminuir as incertezas dos usuários no que diz respeito à mensuração pelo valor justo é justamente evidenciar as metodologias e premissas utilizadas no cômputo de tais valores, conforme realizado pela BR Foods.

Demonstração Contábil da BR Foods, Nota Explicativa nº 5.5

A seguir apresenta-se uma descrição das metodologias de valorização utilizadas pela Companhia para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo:

Os investimentos em ativos financeiros nas modalidades de títulos da dívida externa brasileira, certificados do tesouro nacional, letras financeiras do tesouro, fundos de investimento financeiro e ações são classificados dentro do Nível 1 de hierarquia de valor justo, pois as referidas cotações estão disponíveis em mercado ativo.

Os investimentos em ativos financeiros nas modalidades de CDB, operações compromissadas lastreadas em debêntures são classificados no Nível 2, pois a forma de valorização a valor justo ocorre através da cotação de preços de instrumentos financeiros semelhantes em mercados não ativos.

Os derivativos são valorizados através de modelos de precificação amplamente aceitos no mercado financeiro. São utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, tais como previsões de taxas de juros, fatores de volatilidade, cotações de paridade cambial à vista e futuras. Classificamos esses instrumentos no nível 2 da hierarquia de valorização. Tais instrumentos incluem *swaps* de taxa de juros e derivativos em moeda estrangeira.

A metodologia de valorização dos derivativos passivos da Companhia considera seu risco de desempenho, embora tenha havido deterioração no mercado de crédito global no ano de 2009, sem uma plena recuperação até o momento, a Companhia entende que há um baixo risco de desempenho em 31/12/10.

É importante ressaltar que em determinados casos, principalmente na inexistência de um mercado líquido e de transações recentes, torna-se extremamente complexa a mensuração do valor justo, o que pode resultar na perda de confiabilidade das informações. Nesses casos, as normas internacionais permitem que tais valores não sejam computados, desde que a empresa informe o usuário sobre tal impossibilidade, como fez a Brookfield.

Demonstração Contábil da Brookfield, Nota Explicativa nº 28

Contas a receber de clientes:

Contas a receber de unidades em construção: como não existem dados disponíveis sobre operações de venda de contas a receber de clientes de unidades em construção e a Sociedade e suas controladas não realizaram operações significativas até a data, não é possível determinar o valor justo destes instrumentos financeiros.

Ainda sobre a divulgação dos aspectos relacionados à mensuração pelo valor justo, nós buscamos analisar se as empresas da nossa amostra apresentaram algumas das informações exigidas pelo CPC 40. Os resultados são apresentados a seguir.

Item de Observação acerca da Mensuração do Valor Justo	Quantidade	%
Para cada classe de ativo/passivo financeiro, a entidade deve divulgar o valor justo daquela classe de ativos e passivos de forma que permita ser comparado com o seu valor contábil.	39	70%
A entidade deve divulgar para cada classe de instrumentos financeiros os métodos e, quando uma técnica de avaliação for usada, os pressupostos aplicados na determinação do valor justo de cada classe de ativo financeiro ou passivo financeiro.	34	61%
O nível dentro da hierarquia (Nível I, Nível II e Nível III) de valor justo dentro do qual as mensurações de valor justo estão classificadas em sua totalidade, segregando as mensurações de valor justo de acordo com os níveis definidos.	39	70%

Com base no quadro acima, percebe-se que uma parte significativa das empresas analisadas não apresenta as referidas divulgações exigidas pelo CPC 40. Uma das empresas que apresentaram as divulgações sobre a comparação entre os valores contábeis e os valores justos de seus instrumentos financeiros foi a Telesp.

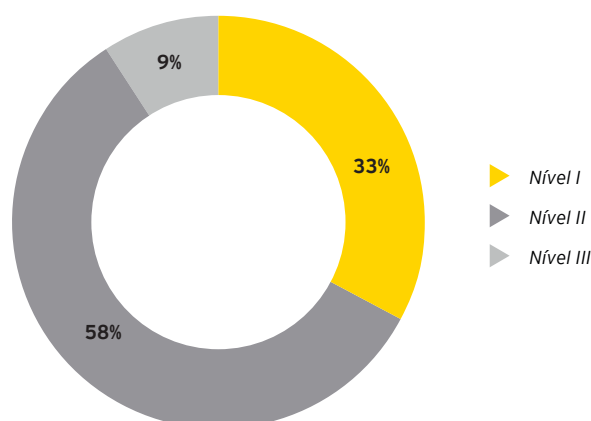


Demonstração Contábil da Telesp, Nota Explicativa nº 31

	Valor Justo		Custo Amortizado					
					</			

Nós analisamos igualmente o número de classificações, mas não os valores, em cada um dos níveis de valor justo. Conforme nossas análises, 58% dos ativos mensurados a valor justo foram obtidos com base no nível 2, conforme gráfico ao lado.

Sobre esse aspecto, é de suma importância que as empresas divulguem os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo segregando as hierarquias estabelecidas no CPC 40, nível 1, 2 e 3, conforme realizado pela Petrobras.



Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 33

A hierarquia dos valores dos ativos e passivos financeiros da Companhia registrado ao valor justo em base recorrente, em 31 de dezembro de 2010, está demonstrada a seguir:

	Valor Justo medido com base em			31.12/2010
	Preços cotados em mercado ativo (nível I)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (nível II)	Técnica de Valoração sem o uso de preços observáveis (nível III)	Valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	30.954	-	-	30.954
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	196	-	196
Derivativos de <i>Commodities</i>	23	2	53	78
Derivativos de juros	7	-	-	7
Outros investimentos	-	-	-	-
Total dos ativos	30.984	198	53	31.235
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	(2)	-	(2)
Derivativos de <i>Commodities</i>	(65)	(3)	-	(68)
Total dos Passivos	(65)	(5)	-	(70)

Houve ainda algumas poucas empresas, como, por exemplo, a Embraer, que apresentaram um quadro reconciliando a movimentação dos saldos referentes a valores justos classificados no nível 3.

Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 40

	Modificações de valor justo utilizando fontes significativas não-observáveis (nível 3) em 31 de dezembro de 2010
Saldo inicial	240.285
Compras (venda)	(62.166)
Ganhos (perdas) não realizadas	4.566
Efeito de conversão	(10.349)
Saldo final	172.336
	Modificações de valor justo utilizando fontes significativas não-observáveis (nível 3) em 31 de dezembro de 2009
Saldo Inicial	256.368
Compras (venda)	44.348
Ganhos (perdas) não realizadas	4.930
Efeito de conversão	(65.361)
Saldo Final	240.285

Descumprimento contratual de financiamentos e garantias

Uma das principais e mais importantes funções das demonstrações contábeis é a sua utilização como base para a formação de contratos entre os agentes econômicos. Um exemplo disso são as cláusulas

contratuais de dívidas, conhecidas no mercado como *covenants*, que são frequentemente estabelecidas com base em informações extraídas do balanço, como, por exemplo, passivos e financiamentos, caixa e equivalentes, e Ebitda.

Das empresas de nossa amostra que divulgaram possuir *covenants* de dívida, 83% igualmente apresentaram os respectivos índices e obrigações atrelados aos contratos. Porém, apenas 23% evidenciaram a comparação entre os índices exigidos e os atingidos respectivos no período, como feito pela Gerdau.

Demonstração Contábil da Gerdau, Nota Explicativa nº 14

Seguem abaixo breves descrições dos *covenants* financeiros requeridos nos contratos de dívidas.

Todos os *covenants* descritos abaixo são calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A. exceto o item IV, que se refere à Demonstração Financeira Consolidada da Metalúrgica Gerdau S.A.

- I) *Consolidated Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura da despesa financeira) - mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31/12/2010 este índice era de 4,6 vezes;
- II) *Consolidated Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida) - mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos. O índice contratual indica que o nível de endividamento bruto não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2010 este índice era de 2,8 vezes;
- III) *Required Minimum Net Worth* (Patrimônio Líquido mínimo requerido) - mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido em contratos financeiros. O índice contratual indica que o Patrimônio Líquido deve ser superior a R\$ 3.795.200. Em 31/12/2010 o Patrimônio Líquido era de R\$ 20.147.615; e
- IV) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) - mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2010 este índice era de 2,6 vezes.

A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento dos *covenants* financeiros é a possibilidade de declaração de inadimplência pelos credores e o vencimento antecipado dos contratos de dívida da Companhia.

Nossas análises também evidenciaram que cinco empresas tiveram algum problema com atendimento de *covenant* de dívida, como foi o caso da Telemar, que informou ter recebido um *waiver* temporário de seu credor.

Demonstração Contábil da Telemar, Nota Explicativa nº 20

Em 31 de dezembro de 2010 a TMAR não cumpriu com o "*covenant*" do "*Debt Service coverage ratio*", definido no contrato com o JBIC. No entanto, em 30 de novembro de 2010, a TMAR recebeu o "*waiver*" pela antecipação de não cumprimento do referido "*covenant*" para a apuração de 31 de dezembro de 2010.

ATMAR prevê que em 31 de março de 2011 volte a cumprir o "*covenant*" do "*Debt Service coverage*", definido no contrato entre a TMAR e JBIC. Em paralelo a empresa já iniciou o processo de solicitação de alteração deste índice de forma a adequá-lo ao praticado pela empresa em contratos similares. Entretanto, não há garantias de sucesso para essa solicitação. Caso o credor não conceda o "*waiver*"

em um eventual descumprimento futuro do referido "covenant", a TMAR pretende exercer o seu direito de pré-pagar essa dívida. A TMAR entende que o referido pré-pagamento evitaria o desencadeamento de cláusulas de "cross-default" ou "cross-acceleration" contidas em outros contratos de dívida. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2010 desta parcela é de R\$ 604.292, classificado no passivo circulante.

Outra informação importante acerca dos passivos financeiros da empresa diz respeito a eventuais garantias concedidas. Sobre esse aspecto, apenas 35 empresas evidenciaram tais valores e apresentaram as devidas informações. A Hypermarcas apresentou um quadro completo, segregando cada item que compõe o total das garantias.

Demonstração Contábil da Hypermarcas, Nota Explicativa nº 19

a) Garantia dos empréstimos e financiamentos

	Controladora				Consolidada	
	31/12/2010	31/12/2009	01/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/12/2009
Duplicatas a receber - clientes	70.480	90.380	25.539	77.036	90.380	27.405
Caucionadas	-	-	-	-	-	-
Carta de Fiança	43.572	49.982	170.052	59.344	68.584	170.052
Aval de acionista e ex-acionista	54.555	145.478	449.384	54.600	145.478	449.384
Imobilizado (valor líquido)	114.512	139.177	32.334	155.235	139.177	32.753
Penhorado	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras (Conta garantia de fianças bancárias)	70.378	95.180	-	70.378	95.180	-
	353.497	520.197	677.309	416.593	538.799	679.594

A Ecodiesel também evidenciou os valores referentes a garantias de sua controlada, a Maeda Agroindustrial, referentes a financiamentos para custeio agrícola. Essa empresa também procedeu ao ajuste a valor presente de dívida utilizando uma taxa de juros diferente da contratada, em razão de o referido passivo possuir taxas subsidiadas.

Demonstração Contábil da Ecodiesel, Nota Explicativa nº 20

20. Dívida com a União - PESA (Consolidado)

Maeda S.A. Agroindustrial

Em 1998, mediante aditivo contratual e operação de securitização, foram alongados, junto à instituição financeira federal, os vencimentos de financiamentos para custeio agrícola, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. Consoante contratos firmados, a atualização monetária desses financiamentos (IGP-M) é capitalizada para amortização no vencimento da operação, previsto para novembro de 2018, e os juros atualmente incidentes, de 3% ao ano, são liquidados a cada ano e, para fins de seu cálculo, o IGP-M incidente sobre o principal está limitado a 9,5% ao ano. A partir de 2001, a União passou a ser credora desses financiamentos, conforme Medida Provisória nº 2.196/03, sem modificações nas condições pactuadas em contrato firmado junto à instituição financeira.

Em garantia desses financiamentos, foram oferecidos avais, hipotecas e bens do ativo imobilizado, bem como aplicações financeiras em Certificados do Tesouro Nacional (CTN), com vencimento igual ao dos financiamentos. Segundo as condições pactuadas, a atualização monetária pelo IGP-M e os juros de 12% ao ano dessas aplicações são capitalizados para que, no seu vencimento, o montante apurado seja igual ao montante dos financiamentos.

Devido às especificidades desse instrumento financeiro (prazo alongado e encargos subsidiados), a administração da Companhia, em linha com as novas práticas contábeis, introduzidas pela Lei 11.638/07, vem registrando o referido instrumento utilizando o conceito de Ajuste a Valor Presente, calculando o valor dessa obrigação com base no fluxo de desembolsos futuros trazidos a valor presente, descontados por uma taxa de juros, referencial para a data em que a transação foi contratada, de 12% ao ano.

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
	2010
Valor do principal - ajustado à valor presente	45.338
Aplicações financeiras vinculadas - CTN	(45.338)
Valor presente dos juros futuros	16.655
	16.655
Passivo circulante	(2.784)
Não circulante	13.871

Informações qualitativas e quantitativas sobre riscos dos instrumentos financeiros

As companhias enfrentam diferentes tipos de risco nas suas operações, como, por exemplo, os riscos de variações nas taxas de câmbio, juros e preços de *commodities*. Dentro desse contexto, a gestão do risco é fundamental para a sobrevivência das empresas ao longo do tempo.

Na maior parte das empresas, tal gestão é definida a partir de políticas que objetivam a eliminação ou, ao menos, a mitigação dos riscos. Em muitos casos, a gestão desses riscos envolve a utilização de instrumentos financeiros, inclusive derivativos, como, por exemplo, contratos futuros e a termo, *swaps* e opções.

Contudo, é mister ressaltar que os instrumentos financeiros, apesar de serem utilizados para fins de gestão dos riscos da empresa, igualmente possuem seus próprios riscos, como, por exemplo, o risco de crédito e o de liquidez. Nesse contexto, é de suma importância que as empresas divulguem suas políticas de gestão de risco, conforme realizado pela Ultrapar.

Demonstração Contábil da Ultrapar, Nota Explicativa nº 20

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- ▶ A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela Diretoria Financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.

- ▶ A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras existente há mais de 10 anos e composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade ("Comitê"). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, nas exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela política através de um mapa de acompanhamento.
- ▶ As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- ▶ O continuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da Diretoria Financeira.

O CPC 40 exige que sejam divulgadas informações acerca dos riscos de crédito, riscos de mercado e riscos de liquidez. A seguir nós apresentamos as análises referentes a cada um desses riscos.

Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de não recebimento e é frequentemente conhecido na nossa área como risco de *default*. Para mitigar o efeito desse risco, as empresas utilizam diversas metodologias. A OGX, por exemplo, considera o risco das instituições financeiras nas quais possui aplicações financeiras por meio de um índice específico, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da OGX, Nota Explicativa nº 22

1) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar os riscos, a companhia e suas controladas adotam como prática, a análise de situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange as instituições financeiras, a companhia e suas controladas utilizam o relatório RISKBank, da consultoria Lopes Filho e Associados, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco.

Quadro de classificação de risco "Índice RISKBank":

BANCO	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	ÍNDICE RISK BANK
ABC BRASIL	Baixo risco para médio prazo	10,65
BNP PARIBAS BRASIL	Baixo risco para longo prazo	11,14
BRDESCO	Baixo risco para longo prazo	11,47
BTG PACTUAL	Baixo risco para médio prazo	10,41
CREDIT SUISSE (BRASIL)	a)	11,20
HSBC BANK BRASIL	Baixo risco para longo prazo	10,51
ITAÚ UNIBANCO	Baixo risco para longo prazo	11,74
SAFRA	Baixo risco para longo prazo	11,42
SANTANDER (BRASIL)	Baixo risco para longo prazo (em monitoramento)	9,71
SOCIÉTÉ GÉNÉRALE	Baixo risco para longo prazo	10,43
VOTORANTIM	Baixo risco para longo prazo	11,01



a) O RISKBank considerou insuficiente as informações providas pelo Credit Suisse para divulgação de sua classificação de risco. Entretanto, pelas informações apresentadas o mesmo foi classificado na Faixa I, que sugere baixo risco para longo prazo. Adicionalmente os ratings de longo prazo do banco continuam bons nas principais agências de risco (Moody's S&P e Fitch).

O risco de crédito também impacta os recebíveis das empresas, haja vista que seus clientes podem igualmente não honrar com suas obrigações. Nesse contexto, empresas que possuem poucos clientes sofrem com a chamada concentração do risco de crédito. Esse é o caso, por exemplo, da Ecodiesel.

Demonstração Contábil da Ecodiesel, Nota Explicativa nº 26

Risco de concentração do contas a receber

A companhia possui concentração de faturamento para à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Qualquer problema de liquidez deste cliente ou redução na demanda causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

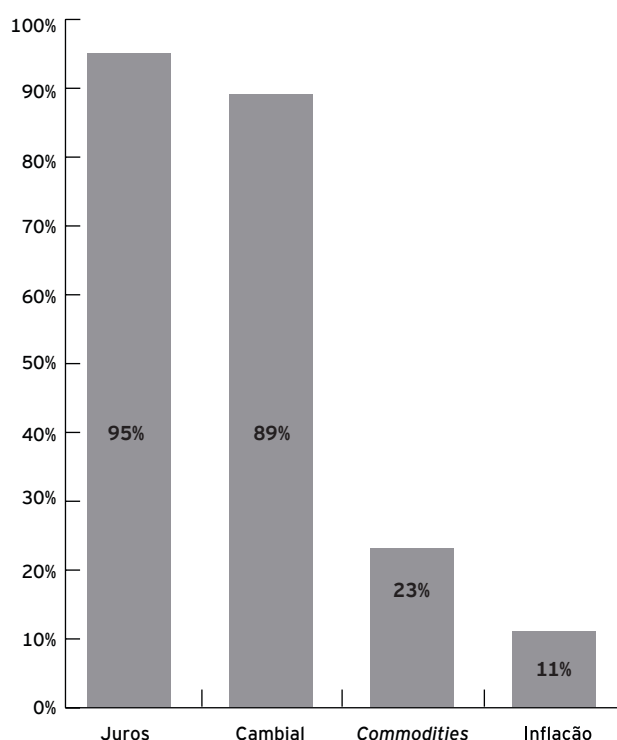
Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado ao risco de que o valor justo de instrumentos financeiros oscile devido a mudanças nos preços de mercado, e compreende os riscos relacionados, por exemplo, a alterações nas taxas de câmbio e taxa de juros.

Adicionalmente, em determinados tipos de negócios, outros riscos de mercado também podem influenciar os fluxos de caixa relacionados aos instrumentos financeiros das companhias, como, por exemplo, os riscos relacionados à inflação e aos preços de *commodities*.

Sobre esse aspecto, nós analisamos quais são os principais riscos de mercado divulgados pelas empresas da nossa amostra. Nossas análises evidenciaram que 95% das empresas da amostra informaram estar expostas ao risco de juros, conforme evidenciado no gráfico ao lado.

De acordo com o CPC 40, para cada risco de mercado, a entidade deve divulgar uma análise de sensibilidade considerando pelo menos três cenários. Sobre esse aspecto, a Embraer realizou a análise de sensibilidade considerando cinco cenários: um provável, dois otimistas e dois pessimistas.



Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 40

	Consolidada						
	Variações Adicionais no saldo Contábil (*)						
	Fator de Risco	Valores Expostos em 31/12/2010	(50)%	(25)%	Cenário Provável	25%	50%
Aplicações Financeiras	CDI	1.747.995	(92.993)	(46.497)	10.663	46.497	92.993
Empréstimos	CDI	2.477	132	66	(15)	(66)	(132)
Impacto Líquido	CDI	1.745.518	(92.861)	(46.431)	10.648	46.431	92.861
Aplicações Financeiras	LIBOR	709.589	(1.223)	(612)	250	612	1.223
Empréstimos	LIBOR	146.558	253	126	(52)	(126)	(253)
Impácto Líquido	LIBOR	563.031	(970)	(486)	198	486	970
Aplicações Financeiras	TJLP	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	112.912	3.387	1.694	-	(1.694)	(3.387)
Impácto Líquido	TJLP	(112.912)	3.387	1.694	-	(1.694)	(3.387)
Taxas Consideradas	CDI	10.64%	5.32%	7.98%	11.25%	13.30%	15.96%
Taxas Consideradas	LIBOR	0.34%	0.17%	0.26%	0.38%	0.43%	0.52%
Taxas Consideradas	TJLP	6.00%	3.00%	4.50%	6.00%	7.50%	9.00%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31/12/2010

Dada a alta volatilidade das taxas de câmbio, é também importante que as empresas divulguem a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros mantidos em moeda estrangeira. Sobre esse aspecto, a Vale divulgou a referida análise para seus investimentos e captações atrelados ao dólar e ao euro.

Demonstração Contábil da Vale, Nota Explicativa nº 26**Análise de sensibilidade - dívida e investimentos de caixa**

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais estão sujeitos à variação da taxa de câmbio, tais como EUR/USD e USD/BRL.

Programa	Instrumento	Risco	Valores em R\$ milhões			
			Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento	Dívida denominada em BRL	Sem flutuação				
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BR/USD	(7.077)	7.077	(14.154)	14.154
Financiamento	Dívida denominada em EUR	Flutuação do EUR/USD	(6)	6	(12)	12
Investimentos de caixa	Investimentos denominada em BRL	Sem flutuação				
Investimentos de caixa	Investimentos denominada em USD	Flutuação do BR/USD	(1.821)	1.821	(3.641)	3.641

Já a Ambev, adicionalmente à análise de sensibilidade, realizou a análise por meio do *Value at Risk*, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 2.1

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em 3 (três) cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

- 1) Cenário Base:** manutenção dos níveis de preço de câmbio, juros e *commodities* nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2010.
- 2) Cenário Adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.
- 3) Cenário Remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente aos cenários mencionados acima, a Companhia utiliza o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico para mensurar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos. O VaR é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias, os quais estão apresentados em módulo, conforme tabelas a seguir:

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado às possíveis dificuldades que as empresas tenham em cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros. Sobre esse aspecto, o CPC 40 exige que as empresas apresentem uma descrição de como elas administram o risco de liquidez inerente, conforme feito pela BR Foods.

Demonstração Contábil da BR Foods, Nota Explicativa nº 5.8

5.8. Administração de risco de liquidez

A gestão do risco financeiro de liquidez visa minimizar os impactos causados por eventos que possam comprometer a performance da Companhia sob a perspectiva de caixa.

A Companhia tem identificado fatores de risco de Mercado associados aos fluxos de caixa futuros que possam comprometer sua liquidez e calcula o *Cash Flow at Risk* ("CFAR") para um período de 12 meses com o objetivo de identificar os potenciais desvios de caixa de suas projeções. A Administração da Companhia definiu que o valor mínimo de suas disponibilidades de caixa deve considerar o faturamento médio mensal e o EBITDA dos últimos 12 meses, entre outros aspectos.

As operações com derivativos podem exigir pagamento de ajustes periódicos. Atualmente, a Companhia possui apenas operações na BM&F com ajustes diários. Para o controle dos possíveis ajustes, é utilizada a metodologia do VAR ("Value at Risk") que mede com determinado nível de confiança estatístico, o potencial ajuste máximo a ser pago em intervalos de 1 e 21 dias com o objetivo de comparar se este valor está compatível com limites definidos pela Companhia em diretriz interna.

Para as aplicações financeiras os princípios de alocação são conservadores visando liquidez e rentabilidade evitando concentração por contraparte.

A Companhia mantém sua alavancagem de modo a não comprometer sua capacidade de pagamento e investimentos. Como diretriz, o maior percentual do endividamento deve estar no longo prazo. Em 31.12.10 o endividamento de longo prazo era de 69% com um prazo médio superior a 3 anos.

Uma das formas de informar os usuários sobre o risco de liquidez é justamente apresentar a faixa de vencimentos dos passivos financeiros, como fez a Fibria.

Demonstração Contábil da Fibria, Nota Explicativa nº 5.1

c) Risco de Liquidez

Com relação ao risco de liquidez, a Fibria tem como política manter em caixa e aplicações financeiras líquidas, no mínimo, o valor correspondente aos desembolsos esperados de despesas financeiras e operacionais dos próximos três meses.

Todos os derivativos contratados foram efetuados em Mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

As aplicações financeiras possuem, predominantemente, liquidez imediata, sendo permitidas pela política financeira aplicações com liquidez de no máximo 185 dias.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os ativos e passivos financeiros derivativos a serem liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise de seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados*.

Controladora				
Em 31 de dezembro de 2010	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos	(302.884)	(378.871)	(2.423.211)	(2.373.652)
Obrigações com arrendamento financeiro	(2.381)	(7.537)	(3.128)	
Instrumentos financeiros derivativos	90.679		2.296	39.886
Contas a pagar aquisição de ações	(1.440.676)			
Fornecedores e outras obrigações	(556.062)	(559)		
	(2.211.324)	(386.967)	(2.424.043)	(2.333.766)
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2010	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos	(619.495)	(603.556)	(2.881.487)	(6.453.470)
Obrigações com arrendamento financeiro	(4.189)	(13.260)	(6.000)	
Instrumentos financeiros derivativos	90.790		2.296	39.886
Contas a pagar aquisição de ações	(1.440.676)			
Fornecedores e outras obrigações	(582.787)	(21.409)	(14.516)	(39.840)
	(2.556.357)	(638.225)	(2.899.707)	(6.453.424)

Houve o caso ainda de empresas que apresentaram informações acerca de outros riscos que não aqueles relacionados ao mercado, à liquidez e ao crédito. Esse foi o caso, por exemplo, da Copel e da Petrobras, que apresentaram, respectivamente, divulgações acerca dos riscos ambientais e riscos de regulação por parte do governo.



Demonstração Contábil da Copel, Nota Explicativa nº 36.3.5

36.3.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àqueles que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia. A Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 32.6

Regulação do Governo

Adicionalmente, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão controla o valor total das dívidas que a Petrobras e suas subsidiárias podem incorrer, no decurso do processo de aprovação do orçamento anual. A Companhia e suas subsidiárias devem também, antes da assunção de dívidas de médio e longo prazos, obter a aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional. Os empréstimos que excederem os valores orçados para cada exercício precisam ser aprovados pelo Senado Federal.

Aplicação do *hedge accounting*

Conforme discutido no item anterior, que tratou das informações qualitativas e quantitativas sobre risco, as companhias enfrentam diferentes tipos de risco nas suas operações, como, por exemplo, os riscos de variações nas taxas de câmbio, juros e preços de *commodities*. Uma das maneiras mais utilizadas para gerenciá-los é justamente fazer as chamadas operações de proteção ou *hedge*. Tais operações objetivam eliminar ou, ao menos, mitigar o efeito de tais riscos.

Dentro desse contexto, o *hedge accounting* é uma metodologia permitida, mas não exigida, para contabilização das operações de *hedge*. Seu objetivo é permitir que as demonstrações contábeis reflitam de maneira mais adequada o regime de competência quando uma empresa realiza operações de *hedge*. Em outras palavras, tal metodologia busca confrontar as receitas e as despesas provenientes da transação que está sendo protegida e da transação que é utilizada como proteção.

Entre os três tipos de *hedge accounting* permitidos pelo CPC 38, temos: *cash flow hedge* (proteção de um fluxo de caixa), *fair value hedge* (proteção de um valor justo) e *net investment hedge* (proteção de um investimento líquido no exterior).

Das 56 empresas da nossa amostra, 21 optaram por algum tipo de *hedge accounting*. Desse grupo, 15 empresas aplicaram o *cash flow hedge*, dez o *fair value hedge* e cinco o *net investment hedge*. Algumas, como foi o caso da Gol, adotaram mais de um tipo de *hedge accounting*, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Gol, Nota Explicativa nº 26**Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia adota o *Hedge Accounting* e a classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial e risco de preço do combustível como “*hedge de fluxo de caixa*” (*Cash Flow Hedge*) ou como “*hedge de valor justo*” (*Fair Value Hedge*). Segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na norma internacional IAS39. Os instrumentos financeiros derivativos contratados são formalmente identificados, classificados e designados por meio de documentação e controle no momento da aquisição.

Os instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

Descrição	Conta no balanço	2010	2009
Valor justo dos derivativos (ativo)	Outros créditos e valores	3.600	24.113
Valor justo dos derivativos (passivo)	Outras obrigações	1.646	12.118
Prêmios de opções	Despesas antecipadas	30.154	23.190

A Ambev, por exemplo, realizou uma operação de *swap* cambial para reduzir o risco de bonds emitidos em dólares norte-americanos, classificando o referido instrumento financeiro como *fair value hedge*.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 19**Hedge sobre os Bonds (riscos de moeda estrangeira e taxa de juros sobre empréstimos em dólar norte-americano)**

Em dezembro de 2001, a AmBev emitiu 500 milhões de dólares norte-americanos em títulos estrangeiros (*Bond 2001*). Os juros de 10,5% deste Bond começaram a ser pagos semestralmente a partir de julho de 2002, com vencimento final em dezembro de 2011.

Em setembro de 2003 a Ambev emitiu mais 500 milhões de dólares em títulos estrangeiros (*Bond 2003*), com juros de 8,75%, com juros pagos semestralmente desde março de 2004 e com vencimento final em setembro de 2013. Em julho de 2007 a Ambev International Finance Co. subsidiária da Companhia emitiu um *Bond* em real (*Bond 2007*), que tem juros de 9,5%, pagos semestralmente e com vencimento final em julho de 2017.

A Ambev realizou operações de *swap* para controlar e reduzir o impacto das mudanças na taxa de câmbio dólar dos EUA e taxa de juros destas obrigações. Além disso, a Ambev contratou operações de *swap* para cobertura do risco de variação de taxa de juros dos títulos de 2017. Estes instrumentos derivativos, em conformidade com a IAS 39 e CPC 38, foram designados como *hedge* de valor justo.

Já a Braskem contratou operações de *swap* para mitigar o risco de flutuação da taxa Libor de suas dívidas, e as classificou como *cash flow hedge*.

Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 19**l.b) Swaps de taxas de juros ligados a pré-pagamentos de exportações e empréstimos externos**

A Companhia e suas controladas Braskem Inc. e Braskem America detinham, em 31 de dezembro de 2010, dezessete contratos de *swap* de taxa de juros com valor nominal total de US\$ 1.136.146 mil, contratados sobre dívidas de pré-pagamentos de exportação contraídas em dólares e a taxas de juros flutuantes (base Libor) em outubro de 2008, abril de 2009 e junho de 2010, para vencimento em

outubro de 2013, julho de 2014, março e abril de 2015. Nesses *swaps*, a Companhia recebe taxas flutuantes (Libor) e paga taxas fixas, periodicamente, de forma coincidente com o fluxo de caixa da dívida de pré-pagamento. O objetivo desses *swaps* é compensar a variação de despesas financeiras futuras da dívida causadas pela flutuação da Libor. O prazo, montante, datas de liquidação e taxa de juros flutuantes coincidem com os termos da dívida. A Companhia tem a intenção de manter esses *swaps* até a liquidação do financiamento.

Esses *swaps* foram designados como “*hedge* de fluxo de caixa” do risco de flutuação da Libor das dívidas especificadas para fins de *hedge accounting*. As variações periódicas efetivas do valor justo dos derivativos designados como “*hedge* de fluxo de caixa” que forem altamente efetivos em compensar as variações de fluxo de caixa do item protegido são reconhecidas no Patrimônio Líquido em “outros resultados abrangentes” até a data em que a respectiva variação do objetivo de *hedge* impactar o resultado. Os impactos da Libor sobre o item objeto de *hedge* afetam os resultados da Companhia e das suas controladas em cada período de apropriação de juros da dívida, iniciando na data de desembolso e até o seu vencimento.

A Companhia testa a efetividade desses *hedges* em cada data de encerramento de período de reporte pelo método da compensação monetária cumulativa. Por este método, o *hedge* é considerado efetivo se a variação de fluxo de caixa dos derivativos estiver entre 80% e 125% da variação do item protegido causada pelo risco que estiver sendo coberto. O teste de efetividade de 31 de dezembro de 2010 demonstrou que os derivativos foram efetivos em compensar as variações do item protegido causadas pela flutuação da Libor durante o período desde a contratação dos derivativos até o encerramento do período de reporte e que todas as demais condições para qualificação desses instrumentos para *hedge accounting* foram atendidas. Consequentemente, a parcela efetiva da variação de valor justo desses derivativos, no valor de R\$ 74.561 (Nota 19, f.3 (III)), foi registrada como “Outros resultados abrangentes”. A Companhia reclassificou do saldo de “Outros resultados abrangentes” o montante de R\$ 68.529, para despesa financeira. Tais valores referem-se à parcela do efeito compensatório dos derivativos sobre o item protegido com competência para o período findo em 31 de dezembro de 2010. As características das operações de *swap*, por empresa, estão listadas abaixo:

Braskem Inc.

Identificação	Valor nominal US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Valor Justo	
				2010	2009
Swap EPP V	50,000	3,3050	Out/2013	4.945	4.329
Swap EPP VI	100,000	3,5800	Out/2013	11.064	10.276
Swap EPP VII	50,000	3,3150	Out/2013	4.966	4.362
Swap EPP VIII	100,000	3,5250	Out/2013	10.830	9.979
Swap EPP IX	100,000	3,5850	Out/2013	11.085	10.302
Subtotal	400,000			42.890	39.248
Liquidados antecipadamente em 2010					
Swap EPP I	100,000	3,9100	Out/2013		10.432
Swap EPP II	100,000	3,9100	Out/2013		10.432
Swap EPP III	100,000	3,9250	Out/2013		10.652
Swap EPP IV	25,000	3,8800	Out/2013		2.569
Total	725,000			42.890	73.333
No passivo circulante (operações de “ <i>hedge accounting</i> ” e outros derivados)				19.270	41.754
No passivo não circulante (operações de “ <i>hedge accounting</i> ”)				23.620	31.579
Total				42.890	73.333

Braskem Inc.

Identificação	Valor nominal US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Valor Justo	
				2010	2009
Swap EPP X	35,000	2,5040	Mar/2014	1.786	1.108
Swap EPP XI	57,500	1,9500	Jul/2014	1.455	2.114
Swap EPP XII	100,000	2,1200	Nov/2013	4.061	133
Swap EPP XIII	50,000	2,1500	Nov/2013	2.082	(94)
Swap EPP XIV	50,000	2,6400	Abr/2014	3.734	740
Swap EPP XV	100,000	2,6200	Abr/2014	7.392	448
Swap EPP XVI	33,646	1,6700	Jun/2013	606	1.022
Swap EPP XVII	75,000	2,1975	Mar/2015	3.684	
Swap EPP XIX	25,000	2,1700	Mar/2015	1.188	
Subtotal	526,146			25.988	5.471
Liquidados antecipadamente em 2010					
Swap EPP XVIII	75,000	2,1850	Mar/2015		
Swap EPP XX	70,000	2,1675	Mar/2015		
Total	671,146			25.988	5.471
No ativo não circulante (demais contas a receber)					(5.334)
No passivo circulante (operações de "hedge accounting" e outros derivativos)				13.918	10.805
No passivo não circulante (operações de "hedge accounting")				12.070	
Total				25.988	5.471

Como complemento à divulgação anteriormente apresentada, a Braskem apresenta a composição das operações de *hedge* em outros resultados abrangentes.



Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 19**III) Composição das operações de *hedge* apresentadas em "outros resultados abrangentes"**

A Companhia designou certos derivativos como "*hedge* de fluxo de caixa", o que gerou saldos finais em outros Resultados abrangentes. As apropriações de juros por atingir a competência são alocadas na rubrica de despesas com juros no grupo de despesas financeiras. O resumo da sua movimentação é dado abaixo:

	Saldo em Dez/2009	Apropriação de juros por atingimento de competência	Movimentações da parcela efetiva de <i>hedges</i>	Saldo em Dez/2010
Swaps EPP Braskem Inc	(63.877)	(36.215)	60.777	(39.315)
Swaps EPP Braskem	(3.427)	(29.212)	9.626	(23.013)
Swaps Empréstimos Braskem			(456)	(456)
Swaps Empréstimos Braskem America		(3.102)	3.314	212
Swaps Vendas PP Americas			1.300	1.300
	(67.304)	(68.529)	74.561	(61.272)

As nossas análises evidenciaram ainda que cinco empresas da nossa amostra adotaram o *net investment hedge*, como foi o caso da Gerdau Metalúrgica.

Demonstração Contábil da Gerdau Metalúrgica, Nota Explicativa nº 16**g) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)**

Baseado na interpretação 16 do IFRIC, emitida em julho de 2008, e consubstanciado na norma IAS 39, a Companhia em 30/09/2008 optou por designar como *hedge* de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior as operações de Ten Years Bonds, detidos pela controlada Gerdau Trade Inc., no valor de US\$ 1.250.000, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior. Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia demonstrou a alta efetividade de *hedge* a partir da contratação de dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente em conta de Patrimônio Líquido a partir de 01/10/2008.



O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia nas subsidiárias acima citadas contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia efetuou o teste de efetividade retrospectiva e prospectiva em 31/12/2010, em conformidade com a norma IAS 39, e demonstrou a alta efetividade do *hedge* de investimento líquido. Como resultado desta operação, a Companhia reconheceu na demonstração dos resultados abrangentes em 31/12/2010 um ganho não realizado no momento de R\$ 60.563 (ganho de R\$ 408.642 em 31/12/2009).

Finalmente, nós igualmente analisamos se as empresas que optaram por utilizar o *hedge accounting* evidenciaram algumas das informações exigidas pelo CPC 40. O quadro a seguir ilustra os resultados de nossas análises.

Informações sobre a Aplicação do <i>Hedge Accounting</i>	Quantidade	%
Descrição de cada tipo de <i>hedge</i>	18	86
Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de <i>hedge</i> e seus valores justos na data das demonstrações contábeis	17	81
A natureza dos riscos que estão sendo objeto do <i>hedge</i>	18	86
Políticas e estimativas críticas utilizadas na contabilidade do <i>hedge accounting</i>	15	71

Conforme o quadro apresentado, as empresas analisadas não atendem por completo às exigências presentes no CPC 40 no tocante às divulgações referentes às operações designadas como *hedge accounting*. Nesse sentido, ressaltamos que existem oportunidades de melhoria.



// CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12)

A contabilidade brasileira sempre sofreu grande influência da Legislação do Imposto de Renda. De fato, isso foi por muito tempo considerado um impedimento para a adoção das normas internacionais no Brasil. Afinal, de nada adiantaria termos normas contábeis de alta qualidade se as empresas continuassem utilizando premissas e estimativas baseadas na legislação fiscal.

Felizmente, para que a convergência às normas internacionais pudesse ser realizada de maneira completa, tivemos em 2008 a MP 449, que posteriormente foi transformada na Lei 11.941/09, que finalmente formalizou do ponto de vista tributário a respectiva separação da contabilidade para fins fiscais, da contabilidade para fins societários.

Esta seção aborda um tema, tributos sobre o lucro, que é ponto comum entre essas duas, a partir de agora, diferentes contabilidades. Se, por um lado, devemos pagar os tributos sobre o lucro conforme a legislação fiscal, por outro, devemos reconhecer despesas, receitas, ativos e passivos decorrentes desses tributos no balanço societário conforme as normas internacionais.

Nesse contexto, alguns assuntos são bastante polêmicos, como, por exemplo, o reconhecimento de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais. Outros, como o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, apesar de menos polêmicos, são igualmente complexos em razão das diferentes jurisdições onde as empresas operam e de algumas exceções que temos na norma.

As exigências acerca do reconhecimento, mensuração e evidenciação sobre os tributos sobre o lucro estão dispostas no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12). Nosso objetivo nesta seção é justamente analisar a aplicação dessa norma internacional pelas empresas da nossa amostra.

Os pontos abordados nas nossas análises foram:

- ▶ Alinhamento da legislação fiscal brasileira e as normas internacionais
- ▶ Como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências do CPC 32 na adoção inicial e os respectivos efeitos em contas patrimoniais e de resultado?
- ▶ Reconciliação das taxas nominais e efetivas de imposto de renda e contribuição social
- ▶ Estimativas contábeis críticas sobre tributos sobre o lucro
- ▶ Ativos e passivos fiscais diferidos

Alinhamento da legislação fiscal brasileira e as normas internacionais

Para que a adoção das normas internacionais no Brasil fosse bem-sucedida, as alterações trazidas por esse novo modelo contábil não podiam apresentar impactos tributários. O dispositivo legal que permitiu essa chamada neutralidade tributária foi a instituição do regime tributário de transição (RTT) pela MP 449/08, posteriormente transformada na Lei nº 11.941/09.

O RTT foi uma opção apresentada pela Lei nº 11.941/09, sendo válido para os anos de 2008 e 2009, com renovação automática, sendo que a partir de 2010 passou a ser obrigatório para todas as empresas.

Para as empresas adotantes do RTT nos anos de 2008 e 2009, a aplicação dos novos critérios contábeis não teve impacto tributário. Essa neutralidade tributária foi especificamente mencionada no art. 16 da referida lei:

“Art. 16. As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 desta Lei que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.”

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pelos demais órgãos reguladores que visem a alinhar a legislação específica com os padrões internacionais de contabilidade.”

Entretanto, é importante ressaltar que nos anos de 2008 e 2009 a adoção do RTT foi opcional. Nesse contexto, caso as empresas desejassem, as novas normatizações contábeis poderiam, sim, produzir os referidos impactos tributários. Em outras palavras, as empresas tiveram a opção de continuar pagando os tributos sobre o lucro com base nas normas contábeis em vigência no ano de 2007, mas caso optassem por não aderir ao RTT, seu lucro tributável seria, sim, influenciado pelas novas normatizações.

Dentro desse contexto, é possível assumir que as empresas que aderiram ao RTT o fizeram porque seus lucros tributáveis foram maiores com as novas normatizações contábeis, e vice-versa. Nesse contexto, nós buscamos avaliar quais empresas da nossa amostra aderiram ao RTT em 2008 e 2009.

Dentre as 56 empresas analisadas, 39 (70%) informaram ter aderido ao RTT. As outras 17 (30%) não apresentaram qualquer informação sobre o assunto. Uma das empresas que apresentaram tal informação foi a Braskem, que adicionalmente ressaltou que a adesão ao RTT gerou efeitos fiscais temporários.

Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 21

Regime Tributário transitório (RTT)

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 consideram a adoção do Regime Tributário Transitório (“RTT”) pela Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, conforme facultado pela Lei 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela própria Lei 11.941/09. A opção em definitivo do RTT foi manifestada na entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ do ano calendário 2008. Quando aplicável, os efeitos fiscais temporários gerados por conta da adesão ao RTT estão apurados e apresentados nas rubricas de “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências da CPC 32 na adoção inicial e os respectivos efeitos em contas patrimoniais e de resultado?

Das 56 empresas analisadas, apenas cinco não apresentaram informações sobre ajustes ou reclassificações acerca de itens relacionados a tributos sobre o lucro na adoção inicial do IFRS. O quadro a seguir apresenta os principais ajustes e reclassificações realizados pelas empresas da nossa amostra.

Ajustes e Reclassificações decorrentes da adoção do CPC 32	Menções
Ajustes nos tributos diferidos decorrentes das alterações trazidas pela adoção inicial do IFRS	39
Reclassificação dos ativos e passivos fiscais diferidos do curto prazo para o longo prazo	33
Apresentação dos ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida	5
Ajustes nos saldos de ativo fiscal diferido	3

Quanto à classificação dos ativos e passivos fiscais diferidos, o CPC 32 enfatiza que tais saldos devem ser apresentados no grupo do não circulante e de modo segregado de outros ativos e passivos. A PDG Realty foi uma das 33 empresas que efetuaram essa reclassificação.

Demonstração Contábil da PDG Realty, Nota Explicativa nº 2.16

a) Reclassificação dos impostos diferidos circulantes para não circulante - de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 foram reclassificados os saldos do passivo circulante para o não circulante na controladora e no consolidado conforme quadro a seguir:

	31/12/09	01/01/09
Controladora	3.685	1.746
Consolidado	85.597	39.526

De maneira geral, a compensação de ativos e passivos fiscais diferidos é igualmente permitida pela referida norma internacional, desde que haja direito legal da entidade de compensar os valores reconhecidos dos impostos correntes. A Embraer foi uma das empresas por nós analisadas que efetuaram a referida classificação, e apresentou seus ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 5.2.1 e 37**g) Reclassificações**

l) De acordo com IAS 12/CPC 26 “tributos sobre o lucro” os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia possui o direito legal para tal apresentação, sendo apresentados, em sua totalidade, no ativo ou passivo não circulante.

Os ativos de impostos diferidos líquidos são apresentados nas demonstrações financeiras como seguem:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Impostos diferidos ativos	196.303	267.726	-	231.750	298.910	25.506
Impostos diferidos passivos	-	-	(70.785)	(18.998)	(28.202)	(85.202)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	196.303	267.726	(70.785)	212.752	270.708	(59.696)

A TIM foi uma das 39 empresas da nossa amostra que informaram os ajustes decorrentes da aplicação do IFRS que impactaram o imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da TIM, Nota Explicativa nº 2

c.I. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconheceu os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos apurados na aplicação dos ajustes dos CPCs nas demonstrações financeiras da controladora e dos ajustes relativos as normas internacionais - IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas. As diferenças que geraram impostos diferidos são decorrentes da reversão dos encargos financeiros capitalizados (item c.2), ajuste nas provisões para futura desmobilização de ativos de ativos (item c.3) e reversão do ativo diferido (item c.5).

A Braskem, por sua vez, igualmente divulgou de maneira detalhada os ajustes e impactos nos tributos diferidos decorrentes de mudanças trazidas pela adoção das normas internacionais.

Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 4.4

31 de dezembro de 2009						
	Nota (4.4)	Valor Ajuste	Impacto Resultado	IR e CSL diferidos		
				Ativo	Passivo	Resultado
Ajustes com efeito de IR e CSL Diferidos:	4.4	-	-	-	-	-
Indexação adicional ao imobilizado	(c)	577.296	(41.266)	-	(196.282)	14.030
Reversão de gastos capitalizados com pesquisa	(d)	-	25.121	-	-	(8.541)
Reversão de saldo de ativo diferido	(e)	(70.980)	36.330	24.133	-	(12.352)
Perdas atuarias em plano de pensão com benefício definido	(f)	(73.341)	7.487	24.936	-	(2.546)
Reversão de saldo de deságio (cinal)	(g)	8.731	-	-	(2.969)	-
Combinação de negócios Triunfo	(h)	148.580	(8.401)	-	(50.517)	2.856
Reversão de saldos de ágio - combinação de negócios Trinfo	(h)	(17.000)	(17.000)	5.780	-	5.780
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima				54.849	(249.768)	(773)
complemento da CSL 9% sobre os ajustes de 01/01/2009				-	-	18.409
IR diferido sobre prejuízos fiscais com realização superior a 10 anos	(j.II)			-	-	(502.024)
Reclassificação de saldo de ativo circulante				58.752	-	-
IR diferido sobre ágios de empresas incorporadas com realização superior a 10 anos				2.344	-	(269)
Impacto total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Consolidado				115.945	(249.678)	(484.657)
				-	-	-
(-) reclassificação de saldo de ativo circulante de controladas				(2.780)	-	-
				-	-	-
Impacto total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Controladora				113.165	(249.678)	(484.657)

De acordo com o BR GAAP, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos limita-se aos valores cuja compensação estava amparada por projeções de lucros tributáveis, que seriam realizados pela Companhia em até 10 anos. Por esse motivo, a Companhia deixou de registrar um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 504.636.

Com a adoção dos CPC's e IFRS, a Companhia ajustou suas demonstrações financeiras no balanço de abertura para reconhecer os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos cuja realização que excedia o limite de 10 anos, já que, de acordo com as novas práticas contábeis, não há limite de tempo em que o imposto de renda e contribuição social diferidos possam ser realizados.

O saldo de impostos diferidos, que era apresentado no ativo circulante, foi classificado para o não circulante no balanço de abertura nos montantes de R\$ 55.972 (R\$ 59.139, consolidado) e de R\$ 55.972 (R\$ 58.752, consolidado) em 31 de dezembro de 2009.

Reconciliação das taxas nominais e efetivas de imposto de renda e contribuição social

Além de exigida pelo CPC 32, a reconciliação entre a despesa (receita) tributária efetiva e a despesa tributária nominal é de extrema importância para que o usuário compreenda os principais itens que impactam o valor a ser pago com tributos sobre o lucro.

Sobre esse aspecto, é importante mencionar que o CPC 32 permite que as empresas evidenciem a reconciliação por meio de duas formas. As empresas podem apresentar a referida reconciliação por meio das bases, similarmente ao que é feito no Lalur, ou apresentar a reconciliação da taxa nominal com a taxa efetiva.

Dentre as empresas que apresentaram a reconciliação por meio das bases, tem-se a CPFL, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da CPFL, Nota Explicativa nº 10.5

	Consolidado			
	2010		2009	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos				
Ajustes para Refletir a Alíquota Efetiva:	2.385.372	2.385.372	2.472.977	2.472.977
- Amortização de intangível adquirido	115.782	146.194	121.319	149.623
- Realização CMC	11.589	-	13.549	-
- Incentivos Fiscais - PIIT	(6.058)	(6.050)	(483)	(483)
- Efeito Regime Lucro Presumido	(17.622)	(20.448)	(34.090)	(39.790)
- Outras Adições/(Exclusões) Permanentes Líquidas	16.838	(35.338)	2.256	(20.876)
- Exclusão Lei 11.941/09 art. 4º			(32.143)	(32.143)
Base de Cálculo	2.505.901	2.469.730	2.543.385	2.529.308
Alíquota Aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito Fiscal Apurado	(225.531)	(617.433)	(228.905)	(632.327)
- Crédito Fiscal Constituído	4.296	13.333	20.557	56.566
Total	(221.235)	(604.100)	(208.348)	(575.761)
Corrente	(200.878)	(554.443)	(138.771)	(366.432)
Diferido	(20.357)	(49.657)	(69.577)	(209.329)

Dentre as empresas que apresentaram a reconciliação por meio das taxas, tem-se a Copel, que apresentou a taxa nominal, os itens que a impactaram e a respectiva taxa efetiva, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da Copel, Nota Explicativa nº 12.4

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	946.529	848.095	1.380.732	1.064.197
IRPJ e CSLL (34%)	(321.820)	(288.352)	(469.449)	(361.827)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	68.000	78.200	70.319	78.200
Dividendos	2.101	142.351	432	3.295
Equivalência patrimonial	292.907	(11.275)	31.023	1.575
FINAM - (perdas) e ganhos	-	(183)	-	(183)
Despesas indedutíveis	-	-	(3.247)	(917)
Benefício fiscal-Lei nº 11.941/09	-	20.460	-	27.904
Incentivo fiscais	-	-	4.856	3.530
Outros	90	2.480	(4.385)	(3.496)
IRPJ e CSLL correntes	(35.332)	-	(497.968)	(290.770)
IRPJ e CSLL diferidos	76.610	(56.319)	127.517	38.851
Alíquota efetiva	-4.4%	6.6%	26.8%	23.7%

Nós buscamos analisar a quantidade de itens que apareceram nas reconciliações entre a despesa tributária efetiva e a despesa tributária nominal. De acordo com as nossas análises, as empresas da amostra apresentam, em média, seis itens nas referidas reconciliações, conforme apresentado a seguir.

Itens - Reconciliação da despesa tributária nominal com a despesa efetiva	Quantidade
Quantidade média de itens que aparecem na reconciliação	6
Maior quantidade de itens verificada na amostra	25
Menor quantidade de itens verificada na amostra	1

Ainda sobre os itens apresentados nas conciliações, notamos que 26 empresas se utilizam da figura dos juros sobre o capital próprio para distribuição de lucros. Nossas análises igualmente evidenciaram que 33 empresas possuem incentivos fiscais relativos aos tributos sobre o lucro. Dentre as empresas que possuem tais tipos de incentivo fiscal, tem-se, por exemplo, a CSN.



Demonstração Contábil da CSN, Nota Explicativa nº 10

d) Incentivos fiscais

A Campanha usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente e Incentivo a Projetos Desportivos e Paradesportivos. Em 31 de dezembro de 2010, somavam o montante de R\$ 8.160 (R\$ 11.732 em 2009).

Existem ainda algumas empresas que possuem controladas que estão sob o regime de tributação do lucro presumido, como, por exemplo, a MRV. Tal empresa apresentou os referidos regimes de tributação de suas controladas na nota explicativa de impostos correntes, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da MRV, Nota Explicativa nº 02

2.7.17.1 Impostos Correntes

A Companhia e controladas adotam, como facultado pela legislação fiscal vigente, o regime de caixa para apuração do resultado na incorporação imobiliária, sendo o resultado apurado utilizado na determinação do lucro tributável.

A Companhia e as suas controladas em conjunto MRL Engenharia e Empreendimento S.A. e MRV Logística e Participações S.A. apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e as demais controladas adotam a sistemática fiscal do lucro presumido. Com base nessa última sistemática, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social de cada empresa foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 1%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada período (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para imposto de renda, e 9% para contribuição). A Companhia adota

para alguns empreendimentos o Patrimônio de Afetação com o Regime Especial de Tributação - RET. Com base no RET, as alíquotas aplicadas para o imposto de renda e contribuição social são 1,89% e 0,98% respectivamente, sobre a receita bruta recebida. Para fins de cálculo do PIS e da COFINS, a alíquota total é de 9,25% no lucro real, 3,65% no lucro presumido e 3,13% no RET.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculado individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes.

Conforme evidenciado acima, a MRV possui uma situação menos comum. Como controladora, ela apura os tributos sobre o lucro sob o regime de lucro real. Já algumas de suas controladas apuram os tributos sobre lucro sob o regime do lucro presumido.

De modo a evidenciar essas diferenças, a referida empresa apresentou duas reconciliações. Primeiramente, ela apresentou a reconciliação da controladora e apurou a despesa de tributos sobre o lucro, que no ano de 2010 foi de R\$ 29.307 mil. Em seguida, ela efetuou a reconciliação do consolidado adicionando o valor da despesa de tributos da controladora com o valor da despesa de tributos das controladas, conforme pode ser observado a seguir.

Demonstração Contábil da MRV, Nota Explicativa nº 11

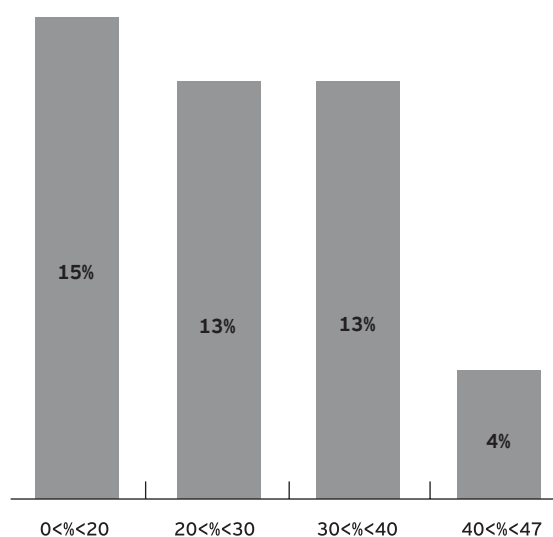
A conciliação na controladora das despesas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) nominais e efetivas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	31/12/2010			31/12/2009		
IRPJ e CSLL no resultado:	IRPJ	CSLL	Total	CSLL	IRPJ	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(675.812)	(675.812)		(374.164)	(374.164)	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Despesa nominal	(168.953)	(60.823)		(93.541)	(33.675)	
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre:						
Equivalência Patrimonial	74.384	26.778		50.902	18.325	
Patrimônios de Afetação (vide nota explicativa 2.7.17.1)	46.396	13.787		25.372	8.734	
Juros sobre capital próprio	18.815	6.773		-	-	
Opções reconhecidas	(1.146)	(413)		(1.123)	(405)	
Outras exclusões permanentes	1.197	1.1881		(1.029)	(418)	
Despesas efetiva	(29.307)	(12.017)		(19.419)	(7.439)	
IRPJ e CSLL no resultado:						
Corrente	(6.110)	(2.838)	(8.948)	(626)	(372)	(998)
Diferido	(23.197)	(9.179)	(32.376)	(18.793)	(7.067)	(25.860)
Valor efetivo no resultado	(29.307)	(12.017)	(41.324)	(19.419)	(7.439)	(26.858)

	2010		Total	2009		Total
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL	
Receita de incorporação imobiliária - controladas	1.355.065	1.355.065		825.078	825.078	
Receita de prestação de serviços - controladas	1.314	1.314		1.148	1.148	
Lucro presumido:						
Percentual - Incorporação Imobiliária	8%	12%		8%	12%	
Percentual - Prestação de Serviços	32%	32%		32%	32%	
Valor - Incorporação Imobiliária	108.405	162.608		66.006	99.009	
Valor - Receita de Serviços	421	421		367	367	
Receitas Financeiras - Controladas	7.657	7.657		3.669	3.669	
Outras receitas - controladas	1.824	1.827		4.798	4.798	
Base de Cálculo	118.307	172.513		74.840	107.843	
Alíquota Nominal	25%	9%		25%	9%	
IRPJ e CSSL nas controladas	(29.577)	(15.526)		(18.710)	(9.706)	
IRPJ e CSSL nas controladora	(29.307)	(12.017)		(19.419)	(7.439)	
Efeitos de Patrimônio de Afetação no Consolidado	1.010	351		1.624	563	
Outros	(4.846)	4.613		3.903	1.004	
Despesa no resultado	62.720	22.579		(32.602)	(15.578)	
Composição da despesa no resultado:						
Corrente	(26.898)	(9.683)	(36.581)	(4.431)	(3.470)	(7.901)
Diferida	(35.822)	(12.896)	(48.718)	(28.171)	(12.108)	(40.279)
Total	(62.720)	(22.579)	(85.299)	(32.602)	(15.578)	(48.180)

Nós buscamos analisar quais foram as taxas efetivas das 56 empresas da nossa amostra. De acordo com nossos resultados, a média das taxas efetivas dessas empresas foi de 36,49%, nove empresas tiveram um imposto credor (receita) e outras duas apresentaram taxas efetivas acima de 150%.

Uma vez excluídas essas 11 empresas, a taxa média caiu para 27%, com desvio padrão de 9%. Ao lado são apresentadas as taxas efetivas dessas 45 empresas, divididas em faixas de percentagens.



Estimativas contábeis críticas sobre tributos sobre o lucro

Neste item, nós buscamos analisar as estimativas contábeis críticas sobre tributos sobre o lucro. O item com maior número de menções foi a estimativa referente à realização futura de ativos diferidos, conforme apresentado no quadro a seguir.

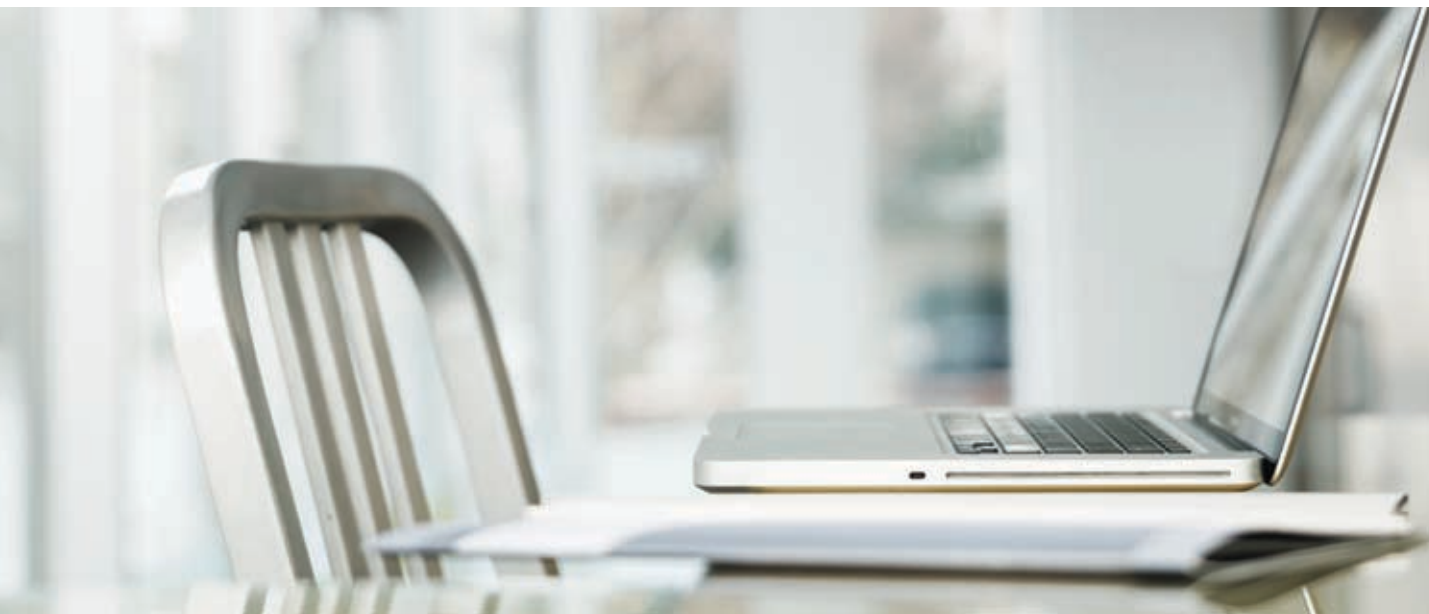
Estimativas Contábeis Críticas sobre Tributos sobre o Lucro	Menções
Realização futura de ativos diferidos	29
Provisões para riscos tributários	22
Cálculo do imposto corrente	9

Dentre as empresas que apresentaram estimativas críticas sobre tributos, tem-se a Embraer. A referida empresa informou que, como opera em diversos países, utiliza-se de julgamento para determinar as referidas despesas de impostos. Adicionalmente, como sua moeda funcional é o dólar, a flutuação nas taxas de câmbio pode afetar as despesas de tributos sobre o lucro, haja vista que tais despesas são determinadas em real.

Demonstração Contábil da Embraer, Nota Explicativa nº 3**Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras são apurados na moeda funcional da Companhia (Dólar) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira (Real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor da despesa de imposto de renda reconhecida em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.



Se a taxa de câmbio apresentasse uma diferença de 10% em dezembro de 2010, o imposto de renda e contribuição social diferidos, relacionados a certos ativos não monetários, precisaria diminuir o ativo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 160 milhões, Caso o Real depreciasse em relação ao Dólar, ou aumentar o ativo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 160 milhões, caso o Real apreciasse em relação ao Dólar.

A TIM, por sua vez, considerou que a determinação do ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais, diferenças temporárias e base negativa da contribuição social envolve estimativas complexas, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da TIM, Nota Explicativa nº 4

Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras.

Ativos e passivos fiscais diferidos

Conforme discutido no início desta seção, as empresas recolhem e pagam seus tributos sobre o lucro de acordo com as legislações fiscais. Nesse contexto, seus ativos e passivos possuem determinado valor para fins fiscais, valor esse que é chamado nas normas internacionais de base fiscal do ativo ou passivo.

Nesse contexto, em razão de ativos e passivos possuírem bases fiscais distintas das bases contábeis, que são aquelas reconhecidas e mensuradas de acordo com as normas internacionais, surge a figura dos ativos e passivos fiscais diferidos.

Podemos entender um ativo fiscal diferido como um direito de pagar menos tributos no futuro. De maneira geral, isso acontece em razão de diferenças temporárias dedutíveis, como, por exemplo, uma despesa contábil que só será dedutível em período subsequente e igualmente em razão da compensação futura de prejuízos fiscais.

Por outro lado, um passivo fiscal diferido é uma obrigação presente de pagar tributos adicionais em período subsequente, em razão de diferenças temporárias tributáveis, como, por exemplo, tributos referentes a uma receita que foi reconhecida na contabilidade, mas que ainda não foi considerada para fins fiscais.

Nós buscamos analisar quais empresas da nossa amostra possuíam ativos e passivos fiscais diferidos e quais delas apresentaram as referidas composições desses itens. Nossos resultados são apresentados no quadro a seguir.

Item de observação	Quantidade	%
Possui ativo fiscal diferido	56	100
Apresenta a composição do ativo fiscal diferido	48	86
Possui passivo fiscal diferido	48	86
Apresenta a composição do passivo fiscal diferido	40	71

Dentre as empresas que apresentaram a referida composição de seus ativos e passivos fiscais diferidos, temos, por exemplo, a Light.

Demonstração Contábil da Light, Nota Explicativa nº 10

10.Tributos diferidos

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Ativo						
Imposto de Renda						
Prejuízos Fiscais	844.992	211.248	1.385.458	346.365	2.169.381	542.345
Diferenças Temporárias	1.786.984	446.746	1.917.214	479.304	2.557.953	639.488
Contribuição Social						
Base Negativa	893.800	80.442	1.303.657	117.329	2.537.064	228.336
Diferenças Temporárias	1.786.984	160.829	1.971.214	172.549	2.343.716	210.934
Total		899.265		1.115.546		1.621.104
	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Passivo						
Imposto de Renda						
Diferenças Temporárias	811.043	202.761	885.972	221.493	1.003.271	250.819
Contribuição Social						
Diferenças Temporárias	811.043	72.994	885.972	79.737	1.003.271	90.294
Total		275.755		301.230		341.113



No que diz respeito às divulgações acerca de ativos diferidos, apenas 30% das empresas analisadas apresentaram as reconciliações entre os saldos iniciais e finais com as referidas movimentações do período. Dentre as empresas que apresentaram essa reconciliação, cita-se, por exemplo, a Vale, que igualmente informou os respectivos efeitos no resultado.

Demonstração Contábil da Vale, Nota Explicativa nº 21

	Ativo	Passivo	Consolidado	Controladora
Saldo Diferido 1º/01/2009	978	(6.932)	(5.954)	1.963
Efeitos no Resultado	131	(94)	37	(753)
Adição/Realização de Diferenças temporárias	805	(729)	(444)	86
Aquisição subsidiárias		(1.523)	(1.523)	-
Ajustes acumulados de conversão de moedas		1.834	1.834	-
Utilização de prejuízo fiscal	(37)		(37)	(37)
Constituição de prejuízo fiscal	799		799	799
Ajuste Patrimônio Líquido adoção IFRS	84	(450)	154	84
Diferimento da Contribuição Social		(1.320)	(1.320)	(1.320)
Outros resultados abrangentes		(93)	(93)	(92)
Saldo Diferido 31/12/2009	2.760	(9.307)	(6.547)	730
Efeitos no Resultado	(507)	2.758	2.251	624
Adição/Realização de Diferenças Temporárias	254	(560)	(306)	(4)
Aquisição subsidiárias		(3.810)	(3.810)	-
Ajustes acumulados de conversão de moedas		261	261	-
Utilização de prejuízo fiscal	(846)		(846)	(846)
Constituição de prejuízo fiscal	779		779	-
Diferimento da Contribuição Social		(2.254)	(2.254)	(2.254)
Outros resultados abrangentes		(35)	(35)	(35)
Saldo Diferido 31/12/2010	2.440	(12.947)	(10.507)	(1.785)



Poucas empresas divulgaram o fundamento para a realização dos ativos fiscais diferidos. Dentre as empresas que evidenciaram essa informação, encontra-se, por exemplo, a Petrobras.

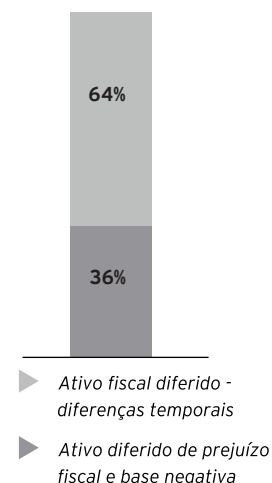
Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 21.4

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para realização
Lucros não realizados entre companhias do sistema	1.230		Mediante a realização efetiva dos lucros
Prejuízos fiscais	1.144		Com lucros tributários futuros
Remuneração aos acionistas Juros sobre Capital Próprio	781	754	Pelo critério individualizado aos acionistas
Provisões para processos judiciais e perdas em créditos de liquidação duvidosa	679	477	Pela efetivação fiscal da perda, e ajuizamento das ações e créditos vencidos
Provisão para Participação nos Lucros	562	486	Pelo pagamento
Provisão para desmantelamento de área	502	502	Mediante a Realização dos Gastos
Provisão para perda de redução ao valor recuperável de ativos	327	327	Alienação de bens
Plano de Pensão	257	225	Pelo pagamento das contribuições da Patrocinadora
Absorção de financiamentos condicionais	96		Término dos contratos de financiamento
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	87	110	Realização ao prazo da depreciação linear dos bens
Diferença temporária entre pagamentos de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens e depreciação	83		Realização dos ativos
Variação cambial	15		Mediante liquidação dos contratos
Provisão para investimento de pesquisa e desenvolvimento	(4)	(4)	Mediante a realização dos gastos
Outros	712	74	
Total	6.471	2.951	

Nós buscamos verificar qual foi o fato gerador dos ativos fiscais diferidos das empresas da nossa amostra, ou seja, se tais ativos eram provenientes de diferenças temporárias ou se haviam sido constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. Nossos resultados são apresentados a seguir.

É importante ressaltar que, de acordo com o CPC 32, o ativo fiscal diferido só pode ser reconhecido quando sua recuperação for considerada provável. De maneira geral, a probabilidade dessa recuperação dependerá da expectativa de lucros futuros tributários superiores aos lucros advindos da reversão de diferenças temporárias existentes. Portanto, conforme a referida norma internacional, as empresas deverão apresentar a análise de recuperabilidade de seus ativos fiscais diferidos.



Das empresas da nossa amostra, apenas 37 divulgaram a referida análise. Dentre as que divulgaram, encontra-se a Gerdau, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Gerdau, Nota Explicativa nº 9

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo	
	2010	2009
2010		258.074
2011	373.210	185.249
2012	229.942	190.869
2013	190.350	195.864
2014	183.873	199.512
2015 em diante	601.636	317.468
	1.579.011	1.347.036

De acordo com o CPC 32, os ativos e passivos fiscais diferidos não devem ser trazidos a valor presente. Entretanto, na avaliação de recuperabilidade, os lucros tributáveis futuros devem, sim, ser trazidos a valor presente. Ressalta-se que isso é igualmente exigido pela CVM.

Uma das empresas da nossa amostra que evidenciaram os ajustes a valor presente dos lucros tributáveis foi a Marfrig, que também apresentou as respectivas taxas utilizadas, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Marfrig, Nota Explicativa nº 10

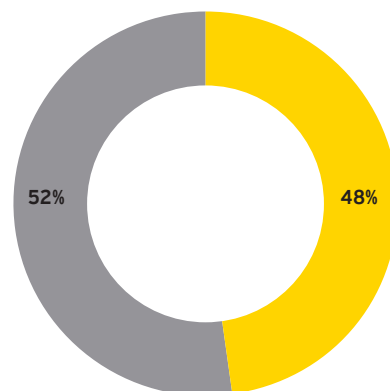
A expectativa de recuperabilidade dos saldos de ativos diferidos da Companhia e suas controladas estão baseadas em laudo de avaliação, elaborado por profissionais especializados. O valor de uso dos créditos é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores expectativas da Companhia para futuras gerações de lucros tributáveis. As projeções de fluxo de caixa descontado levaram em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento. As taxas de desconto variaram entre 8,9% e 11% a.a. dependendo de características específicas do negócio, dos países em que atua.

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido" está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado
2010	-	-
2011	61.565	126.494
2012	198.448	296.261
2013	125.901	275.139
2014	-	165.274
2015 a 2017	-	29.932
	385.914	893.100

Nós também analisamos a proporção dos ativos fiscais diferidos que as empresas esperam realizar no curto prazo (até três anos) e no longo prazo (após três anos). Para isso, nós consideramos os valores das 37 empresas que apresentaram evidências acerca da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos.

Finalmente, destacamos que 21 empresas evidenciaram inclusive a parcela do ativo fiscal diferido que não havia sido reconhecida contabilmente até o referido período. Uma dessas empresas foi a Petrobras, conforme apresentado a seguir.



- Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos - até 3 anos
- Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos - após 3 anos

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 21.4

c) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Na Controladora, a realização dos créditos fiscais diferidos ativos no montante de R\$ 2.951 não depende de lucros futuros porque estes serão absorvidos anualmente pela realização do passivo fiscal diferido. No consolidado, para a parcela que excede o saldo da Controladora, quando aplicável, as administrações das subsidiárias têm expectativa de compensar estes créditos com base em projeções efetuadas.

	Expectativa de realização			
	Consolidado		Controladora	
	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos
2011	2.197	2.969	1.787	2.698
2012	566	3.395	22	2.254
2013	297	2.658	3	2.244
2014	332	2.759	5	2.324
2015	947	2.783	664	2.413
2016	403	2.838	15	2.422
2017 em diante	1.729	8.716	455	7.453
Parcela registrada contabilmente	6.471	26.118	2.951	21.808
Parcela não registrada contabilmente	1.804			
Total	8.275	26.118	2.951	21.808

A controlada Petrobras America INC. - PAI possui créditos tributários não registrados, no montante de R\$ 1.158 (US\$ 695 milhões), decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás. De acordo com a legislação específica dos Estados Unidos, país em que a PAI se encontra domiciliada, os créditos fiscais prescrevem em 20 anos, a partir da data da sua constituição.

Algumas controladas no exterior possuem prejuízos fiscais acumulados na fase exploratória. Esses créditos serão reconhecidos, de acordo com a legislação tributária de cada país, caso o empreendimento seja bem sucedido, mediante a geração de lucros tributáveis futuros.

// CPC 15 - Combinações de Negócios (IFRS 3)

Combinação de negócios, conforme definido pelo CPC 15, é uma operação em que uma empresa, a adquirente, obtém o controle de um ou mais negócios. A obtenção desse controle pode se dar de diferentes maneiras, como, por exemplo, por meio da aquisição de quantidade suficiente de ações ordinárias para obtenção de controle de outra sociedade.

É importante mencionar ainda que, para fins de normas internacionais, as fusões entre partes independentes (inclusive aquelas conhecidas por *true mergers* e *merger of equals*) também são consideradas combinações de negócios. A ideia subjacente a esse conceito é que, na maioria das transações de concentração de negócios, na essência, uma empresa compra a outra, isto é, poucos são os casos em que existe de fato uma fusão.

Por outro lado, a incorporação de uma empresa que já se encontra sob o controle da respectiva adquirente não constitui uma combinação de negócios, pois não existe a obtenção de controle na operação. Nesse contexto, nota-se que, para fins das normas internacionais, o que vale efetivamente é a essência econômica da transação, e não a forma jurídica.

Existem ainda outros aspectos contábeis considerados polêmicos acerca de combinação de negócios, como, por exemplo, a não amortização do *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura). Sobre esse aspecto, existe uma corrente de pensamento que defende que esse *goodwill* deveria, sim, ser amortizado ao longo do tempo, haja vista que a rentabilidade considerada anormal, acima do custo de capital da empresa, seria reduzida com a entrada de concorrentes no mercado.

Por essas razões, aspectos relacionados ao reconhecimento e mensuração das combinações de negócios ainda não são consenso entre participantes do mercado. Nesta seção, apresentamos nossas análises acerca da aplicação do CPC 15 - Combinação de Negócios (IFRS 3 (R)) pelas empresas da nossa amostra no ano da adoção inicial. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Combinações de negócios divulgadas pelas empresas analisadas
- ▶ Aplicação da isenção referente à combinação de negócios anterior à data de transição
- ▶ Divulgações sobre combinações de negócios apresentadas conforme o CPC 15

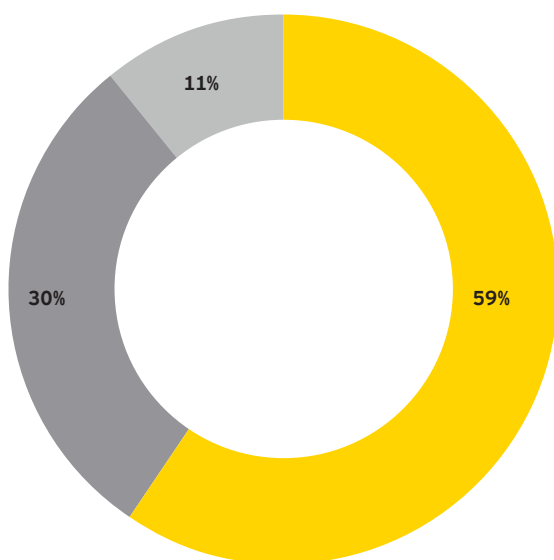
Divulgação

O pronunciamento CPC 15.59 a 63 prevê a divulgação de informações de conteúdos que permitam aos usuários avaliarem os efeitos financeiros dos ajustes pertinentes às combinações de negócios e mais toda informação adicional para que esses objetivos sejam cumpridos. Na prática da divulgação dos elementos contábeis do negócio, as notas explicativas apresentam três grandes itens: **a)** o valor pago, o valor do patrimônio líquido; **b)** o valor justo dos ativos adquiridos, o que pode compreender o valor do patrimônio líquido e seus ajustes, inclusive as diferenças entre a base fiscal e contábil; e **c)** o ágio gerado na aquisição ou *goodwill*, calculado pela diferença.

Combinações de negócios divulgadas pelas empresas analisadas

Da amostra analisada, 20 empresas (35,7% da amostra) relataram ao todo 37 combinações de negócio, das quais 17 iniciaram-se em 2009 e 20 em 2010. Uma vez identificado o total de combinações de negócios realizadas, nós buscamos analisar as referidas características dessas operações.

Conforme o CPC 15, todas as combinações de negócios devem ser contabilizadas pelo método de aquisição. De acordo com esse método, na data de aquisição, a adquirente deverá reconhecer um *goodwill* (ágio) decorrente da diferença entre o valor justo da contraprestação transferida em troca do controle (somado ao valor justo das participações dos não controladores e ao valor, caso haja, da participação preexistente na adquirida) e o valor justo dos ativos líquidos (ativos identificáveis menos os passivos assumidos).



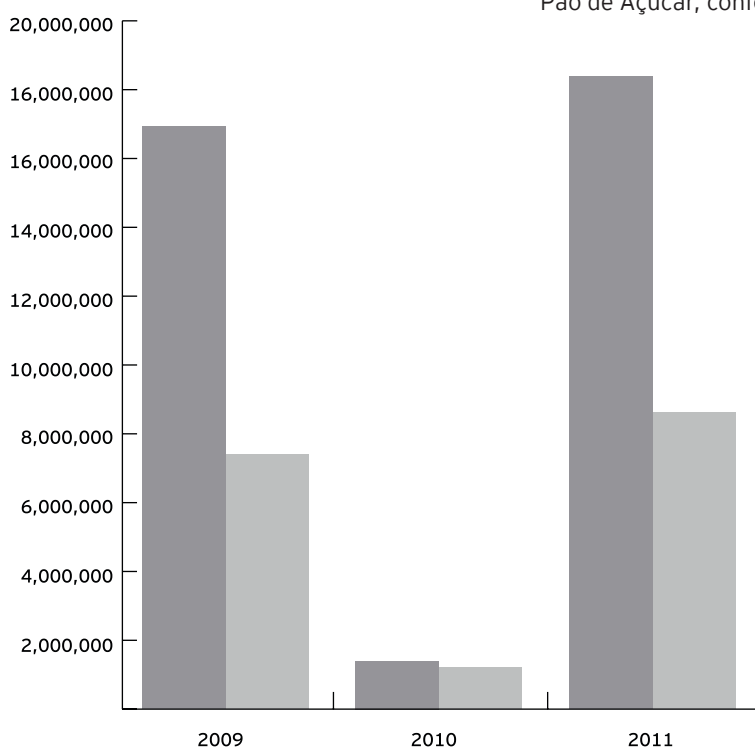
- ▶ Ágio
- ▶ Compra Vantajosa
- ▶ Não concluída avaliação

Entretanto, caso o valor justo dos ativos líquidos seja maior que o valor justo da contraprestação transferida, a entidade deverá reconhecer um deságio, que nada mais é do que um ganho decorrente de uma compra vantajosa.

Sobre esse aspecto, nossas análises evidenciaram que, do total de combinações de negócio realizadas, 22 (59%) resultaram na apuração de ágio, 11 (30%) em compra vantajosa, e em quatro delas (11%) ainda não foi concluída a apuração do respectivo resultado, conforme apresentado ao lado.

Nós buscamos igualmente verificar os valores envolvidos nas respectivas combinações de negócios. Os resultados são apresentados no gráfico abaixo em milhares de reais.

Como exemplo de combinação de negócios com reconhecimento de ágio pela adquirente, temos a aquisição de parte da Globex pelo Pão de Açúcar, conforme evidenciado a seguir.



- ▶ Ágio
- ▶ Compra Vantajosa

Demonstração Contábil do Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 17**b) Aquisição da Globex - Continuação****Determinação do ágio gerado na aquisição de controle de Globex**

Como resultado da:

- I) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de Globex, e
- II) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou contabilmente, em 31 de dezembro de 2010, um ágio no montante de R\$ 248.495 (R\$ 248.495 em 2009), reconhecido na rubrica "Ativo Intangível", e demonstrado abaixo:

	31/12/2010
Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de Globex	1.132.432
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	754.439
Imposto de renda e contribuição social sobre diferença de base contábil e fiscal do ágio - CPC 32	(129.498)
Ágio gerado na aquisição de controle de Globex	(248.495)

O ágio é fundamentado pelas sinergias e rentabilidade futura que serão obtidas pela integração dos negócios de bens duráveis e comércio eletrônico da Companhia, com as operações adquiridas.

Dentre as 11 combinações de negócios que resultaram em compra vantajosa, encontra-se a aquisição do Grupo Seara pela Marfrig.

Demonstração Contábil da Marfrig, Nota Explicativa nº 11.3**11.3.2 Aquisição do Grupo SEARA em 04 de janeiro de 2010**

A Companhia por meio da Seara Holding Europe BV (nova denominação social de Seara CCKVL) adquiriu em 04 de janeiro de 2010 100% do Grupo Seara Alimentos S.A. e suas afiliadas na Europa e na Ásia. Não existe contraprestação contingente no acordo de compra e venda do Grupo SEARA.

A Seara atua no negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados), compreendendo operações através de suas afiliadas na Europa e na Ásia, além de 12 plantas no segmento de produtos processados de valor adicionado e um terminal portuário.



O quadro a seguir resume os efeitos dos ajustes do IFRS 3 (R) sobre o acervo líquido da empresa adquirida versus o preço de compra resultando no ganho na combinação de negócios:

	R\$ mil
Patrimônio Líquido sem ajustes de Combinação de Negócio	636.720
Ajustes de Combinação de Negócios	
(-) Acerto de valorização de estoque	(18.476)
(+) Mais valia do ativo imobilizado	772.759
(+) Valor atribuído à marca SEARA	592.650
(-) Passivo Contingente	(40.601)
	1.346.933
Taxa de imposto de renda	34%
Imposto diferido	(457.957)
Patrimônio líquido ajustado por Combinação de Negócio	1.485.095
Valor de compra	1.291.481
(=) Ganho na combinação de negócio	(193.614)

A PDG, por sua vez, foi uma das empresas que relataram não ter concluído a apuração do resultado de uma combinação de negócios, derivada da incorporação integral da Agre.

Demonstração Contábil da PDG, Nota Explicativa nº 26

AGRE Empreendimentos Imobiliários S.A.

Conforme na Nota Explicativa nº 1, a Companhia efetuou uma incorporação integral das ações da Agre Empreendimentos Imobiliários S.A., tornando-a subsidiária integral.

O valor atribuído foi de R\$ 2.298.963, equivalente ao preço de negociação das ações no dia 10 de junho de 2010. A diferença entre o preço pago e o valor contábil relativo a estas operações perfazem o total de R\$ 417.461.

A Companhia está efetuando estudos em conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelo CPC 15 - Combinação de Negócios, e a alocação efetuada está sendo baseada na mensuração a valor justo dos ativos líquidos da AGRE S.A. na data de aquisição da mesma. Com base nos estudos preliminares, a administração estima uma alocação nos terrenos disponíveis para incorporação, nos empreendimentos em andamento e na marca (*goodwill* pela rentabilidade futura) no montante aproximado de R\$ 90.000.

Como não foi possível a conclusão deste trabalho até a presente data, a Companhia optou por classificar provisoriamente a diferença integral entre o preço pago e o valor contábil desta aquisição como ativo intangível.

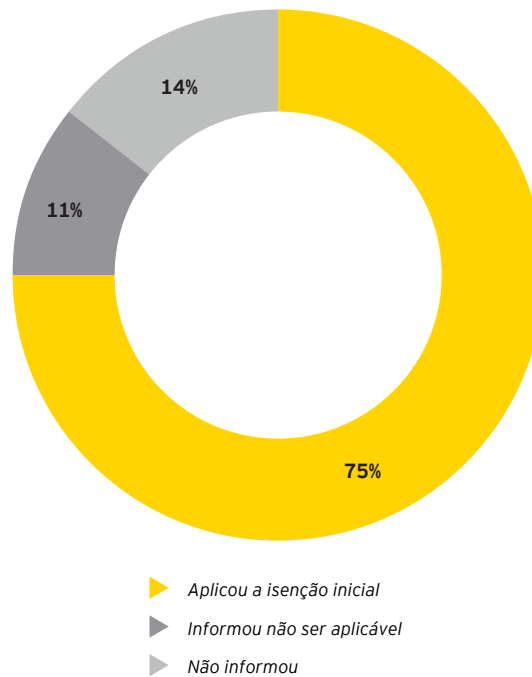
Aplicação da isenção referente à combinação de negócios anterior à data de transição

Na adoção inicial do IFRS é concedida uma isenção referente à não reapresentação das combinações de negócios efetuadas antes da data de transição. Em outras palavras, ao adotar as normas internacionais pela primeira vez, a empresa pode optar por não aplicar o CPC 15 retrospectivamente a

combinações de negócios que tenham ocorrido antes da data de transição para o IFRS. De acordo com essa isenção, caso a empresa opte por retroagir a aplicação do CPC 15 a alguma combinação de negócios específica, ela deverá rerepresentar todas as demais combinações de negócios ocorridas após a data dessa combinação de negócios.

Nas empresas por nós analisadas, 42 (75% da amostra) aplicaram a isenção dada na adoção inicial e seis (11%) empresas informaram que a isenção não era aplicável, seja porque a empresa já havia antecipado a adoção do IFRS, seja por não ter combinações de negócios a relatar. O grupo restante (oito empresas, 14%) não informou a respeito.

Conforme o gráfico ao lado, a maioria das empresas analisadas aplicou a referida isenção inicial, como, por exemplo, a Ultrapar.



Demonstração Contábil da Ultrapar, Nota Explicativa nº 2.1

a) Isenção referente à combinação de negócios anterior à data de transição

A Sociedade e suas controladas optaram pela isenção referente às combinações de negócios, não rerepresentando as combinações de negócios efetuadas antes de 1º de janeiro de 2009. As principais combinações de negócios efetuadas pela Sociedade antes da data de transição foram as aquisições dos negócios da Ipiranga em 2007 e União Terminais em 2008.

A Sociedade e suas controladas estenderam esta isenção às aquisições de participações em coligadas e em empreendimentos conjuntos, os quais também não foram rerepresentados no balanço de abertura. A principal aquisição de empreendimento controlado em conjunto realizada antes da data de transição foi a aquisição da RPR ocorrida em 2007.

Houve o caso ainda de três empresas que igualmente aplicaram a referida isenção, mas retroagiram a datas anteriores à data de transição. A Ambev, por exemplo, utilizou a isenção para retroagir somente às combinações de negócios ocorridas a partir de 1º de janeiro de 2005, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 34

Isenções da aplicação retrospectiva dos novos pronunciamentos técnicos

A Companhia adotou as seguintes isenções na aplicação retrospectiva:

Combinação de negócios:

Como parte de sua transição para o IFRS, a Companhia optou por reclassificar, de acordo com o IFRS 3, apenas as combinações de negócios ocorridas a partir de 1º de janeiro de 2005.

No caso das combinações de negócios ocorridas antes de 1º de janeiro de 2005, a Companhia registrou ativos intangíveis na data de aquisição que estavam anteriormente incluídos no ágio.

Nessas combinações de negócios ocorridas antes de 1º de janeiro de 2005, a Companhia não aplicou a IAS 21 e o CPC 02 - *Efeitos das mudanças nas taxas de câmbios* e, portanto, os ajustes ao valor justo (ativos intangíveis) e o ágio foram tratados como ativos da Companhia e não da adquirida.

Nas aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2005, o ágio representa o excesso do custo de aquisição em relação à participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos

contingentes identificáveis da adquirida. Como mencionado acima, nessas aquisições, a Companhia não usou a isenção relativa à IAS 21 e CPC 02.

É importante ressaltar que, caso as referidas empresas tivessem realizado operações de combinação de negócios após a data de transição, os respectivos valores necessitariam ser ajudados conforme o CPC 15. Em outras palavras, nesse caso não haveria isenção. Isso aconteceu, por exemplo, com a Fibria, que adquiriu o controle acionário da Aracruz em 21 de janeiro de 2009.

Demonstração Contábil da Fibria, Nota Explicativa nº 34

34. Combinação de negócios

a) Aquisição

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia adquiriu o controle acionário da empresa Aracruz, em 21 de janeiro de 2009. Foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e a participação de não controladores.

Conforme requerido pelo parágrafo nº 42 do pronunciamento técnico CPC 15, a Companhia reavaliou sua participação anterior de 12,35% na Aracruz pelo valor justo na data da aquisição e reconheceu no resultado do período o ganho resultante:

Ações ordinárias detidas antes da combinação de negócios - em milhares	127.506
Preço cotado da ação em 21 de janeiro de 2009	12,65
Valor justo da participação inicial detida na Aracruz	1.612.956
(-) Saldos contábeis em 21 de janeiro de 2009	
Custo contábil do investimento (valor patrimonial e saldo remanescente do ágio)	(234.032)
Resultado bruto da avaliação ao valor da participação inicial	1.378.924

A tabela a seguir demonstra a contrapartida da compra da Aracruz e da alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos que foram reconhecidos na data de aquisição, o valor justo à data de aquisição da participação de não controladores e a determinação do ágio:



Preço de compra considerado	Formação do preço de compra		
Valor presente a ser pago às famílias (Lorentzen, Moreira Salles, Braga e Safra)			4.687.972
Valor justo da participação inicial na Aracruz			1.612.956
Valor justo da participação de não controladores na data da aquisição			2.078.056
			8.378.984

	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
(-) Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos			
Adiantamentos a fornecedores			
- Programa Produtor Florestal	292.979	397.358	690.337
Imobilizado	7.646.598	3.042.053	10.688.651
Intangível		779.000	779.000
Outros ativos	3.869.034	(19.326)	3.849.708
Empréstimos e financiamentos	(9.691.996)	140.276	(9.551.720)
Outros passivos	(1.154.120)	9.254	(1.144.866)
Valor justo total dos ativos adquiridos e passivos assumidos	962.495	4.348.615	5.311.110
(+) IR e CS diferidos oriundos de diferenças temporárias na data da aquisição			1.293.269
(=) Ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura do investimento anteriormente à baixa pela venda de Guaíba			4.361.143
(-) Baixa de ágio pela venda de Guaíba			130.693
(=) Ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura do investimento			4.230.450

Os custos relacionados com a transação representados por comissões, despesas com advogados e intermediários e totalizaram R\$ 26.322, incluídos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Divulgações sobre combinações de negócios apresentadas conforme o CPC 15

De acordo com o CPC 15, as adquirentes devem informar, para cada combinação de negócio, as características gerais da operação, tais como: nome e descrição da adquirida, percentual de participação, data da aquisição, principais razões da combinação de negócios, descrição de como a adquirente obteve o controle, além de dados relativos ao valor pago e apuração do ágio. Uma das empresas que apresentaram as referidas divulgações foi a Gerdau.

Demonstração Contábil da Gerdau, Nota Explicativa nº 3.5**c) Tamco**

Em 21/10/2010, a Companhia, através de sua subsidiária Gerdau Ameristeel, adquiriu 100% das ações da Tamco, uma “mini-mill” que produz vergalhões e é uma das maiores produtoras na costa oeste dos EUA. Localizada em Rancho Cucamonga no estado da Califórnia, Tamco é a única produtora de aços longos na Califórnia e atende principalmente os mercados da Califórnia, Arizona e Nevada.

A Companhia registrou ágio nesta aquisição devido aos seguintes fatores:

- ▶ A aquisição resultou em uma expansão da presença geográfica da Companhia no oeste dos Estados Unidos,
- ▶ A companhia acredita que terá sucesso na integração das operações do negócio e terá sinergias associadas com a aquisição.

	Valores dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	75.649	(7.045)	68.604
Imobilizado	69.216	103.751	172.967
Ativos Intangíveis	11.365	19.226	30.591
Ágio	-	90.363	90.363
Outros ativos não - circulantes	558	29	587
Passivos circulantes	(17.589)	(521)	(18.110)
Passivos não-circulantes	(18.142)	(43.750)	(61.892)
	121.057	162.053	283.110
Preço total de compra considerado			283.110

Os recebíveis brutos adquiridos pela companhia foram equivalentes a R\$ 14,3 milhões. Não há ajustes significativos ao valor justo dos recebíveis e fluxos de caixa esperados oriundos do recebimento destes.

A aquisição dos intangíveis e ágio não são dedutíveis para fins fiscais, entretanto, o registro da aquisição requer o reconhecimento de imposto de renda passivo diferido sobre os valores ajustados relacionados aos ativos intangíveis que serão reconhecidos como benefício fiscal nos períodos futuros a medida que os ativos sejam amortizados.

Os montantes reconhecidos como receitas, atribuíveis a Tamco, incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia desde a data de aquisição desta subsidiária não são relevantes. A Tamco desde a data de aquisição até 31/12/2010 gerou um prejuízo de R\$ 2,8 milhões. Adicionalmente, os montantes de receitas e lucro líquido que seriam gerados pela Tamco para todo o exercício de 2010, caso a entidade tivesse sido adquirida no início do exercício, também não seriam significativos.

É de suma importância igualmente que as empresas divulguem os métodos e premissas adotados no cômputo dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, conforme apresentado pela Braskem no tocante à aquisição do controle da Quattor.



Demonstração Contábil da Braskem, Nota Explicativa nº 5

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi efetuada por empresa especializada contratada pela Companhia, cujos principais resultados estão descritos abaixo:

- I)** O valor justo dos estoques foi apurado considerando o preço de venda líquido dos impostos na data da elaboração da avaliação dos ativos utilizando o método do “market approach”. A diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos estoques foi de R\$ 68.009.
- II)** O método utilizado para valorização dos ativos imobilizados foi o “cost replacement approach”. A administração, em conjunto com seus avaliadores externos entende que a utilização do “market approach”, utilizando os valores unitários de cada ativo que compõe a planta não refletiria o valor econômico da planta uma vez que não considerariam os custos com a tecnologia instalada, custos com instalações-suporte e a ligação ativa com o sistema de produção e escoamento (empresa em marcha). No processo de avaliação foram utilizadas informações sobre **I)** custo de instalações de plantas similares; **II)** últimos orçamentos de ampliação e substituição de ativos similares; **III)** preço à vista de reposição do ativo, contemplando as condições de uso em que o bem se encontra na data da vistoria, dentre outros. A mais valia alocada ao ativo imobilizado totalizou R\$ 1.492.091 em 30 de abril de 2010.
- III)** Como resultado da avaliação, foram identificados ganhos líquidos no fluxo de caixa futuro para os contratos comerciais com clientes e fornecedores que foram trazidos a valor presente por uma taxa de desconto de 14,1%. Além disso, foram considerados os custos de registro e colocação da marca e, na tecnologia, as despesas incorridas com pessoal e os gastos administrativos na pesquisa realizada em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os intangíveis identificados, relacionados a marcas, tecnologia, contratos de clientes e fornecedores totalizaram R\$ 393. 878.
- IV)** A Companhia reconheceu diversas contingências tributárias, todas com chances de êxito possível, baseada na avaliação do valor da causa e a probabilidade de perda estimada por seus assessores jurídicos externos. Os saldos provisionados referem-se a ações judiciais de ICMS, PIS, COFINS, IR e CSL totalizando R\$ 210.695.
- V)** O valor justo dos empréstimos e financiamentos foi determinado utilizando o método do “income approach”, entretanto não foram reconhecidos efeitos de seu valor justo uma vez que estes empréstimos possuíam cláusulas de liquidação antecipada (direito de pagamento imediato) foram liquidados ao longo do exercício sendo o seu efeito anulado no resultado do exercício.

Entre as empresas que divulgaram o fundamento do ágio, a maioria referiu-se à sinergia ou à expectativa de rentabilidade futura. A Ecodiesel, por sua vez, ao se referir à incorporação da Maeda, apresentou maiores detalhamentos.

Demonstração Contábil da Ecodiesel, Nota Explicativa nº 14

Com a aquisição, a Companhia registrou um montante de ágio devido aos seguintes fatores:

- 1)** Possibilidade de diversificar o portfólio de produtos, atingindo novos mercados e clientes e diminuindo a dependência de um único produto;
- 2)** Possibilidade de desenvolver maior domínio sobre suas vendas, sendo essa uma vantagem competitiva e não limitada por leis e decretos (leilão de biodiesel);
- 3)** Oportunidade de desenvolver projetos que possibilitem melhor utilização dos recursos disponíveis, possibilitando rápido crescimento do faturamento e resultados;
- 4)** Oportunidade de aproveitar a vantagem da Companhia de ser uma empresa de capital aberto, com capacidade de alavancar recursos que possam ser alocados em novos projetos;
- 5)** Possibilidade de desenvolver atividades em mercados com expectativa de crescimento de curto, médio e longo prazos, que representem uma diversificação natural das atividades da empresa, criando possibilidades de verticalização.

// CPC 33 - Benefícios a Empregados (IAS 19)

Os gastos com pessoal representam uma parte relevante dos custos das empresas. Isso porque, além dos salários propriamente ditos, grande parte das empresas opta por conceder benefícios adicionais a seus funcionários, como, por exemplo, plano de saúde, vale-alimentação, licenças remuneradas, previdência complementar etc. Para fins de normas internacionais, as formas de remuneração concedidas pelas empresas aos seus funcionários em troca dos serviços prestados são denominadas de benefícios a empregados.

A contabilização de alguns tipos de benefícios a empregados é relativamente simples, como, por exemplo, no caso de salários e férias. Por outro lado, os critérios contábeis relacionados aos benefícios de aposentadoria são mais específicos e levantam diversas questões acerca do respectivo passivo que deve ser reconhecido pela entidade patrocinadora ao longo do tempo.

A norma internacional que aborda a contabilização dos benefícios a empregados é CPC 33 - Benefícios a Empregados (IAS 19). Para fins dessa norma internacional, os benefícios são divididos em quatro grupos: **I)** benefícios de curto prazo; **II)** benefícios pós-emprego; **III)** outros benefícios de longo prazo, e; **IV)** benefícios por desligamento.

Nesta seção, nós analisamos como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências do CPC 33 nos seus balanços consolidados de 2010. A respeito disso, nós buscamos focar nos aspectos considerados mais polêmicos, que são justamente os benefícios pós-emprego, os quais abrangem planos de aposentadoria e pensões, além de outros benefícios pagáveis após o término do vínculo empregatício, tais como assistência médica e seguro de vida na aposentadoria. Portanto, grande parte das nossas análises nesta seção está relacionada aos benefícios de aposentadoria e pensão.

Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Tipos de benefícios a empregados concedidos pelas empresas da nossa amostra, incluindo planos de aposentadoria e pensão
- ▶ Reconhecimento, mensuração e divulgação de planos de benefício pós-emprego na modalidade de benefício definido para as empresas da nossa amostra

Benefícios a empregados concedidos pelas empresas da nossa amostra

Para fins de tomada de decisão econômica, os usuários das demonstrações contábeis têm particular interesse em saber quais são as principais despesas consumidoras dos recursos da empresa. Para que o usuário consiga efetivamente analisar a relevância dos valores referentes aos salários e benefícios, é importante que as empresas apresentem em nota explicativa o referido detalhamento dessas despesas, conforme realizado pela Ambev.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 9**9. Folha de pagamento e benefícios relacionados**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Salários e encargos	562.673	512.927	1.642.670	1.694.814
Contribuições previdenciárias	236.098	208.488	399.955	377.814
Outros custos com pessoal	173.396	147.269	373.022	371.943
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	(56.550)	15.790	(3.344)	63.241
Remuneração baseada em ações	87.208	83.024	120.303	134.715
Contribuição para planos de contribuição definida			6.671	7.373
	1.002.825	967.498	2.539.277	2.649.900
Média de funcionários em tempo integral	19.522	19.493	44.924	42.573

Abertura da folha de pagamento e benefícios relacionados por segmento geográfico:

Despesas abertas por zona	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
LAN	1.002.825	967.498	1.361.509	1.280.164
Hila-ex	-	-	120.865	187.104
Las	-	-	384.532	401.707
Canadá	-	-	672.371	780.925
	1.002.825	967.498	2.539.277	2.649.900

Benefícios pós-emprego concedidos pelas empresas da nossa amostra

Buscamos verificar quais das empresas da nossa amostra concediam benefícios pós-emprego a seus funcionários. Das 56 empresas analisadas, 38 delas informaram conceder esses tipos de benefícios.

Para fins de IFRS, os planos de benefícios pós-emprego são divididos em dois grupos: Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD). Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que os planos de contribuição variável (planos mistos) devem, conforme o CPC 33, ser enquadrados como benefício definido.

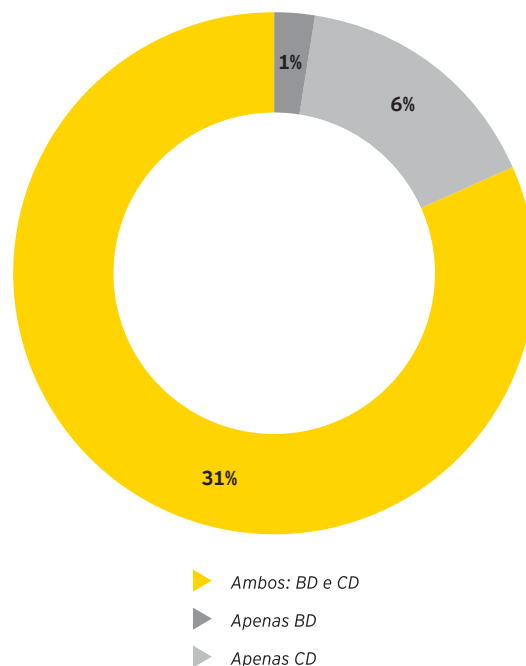
O fator determinante que diferencia esses dois tipos de planos é justamente o risco da empresa patrocinadora na operação. Nos planos de contribuição definida, a empresa arca somente com a quantia que aceita contribuir para o fundo, não necessitando efetuar contribuições adicionais caso o fundo de previdência não conte com os recursos necessários para a garantia de benefícios ou rentabilidades, enquanto que nos planos de benefício definido ela incorre parcial ou integralmente tanto com o risco atuarial quanto com o risco do investimento.

Assim, em um plano de benefícios definidos, caso o fundo de pensão não possua os recursos necessários para a garantia desses benefícios, a empresa patrocinadora deve reconhecer a eventual

insuficiência apontada. Sobre esses aspectos, estudos recentes têm demonstrado que grande parte das empresas tem procurado alterar seus planos de benefício definido para contribuição definida, com vistas a eliminar esses riscos.

Com relação às empresas da nossa amostra, as análises evidenciaram que somente uma empresa, a Brookfield, possui apenas planos de benefício definido. Outras seis possuem apenas planos de contribuição definida, sendo que 31 possuem ambos os planos, conforme evidenciado o lado.

A Brookfield, única empresa da amostra que possui apenas planos de benefício definido, apresentou as seguintes informações sobre as características desses planos:



Demonstração Contábil da Brookfield, Nota Explicativa nº 27

A Sociedade patrocina em conjunto com as outras empresas do Grupo Brookfield, um fundo conjunto de pensão privado, que concede planos de aposentadoria de benefício definido para todos os empregados, que se qualificam, da Sociedade. Esse fundo de pensão conjunto privado de benefícios definidos é administrado pelo Banco CCF Brasil S.A. (HSBC Investment Bank).

De acordo com esses planos, os empregados têm direito a benefícios de aposentadoria complementar definindo como sendo a diferença entre:

- ▶ O salário de benefício (média atualizada dos 36 últimos salários de participação) e;
- ▶ O valor pago como pensão pelo regime de seguro social oficial.

O benefício complementar é reajustado na mesma data-base e de acordo com as taxas aplicadas à categoria profissional relacionada à atividade predominante nas empresas, menos os ganhos reais.

Em 31 de dezembro de 2010, o Fundo tinha 40 participantes (40 em 31 de dezembro de 2009) com a idade média de 54,3 anos (53,1 em 31 de dezembro de 2009) e média de tempo de serviço de 22,1 anos (20,9 em 31 de dezembro de 2009).

A Rossi, por sua vez, foi uma das que informaram possuir apenas planos de previdência classificados como contribuição definida, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Rossi, Nota Explicativa nº 2.16

b) Plano de previdência complementar

A Companhia mantém junto ao Bradesco Vida e Previdência S.A., Plano de Previdência Complementar para empregados e dirigentes, na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL.

Conforme a modalidade do plano, a contribuição é classificada como definida e a contabilização é direta porque a obrigação da Companhia relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições dos empregados participantes, podem variar de 1% a 8% do salário nominal e a contribuição da Companhia corresponderá ao valor resultante da aplicação de um percentual de 50% a 100% da contribuição do participante de acordo com o tempo de empresa e os custos serão alocados durante a carreira ativa do participante.



Entre as empresas que possuem tanto planos de benefício definido quanto planos de contribuição definida, encontra-se a Sabesp, conforme evidenciado seguir.

Demonstração Contábil da Sabesp, Nota Explicativa nº 17

I) Plano G1

Administrado pela Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV, o plano de benefício definido ("Plano G1") recebe contribuições mensais da seguinte forma: 2,10% da Companhia e 2,3% dos participantes.

II) Plano de previdência complementar - Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2010 após a movimentação dos participantes do plano G1, o plano de Contribuição Definida ficou com 4.023 participantes.

Para o plano de contribuição definida, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Nossas análises igualmente evidenciaram que as seis empresas que contribuíram apenas para planos de contribuição definida tiveram em 2010 gastos totais de R\$ 51,9 milhões, com média de R\$ 8,6 milhões de contribuição para esse tipo de plano.

Já em relação às despesas das 31 empresas que contribuíram tanto para planos CD quanto BD, apenas 11 delas divulgaram separadamente o total desses gastos para cada tipo de plano. O valor total das despesas dessas 31 empresas com ambos os tipos de plano no ano de 2010 foi de R\$ 2,4 bilhões, com despesas médias de R\$ 77,4 milhões. Sobre esse aspecto, houve ainda sete empresas que reconheceram receitas no período provenientes de planos de benefício definido superavitários.

Reconhecimento, mensuração e divulgação de planos de benefício definido pelas empresas da nossa amostra

Dada a inerente complexidade da contabilização de planos de benefício definido, diversas são as informações que devem ser divulgadas pelas empresas, como, por exemplo, informações acerca dos ativos do plano, incluindo sua composição. Nossas análises evidenciaram que apenas 17 empresas (53%) divulgaram a composição dos ativos de seus planos de benefício definido. Entre as empresas que realizaram essa divulgação, tem-se a Sabesp.

Demonstração Contábil da Sabesp, Nota Explicativa nº 17

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições

e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e consultores financeiros independentes. Nos termos da estratégia de alocação os ativos previdenciários da Companhia incluem o seguinte:

Categoria de ativo	Alocação - %		
	31 dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2008
Títulos de renda fixa	72%	78%	72%
Ações	21%	15%	20%
Imóveis	5%	5%	5%
Empréstimos	2%	2%	3%
Total	100%	100%	100%

Outra importante nota é a referente à descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada do retorno dos ativos do plano, incluindo o efeito das principais categorias de ativos. Apenas oito (25%) das 32 empresas que possuem planos BD cumpriram tal exigência de divulgação do CPC 33. Uma das empresas que informaram a base utilizada para determinação da taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi a empresa Vivo, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Vivo, Nota Explicativa nº 32

k) Rendimento Esperado de Longo Prazo dos Investimentos

As taxas de rendimento esperado dos investimentos foram determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo e ponderadas para cada categoria de ativo dos planos de benefícios. A distribuição dos ativos dos planos está posicionada em 30 de setembro de 2009. A meta de alocação considera a expectativa de longo prazo de distribuição dos ativos em cada categoria de investimento, de acordo com a política de investimento aplicável a cada plano.

Para cada categoria de investimento foram sugeridas as taxas de rendimento esperado com base nas projeções de longo prazo fornecidas pela Tendências Consultoria e dados da ANDIMA, entre outros, conforme descrito na página ao lado:

	31 de dezembro de 2010		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto	11.30% a.a.	11.30% a.a.	11.30% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12.00% a.a.	11.50% a.a.	-
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	8.15% a.a.	8.15% a.a.	-
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	5.00% a.a.	5.00% a.a.	-
Inflação	5.00% a.a.	5.00% a.a.	5.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	-	8.15% a.a.



- ▶ Títulos pré-fixados: taxa média, ponderada pelo valor das carteiras das LTN's e NTN-F's disponíveis no mercado (fonte: ANDIMA);
- ▶ Títulos cambiais: taxa ponderada da SELIC pela taxa da variação cambial projetada para os próximos 10 anos (fonte: Tendências);
- ▶ Ativos de renda fixa: variação da taxa média de juros nominais internos, projetada para os próximos 10 anos (fonte: Tendências);
- ▶ Ativos atrelados à inflação: taxa média, ponderada pela carteira das NTN-B's e NTN-C's disponíveis no mercado (fonte: ANDIMA);
- ▶ Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco apurado pelo atuário consultor;
- ▶ Empréstimos a participantes: é considerada a maior taxa entre o CDI e a meta atuarial do plano;
- ▶ Imóveis: foi utilizada a meta atuarial do plano por seu administrador.

É igualmente importante que as empresas informem seus usuários sobre todas as premissas utilizadas nos seus cálculos atuariais, conforme divulgação da Vale.

Demonstração Contábil da Vale, Nota Explicativa nº 22

V) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
11.08% a.a.	11.08% a.a.	11.08% a.a.	11.28% a.a.	11.28% a.a.	11.28% a.a.
12.00% a.a.	11.50% a.a.	-	12.22% a.a.	13.00% a.a.	-
7.64% a.a.	7.64% a.a.	-	7.12% a.a.	7.12% a.a.	-
4.50% a.a.	4.50% a.a.	-	4.00% a.a.	4.00% a.a.	-
4.50% a.a.	4.50% a.a.	4.50% a.a.	4.00% a.a.	4.00% a.a.	4.00% a.a.
-	-	7.63% a.a.	-	-	7.12% a.a.

	Brasil					
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto	6.21% a.a.	5.44% a.a.	6.21% a.a.	6.20% a.a.	5.58% a.a.	7.32% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	7.02% a.a.	6.50% a.a.	7.00% a.a.	6.23% a.a.	6.99% a.a.	7.35% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.	3.58% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.	3.58% a.a.
Inflação	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	5.92% a.a.	-	6.04% a.a.	-	6.19% a.a.
Todas as premissas foram revistas em 2010						

A Copel, de modo diferente da maioria das empresas da amostra, apresentou de forma mais descritiva as expectativas de vida média dos participantes do grupo, ao contrário de grande parte das empresas, que apenas mencionou as tábuas de mortalidade, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da Copel, Nota Explicativa nº 23

23.4.2 Número de participantes e beneficiários

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				Plano previdenciário	
	Plano BD		Plano CD		Plano assistencial	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Número de participantes ativos	8.984	8.735	8.364	8.685	8.384	8.213
Número de participantes inativos	6.337	5.863	5.781	5.092	4.677	4.636
Número de dependentes	-	-	-	23.927	23.674	24.437
Total	15.321	14.598	14.145	37.704	36.735	37.286

23.4.3 Expectativa de Vida a partir da idade média - Tábua AT-2000 (em anos)

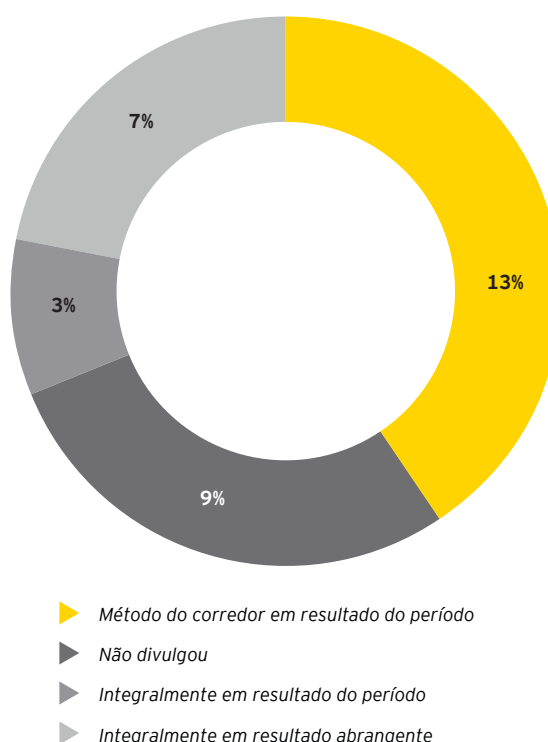
Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Em 31/12/2009			
Participantes aposentados	20,85	-	26,48
Participantes pensionistas	20,82	-	33,68
Em 31/12/2010			
Participantes aposentados	20,05	26,67	26,67
Participantes pensionistas Imóveis	19,26	-	29,25

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 62,7 anos.

De acordo com o CPC 33, as empresas devem igualmente informar a política contábil adotada no reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais decorrentes de ajustes de experiência (efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o efetivamente ocorrido) e/ou os efeitos de alterações nas premissas atuariais.

Entre as empresas da nossa amostra que possuíam planos de benefício definido, três optaram por reconhecer os ganhos ou perdas atuariais de forma integral no resultado do período, sete optaram por reconhecê-los integralmente no patrimônio líquido e 13 optaram por reconhecer tais valores pelo método do “corredor” no resultado do período. Ressalta-se, ainda, que nove empresas não divulgaram essa informação.

Uma das empresas que apresentaram as despesas reconhecidas com seus benefícios pós-emprego tanto no resultado do exercício quanto nos outros resultados abrangentes foi a Telesp.



Demonstração Contábil da Telesp, Nota Explicativa nº 30

	2010			
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData
Custo do serviço corrente	-	159	78	3.663
Custo dos juros	2.148	23.038	8.803	2.865
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(6.489)	(11.334)	(11.970)
	2.148	16.708	(2.453)	(5.442)
				10.961

b) Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado

c) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2009			
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData
Custo do serviço corrente	-	157	135	3.368
Custo dos juros	2.503	18.973	8.935	2.736
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(7.064)	(9.976)	(10.381)
	2.503	12.066	(906)	(4.277)
				9.386

	2010				Total
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	(1.809)	13.069	(7)	(1.138)	10.115
Efeito limitador	-	-	2.472	47.998	50.470
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.809)	13.069	2.465	46.860	60.585

	2009				Total
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	(2.344)	34.080	(13.453)	(8.066)	10.217
Efeito limitador	-	-	14.379	(47.168)	(32.789)
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.344)	34.080	926	(55.234)	(22.572)

Conforme o CPC 33, as empresas também devem divulgar o valor presente das obrigações de benefício definido. Sobre esse aspecto, a Ambev apresentou a referida reconciliação para os anos de 2009 e 2010.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 25

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

Em milhares de reais	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(1.031.280)	(958.146)	(3.466.475)	(3.430.397)
Custo de serviços	(3.542)	(2.299)	(34.023)	(48.168)
Custo de juros	(106.415)	(99.056)	(253.269)	(252.759)
Novos ganhos e (perdas) <i>unvested</i>	(1.147)	-	(6.406)	5.482
Contribuições participantes do plano	-	-	(4.245)	-
Ganhos e (perdas) atuariais	(132.176)	(59.955)	(358.095)	(374.808)
Ganhos ou perdas relacionados a redução antecipada no plano de benefício definido	-	-	-	22.180
Reclassificações	-	-	-	3.006
Diferenças cambiais	-	-	(11.885)	343.552
Benefícios pagos	106.421	88.176	293.071	265.437
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(1.168.139)	(1.031.280)	(3.841.327)	(3.466.475)

Destaca-se, ainda, que apenas seis empresas divulgaram informações sobre os montantes para o exercício corrente e para os quatro exercícios anteriores do valor presente da obrigação de benefícios definidos, o valor justo dos ativos do plano e o superávit ou déficit do plano, bem como os respectivos ajustes de experiência resultantes. Uma das seis empresas foi a Telesp.

Demonstração Contábil da Telesp, Nota Explicativa nº 30**j) Histórico dos ativos e passivos observados**

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente das obrigações	419.050	386.722	337.480	257.787	230.717
Valor justo dos ativos	306.949	289.239	253.695	232.378	199.318
Déficit	112.101	97.483	83.785	25.409	31.398
Ajuste por experiência dos passivos (%)	1,29%	7,77%	11,83%	6,87%	14,11%
Ajuste por experiência dos passivos (valores)	5.397	30.043	39.929	17.709	32.557
Ajuste por experiência dos ativos (%)	(0,44%)	(6,85%)	(3,39%)	(9,65%)	(7,42%)
Ajuste por experiência dos ativos (valores)	(1.352)	(19.826)	(8.598)	(22.428)	(14.794)

Outra divulgação solicitada pelo CPC 33 diz respeito ao aumento ou diminuição de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos pelas empresas em seus planos de saúde a seus empregados na aposentadoria. Nossas análises evidenciaram que poucas empresas divulgaram tal informação porque a maioria da nossa amostra não patrocina planos de saúde na aposentadoria. Entre as que divulgaram, encontra-se a Telesp.

Demonstração Contábil da Telesp, Nota Explicativa nº 30**I. Considerações relevantes sobre o Plano PAMA**

O efeito de um aumento de um ponto percentual e o efeito de uma redução de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos é o seguinte:

a) + 1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	3.815
Efeito no valor presente das obrigações	44.541

b) + 1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(3.437)
Efeito no valor presente das obrigações	(36.077)

Adicionalmente, algumas empresas da nossa amostra também divulgaram análises de sensibilidade acerca das premissas relativas à taxa de desconto, aumentos salariais e expectativa de vida que impactam de maneira direta os valores dos passivos de planos de benefício definido, embora não seja uma exigência do CPC 33. Esse foi o caso, por exemplo, da Ambev, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 25

Em milhares de reais	Consolidado			
	2010		2009	
Taxa de desconto	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base
Efeito no agregado do custo dos serviços e custo de juros e de planos de saúde	1.451	62	1.347	(121)
Efeito na obrigação do benefício definido para o custo médico	217.526	(234.629)	177.139	(190.518)

Em milhares de reais	Consolidado			
	2010		2009	
	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base
Aumento de salário futuro				
Efeito no agregado do custo dos serviços e custo de juros e de planos de saúde	(1.732)	1.684	(822)	832
Efeito na obrigação do benefício definido para o custo médico	(12.447)	12.055	5.358	(5.465)

Em milhares de reais	Consolidado			
	2010		2009	
	Aumento de um ano	Redução de um ano	Aumento de um ano	Redução de um ano
Longevidade				
Efeito no agregado do custo dos serviços e custo de juros e de planos de saúde	(5.701)	11.939	(4.121)	3.993
Efeito na obrigação do benefício definido para o custo médico	(115.585)	114.886	(61.784)	59.684

Nossas análises evidenciaram igualmente que a maioria das empresas se utilizou da isenção permitida pela IFRS 1 - Adoção Inicial quanto ao reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais na data de transição para as normas IFRS, conforme, por exemplo, a Eletropaulo. Notamos que, para as empresas que não optaram por tal isenção, o não reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais conforme a política adotada exigiria que essa avaliação fosse realizada desde a data de criação do plano de benefícios.

Demonstração Contábil da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 3.1

III) Isenção para mensuração dos benefícios a empregados: De acordo com as avaliações preliminares, a Companhia aplicou a isenção prevista em relação à contabilização de benefícios pós-emprego a empregados e registrará os ganhos e perdas atuariais e os custos dos serviços passados não reconhecidos até a data de transição, na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido. A aplicação da isenção resultou em uma redução das obrigações atuariais no montante de R\$ 521.412 (R\$ 258.385 no circulante e R\$ 263.027 no não circulante). Esses ganhos e perdas atuariais na data da transição foram calculados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (IAS 19) Benefícios a empregados. Os ganhos e perdas atuariais apurados em período subsequente à data de transição serão reconhecidos de acordo com o método do corredor.

// CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2)

No cenário corporativo internacional, a remuneração baseada em ações da empresa tem ganhando cada vez mais representatividade nos salários dos executivos. Isso porque os acionistas das empresas se utilizam dessa forma de remuneração para incentivar os executivos a maximizar o valor da firma, de modo que os interesses de ambas as partes estejam alinhados.

Nesse contexto, as transações que envolvem pagamento baseado em ações podem tomar diferentes formas. Elas podem envolver tanto ações quanto outros títulos patrimoniais da empresa, como, por exemplo, opções de ações (*stock options*). Podem ainda ser liquidadas pela entrega efetiva das ações ou por um valor em dinheiro que é baseado no preço das ações.

Assim, os critérios contábeis acerca dessas operações são considerados um dos tópicos mais polêmicos da área contábil. No cenário norte-americano, por exemplo, até meados do ano 2000, tais valores não eram reconhecidos como despesa pelas empresas, sob a justificativa de que tais custos eram apenas dos acionistas.



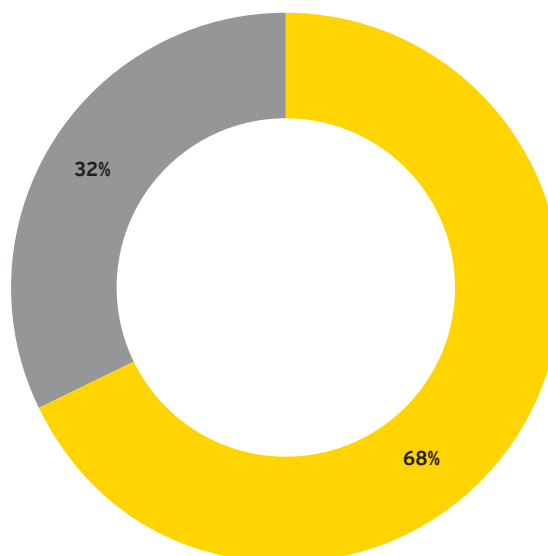
Nesta seção, analisamos como as empresas da nossa amostra aplicaram as exigências do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2) nas suas demonstrações consolidadas de 2010. Os aspectos considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Quais empresas da nossa amostra realizaram transações de pagamento baseado em ações?
- ▶ Participação do pagamento baseado em ações no total do valor gasto com pessoal
- ▶ Métodos e premissas utilizados na mensuração do valor dos pagamentos baseados em ações
- ▶ Divulgações realizadas pelas empresas sobre pagamentos baseados em ações

Quais empresas da nossa amostra realizaram transações de pagamento baseado em ações?

Das 56 empresas da nossa amostra, 38 (68%) concederam formas de remuneração que se caracterizam como pagamento baseado em ações. De maneira geral, tais formas de remuneração são tratadas como bônus concedidos a funcionários e administradores da empresa.

Dentre as empresas que concederam formas de remuneração que se enquadram em pagamentos baseados em ações, conforme o CPC 10, tem-se, por exemplo, a Vale.



Demonstração Contábil da Vale, Nota Explicativa nº 22

c) Plano de incentivos de longo prazo

Com o objetivo de incentivar a visão de “acionista”, além de elevar a capacidade de retenção dos executivos e reforçar a cultura de desempenho sustentado, o Conselho de Administração aprovou um Plano de Remuneração a Longo Prazo para alguns dos executivos da Companhia, que foi implementado para ciclos de 3 anos.

De acordo com os termos do plano, os participantes, restrito a certos executivos, podem alocar uma parte de seus bônus anuais ao plano. A parte do bônus alocada ao plano é usada pelo executivo para comprar ações preferenciais da Vale, através de uma instituição financeira previamente definida em condições de mercado e sem nenhum benefício fornecido pela Vale.

As ações compradas pelo executivo não tem restrições e podem, de acordo com critérios próprios de cada participante, ser vendidas a qualquer momento. Contudo, as ações precisam ser mantidas por um período de três anos e os executivos precisam manter seu vínculo empregatício com a Vale durante esse período. O participante passa, desta forma a ter o direito de receber da Vale, um pagamento em caixa equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado. O total de ações vinculadas ao plano em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é 2.458.627 e 1.809.117, respectivamente.

- ▶ Possuem pagamento baseado em ações
- ▶ Não possuem pagamento baseado em ações



Adicionalmente, certos executivos elegíveis ao incentivo de longo prazo, têm a oportunidade de receber no final de um ciclo de três anos um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseados na avaliação de suas carreiras e fatores de desempenho medidos como um indicador de retorno total aos acionistas.

Contabilizamos o custo da compensação provido aos nossos executivos que estão sob esse plano de compensação de incentivo de longo prazo conforme requerimentos do CPC 10 “Pagamentos baseados em ações”. Os passivos são mensurados a valor justo na data de cada emissão do relatório, baseados em taxas do mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, reconhecemos uma provisão de R\$ 200 e R\$ 159, respectivamente, no resultado.

Além disso, buscamos verificar qual a é forma de liquidação dessas transações: títulos patrimoniais, dinheiro ou mista. Nossas análises evidenciaram que a maioria absoluta dos contratos de pagamento baseado em ações prevê a liquidação por meio da entrega de instrumentos patrimoniais da entidade.

Das 38 empresas que concederam tal forma de remuneração, apenas quatro consideram a opção de liquidação em dinheiro ou em títulos patrimoniais e duas preveem liquidação exclusivamente em caixa.

A TAM está entre as empresas analisadas que concedem opções de ações para administradores e executivos, liquidadas pela entrega de títulos patrimoniais, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da TAM, Nota Explicativa nº 2.20

b) Remuneração baseada em ações

A TAM oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações de opções de compra de ações. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 30.

Entre as poucas empresas que optaram por liquidar suas operações de pagamento baseado em ações em dinheiro, tem-se a Fibria, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Fibria, Nota Explicativa nº 26

26. Programa de remuneração baseado em ações - *Phantom Stock Options* (PSO)

Em 28 de abril de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Incentivo de Longo Prazo, que consiste no plano para outorga de *Phantom Stock Options* ("PSO") que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações das ações da Companhia.

O programa é baseado no conceito de PSO, que consiste em uma premiação em dinheiro baseada na valorização da ação da Companhia, em relação a um preço de exercício pré-estabelecido pelo programa em um prazo predeterminado. O plano não prevê negociação efetiva (compra e venda) das ações. São elegíveis ao plano o diretor-presidente e diretores executivos da Companhia.

A cada outorga, o executivo elegível recebe uma quantidade de PSO definida com base em uma premiação alvo e na expectativa de valorização da Companhia. A meta de valorização das ações da Companhia é estabelecida pelo Conselho de Administração e o número de PSO outorgadas será calculado de tal forma que, se atingida a meta de valorização, a premiação resultante será igual ao valor alvo.

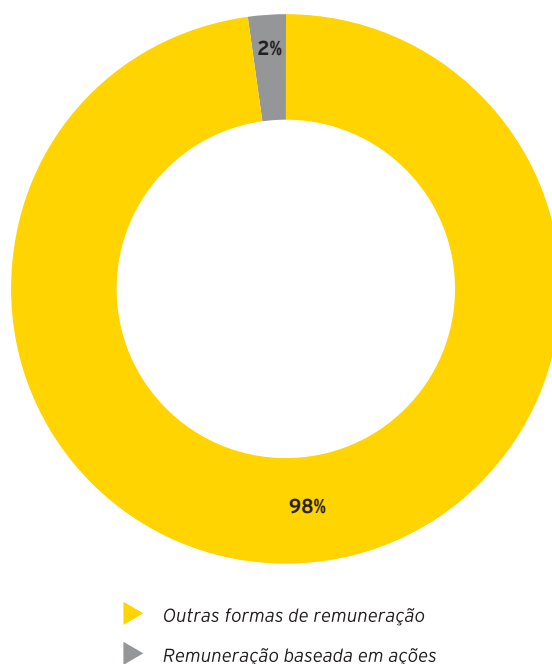
As PSO somente poderão ser exercidas se respeitados o prazo de carência (*vesting*) de três anos, a partir da data de outorga estabelecida nos contratos e possuem prazo máximo de exercício de cinco anos, quando vencem. Excepcionalmente, a primeira outorga denominada Programa 2009 possui período de carência escalonado.

O preço de exercício das opções é calculado pelo preço médio dos últimos 6 meses do preço de fechamento das ações FIBR3. Para os Programas de 2009 e 2010 foi utilizado o preço de exercício de R\$ 27,55, obtido segundo os critérios de valorização estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Participação do pagamento baseado em ações no total do valor gasto com pessoal

Para analisar a representatividade dos valores referentes aos pagamentos baseados em ações, nós consideramos quanto tais valores representavam do total dos gastos com pessoal, que é apresentado na Demonstração do Valor Adicionado (DVA). De acordo com nossas análises, essas despesas de remuneração representam, em média, cerca de 2% do total do valor gasto com pessoal, conforme apresentado ao lado.

Destaca-se que 32% das empresas apresentaram menos de 1% de gastos com pagamento baseado em ações em relação à remuneração total. As empresas com os maiores valores de gastos com pagamento baseado em ações em relação à remuneração de pessoal foram OGX, LLX e MMX, com percentuais variando de 62% a 23%. Tal fato está ligado à decisão do controlador dessas empresas de outorgar opções de compra de ações de sua propriedade, conforme pode ser observado a seguir em divulgação apresentada pela LLX.



Demonstração Contábil da LLX, Nota Explicativa nº 27**27 Plano de opção de compra de ações****Opções de ações outorgadas pelo acionista controlador**

O plano de acionista controlador contempla opções de compra de ações outorgadas a executivos da Companhia e de outras empresas do grupo EBX. Este plano representa um mecanismo de remuneração e de retenção, pelo prazo de 5 (cinco) a 10 (dez), anos, dos administradores e executivos considerados pelo acionista controlador como recursos fundamentais para o sucesso da Companhia, sem que isso implique em diluição dos seus acionistas não controladores.

Esse plano não possui um programa pré-aprovado, assim como o da Companhia. O controlador do Grupo EBX concede o plano aos beneficiários com base em contratos negociados individualmente, e não necessariamente iguais.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor justo monta a R\$ 8.886. Este valor é registrado no resultado do exercício em contrapartida da conta de reserva de capital, no patrimônio líquido, tendo em vista que o mesmo é efetivamente suportado pelo acionista controlador e não implica em emissão de novas ações pela Companhia.

As opções de ações outorgadas pelo acionista controlador são destinadas a executivos e administradores da LLX, que receberam opções de compra de ações da MMX, LLX, MPX, OGX e OSX, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

	MMXM3	LLXL3/PrtX3	MPXE3	OGXP3	OSXB3
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010	40.746	3.431.118	22.994	287.207	1.233
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 (R\$/ação)	11,23	4,73/3,71	26,33	19,69	483,00
Volatilidade esperada	52,57%	48,02% a 69,34%	45,25%	44,00%	45,25%
Taxa de juros livre de risco	14,70%	8,7% a 12,2%	11,60%	8,70%	8,70%

Na maior parte dos casos, as remunerações baseadas em ações são concedidas aos executivos. Sobre esse aspecto, as empresas do grupo EBX abriram o percentual da remuneração de seus executivos que era proveniente de pagamento baseado em ações, conforme informado, por exemplo, pela OGX.

Demonstração Contábil da OGX, Nota Explicativa nº 19

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os administradores, conselheiros e os membros do Comitê de auditoria receberam remuneração fixa e baseada em ações, por serviços nas respectivas áreas de conhecimento e competência, conforme descrito no quadro abaixo:

Benefícios de curto prazo:	Controladora e Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Administradores (pró-labore)	5.299	4.696
Conselho de administração (honorários)	1.254	1.488
Comitê de auditoria (honorários)	168	48
Subtotal	6.721	6.232
Remuneração baseada em ações (*)	95.082	64.842
Total	101.803	71.074

(*) A quantidade total de opções de compra de ações outorgadas em favor dos administradores e Conselho de Administração da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é de 50.950.850 (50.515.850 feita diretamente pelo acionista controlador final e 435.00 feita pela Companhia). No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a quantidade total de opções de compra de ações outorgadas é de 42.600.00 (42.281.000 feita diretamente pelo acionista controlador final e 319.000 pela Companhia). Valor referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 54.513) e aos exercícios de 2007 a 2009 (R\$ 40.569).



Métodos e premissas utilizados na mensuração do valor dos pagamentos baseados em ações

De acordo com o CPC 10, os pagamentos baseados em ações devem ser mensurados pelos seus valores justos. No caso de essas transações serem liquidadas pela entrega de títulos patrimoniais, a referida norma internacional recomenda que a entidade mesure os serviços recebidos de forma direta, isto é, pelo valor justo dos produtos e serviços recebidos.

Contudo, como tal exigência se torna muitas vezes impraticável, haja vista que a remuneração de executivos inclui igualmente salários e outros benefícios, a prática mais comum e igualmente aceitável pelo CPC 10 é de se reconhecer o valor justo dessas transações de maneira indireta. Em outras palavras, o cômputo do valor justo é realizado com base no valor justo das ações ou opções concedidas.

Ainda assim, a mensuração dessas transações é complexa. Isso porque, como na maioria dos casos os títulos patrimoniais concedidos são opções de ações e os prazos de exercícios são longos, torna-se necessário a utilização de um modelo de precificação além da estimativa de diversas premissas.

Em razão disso, algumas empresas, como, por exemplo, o Pão de Açúcar, consideraram a mensuração do valor dos pagamentos baseados em ações uma estimativa contábil crítica.

Demonstração Contábil do Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 7

7. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

e) Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições de outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil das opções de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na Nota 26.

Por essa razão, conforme o CPC 10, as empresas devem divulgar todos os métodos e premissas utilizados no cômputo do valor justo de suas transações de pagamento baseado em ações, que incluem, por exemplo, no caso de opções de ações, o referido modelo de precificação utilizado, bem como suas premissas.

Nossas análises evidenciaram que 31 empresas divulgaram as referidas informações, o que corresponde a 82% das empresas que concederam remunerações baseadas em ações no período, conforme apresentado a seguir.

A Gerdau Metalúrgica, que concedeu pagamento baseado em ações a seus administradores, cuja liquidação pode se dar tanto em *American Depositary Receipts* quanto em dinheiro, foi uma das empresas que apresentaram informações detalhadas sobre o cômputo do valor justo das respectivas transações.

Demonstração Contábil da Gerdau Metalúrgica, Nota Explicativa nº 25

Share Appreciation Rights (SARs)

SAR's dão ao titular a oportunidade de receber tanto ADR's ou pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ADR's da Companhia, menos o preço de exercício. O preço de exercício é estabelecido pelo preço de fechamento das ações de referência na data da outorga. O prazo de carência das SAR's é de um período de 4 a 5 anos e expiram dez anos após a data da outorga.

A despesa com este plano é reconhecida com base no valor justo dos prêmios ainda sob carência e que permanecem pendentes no final do período reportado. O modelo *Black-Scholes* de precificação de opções é usado para calcular uma estimativa do valor justo. A Companhia pode liquidar as SAR's em ações ou em dinheiro. Para as SAR's liquidadas em ações, a contabilização do valor justo é estimada apenas na data da outorga. Para as SAR's liquidadas em dinheiro, a contabilização do valor justo é mensurada novamente a cada período reportado.

O valor justo na data da concessão das SAR's, de possível liquidação em ações ou em dinheiro, concedidas durante o exercício findo em 31/12/2010 foi de US\$ 3,72 (R\$ 6,2) e as principais premissas utilizadas no modelo de precificação *Black-Scholes* foram os seguintes:

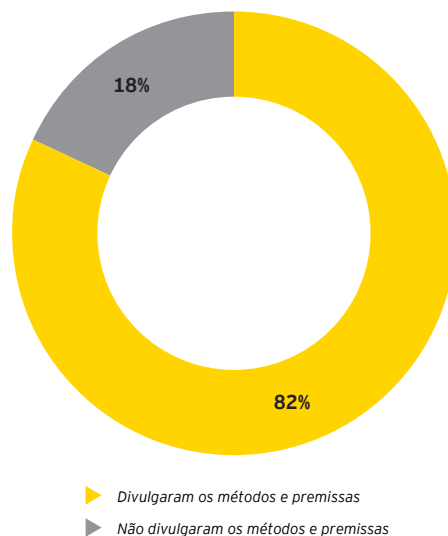
	2010
<i>Dividend yield</i>	2,77%
Volatilidade do preço da ação	60,99%
Taxa de retorno livre de risco	2,81%
Período esperado até o vencimento	6,51 anos

Para SARs de liquidação em ações, que foram modificadas durante o exercício findo em 31/12/2010, o valor justo na data de modificação foi de US\$ 6,40 (R\$ 10,66). As principais premissas usadas no modelo de precificação *Black-Scholes* foram os seguintes:

	2010
<i>Dividend yield</i>	2,95%
Volatilidade do preço da ação	53,63%
Taxa de retorno livre de risco	1,77%
Período esperado até o vencimento	6,04 anos

O modelo de precificação de ações *Black-Scholes* foi desenvolvido para utilização na estimativa do valor justo das opções negociadas, que não têm restrições de resgate. O modelo requer o uso de premissas subjetivas. A volatilidade esperada se baseou na volatilidade histórica das ações da Companhia, bem como outras empresas que operam em ramos de atividades similares. A expectativa de vida (em anos) foi determinada utilizando dados históricos para estimar padrões de exercício das SAR's. O *dividend yield* esperado no histórico de taxas de dividendos anualizadas. A taxa de juros livre de risco foi baseada na taxa dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos proporcional ao prazo esperado das SAR's concedidas.

Assim como a Gerdau Metalúrgica, outras 28 empresas utilizaram o modelo de *Black-Scholes* para precificar as opções concedidas. Outras cinco empresas utilizaram o modelo binomial, como, por exemplo, a Ambev.



Demonstração Contábil da Ambev, Nota Explicativa nº 26

Valor justo das opções

O valor justo dessa remuneração com pagamento baseado em ações é estimado, na data de concessão, com o uso do modelo binomial de Hull, alterado para refletir a determinação da IFRS 2, Pagamento baseado em ações, segundo a qual as premissas relativas ao cancelamento antes do término do período de carência não podem afetar o valor justo da opção.

O valor justo das opções concedidas é contabilizado como despesa ao longo do período de carência.

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção da Ambev para as outorgas de 2010 e de 2009 estão demonstrados abaixo:

Em R\$, exceto quando mencionado	2010 (i)	2009 B (ii)	2009 A (ii)
Valor justo das opções concedidas	18,74	18,11	13,25
Preço da ação	40,14	26,80	19,59
Preço de exercício	40,94	26,01	18,46
Estimativa de volatilidade	28,4%	45,1%	48,2%
Carência (em anos)	5	5	5
Estimativa de dividendos	De 0% a 5%	-	-
Taxa de juros livre de risco	12,2%	12,6%	11,8%

I) As informações de 2010 são médias ponderadas dos planos concedidos em 2010, exceto pela estimativa de dividendos.

II) As informações de 2009 foram recalculadas considerando o desdobramento das ações em 17 de dezembro de 2010, conforme mencionado na nota 23 Patrimônio Líquido.

Divulgações realizadas pelas empresas sobre pagamentos baseados em ações

Dada a inerente complexidade da remuneração com base em ações, o CPC 10 exige uma série de divulgações acerca dessas transações. As empresas devem divulgar em nota explicativa, por exemplo, uma breve descrição das características do plano, conforme realizado pela Hypermarcas.

Demonstração Contábil da Hypermarcas, Nota Explicativa nº 27

c) Opções de compra de ações

Em AGE de 24 de março de 2008 da Hypermarcas S.A. foi aprovado plano de opções de compra de ações ("Plano I") com o objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações de sua emissão.

Em Reunião do Conselho de Administração de 30 de maio de 2008, posteriormente retificado pela Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2008, foram outorgadas 1.802.212 opções referentes ao exercício de 2008 ("Programa 2008") a serem concedidas aos colaboradores mediante "Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações". Referidos instrumentos foram formalizados pela Companhia e os colaboradores participantes do Plano I - Programa 2008 a partir de 2 de fevereiro de 2009.

As principais características do Plano I - Programa 2008 são:

- ▶ Preço de exercício de R\$ 8,50
- ▶ Prazo de carência de 3 anos para 50% das opções outorgadas e 4 anos para os 50% restantes

Em AGE de 29 de dezembro de 2008, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações ("Plano II") aos colaboradores da Hypermarcas S.A. com o objetivo de "atrair e reter executivos da Companhia".

Em Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2008, posteriormente aditada por Reunião do Conselho de Administração de 6 de fevereiro de 2009, foram outorgadas 8.800.000 opções referentes ao exercício de 2008 ("Programa 2008") a serem concedidas aos executivos da Companhia mediante a "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações". As principais características do Plano II - Programa 2008 são:

- ▶ Preço de exercício de R\$ 5,36
- ▶ Prazo de carência de 1 ano para até 10% das opções outorgadas, 2 anos para até 20%, 3 anos para até 40%, 4 anos para até 60%, 5 anos para até 80% e 6 anos para até 100%.
- ▶ Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus atual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Hypermarcas.

O CPC 10 ainda exige que as entidades divulguem as referidas condições de aquisição dos direitos de posses (*vesting conditions*) dos títulos patrimoniais concedidos aos colaboradores da empresa. Na grande parte dos casos, essas condições estão relacionadas à permanência dos funcionários na empresa por um período de tempo (*vesting period*). Nossas análises evidenciaram que a média do período de aquisição dos direitos de posse das empresas da nossa amostra é de 4,5 anos.

A referida norma internacional também exige que as empresas divulguem o efeito das transações de pagamentos baseados em ações sobre o resultado do período e sobre a posição financeira e patrimonial da entidade, conforme realizado pelo Pão de Açúcar.

Demonstração Contábil do Pão de Açúcar, Nota Explicativa nº 26

III) Informações consolidadas planos de opções de compra de ações - CBD - Continuação

	Ações	Média ponderada do preço do exercício
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009		
Em aberto no início do período	3.158	20,78
Outorgadas durante o período	1.361	13,99
Canceladas durante o período	(48)	28,64
Exercidas durante o período	(796)	0,02
Em aberto ao final do período	3.675	17,76
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		
Em aberto no início do período	3.675	17,76
Outorgadas durante o período	657	10,32
Canceladas durante o período	(29)	31,11
Exercidas durante o período	(1.827)	18,77
Expiradas durante o período	(5)	26,00
Em aberto ao final do período	2.471	14,53

O Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 27.278 (R\$ 26.577 em 2009).

// ICPC 01 - Concessões (IFRIC 12)

As concessões para exploração de serviços públicos, também chamadas de concessões públicas, são contratos pelos quais o órgão público concede a determinada entidade privada o direito de explorar um ativo de infraestrutura com vistas a prover o serviço público. Como exemplos desses tipos de contratos no âmbito nacional têm-se as concessões de energia elétrica, saneamento básico e rodovias.

A contabilização de contratos de concessão é considerada um dos tópicos mais polêmicos das normas internacionais. Isso porque esses contratos possuem diversas especificidades no que diz respeito às partes envolvidas, ao órgão concedente e à empresa concessionária, e igualmente acerca das formas iniciais de financiamento e investimento.

Tal assunto é abordado pela interpretação IFRIC 12 - Service Concession Arrangements, elaborada pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), que é o órgão interpretativo do *International Accounting Standards Board* - IASB. Já no cenário nacional, a norma contábil correspondente é a Interpretação ICPC 01 - Concessões, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que a ICPC 01 não é destinada a todos os contratos de concessão. As exigências presentes nessa interpretação são destinadas a apenas determinados contratos de concessão, que possuem as seguintes características:

- a)** *a parte que concede o contrato de prestação de serviços (o concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou uma entidade privada para a qual foi delegado o serviço.*
- b)** *a entidade operadora da concessão (o concessionário) é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente.*
- c)** *o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a vigência do contrato de prestação de serviços.*
- d)** *o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por um pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador."*





Nesta seção, nós analisamos o impacto das exigências presentes na ICPC 01 nas empresas da nossa amostra. Dentro desse contexto, salienta-se que nós não analisamos as concessões que não estavam no escopo dessa interpretação. Isso porque os requisitos presentes nessa interpretação são bastante específicos e destinados apenas a determinados tipos de contratos de concessão.

Por exemplo, entidades sob o escopo da ICPC 01 não podem contabilizar o ativo público de infraestrutura como seu ativo imobilizado, haja vista que o controle sobre tais ativos permanece com o poder concedente. Nesse contexto, as exigências presentes nessa interpretação alteraram significativamente a forma como determinadas empresas brasileiras reconheciam e mensuravam suas respectivas operações.

Os aspectos sobre concessões considerados nas nossas análises foram:

- ▶ Quais setores e empresas da nossa amostra estão sob o escopo da ICPC 01?
- ▶ Impacto da adoção inicial da ICPC 01 e os respectivos efeitos em contas patrimoniais e de resultado
- ▶ Classificação dos contratos de concessão: ativo intangível e/ou ativo financeiro
- ▶ Estimativas contábeis críticas
- ▶ Informações acerca das características dos contratos de concessão
- ▶ Considerações sobre extensão e resultados da amostragem

Quais setores e empresas da nossa amostra estão sob o escopo da ICPC 01?

Das 56 empresas que compõe a nossa amostra, oito estão enquadradas sob o escopo da ICPC 01, são elas: Sabesp, CCR, Cemig, CPFL, Copel, Eletropaulo, Light e CTEEP. Todas essas empresas evidenciaram tal enquadramento em nota explicativa, como, por exemplo, a Light.

Demonstração Contábil da Light, Nota Explicativa nº 11

11. Ativo Financeiro da Concessão

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controlada Light Serviços de Eletricidade S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como

obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da controlada, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão,

No que diz respeito aos respectivos setores e atividades econômicas que estão sob o escopo da ICPC 01, temos basicamente: concessões rodoviárias, saneamento e energia elétrica.

Especificamente no caso do setor de energia elétrica, as atividades de geração não estão, na maior parte dos casos, sob o escopo da referida interpretação. Logo, as empresas que não atuam nos segmentos de transmissão e distribuição podem não estar sob o escopo da ICPC 01, como é o caso da Cesp, que foi excluída das nossas análises.

Por outro lado, a atividade de geração eólica encontra-se sim enquadrada na ICPC 01, conforme informado pela Cemig.

Demonstração Contábil da Cemig, Nota Explicativa nº 2.7

Aplicação na atividade de geração eólica:

A interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12) é aplicável para a atividade de geração eólica em função da infraestrutura ser utilizada durante a concessão, ou seja, os ativos são, em sua maior parte, integralmente amortizados durante o período de vigência da concessão. Adicionalmente, o preço de venda da energia é definido em conformidade ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, ou seja, a venda da energia proveniente das usinas eólicas não é realizada em mercado de livre negociação.



Dessa forma, os saldos dos ativos, anteriormente registrados no Ativo Imobilizado, foram transferidos para o Ativo Intangível.

Os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor presente que inclui os impostos incidentes sobre a receita e margem de lucro.

É importante ressaltar ainda que as empresas cuja atividade principal não estava sob o escopo da ICPC 01 não foram por nós analisadas nesta seção. Contudo, algumas dessas empresas podem eventualmente possuir participações em outras empresas que estejam, sim, enquadradas. Esse foi o caso, por exemplo, da Petrobras.

Demonstração Contábil da Petrobras, Nota Explicativa nº 3.1

g) Concessões de serviços públicos

A Companhia exerce o controle compartilhado sobre distribuidoras estaduais de gás que são consolidadas na proporção das participações da Petrobras no capital social das mesmas. Tais distribuidoras atuam sob regimes de concessão e suas atividades se enquadram nos requerimentos da ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12). Consequentemente, direitos apresentados como parte do ativo imobilizado dessas empresas, no montante de R\$ 575, passaram a ser tratados como ativos intangíveis.

Impacto da adoção inicial da ICPC 01 e os respectivos efeitos em contas patrimoniais e de resultado

Conforme discutido no início desta seção, as exigências presentes na ICPC 01 alteram radicalmente a forma como contratos de concessão são contabilizados. Em outras palavras, a partir de agora, estamos adotando um modelo contábil totalmente distinto do que vínhamos fazendo até então no Brasil. O quadro a seguir ilustra as principais exigências da ICPC 01.

Item	Tratamento Contábil - ICPC 01
Ativo público de infraestrutura (rodovias, sistemas de água e esgoto, instalações de transmissão etc.)	Não deve ser reconhecido pela entidade concessionária, haja vista que ela não possui controle sobre a infraestrutura pública
Ativo intangível e/ou ativo financeiro	Ativo financeiro é reconhecido nas concessões onde a receita da entidade está garantida; ativos intangíveis são reconhecidos, na medida em que a receita da concessionária depende da utilização dos serviços públicos pelos usuários
Receitas	Devem ser reconhecidas com base no tipo de serviço realizado pela entidade, que podem incluir: construção, melhorias, operação e recuperação da infraestrutura pública
Juros sobre financiamentos	Podem ser ativados na fase de construção dos contratos que se enquadram na modalidade de ativo intangível
Provisões	Devem ser reconhecidas; existe uma obrigação presente de recuperar a infraestrutura pública antes de devolvê-la ao órgão concedente

Devido a essa nova forma de contabilizar os contratos de concessão, houve sim um grande impacto na adoção inicial do IFRIC 12 (ICPC 01), conforme evidenciado por nossas análises. A Sabesp, por exemplo, reconheceu um aumento de mais de R\$ 13 bilhões no seu ativo intangível, decorrente da transferência proveniente de valores anteriormente reconhecidos no imobilizado.

Demonstração Contábil da Sabesp, Nota Explicativa nº 4.1.3

O efeito nas demonstrações financeiras referente à adoção da ICPC 01 e IFRIC 12 resultou em:

- a) aumento nos ativos intangíveis no valor de R\$ 13.867.214 em 1º de janeiro de 2008;
- b) aumento adicional referente à margem de construção sobre os ativos intangíveis de concessão, líquida da amortização acumulada, no valor de R\$ 28.828, em 31 de dezembro de 2009.
- c) redução no imobilizado no valor de R\$ 13.867.214 em 1º de janeiro de 2008;
- d) reconhecimento das receitas de construção, que resultou em uma receita adicional de R\$ 2.039.809 em 2009, líquida da amortização (a amortização é feita na mesma proporção da amortização dos intangíveis a ela relacionados), concomitantemente com o reconhecimento dos custos de construção nos valores de R\$ 2.009.664 em 31 de dezembro de 2009. O impacto líquido na margem bruta é de R\$ 30.145. O impacto acumulado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 54.654.

A Light igualmente apresentou os valores referentes à reclassificação dos itens anteriormente reconhecidos como imobilizado. Contudo, nessa empresa, parte desses valores foi reconhecida como ativo financeiro, haja vista que existe valor indenizável ao final do contrato.

Demonstração Contábil da Light, Nota Explicativa nº 11

A Administração estima que a indenização do ativo financeiro de concessões será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a infraestrutura da concessão reversível, apurado com base no custo de aquisição/construção, deduzido das obrigações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada, na data de transição, conforme demonstrado a seguir:

	Imobilizado	Intangível	Ativo indenizável (concessão)
Saldo original publicado em 1º de janeiro de 2009	3.459.072	162.135	-
Bifurcação da obrigação especial	(157.302)	(97.571)	(59.731)
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com a ICPC 01	(3.133.601)	3.084.245	363.960
Saldos reapresentados de acordo com a ICPC 01 - Light SESA	168.169	3.148.809	304.229
Saldos controladas	1.421.610	118.823	-
Saldos reapresentados de acordo com a ICPC 01 - Consolidado	1.589.779	3.267.632	304.229

Já a CPFL evidenciou os impactos relativos à adoção inicial no que diz respeito a obrigações de concessões relativas a uso do bem público.

Demonstração Contábil da CPFL, Nota Explicativa nº 5.3.5**5.3.5 Uso do bem público**

A controlada CERAN e as controladas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó, quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas à outorga da concessão, a título de "Uso do bem público". As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM.

Até 31 de dezembro de 2008, as controladas registravam as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, os valores do passivo de Uso do bem público, descontados a valor presente de acordo com as taxas de captação de cada

empreendimento, foram reconhecidos na data de assinatura do contrato tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

O ajuste na data de transição corresponde ao registro do passivo de UBP (já descontado das despesas reconhecidas pelas práticas anteriormente adotadas) no montante de R\$ 424.115, tendo como contrapartida R\$ 395.247 e R\$ 28.868 (R\$ 19.053 líquidos dos efeitos fiscais) referente ao registro do ativo intangível e prejuízo acumulado do período.

A Eletropaulo, por sua vez, evidenciou o impacto na amortização dos ativos de concessão proveniente da adoção inicial das normas internacionais.

Demonstração Contábil da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 2.6

Os ativos da concessão são depreciados/amortizados pelo método linear seguindo os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009. Atualmente, a taxa média de depreciação/amortização dos ativos de concessão é 4,7% a.a.. Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, a Companhia teve um impacto adicional de amortização no resultado de 2010 no montante de R\$ 102.718, e de R\$ 115.902 no resultado de 2009.

Classificação dos contratos de concessão: ativo intangível e/ou ativo financeiro

De maneira geral, o fator que determina o tipo de ativo a ser reconhecido pela entidade concessionária, sob contratos de concessão no escopo da ICPC 01, é justamente o risco da demanda pelos serviços prestados. Nesse contexto, quando a empresa concessionária depende da utilização dos serviços pelos usuários, o que ela efetivamente possui é um direito de exploração da infraestrutura pública, devendo, portanto, reconhecer tal direito como intangível.

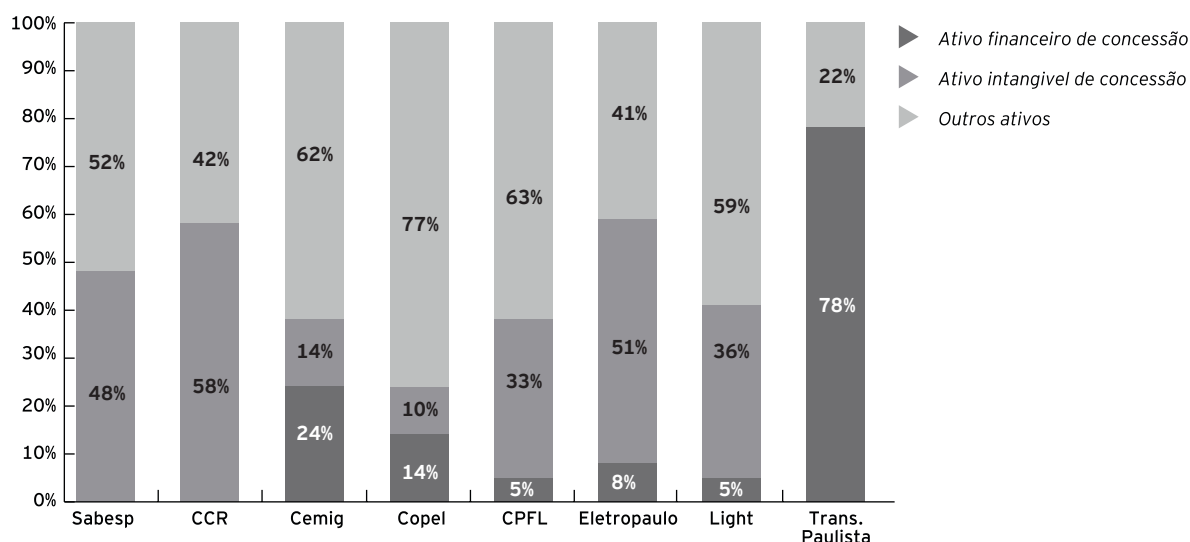
Por outro lado, quando sua receita é garantida pelo concedente, tal direito é na verdade um ativo financeiro. Salienta-se igualmente que existem contratos mistos, em que a empresa deverá, obviamente, reconhecer parte desse direito como intangível e parte como ativo financeiro.

Dentro desse contexto, nós buscamos analisar como estavam enquadrados os contratos de concessão das empresas presentes na nossa amostra. Os resultados são demonstrados a seguir.



Empresa	Tipo de ativo reconhecido sob contratos de concessão
CCR	Ativo intangível
Sabesp	Ativo intangível
Cemig	Misto (ativo intangível/ativo financeiro)
Copel	Misto (ativo intangível/ativo financeiro)
CPFL	Misto (ativo intangível/ativo financeiro)
Light	Misto (ativo intangível/ativo financeiro)
Eletropaulo	Misto (ativo intangível/ativo financeiro)
CTEEP	Ativo financeiro

Como forma de identificar a relevância dos ativos de concessão na situação econômico-financeira das empresas analisadas, nós calculamos o percentual desses ativos em relação ao total do ativo das referidas empresas.



Conforme nossas análises, apenas a CTEEP enquadrou todos os contratos de concessão, sob o escopo da ICPC 01, como ativo financeiro.

Demonstração Contábil da CTEEP, Nota Explicativa nº 5.2

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As concessões da Sabesp, sob escopo da ICPC 01, por sua vez, foram reconhecidas como ativo intangível, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da Sabesp, Nota Explicativa nº 3.7

a) Contrato de concessão

A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

D) O poder concedente, controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los a que preço; e

II) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços da SABESP.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviços nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, (que historicamente se opera através de renovação das concessões) que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, quais sejam: infra-estruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 5%; equipamentos de transportes 10%; móveis e utensílios 6,7% e outros ativos 5%.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

Já a Eletropaulo reconheceu parte de seus direitos de concessão como ativo intangível e parte como ativo financeiro, adotando, portanto, um modelo misto, conforme evidenciado a seguir.

Demonstração Contábil da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 11

11. Contratos de Concessão Público - Privado

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Ativo financeiro			
Ativo financeiro de concessão	872.081	680.880	615.690
Intangível			
Ativo intangível de concessão - nota nº 13	5.853.003	5.837.092	5.940.459
Total contratos de concessão público - privado	6.725.084	6.517.972	6.556.149

O ICPC 01 (IFRIC 12) (Contratos de concessão) estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão (Notas 2.6). De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infra-estrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Estimativas contábeis críticas

Nós analisamos igualmente quais foram as estimativas contábeis consideradas críticas, relacionadas a contratos de concessão, divulgadas pelas empresas analisadas.

O quadro a seguir ilustra nossos resultados.

Estimativa Crítica	Quantidade
Vida útil e/ou critério de amortização do intangível de concessão	5
Apuração e atualização dos ativos financeiros de concessão	3
Reconhecimento das receitas de contratos de concessão	3
Valor justo dos ativos intangíveis de concessão	2
Taxa efetiva de juros do ativo financeiro de concessão	1
Classificação de obras de melhoria no ativo intangível de concessão	1
Total	14

A Sabesp, que registra seus contratos de concessão como ativo intangível, divulgou que a mensuração do valor justo e as respectivas taxas de amortização são consideradas estimativas críticas, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Sabesp, Nota Explicativa nº 5.1

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o ICPC 01. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do contrato. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão demonstrados na nota 3.7 (a).

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão estão sujeitos a premissas e estimativas, e uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

A CTEEP também mencionou que os aspectos relacionados à contabilização de contratos de concessão envolvem premissas e estimativas críticas.

Demonstração Contábil da CTEEP, Nota Explicativa nº 2.3

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

► Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro. O tratamento contábil para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos nas notas explicativas 5.2. (a) e 7.

► **Momento de reconhecimento do ativo financeiro**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada, e incluído como remuneração dos serviços de construção.

► **Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro**

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Informações acerca das características dos contratos de concessão

Devido às especificidades que dizem respeito às concessões públicas, é de suma importância que as empresas divulguem todos os detalhes acerca desses contratos, mais especificamente os prazos de concessões, reajustes tarifários, opções de renovação e obrigações diversas. Nós buscamos verificar se as empresas analisadas divulgaram as referidas informações, sendo nossos resultados apresentados a seguir.

Informações Divulgadas	Número de Empresas
Descrição do contrato de concessão	7
Período da concessão	6
Revisões e reajustes nos preços	8
Renovações dos contratos	5
Obrigações decorrentes dos contratos	7

Duas das empresas que divulgaram as características de seus contratos de concessão foram a Eletropaulo e a Sabesp, conforme apresentado a seguir.

Demonstração Contábil da Eletropaulo, Nota Explicativa nº 11

Características do Contrato de Concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão, determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL manifestar-se-á até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e a revisão das condições estipuladas no contrato de concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Demonstração Contábil da Sabesp, Nota Explicativa nº 1

Em 31 de dezembro de 2010, a companhia operava os serviços de água e esgotos em 364 municípios do Estado de São Paulo, tendo cessado temporariamente a operação dos municípios de Itapira, Araçoiaba da Serra, Iperó, Cajobi e Tarumã, devido a ordens judiciais, cujos processos encontram-se em andamento. Na maioria desses municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos. Encontram-se vencidas, em 31 de dezembro de 2010, 119 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2011 e 2030 vencerão 44 concessões. O restante das concessões opera em base de continuidade.

Estas concessões com prazo indeterminado e aquelas em renegociação, com prazo expirado, são amortizadas pela vida útil dos ativos das concessões.

Até 31 de dezembro de 2010, foram assinados 201 contratos de programa (2009 - 174 contratos). Em fevereiro de 2011, a Companhia voltou a operar no município de Tarumã devido a ordem judicial. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. Em 31 de dezembro de 2010, o valor contábil do intangível utilizado nos 119 municípios em negociação totaliza R\$ 5.465 milhões e a receita desses municípios totaliza R\$ 2.591 milhões.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que contabilizou 54,66% da receita bruta em 2010. Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da Sabesp e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia - ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, prorrogáveis por igual período. Além disso, atribui à Sabesp exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Finalmente é importante salientar que, conforme nossas análises, algumas empresas não divulgaram as referidas informações acerca de seus contratos de concessão. Do mesmo modo, algumas empresas o fizeram de maneira segregada, isto é, parte das informações estava em notas explicativas distintas e parte encontrava-se no relatório da administração. Sobre esse aspecto, ressaltamos a necessidade de que tais informações sejam divulgadas de maneira conjunta, para que não haja confusão e os usuários das demonstrações contábeis possam fazer suas respectivas análises acerca do risco das operações de concessão.

// Considerações sobre extensão e resultados da amostragem

Os aspectos destacados neste estudo compreendem as práticas contábeis adotadas pelas empresas da amostragem e que foram adotadas por essas empresas considerando características do negócio em ambiente que é afetado por regulamentos, contratos e legislação da área e forma de atuação. As práticas contábeis adotadas pelas empresas também levam em consideração a possibilidade ou não de adoção de uma alternativa técnica aceitável em casos em que haja mais alternativas de adoção da prática contábil. Outro aspecto é que o julgamento profissional é prerrogativa prevista e aceita no ambiente contábil atual.

Esses aspectos devem ser observados quando for realizar análise por comparação com práticas adotadas por outras empresas que não foram objeto deste estudo. Em estudos mais específicos, que abrangem a totalidade de empresas em determinado segmento ou mesmo comparando informações entre segmentos, é possível observar práticas contábeis diferentes para temas de uma mesma natureza, como, por exemplo, o investimento em infraestrutura pode estar classificado como imobilizado, intangível e/ou ativo financeiro. Nesse contexto, torna-se relevante avaliar as características de cada empresa e segmento de negócio.

A p ê n d i c e

// Análise de Ajustes

Apresentamos a seguir uma análise do total de ajustes dos antigos princípios BR GAAP para as atuais normas IFRS reportados pelas 56 empresas que integram nossa amostra para 2009, quando se passou a exigir que as empresas apresentassem conciliação entre ambas as normas contábeis.

Quantidade das empresas impactadas

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12)	51
CPC 04 - Ativos Intangíveis (IAS 38)	20
CPC 15 - Combinação de Negócios (IFRS 3)	20
CPC 33 - Benefícios a Empregados (IAS 19)	17
CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IAS 27)	17
CPC 20 - Custos de Empréstimos (IAS 23)	15
CPC 24 - Eventos Subsequentes (IAS 10)	14
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1)	11
CPC 27 - Ativo Imobilizado & ICPC 10 (IAS 16)	19
ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12)	8
CPC 38 - Instrumentos Financeiros (IAS 39)	14
CPC 30 - Receitas (IAS 18)	9
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37)	8
CPC 29 - Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas (IAS 41)	7
CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2)	5
CPC 16 - Estoques (IAS 2)	4
Outros Ajustes	32

O ajuste mais comum diz respeito à tributação. Contudo, este normalmente refere-se ao impacto fiscal de outros ajustes, em vez de qualquer diferença específica entre a contabilização dos impostos entre ambas as normas contábeis. Em seguida, a contabilização do ativo intangível e combinações de negócios são as diferenças mais comumente encontradas; no entanto, nossa amostra contém ajustes de muitas outras normas. Embora seja difícil generalizar, destacamos a seguir algumas das principais tendências que afetam o cálculo do resultado e patrimônio líquido:

- ▶ O ativo intangível é reconhecido na combinação de negócios, no entanto, o ativo diferido deixa de ser contabilizado para despesas pré-operacionais.
- ▶ Os ativos adquiridos em uma combinação de negócio são ajustados ao valor justo, e o cálculo de ágio também sofre mudanças.
- ▶ Muitas empresas contabilizam passivos de fundo de pensão no momento da adoção inicial.
- ▶ Há diferenças nas regras em relação à consolidação e classificação de participações não controladoras.
- ▶ Ocorrem mudanças na contabilização do imobilizado, com novas regras que exigem capitalização de juros e revisões das vidas úteis.
- ▶ As empresas que possuem concessões públicas e ativos biológicos devem efetuar mudanças radicais em seus processos de contabilização destes ativos.

// Abreviações Utilizadas

CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IR	Imposto de Renda
CS	Contribuição Social

// Amostra da Pesquisa

- ▶ ALL - América Latina Logística S.A.
- ▶ B2W - Companhia Global do Varejo
- ▶ BR Malls Participações S.A.
- ▶ Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. (Brasil Ecodiesel)
- ▶ Brasil Telecom S.A.
- ▶ Braskem S.A.
- ▶ BRF - Brasil Foods S.A. (BR Foods)
- ▶ Brookfield Incorporações S.A.
- ▶ CCR S.A.
- ▶ Cielo S.A.
- ▶ Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar)
- ▶ Companhia de Bebidas das Américas (Ambev)
- ▶ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)
- ▶ Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP)
- ▶ Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)
- ▶ Companhia Energética de São Paulo (Cesp)
- ▶ Companhia Paranaense de Energia (Copel)
- ▶ Companhia Siderúrgica Nacional
- ▶ CPFL Energia S.A.
- ▶ Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações
- ▶ Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
- ▶ Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer)
- ▶ Fibria Celulose S.A.
- ▶ Gafisa S.A.
- ▶ Gerdau Metalúrgica S.A.
- ▶ Gerdau S.A.
- ▶ Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
- ▶ Hypermarcas S.A.
- ▶ JBS S.A.
- ▶ Klabin S.A
- ▶ Light S.A.
- ▶ LLX Logística S.A.
- ▶ Lojas Americanas S.A.
- ▶ Lojas Renner S.A.
- ▶ Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.
- ▶ MMX Mineração e Metálicos S.A.
- ▶ MRV Engenharia e Participações S.A.
- ▶ Natura Cosméticos S.A.
- ▶ OGX Petróleo e Gás Participações S.A.
- ▶ Participações
- ▶ PDG Realty S.A. Empreendimentos e
- ▶ Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
- ▶ PortX Operações Portuárias S.A.
- ▶ Redecard S.A.
- ▶ Rossi Residencial S.A.
- ▶ Souza Cruz S.A.
- ▶ Tam S.A.
- ▶ Tele Norte Leste Participações S.A.
- ▶ Telecomunicações de São Paulo S.A. (Telesp)
- ▶ Telemar Participações S.A.
- ▶ Tim Participações S.A.
- ▶ Ultrapar Participações S.A.
- ▶ Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas)
- ▶ Vale S.A.
- ▶ Vivo Participações S.A.
- ▶ Weg S.A.



ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do



FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

Ernst & Young Terco

Auditoria | Impostos | Transações Corporativas | Consultoria
Middle Market | Governo | Serviços Financeiros

Sobre a Ernst & Young ▶ A Ernst & Young é líder global em serviços de auditoria, impostos, transações corporativas e consultoria. Em todo o mundo, nossos 141 mil colaboradores estão unidos por valores pautados pela ética e pelo compromisso constante com a qualidade. Nosso diferencial consiste em ajudar nossos colaboradores, clientes e as comunidades com as quais interagimos a atingir todo o seu potencial.

No Brasil, a Ernst & Young Terco é a mais completa empresa de consultoria e auditoria, com 3.800 profissionais que dão suporte e atendimento a mais de 3.400 clientes de pequeno, médio e grande portes, sendo que 117* são companhias listadas na CVM e fazem parte da carteira especial da equipe de auditoria.

www.ey.com.br

© 2011 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

Esta é uma publicação do Departamento de Comunicação e Gestão da Marca.
A reprodução deste conteúdo, na totalidade ou em parte, é permitida desde que citada a fonte.

